

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC – SP

Gisele Schiavetti Basilio Kovacevic

**A política cultural francesa e o Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo
como um modelo de ensino secundário para o Brasil – (1916 - 1951)**

SÃO PAULO – SP

2019

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC – SP

Gisele Schiavetti Basilio Kovacevic

**A política cultural francesa e o Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo
como um modelo de ensino secundário para o Brasil – (1916 - 1951)**

Mestrado em Educação

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Educação, no Programa de Educação: História, Política, Sociedade, sob a orientação do Prof. Dr. Daniel Ferraz Chiozzini

SÃO PAULO – SP
2019

BANCA EXAMINADORA

*Dedico este trabalho
Aos meus filhos Samuel, Leticia e Oliver,
a meu esposo Milenko, e a minha avó Lourdes*

Agradeço à Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CNPq) pela concessão da bolsa de estudos.

Agradecimentos

É com muita sinceridade que escrevo esse agradecimento a todos e a todas que direta ou indiretamente colaboraram para esta empreitada.

Em especial ao meu orientador Professor Dr. Daniel Ferraz Chiozzini que desde os primeiros momentos sempre foi muito cordial, compreensivo, empático e paciente. Não tenho palavras para mensurar todo o sentimento de gratidão a ele.

Estendo os meus agradecimentos ao Professor Dr. Mauro Castilho Gonçalves pelo acolhimento, inserção no Grupo de Pesquisa História das Instituições e dos Intelectuais da Educação no Brasil, bem como as contribuições à minha pesquisa. O mesmo sentimento de gratidão, reservo à Professora Fernanda Barros, que gentilmente aceitou fazer parte de minha banca, cuja contribuição fora valiosíssima.

Agradeço às demais professoras suplentes de minha banca Dra. Ana Elisa de Arruda Penteado e Dra. Helenice Ciampi.

Para mais, ao nobre Professor Dr. Justino Pereira de Magalhães que também deu o seu parecer acerca de minha pesquisa, contribuindo ricamente para o meu desenvolvimento acadêmico.

Agradeço a todos os demais Professores do EHPS, por todos os ensinamentos.

Ao Professor Hugo Rogélio Suppo, que prontamente colaborou com esta pesquisa, enviando-me sua tese e materiais riquíssimos de seu acervo que serviram valorosamente.

À Elizabeth Adania, a Betinha, muitas vezes meu braço direito e também meu abraço de acalento em todos os momentos que precisei, sem nenhuma exceção.

A todos os meus companheiros de pós-graduação, sejam eles mais distantes ou mais próximos, que me acompanharam, me auxiliaram no meu desenvolvimento não só acadêmico, mas também como ser humano.

Aly Orelana, Christiane Speakers, Isabela G. Rainho, Luana Costa, Vivian, Carol Stefanini, Daniela Santos, Nicolas Brandão, Pedro Ciucci, Jefferson Ricardo de Andrade, Patrícia Coimbra, Nadia Najib, Vivian Viegas e Bruno Bianchi.

Aos que acreditaram em mim enquanto profissional da Educação e me estimularam a entrar no Mestrado, Cintia Acioli e Leandro W. Martins.

Aos ex-alunos do Liceu Pasteur que prontamente auxiliaram enviando materiais, fornecendo entrevistas e até abrindo a porta de suas casas, tais como Dona Rosemary Gliternick Bitelli, Enzo Chiarelli, Luiz A. Kikuchi.

Aos meus familiares, em especial aos meus irmãos Sandro G. Araujo e Monique Schiavetti, meu tio Hamilcar Schiavetti e minha sogra Marija Kovacevic.

À Tarcila Lucena que revisou essa dissertação com muito esmero, empatia e compreensão.

Por fim às pessoas mais preciosas nesse mundo que são meus filhos Katarina Kovacevic por toda a ajuda com essa pesquisa, Samuel, Leticia e meu pequeno Oliver que são a razão do meu viver. Ao meu esposo Milenko Schiavetti Basilio Kovacevic, ao qual devo grande parte de minha existência, pois sem ele não teria alcançado essa etapa, por todas as noites em claro ao meu lado, pelos cafés, pelas refeições, pelo apoio, pelos ombros, pelo companheirismo, por tudo nessa vida.

*Eu me vejo assim: um viajante, um arqueólogo do espaço,
tentando em vão restaurar o exótico com o uso de partículas e
fragmentos.*

(Claude Lévi-Strauss)

RESUMO

Esta dissertação investiga o Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo e a sua ligação com a política cultural francesa, bem como o seu processo de desenvolvimento institucional, desde 1916, quando datam as primeiras iniciativas voltadas para criação da instituição, ao ano de 1951, quando passou por uma reforma significativa que culminou em mudanças que envolveram desde sua estrutura arquitetônica ao projeto pedagógico. A principal fonte primária utilizada foram os relatórios e as correspondências produzidos no âmbito do Ministério dos Assuntos Exteriores da França e atualmente alocados no Arquivo Nacional Francês. Como fonte complementar, mobilizamos as publicações do jornal *O Estado de S.Paulo*, uma vez que os proprietários do periódico não só veicularam notícias e informações sobre o liceu, como estavam envolvidos na sua criação. Como subsídio analítico, nos valem dos conceitos de cultura escolar e cultura organizacional, a partir da obra de Magalhães (2004), assim como de redes de sociabilidade, a partir da perspectiva de Sirinelli (1998). Utilizamos também os estudos prosopográficos como procedimento de pesquisa acerca dos atores envolvidos no processo de criação desenvolvimento da escola. Foi constatado que tais sujeitos aspiravam um projeto de instituição educacional de ensino secundário entremeio a criação da Universidade de São Paulo, com a finalidade de oferecer um ensino modelar para uma elite que futuramente ingressaria no ensino superior. Além disso, a criação da instituição esteve diretamente associada à política externa francesa e à política cultural, revelando a tônica das relações internacionais brasileiras no período e sua relação com o campo da educação.

Palavras-chave: Liceu Pasteur, Lyceu Franco-Brasileiro, ensino secundário, política cultural francesa.

AVANT-PROPOS

Cette thèse de maîtrise a pour objet le Lycée Franco-Brésilien de São Paulo, et analyse le processus de sa constitution, la compréhension de sa culture organisationnelle et sa culture à l'école. La période étudiée s'étend entre ses premières aspirations de l'institution, datée de 1916, à l'année 1951, lorsque l'institution subit une réforme importante après des changements successifs de son projet pédagogique. Pour cette analyse, nous avons retenu comme source principale les rapports et la correspondance produits par le Ministère des Affaires Étrangères de la France, actuellement déposés aux Archives Nationales françaises. Comme source complémentaire, nous avons mobilisé les publications du journal *O Estado de S. Paulo* trouvées dans sa collection numérique, dont les propriétaires contribuaient non seulement à la diffusion des nouvelles et des informations sur le Lycée, mais participaient également dans sa création. De plus, nous nous sommes appuyés sur l'histoire de l'institution et sur des études prosopographiques sur les acteurs impliqués dans sa conception et son développement. La recherche a révélé que ces sujets aspiraient à un projet d'établissement d'enseignement secondaire dans le but d'offrir une éducation modèle pour ceux qui, supposément, à l'avenir, seraient des étudiants de l'Université de São Paulo. En tant que principale référence théorique et méthodologique, nous nous appuyons sur les propositions de Justino Magalhães en accord avec le projet social qui visait à légitimer, articulé à différents réseaux de sociabilité, cette catégorie étant analysée en accord avec les définitions de Jean-François Sirinelli.

Mots-clefs : Lycée Pasteur, Lycée franco-brésilien, enseignement secondaire, politique culturelle française.

ABSTRACT

This dissertation has as its object the *Liceu Franco-Brasileiro de S. Paulo* and analyses the process of its constitution, comprising the organizational and school culture. The period studied contemplates the first aspirations of the institution, from 1916, until 1951, when it underwent a significant reform that culminated in changes that involved from its architectural structure to pedagogical project. For this analysis, we enrol as the main source the reports and correspondence produced within the Ministry of Foreign Affairs of France and currently placed in the French National Archives. As a complementary source, we mobilized the publications of the newspaper *O Estado de S. Paulo* available in its digital collection. The owners of the journal not only disseminated news and information about the high school but were also involved in its creation. In addition, as an analytical aid, we relied on the history of the institution and on prosopographic studies about the actors involved in its conception and development. The research revealed that these subjects aspired to a project of secondary education educational institution between the creation of the University of São Paulo, with the purpose of offering a model education for those who, supposedly, in the future would be students of this higher education institution. As the main theoretical-methodological reference, we rely on Justino Magalhães' proposals and on the social project he aimed to legitimize, articulated to different networks of sociability, this category being analysed in line with the definitions of Jean-François Sirinelli.

Keywords: Liceu Pasteur, Lyceu Franco-Brazilian, secondary education, French Cultural Policy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	27
Dos capítulos	41
CAPÍTULO 1 – OS CAMINHOS DOS LICEUS FRANCESES NO BRASIL	43
1.1 Gênese dos liceus na França.....	43
1.2 Educação à francesa	49
1.3 As congregações religiosas	59
1.4 Apoio dos militares	76
CAPÍTULO II – FRANCOFILIA NO JORNAL O ESTADO DE S.PAULO	83
2.1 Lançamento da pedra fundamental e a imprensa	83
2.2 As primeiras crises no Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo	101
CAPÍTULO III – DOS DESCOMPASOS À RETOMADA DO PODER FRANCÊS NO LICEU	107
3.1 No contexto do “provisório”	107
3.2 Em busca de um novo diretor.....	114
3.3 Professores da nova universidade – do Lyceu para a USP.....	116
3.4 O Lyceu Franco-Brasileiro no contexto do “Novo”.....	123
3.5 Nacionalização da educação.....	130
3.6 Uma nova crise financeira no Lyceu.....	133
3.7 Intervenção no Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo.....	135
3.8 Missão Pasteur Vallery-Radot.....	143
3.9 Liceu Pasteur na Missão Vallery-Radot.....	146
3.10 Reestabelecimento do Liceu.....	150
3.11 Novos ares no Liceu Pasteur	151
3.12 Georges Dumas e Ramos de Azevedo: uma obra de colaboração Franco-Brasileira	152
REFERÊNCIAS	163
ANEXOS.....	173

Lista de figuras

Figura 1. A área em destaque corresponde ao espaço destinado no jornal à notícia acerca do lançamento da pedra fundamental do Lyceu Franco-Brasileiro.....	85
Figura 2. Recorte de jornal com anúncio de matrículas.....	93
Figura 3. Mapa retratando o “Triângulo”.....	94
Figura 4. Recorte de jornal com anúncio do Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo.....	95
Figura 5. Recorte de jornal com notícias sobre a Universidade de São Paulo e o Lyceu Franco-Brasileiro lado a lado.....	118
Figura 6. Recorte de jornal com anúncio do Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo em destaque.....	121
Figura 7. Detalhe de anúncio ilustrando o prédio do Lyceu à rua Mairinque.....	122
Figura 8. Livros doados pelo governo francês à biblioteca da faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.....	127
Figura 9. Anúncio publicado n’ <i>O Estado de S. Paulo</i> entre dezembro de 1944 e janeiro de 1945.....	143

Lista de quadros

Quadro 1. As obras de Georges Dumas	89
Quadro 2. Situação militar de professores franceses.....	131
Quadro 3. Principais artigos do Decreto-lei n. 383 de 18 de abril da 1938 que afetaram o Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo.....	136
Quadro 4. Publicações n' <i>O Estado de S. Paulo</i> sobre a França entre 1938 e 1941.....	140
Quadro 5. Plano de ação cultural no Brasil sugerido pelo Vallery-Radot.....	144

Lista de tabelas

Tabela 1. Congregações francesas por ano, destino e quantidade registrada.....	62
Tabela 2. Congregações italianas por ano, destino e quantidade registrada.....	62
Tabela 3. População alemã no Brasil em 1920.....	63
Tabela 4. População francesa no Brasil em 1920.....	63
Tabela 5. Recenseamento Geral do Brasil realizado em 1920.....	64
Tabela 6. Seções em que aparecem artigos sobre o Lyceu Franco-Brasileiro da São Paulo e os elementos da cultura organizacional com qual se relacionam, por autoria e data.....	91
Tabela 7. Propostas de subvenções para obras educacionais francesas no Brasil para o ano de 1941.....	134

INTRODUÇÃO

O contato direto com o Lyceu Franco-Brasileiro de São Paulo, estabelecimento de ensino onde exerci a função de auxiliar educacional e administrativo nos anos de 2012 e 2013, proporcionou-me a oportunidade de conhecer uma parcela de sua história, já que contá-la aos visitantes, futuros alunos e suas respectivas famílias, era uma de minhas atribuições. Ao trilhar novos rumos profissionais e acadêmicos, acabei por me afastar do colégio; contudo, as inquietações acerca da história desse estabelecimento de ensino permaneceram.

O historial lacônico acerca dessa instituição¹, com o qual me confrontei durante minha estadia profissional, trouxe indagações referentes à trajetória bem como a outros elementos, tais como: idealizadores, arquitetura, o grande edifício que ocupa uma área considerável no bairro de Vila Mariana, cultura escolar francófona e francófila. Além disso, a presença constante de adidos franceses no interior da instituição educacional e acervos pessoais e memorialísticos me levaram a projetá-lo como objeto de pesquisa ao ingressar no curso de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade – EHPS, na PUC-SP.

Numa análise empírica no site² da própria instituição, foi possível obter alguns indícios de sua história como datas e nomes de intelectuais brasileiros e franceses envolvidos em sua criação. Considerando que muitos desses sujeitos eram grandes influenciadores já conhecidos no âmbito da educação brasileira, compreendi que esse liceu³ não era uma simples escola e merecia ter sua história revisitada. Para isso, recorreremos a uma revisão

¹ A ideia de *instituição* abarca uma combinatória de finalidades, regras e normas, estruturas sociais organizadas, realidade sociológica envolvente e fundadora, e relação intra e extrassistêmica; é, por consequência, uma ideia mais ampla e mais flexível do que a de *sistema*. Envolve ainda uma ideia de relação/comunicação e de categoria social como condições instituintes que, no plano educativo, compreendem alteridade, autonomização, participação e implicam materialidade, representação, apropriação e normatividade (MAGALHÃES, 2004, p. 58).

Nesta dissertação, apropriaremos-nos dos conceitos de *instituição* e *instituição educativa* utilizados por Magalhães (2004, p. 62):

“[...] para traduzir um sentido instituinte, logo, marcado por dinâmicas de fundamentação, normatização, ainda que em quadros progressivos de mudança e de evolução. À noção de instituição corresponde uma memória, um historicismo, um processo histórico, uma tradição, em permanente atualização – totalidades em organização. Na relação pedagógica, a ideia de instituição consagra o dado, o instituído, mas evolui e transforma-se pelo processo educativo”.

² Disponível em <http://www.liceupasteur.com.br/instituicao/historia>, acesso em 19 mar. 2019.

³ Neste estudo, o vocábulo *liceu* terá sua escrita em consonância com as diversas formas localizadas nos textos consultados, tanto oficiais como historiográficos, arrolados para esta análise. Portanto, adotamos as seguintes formas de escrita: Lyceu Franco-Brasileiro para referenciar a instituição no período anterior a 1938, Liceu-Pasteur para a tratativa a partir de 1938 em razão da mudança de nome, liceu como instituição em geral e Lycée como contemplado na documentação francesa.

bibliográfica preliminar e, entre os resultados localizados, em um conjunto historial acerca do Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo, encontramos a dissertação de mestrado desenvolvida por Maria Elena de Abreu Vercesi, intitulada *O Lyceu Franco-Brasileiro de São Paulo* (2010), disponível na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da PUC (TEDE). Nela a autora aborda o processo de estruturação da instituição e seus primeiros anos de funcionamento na década de 1930, tendo como fontes principais os estatutos da União Franco-Paulista de 1909, o estatuto do Comitè France-Amerique [Comitê França-América] de 1912 e a ata de criação da Sociedade Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo de 1923.

Segundo Vercesi (2010), a União Franco-Paulista criada em 1909 congregava diversos intelectuais de um segmento da elite paulista e tinha como finalidade o intercâmbio entre estudantes de São Paulo e da França, funcionando como parte de uma capilaridade dos grupos de intercâmbio franceses para a América Latina, liderados pelo professor da Universidade de Sorbonne e psicólogo George Dumas.

Outros ramos desse agrupamento foram criados, tais como o Comitè France-Amerique, que tinha como finalidade aproximar economicamente, educacionalmente e socialmente França e Brasil. Após diversas ações voltadas para múltiplos segmentos da sociedade brasileira, o comitê fez a primeira alusão por um estabelecimento de ensino secundário francês na cidade de São Paulo, que culminou na criação da Sociedade Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo. Fundada em 1923, essa sociedade teve o papel de sedimentar uma política de relações culturais entre França e Brasil e acabou por subvencionar a fundação do Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo (VERCESI, 2010, p. 11).

Em sua pesquisa, Vercesi (2010) também se ocupou em analisar algumas publicações do jornal *O Estado de S. Paulo* (OESP), de modo a compreender como membros do periódico, além de intelectuais brasileiros e franceses, expuseram a forma como conceberam e quais eram os seus interesses para o Lyceu. Além disso, a autora também abordou o ideário de criação desse estabelecimento de ensino e como se deu sua implantação com base em atas e relatórios do Departamento Nacional de Ensino – estes contêm dados sobre exames anuais, disciplinas escolhidas, exames admissionais, desenvolvimento institucional, quantidade de alunos e livros importados da França. Por fim, Vercesi (2010) comparou o Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo com o estabelecimento de ensino supostamente concorrente, o Lyceu Rio Branco.

Com base nessa referência, pudemos cotejar algumas lacunas acerca da história da instituição, tendo em vista que as correspondências e os relatórios franceses que utilizamos nesta pesquisa não foram explorados anteriormente. Nesse *corpus* documental, pudemos constatar diversas mudanças na estruturação de sua cultura organizacional⁴, bem como de sua cultura escolar, que acabaram por marcar a trajetória do Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo em busca de sua identidade e que não foram contemplados no estudo anteriormente citado. Essa lacuna figura como uma oportunidade para que as questões relacionadas as ações educativas registradas nos relatórios possam evidenciar momentos emblemáticos e o desenvolvimento de sua organização escolar.

Outro trabalho arrolado para esta pesquisa é o de Dóris Satheler de Souza Larizatti, *A luz dos olhos de um povo: os projetos de educação do jornal O Estado de S. Paulo (1920-1934)* (1999), que buscou contemplar o envolvimento do jornal *O Estado de S. Paulo* na criação de diversos projetos educacionais e aborda o Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo sucintamente. Em sua pesquisa, a autora elucida a relação entre os editores desse periódico e sua associação com os franceses em defesa do projeto de um ensino secundário para a elite que originou a concepção desse liceu.

Alicerçados no estudo de Larizatti (1999), buscamos suplementar de forma mais aprofundada a aliança estabelecida entre a França e o jornal *O Estado de S. Paulo* e pretendemos explorar possíveis redes de sociabilidade e ideais comuns ou antagônicos entre esses dois atores. Para tanto, também utilizamos os estudos acerca de intelectuais e correlatos, tendo como referência as proposições de Luca (2006, p.140):

“[...] uma revista é, antes de tudo, lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade”, observação extensiva aos jornais. De fato, os jornais e revistas não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivo, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir, a partir da palavra escrita.

Durante a pesquisa por trabalhos relacionados a nosso objeto, recorremos a ampliação de sua abrangência buscando por temas que também incluíssem os seguintes

⁴ A cultura organizacional é composta por elementos vários, que condicionam tanto sua configuração interna como o estilo de interações que estabelece com a comunidade. Definidos numa perspectiva antropológica, esses elementos integram aspectos de ordem histórica, ideológica, sociológica e psicológica (NÓVOA, 1995, p. 30).

descritores: “Liceu”, “Pasteur”, “Georges Dumas”, “Júlio de Mesquita Filho”, “Francofonia”, “Francofilia” e “intelectuais franceses”, o que permitiu localizar periódicos nacionais e artigos, entre outros resultados. Utilizando as palavras-chave “Lycée Franco-Brsilien”, foi possível localizar, na Agência Bibliográfica do Ensino Superior da França e em seu catálogo de teses, duas pesquisas de relevância para este estudo.

Uma dessas teses foi a de Hugo Rogélio Suppo, *La Politique culturelle française au Brésil entre les années 1920-1950* (1999) [A política cultural francesa no Brasil entre os anos 1920 e 1950], que retrata as relações franco-brasileiras, suas finalidades, suas adaptações e suas transformações. Para essa análise, o autor dividiu o estudo em três níveis, tendo como ponto de partida a investigação dos meios de ação dessa política cultural, tais como a criação de diversas instituições e redes para sua implantação. Em seguida, o estudo buscou compreender os principais atores, intelectuais e artistas envolvidos como eixo de estabelecimento e desenvolvimento das instituições criadas pela França na América Latina. Por fim, investigou os produtos culturais oferecidos pelos franceses, a exemplo do rádio e do cinema, do livro, entre outros.

Tendo essa tese como uma de nossas referências bibliográficas fundamentais, assentamos nela a possibilidade de compreensão da localização do Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo e qual seria a importância dessa instituição educacional para a política cultural francesa no Brasil, assim como suas influências nas diferentes fases da história da instituição.

Outro estudo de Hugo Rogélio Suppo, com título *A política cultural da França no Brasil entre 1920 e 1940: o direito e o avesso das missões universitárias* (2000), teve por objetivo analisar a ação do professor George Dumas como mentor da política cultural francesa no Brasil, bem como o envio de professores como parte da estratégia de influência de tal cultura sobre as elites brasileiras. Com o suporte dessa leitura, foi possível compreender a atuação de George Dumas como um pioneiro nas relações intercambiais de estudantes brasileiros e franceses, elucidando a participação desse intelectual na criação do Lyceu e no envio de professores que atuariam na instituição investigada, promovendo a possibilidade de um constructo acerca do processo de sua institucionalização⁵.

⁵ A institucionalização da educação escolar como processo histórico desenvolve-se em várias fases, culminando no momento em que a realidade educativa deixa de ser pensada na ausência do marco escolar e em que a estrutura escolar apresenta uma internalidade complexa e identitária, associada a uma influência determinante na realidade. tanto em sua gênese como em seu desenvolvimento, a institucionalização é uma fase num processo evolutivo mais amplo, que corresponde ao constructo que resulta da função instituinte e que

Outro artigo intitulado “‘A máquina diplomática cultural’ da Quarta República francesa no Brasil (1946-1958)”, também publicado por Suppo em 2016, ocupou-se em analisar as determinações na história da política da França que levaram o país a renovar as relações na América Latina, representando uma mudança de estratégia adotada dentro do liceu e uma possível utilização dessa instituição na tentativa do reposicionamento cultural francês no Brasil.

Marieta de Moraes Ferreira também estudou as relações culturais entre a França e o Brasil. No trabalho *Os professores franceses e a redescoberta do Brasil* (2005), a autora abordou as relações entre os dois países e a criação da Aliança Francesa em 1896. Com base nesse estudo, pudemos apreender alguns passos preambulares que antecederam a política cultural francesa abordada em nossa pesquisa, permitindo a elucidação de como se deu a associação entre os dois países no âmbito educacional.

Outro autor que se dedicou a compreender as relações entre França e Brasil foi Marcio Rodrigues Pereira. Em sua tese intitulada *La Politique culturelle française au Brésil de 1945 à 1970: institutions, acteurs, moyens et enjeu* [A política cultural francesa no Brasil de 1945 a 1970: instituições, sujeitos, meios e desafio], Pereira teve o objetivo de analisar os mecanismos e as estratégias utilizados pela “elite econômica e política francesa” para afirmar seus interesses dentro do Brasil durante os 25 anos após o fim da II Guerra. Para esse autor, a França “perdeu gradativamente suas forças em razão dos investimentos no consumo brasileiro da cultura e de produtos oriundos dos Estados Unidos” (PEREIRA, 2014, p. 543).

No âmbito da educação, os investimentos norte-americanos contemplavam o ensino técnico com a finalidade de “preparar os futuros operários para fábricas que estavam em vias de serem construídas” (PEREIRA, 2014, p. 89). Nesse contexto, a França insistiu na política cultural iniciada no século XIX com a criação da Maison du Brésil⁶ dentro da Cidade Universitária Parisiense, considerando-a como “fruto da estratégia do governo francês de preservar em sua capital o centro cultural global”. A estratégia dos franceses também aspirava aumentar o número de estudantes brasileiros na França e, “em um conceito mais amplo, de aumentar a importância do Brasil em nível internacional” (PEREIRA, 2014, p.

se consolida na instituição (MAGALHÃES, 2004, p. 39). Segundo Justino (2004): “O vocábulo educação alia-se [...] a formalização/institucionalização de ações e processos, compreendendo agentes, meios, públicos. Por sua vez, ato e formalização aliam-se aos produtos, constituindo por consequência, uma polissemia que integra: instituição, ação, conteúdo, produto” (MAGALHÃES, 2004, p.15).

⁶ Fundação Casa do Brasil, situada em 7 L Boulevard Jourdan, 75014 Paris, França

89). Para Pereira (2014, p. 108-9), a política cultural da França no Brasil no período entre o fim da II Guerra e o fim da IV República

[...] foi concebida pelo Ministério dos Assuntos Exteriores (MAE), e incluía estratégias que envolviam a intensificação do ensino de francês através dos liceus e da Aliança Francesa, criação de livrarias francesas em São Paulo e no Rio de Janeiro, doação de livros para as livrarias públicas, difusão do cinema e teatro francês e a organização de exposições e obras culturais no Brasil e América Latina.

Por fim, Pereira (2014, p. 16) conclui que “os anos 1960 marcam o fim da preponderância da influência da cultura francesa – pelo menos entre as elites” –, justificando esse declínio com três hipóteses principais: “a expansão da influência da cultura norte-americana, o nacionalismo brasileiro e a dificuldade da diplomacia francesa em dominar a comunicação de uma cultura de massa para as classes média e baixa brasileiras”. Para ele, apesar desses três fatores afetarem diretamente o Liceu Pasteur, o estabelecimento de ensino conseguiu espaço para se expandir nos anos 1960, quando o colégio recebeu o status de “ensino experimental”.

Por meio dessa tese pudemos analisar os reflexos da II Guerra sobre a trajetória do Liceu, de tal modo que o levaram a reformar sua estrutura e sua cultura escolar. O que acaba por evidenciar que, durante seu percurso evolutivo, os traslados vivenciados pela instituição, interna e externamente, estão diretamente coadunados ao conceito de institucionalização e construção da identidade.

Destarte, temos como objetivo principal elucidar o lugar do Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo em meio à política cultural francesa bem como seu papel para os intelectuais brasileiros.

Com base nesse conjunto historial, pretendemos superar as lacunas acerca da história do Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo, enquadrando elementos que compreendem sua gênese, seu momento instituinte⁷, seu projeto, sua cultura organizacional e sua cultura escolar, bem como abordar sua relação com a comunidade interna e externa, seu

⁷ A educação reifica-se num tempo, num espaço e numa ação-tempo, espaço e ação/comunicação, cuja combinatória é uma metainstituição. Essa atitude instituinte da relação e do projeto educativo envolve a existência de estruturas que confirmam estabilidade às transformações em curso e deem forma a instâncias de enquadramento, orientação e superação de eventuais resistências (MAGALHÃES, 2004, p. 35).

compromisso social, seu processo evolutivo e suas permanências, numa tentativa de aproximação de sua totalidade.

Portanto, as questões específicas que nos guiam são:

- Quais sujeitos e redes de intelectuais brasileiros e franceses tiveram sua trajetória associada à criação e à implantação da instituição?
- Como a criação desse estabelecimento de ensino secundário se articulou ao projeto de ensino superior brasileiro, sobretudo na cidade de São Paulo, e à política cultural francesa?
- Quais foram as crises e conquistas vivenciadas pela instituição nas diferentes fases evidenciadas?

Nesse sentido, o Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo figura como eixo central e objeto de observação com vistas a compreender a dimensão desses projetos tendo como principal referencial teórico e metodológico a obra de Justino Pereira de Magalhães *Tecendo nexos – história das instituições educativas*, de 2004, em que o autor orienta, minuciosamente, todos os passos necessários para uma investigação “inteligível, racional, significativa e projetiva” entre as “instâncias epistêmicas, substantivas, metodológicas e de investigação-ação”.

Genericamente, historiar uma instituição é compreender e explicar os “compromissos” sociais como condição instituinte, de regulação e de sua manutenção normativa, analisando os comportamentos, representações e projetos dos sujeitos na relação com a realidade material e sociocultural de contexto. Conhecer o processo histórico de uma instituição educativa é analisar a genealogia da sua materialidade, organização, funcionamento, quadro imagético e projetivo, representações, tradição e memórias, práticas, envolvimento, apropriação. A dimensão material alarga-se das estruturas e dos meios ao processo, da participação ao produto, enquanto a dimensão simbólica reporta à participação e à construção educacional. Trata-se, portanto, de uma construção subjetiva que depende das circunstâncias históricas, das imagens e das representações dos sujeitos, e que é afetada por dados de natureza biográfica e grupal. As memórias, como repertório cognitivo dos sujeitos, função e papel na dinâmica grupal, afetam a relação pedagógica. A participação e o envolvimento integram o momento instituinte, o momento em que a ação se faz norma. (MAGALHÃES, 2004, p. 38)

Sendo assim, esta análise do Lyceu está alicerçada sob a noção de totalidade, abordada por Magalhães (2004, p. 168) acerca da história das instituições educativas:

A história das instituições educativas, como a história da educação, integra desafios epistêmicos amplos que se aproximam de uma história total, no âmbito de territórios sociogeográficos e socioculturais, com suas características de permanência, cuja evolução reflete as conjunturas e circunstâncias de cada época. É uma história sociocultural, institucional/pedagógica, antropológica, centrada no local como totalidade institucional, que se abre ao universal, representado e substantivado na fundamentação, legitimação e projeção da ação educacional.

E ainda:

Incluindo o historial da materialidade e da ação, a explicação das decisões, relações de comunicação e de poder, formas de envolvimento e enquadramento na comunidade envolvente, a história das instituições educativas povoa-se de representações e memórias, frequentemente contraditórias, que constituem um estímulo e uma aproximação ao clima e aos contextos em que foram assumidas decisões estratégicas. É uma historiografia estruturada [...]. (MAGALHÃES, 2004, p. 166-7)

Sobre os critérios da teórica necessária para o percurso investigativo que envolve a panóplia da educação, Magalhães (2004) afirma ser preciso recorrer a conceitos e constructos teóricos específicos e relacionados a própria história e historiografia da educação. Logo, como a análise empírica de nossas fontes permitiu evidenciar uma logística relacionada ao processo orgânico institucional e cultural da escola, recorreremos a referência teórica e conceitual de Nóvoa (1995, p. 25), considerando-o como um importante contributo para a elucidação das constantes mudanças relativas ao processo de institucionalização e identidade do Lyceu Franco Brasileiro de S. Paulo observadas dentro de nosso recorte temporal:

O funcionamento de uma organização escolar é fruto de um compromisso entre a estrutura formal e as interações que produzem em seu seio, nomeadamente entre grupos com interesses distintos. Os estudos centrados nas características organizacionais das escolas tendem a construir-se com base em três grandes áreas:

- a estrutura física da escola: dimensão da escola, recursos materiais, número de turmas, edifício escolar, organização dos espaços, etc.;
- a estrutura administrativa da escola: gestão, direcção, controlo, inspeção, tomada de decisão, pessoal docente, pessoal auxiliar, participação das comunidades, relação com as autoridades centrais e locais, etc.;
- a estrutura social da escola: relação entre alunos, professores e funcionários, responsabilização dos pais, democracia interna, cultura organizacional da escola, clima social, etc.

Para compreender o processo e concepção da identidade da instituição educacional, nos alicerçamos na afirmação de Magalhães (2004, p. 128):

As instituições educativas são organismos criativos, na sua vivência interna, e construtivos no que se refere à relação com a comunidade e com os públicos a que se destinam. A construção da identidade institucional ganha sentido e materialidade mediante uma hermenêutica e heurística que entreteça nexos entre tais memórias e os arquivos (locais, regionais, nacionais) e pelo cruzamento de planos sincrônicos e diacrônicos, internos, externos e relacionais.

Nesse sentido, demos início a reconstrução e revisitação da história do liceu, a começar por seu conjunto historial, desde sua genealogia, seu processo evolutivo, seus públicos e atores educacionais, até fatores internos e externos, seus produtos em tempo sincrônico e diacrônico, numa conjuntura espaciotemporal, política e geográfica coadunada com fontes primárias e secundárias.

Frequentemente o historiador tem de iniciar o seu trabalho pela constituição do próprio arquivo. Essa (re)constituição pode consistir na arrumação e na organização de materiais existentes (ainda que dispersos) no interior da instituição, como pode também envolver uma coleta exterior. A construção de um arquivo é um passo fundamental para uma hermenêutica crítica. (MAGALHÃES, 2004, p. 150)

O trabalho de perquisição do historiador não é linear e tampouco organizado como seria o ideal. Nesse sentido, clarificamos que a busca por fontes para esta investigação se deu de forma um pouco sinuosa, e que insucessos, negações de acesso, lacunas não preenchidas também foram enfrentadas. Em razão dessa trajetória de pesquisa, para definir quais fontes seriam utilizadas, iniciamos com leituras complementares sobre a época, procurando nos informar a cerca de comportamentos, biografias de intelectuais envolvidos na criação e na trajetória do colégio, conjuntura política e econômica, entre outras informações.

Na sua acepção mais ampla, a história da escola procura responder à relação entre: culturas gerais e locais, sua simbolização, institucionalização, normatização, transmissão, quadros, normas e atitudes nos planos social, grupal, individual, institucional, organizacional; ação/práticas didático-pedagógicas, representação, apropriação. É possível, por isso, distinguir duas orientações na historiografia da educação tomando por base a escola (etno-história da escola), refletindo uma perspectiva ora acentuadamente relacional, ora objetual e interna. (MAGALHÃES, 2004, p. 119-20)

Seguindo as proposições de Magalhães (2004), preliminarmente solicitamos acesso a instituição localizada à rua Mairinque, na busca por localizar um corpo documental organizado, porém sem sucesso. Posteriormente, recorreremos ao historial relacionado ao tema desta pesquisa, no qual foi possível encontrar alguns indícios. Por fim, investigamos as redes sociais, nas quais alguns agrupamentos de alunos e ex-alunos estão alocados.

Ao visitar tais grupos, intitulados com o nome da instituição por nós estudada, foi possível localizar diversos conteúdos, tais como fotos, profissões dos integrantes, relatos diversos por meio de comentários, muitos desses desconhecidos, premiações, boletins e outros materiais de acervo pessoal que de certo modo apontavam para a cultura escolar do colégio.

Esse material foi analisado criteriosamente e, na sequência, contatamos alguns ex-alunos e professores. Visitas, encontros e contatos telefônicos também fizeram parte da busca por fontes. Foram oferecidos, para uma possível análise, álbuns de formatura, boletins, convites e recortes de jornal, o que de certa forma possibilitou a visibilidade de um panorama que nos levou a alguns indícios importantes que, contudo, não apontavam para uma organização munida de racionalidade, como a proposta por Magalhães (2004).

Portanto, embora úteis para compreender a representação da instituição de acordo com as memórias individuais e coletivas de seu público, desconsideramos essas informações como fonte primária, pois Magalhães (2004, p. 127) afirma:

A cronística assinala, por seu turno, a memória legitimada, gerada por contraposição e por fixação de memórias que correm ao ritmo do tempo – o tempo da ou das pessoas, o tempo das gerações. Centrando-se na imagética e no heroico, a cronística recupera o acontecimento como atualização. É uma memória ritualista e comemorativa, feita de relatos e de representações simbólicas ou materiais sedimentadas ou mediatizadas, por histórias ou fatologias, frequentemente de reduzido valor científico.

Entretanto,

Correlativamente, as instituições produzem uma representação oficiosa assinalando em relatórios a sua imagem e o seu histórico junto do poder central, da inspeção e do seu público-alvo. Pelas referências documentais e porque permite uma aproximação à imagem que as instituições intentaram criar de si mesmas. Essa produção não pode deixar de ser meticulosamente analisada pelo investigador. (MAGALHÃES, 2004, p. 127)

Com relação à política cultural francesa, Suppo (1999, p. 41) afirma que esta “repousa fundamentalmente sobre a ação dos professores enviados em missão”, o que,

consequentemente nos remete a entender tais sujeitos como um fator-chave para a compreensão da realidade e da relação com o objeto investigado. Nesse sentido, revisitar suas memórias e/ou registros, suas ações educativas, estratégias, projetos, avaliações, entre outros, coloca os professores franceses como componente fundamental para a elucidação de suas decisões acerca do destino institucional, do projeto social e da recriação do cotidiano escolar, articulando representações, materialidades e apropriações.

Para a análise da instituição, foram arrolados relatórios de inspeção e correspondências entre adidos culturais, cônsules, embaixadores entre outros atores ligados a organização político-gestionária das ações culturais francesas na América Latina, alocados no Arquivo Nacional francês (AN).

Para acessar esse *corpus* documental, entramos em contato com o professor doutor Hugo Rogélio Suppo⁸ e obtivemos uma cópia de sua tese por meio de correio eletrônico, em razão de ela não estar publicada, no início desta análise, e possuir pouco mais de 1.200 páginas. Ao tomar conhecimento desta pesquisa, o professor se prontificou em colaborar enviando seu trabalho e oferecendo cerca de 6 mil fichas de seu acervo pessoal que se encontram devidamente identificadas e numeradas, contendo o endereço de localização do acervo original, com a finalidade de facilitar nossa busca no Arquivo Nacional da França. Tanto a tese, quanto a documentação encontram-se no idioma francês e todos os aspectos materiais referentes ao papelório, bem como as pastas e os arquivos mobilizador por Hugo Suppo no bojo de sua pesquisa estão elencados em seus fichamentos.

Em meio a esse *corpus* documental, foi possível localizar 479 fichas contendo os termos Lyceé São Paulo, ou Lycée Franco-Brésilien, tratando-se de correspondências

⁸ SUPPO, H. R. Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (1983), mestrado em História pela Université de Paris III (1993), doutorado em História das Relações Internacionais pela Université de Paris III (1999) com bolsa Capes e pós-doutorado (2009) na Universidade Nacional de Rosario (Argentina). É professor associado e pró-cientista da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, bem como membro do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI). Ocupou, em 2010, a Cátedra Simon Bolívar (IHEAL) da Université Sorbonne Nouvelle Paris 3, na França, e, em 2015, cátedra no Doctorado en Relaciones Internacionales, na Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales da Universidad Nacional de Rosario, Argentina. Desenvolve seu trabalho na área de Relações Internacionais, com ênfase nos seguintes temas: história das relações internacionais, diplomacia cultural, propaganda cultural, política cultural, nacionalismo e relações internacionais, teoria das relações internacionais, esporte e relações internacionais, mídia e relações internacionais. Foi coordenador do curso de especialização em História das Relações Internacionais da UERJ (2008-2009) e é atualmente (2010-) coordenador do Núcleo de Estudos Internacionais Brasil-Argentina. Informações disponíveis em: <http://lattes.cnpq.br/6597292016894725>, acesso em 9 mar. 2019.

juntamente aos relatórios de inspeção, cujo teor evidencia um critério de avaliação de caráter externo acerca da organização escolar e permitem identificar a cultura organizacional a partir das estratégias e práticas representadas nessas fontes por diferentes sujeitos relacionados à instituição.

Para adentrar no arquivo original, contamos com o apoio da professora e mestre em Ciências Políticas pela Universidade francesa Sciences Po Katarina Kovacevic⁹, residente em Paris, que se prontificou a comparecer ao Arquivo Nacional munida de todos os dados referentes a localização dos documentos por nós solicitados.

Vale ressaltar que, para isso, fez-se necessário o preenchimento de um cadastro de pesquisador no site de AN¹⁰ e, a partir desse procedimento, escolher uma das opções: reservar um documento específico, encomendar uma impressão, solicitar apoio sobre a nomenclatura dos documentos ou salvar uma lista de documentos pretendidos para análise. Em seguida, seria preciso comparecer ao local com data marcada ou aguardar a entrega da encomenda. Todos os documentos solicitados são desarquivados pelos responsáveis pelo arquivo, disponibilizados no local ou enviados ao pesquisador em um endereço de sua preferência. Neste caso, optamos pela visita de caráter presencial ao Arquivo Nacional Francês, onde foi possível fotografar e copiar todo o material disponibilizado.

Essa documentação está depositada em pastas de couro, organizada sob uma lógica arquivística diferente do padrão brasileiro, por exemplo: MAE – Y INTERNATIONALE 1918-1940 vol. 2 página 23, indica nome do órgão ou sujeito que produziu o documento, o tipo de documento, a data de produção, o número do volume e a página ou anotações manuscritas a lápis. Posteriormente, todas as cópias desse *corpus* documental foram enviadas da França para que então pudéssemos iniciar a análise.

Em uma carta de autoria do professor Lapradelle, datada de 1916, foi possível localizar a primeira alusão a concepção de um liceu francês na cidade de São Paulo, sendo esta considerada como ponto de partida para nossa análise.

⁹ Perfil no LinkedIn de KOVACEVIC, K.: <https://fr.linkedin.com/in/katarina-kovacevic-7bb833108> , acesso em 9 mar. 2019.

¹⁰ <https://www.siv.archives-nationales.culture.gouv.fr> , acesso em 9 mar. 2019.

O lançamento de sua pedra fundamental em 1921 e o início de suas atividades em 1924 foram amplamente divulgados no jornal *O Estado de S. Paulo*. Como dissemos, entre os fundadores do Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo estavam os proprietários do periódico, congregados a uma rede de intelectuais atuantes, principalmente, em São Paulo, tais como Ruy de Paula Souza, Ramos de Azevedo, Victor da Silva Freire, George Dumas, entre outros, que atuaram no projeto desse liceu, entremeio a criação da Universidade de São Paulo. Por esse motivo, cotejamos as publicações encontradas no acervo virtual do periódico¹¹. Nesse arquivo, foi possível localizar 123 ocorrências para o termo “Lyceu Franco-Brasileiro” entre os anos de 1920 e 1940, e 287 entre 1940 e 1951 para o termo “Liceu Pasteur”¹².

Para determinar a complexidade das operações do jornal *O Estado de S. Paulo*, tais como representação, materialidade e apropriação, bem como uma multiplicidade de práticas de signos adotados, como dados gerais, aspectos gráficos, localização, comercialização, consumo, aspectos editoriais gerais, autores, entre outras, de modo a coadunar seus usos e o direcionamento das publicações sobre o processo de institucionalização e desenvolvimento da autonomia do liceu, apropriamo-nos da metodologia proposta por Morel e Barbosa (2001) e Luca (2006).

Para essa análise, foram localizadas diversas modalidades textuais, como artigos sobre o Lyceu, bem como lembretes de eventos para alunos, ex-alunos e sociedade em geral, de diferentes seções contendo convites para festas e formaturas, anúncios sobre recepções de modalidade de intelectuais brasileiros e estrangeiros, notícias de movimentos religiosos no interior do colégio, chamamentos para confraternização de ex-alunos, concurso de redação, campeonatos esportivos, conferências, entre outras notas diversas. Como explica Luca (2006, p. 140):

O pesquisador de jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa.

¹¹ Disponível em <https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/%22Lyceu+Franco-Brasileiro%22/Acervo/acervo> e <https://acervo.estadao.com.br/procura/#!/%22liceu+pasteur%22/Acervo/acervo>, Para acessar é necessário ser assinante do jornal.

¹² O Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo tornou-se “Liceu Pasteur” em 1941, para obedecer a uma decisão geral das autoridades brasileiras, que proscreviam os nomes de instituições educacionais com hifenização. Ministère des Affaires Étrangères – MAE, OEUVRES – BRÉSIL VOL. 70. Carta de Pierrotet, Consul Geral da França em São Paulo e Santos, para *Service des Oeuvres Françaises à l'Étranger*, de 6 jun. 1941.

Entretanto, ter sido publicado implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação.

De fato, a análise das publicações do jornal *O Estado de S.Paulo* disseminadas por intelectuais brasileiros em sua redação, bem como a aproximação com a política cultural francesa, evidenciam que a redação do periódico funcionava como lugar de “movimentos de ideias”, de modo a criar as condições organizacionais para estabelecimento das ações culturais francesas no bojo do ensino secundário. Além disso, o espaço da sede do jornal era utilizado por uma “rede de sociabilidade” que trabalhava em favor das instituições franco-brasileira. Por essa razão, trataremos dessa questão em consonância com o conceito de *redes de sociabilidade*, evidenciado o jornal em nossa análise empírica como um importante elemento instituinte, em conformidade com as proposições de Sirinelli (2003).

Para o estudo das fontes, apropriamo-nos dos modelos de análise propostos por Carvalho e Hansen (1996) em um estudo intitulado *Modelos culturais e representação: uma leitura de Roger Chartier*. Na obra, os autores discutem modelos culturais, artefatos culturais e o usos dos impressos compreendidos, nesse sentido, como um objeto cultural, de modo a operacionalizar “a tensão que atravessa a produção, a circulação e a apropriação das práticas”, relacionando os relatórios e correspondências produzidos por atores da política cultural francesa com as publicações produzidas acerca de nosso objeto de estudo na redação do jornal *O Estado de S.Paulo*.

No percurso desta pesquisa as categorias de prática e de representação e apropriação, bem como a materialidade de nossas fontes, foram operacionalizadas tendo em vista que estas:

[...] têm grande valor heurístico, pois permitem desnaturalizar as representações e deslocá-las da generalidade transitória de categorias mágicas, como “influência”, “imitação” e “transplante de ideias”. A dissolução da naturalidade da representação faz com que os resíduos do arquivo falem a partir de si mesmos e, para isso, os reatualiza como evidência de práticas datadas, isto é, **como representações de práticas que resultam de práticas de representação**. Quando se determina o caráter dessas práticas, pode-se também especificar o caráter das representações que elas produzem; e uma vez que as mesmas práticas são formalizadas culturalmente, também se evidencia que são representações. (CARVALHO; HANSEN, 2001, p. 15)

Ademais, sobre a articulação das fontes e sua materialidade, Carvalho e Hansen (2001, p. 15-9) afirmam:

Se os objetivos discursivos modalizam o sentido de sua apropriação segundo o “ponto de vista”, ou seja, se eles fazem uma transformação do material social que se pode caracterizar como a deformação de um valor de uso da matéria semiótica da língua e das convenções retóricas de representação, a determinação dessas convenções e dos critérios dessas deformações será básica para se especificar a **forma mentis** que organiza os discursos como um padrão ou um modelo cultural.

Sendo assim, a materialidade

[...] dos suportes e meios de produção e circulação dos discursos: **volumen** que se desenrola, **códex** que se folheia, manuscrito redigido ou ilustrado com pluma ou ponta de metal, texto datilografado, computadorizado ou impresso, cordel, livro, panfleto, volume isolado ou de coleção, capítulos paginação, exórdios, prefácios, posfácios, notas – e toda a variedade grande de materiais – papiro, pergaminho, papel, fitas, disquete – e dos tipos e tamanhos de letras, dimensões da página, etc. [...] Logo, que a significação do texto não pode ser dissociada da matéria que organiza a forma de sua percepção nas apropriações. (CARVALHO; HANSEN, 2001, p. 10)

Para mais, o consumo “[...] semantiza a representação em situações múltiplas e segundo códigos e posicionamentos variados” (CARVALHO; HANSEN 2001, p. 10). De fato, a materialidade e as representações contidas nesses documentos podem ser contempladas tendo como suporte os levantamentos acerca dos relatórios de inspeção escolar de Catani e Lima (1997, p. 158), que afirmam que:

Os relatórios dos inspetores escolares vão assumindo progressivamente um tom técnico pelo qual se apresenta um diagnóstico da situação das escolas e da ação pedagógica dos professores de maneira a sistematizar as propostas de intervenção que são feitas.

De fato, a análise empírica das características de nossas fontes em consonância com a evolução da política cultural francesa relacionada ao Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo permitiu evidenciar diferentes formas de representação, materialidade e apropriação do conteúdo contido nessa documentação. Ela pode desvendar estratégias ou táticas e aplicações práticas, como traslados administrativos, voltadas para a cultura organizacional e escolar que abordadas aqui.

Dos capítulos

O Capítulo 1 tem como ponto de partida a gênese dos liceus, em geral, seguida por uma breve explanação acerca das relações entre Franca e Brasil que antecederam a

concepção do Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo e por uma narrativa acerca de suas primeiras aspirações datadas de 1916.

O Capítulo 2 aborda o lançamento da pedra fundamental, bem como as publicações iniciais do jornal *O Estado de S.Paulo* acerca do Lyceu, suas aspirações para esse estabelecimento de ensino secundário, seguida da narrativa das primeiras crises vivenciadas pela instituição.

O Capítulo 3 tem seu início na década de 1930 e trata da situação do Lyceu em meio a um novo contexto político brasileiro: Getúlio Vargas na presidência do país. A Era Vargas teve seus efeitos sobre a instituição franco-brasileira, levando-a a modificar sua cultura organizacional e escolar. Nesse capítulo, também abordaremos o pré- e pós-II Guerra, o início da Quarta República francesa e seus reflexos na instituição.

CAPÍTULO 1 – OS CAMINHOS DOS LICEUS FRANCESES NO BRASIL

1.1 Gênese dos liceus na França

De acordo com o *Nouveau dictionnaire de pédagogie et d'instruction primaire F. Buisson* (1911), no período que antecedeu a Revolução Francesa, a educação secundária na França acontecia em estabelecimentos denominados colégios¹³. Inicialmente, esses colégios funcionavam como hospedarias, onde os jovens da mesma profissão ou dos mesmos cursos se reuniam: havia colégios ou congregações galo-romanos de sacerdotes, colégios de artesãos, escolas teológicas fundadas nas catedrais, colégios de dialética e lógica, que eram independentes da jurisdição episcopal e deram origem às universidades. Esses colégios, pouco a pouco, tornaram-se internatos onde os filhos das famílias abastadas e os que se distinguiam por aptidões excepcionais viriam a frequentar.

De acordo com Buisson (1911), na Idade Média, não havia uma distinção clara entre ensino secundário e superior e tampouco havia educação pública, no sentido amplo dessa expressão, pois, segundo o autor, não era um interesse geral e universal. Por essa razão, foram fundados estabelecimentos (colégios e faculdades) com a finalidade de preparar padres para a Igreja que foram conservados até período a Revolução Francesa.

Lavoisier (1791) criticou duramente esse modelo educacional em uma explanação em Paris, cidade onde fora constituída¹⁴ a primeira universidade e os primeiros colégios, alguns destinados a estudantes (e mestres) da Faculdade de Teologia, outros a estudantes da Faculdade de Letras. Em meados do século XVIII, a França já contava com 562 colégios para uma população estimada em 25 milhões (BUISSON, 1911). Com essa fusão entre diversos estabelecimentos, Paris, que tinha 28 colégios na Idade Média, passou a contar com apenas dez estabelecimentos às vésperas da Revolução de 1789.

¹³ De acordo com Buisson (1911), os colégios da Idade Média, que existiam até a Revolução Francesa de 1789, estão referenciados na literatura como “Colégios de Antigo Regime”. A legislação revolucionária transformou parte desses colégios em escolas secundárias mantidas pelo Estado, quais ensinavam elementos das línguas antigas e princípios da história e da ciência.

¹⁴ Foi no início do século XII que as escolas de Paris adquiriram uma reputação que fez os estudantes virem em grande número. Além da escola da catedral de Notre-Dame, colocada sob a autoridade imediata do bispo e cujo ensino era exclusivamente teológico, existiam as escolas secundárias da Montanha Sainte-Geneviève, independentes de qualquer autoridade eclesiástica ou civil. Essas escolas ensinavam o *trivium* e o *quadrivium*, e especialmente a dialética. É do encontro dessas escolas de lógica com a escola de teologia, que ficava no claustro Notre-Dame, que foi formada em 1255 a Universidade de Paris (BUISSON, 1911).

Buisson (1911) afirma que, por volta de 1789, toda a população escolar da França era de 72.747 alunos, o que significa uma estimativa de um aluno a cada 382 habitantes, ou um em cada 31 crianças em idade escolar. Essa proporção não aumentou significativamente até o século XX, em razão das mudanças ocorridas na sociedade e da tendência da educação nesse período se convergir para as profissões industriais e comerciais.

De acordo com Barros (2017), a Revolução Francesa foi determinante para a promoção de ensino secundário francês moderno. A legislação nesse período previa a transformação da juventude francesa por meio de uma educação universal, gratuita e independente da influência religiosa. Essas propostas foram materializadas com a criação das *Escolas Centrais*, que substituíram os colégios já existentes. O programa direcionado para essas escolas previa o ensino de física, química, anatomia, história natural, belas letras, línguas antigas, línguas modernas, legislação, agricultura, comércio, artes e ofícios, matemática e desenho. Esses principais objetos de instrução foram mantidos com implementação obrigatória de bibliotecas em todas as escolas.

As Escolas Centrais ofereciam educação liberal e secular e prestavam um serviço real; e certamente teriam contribuído para elevar o nível geral de educação se tivessem subsistido. Contudo, foram antagonizadas por todos os apoiadores do Antigo Regime e aqueles que de alguma forma vislumbravam com dificuldade o estabelecimento da democracia. A sociedade, de modo geral, queixava-se da ausência de instrução religiosa, dos colégios internos e da diminuição do papel desempenhado pelas línguas antigas (BUISSON, 1911).

Com fim da Revolução e a chegada de Napoleão Bonaparte ao poder, a legislação francesa passou por reformulação, cuja criação dos liceus é um dos resultados. Segundo Barros (2017), cada liceu substituiu aproximadamente três escolas e a *Loi Générale sur l'Instrucion Publique du 11 floréal an 10* [A lei do 11º ano floreal X], de 1º de maio de 1802], reorganizou completamente a educação pública francesa. De acordo com Dicionário de Buisson (1911), os estabelecimentos foram divididos em três categorias:

- 1) Escolas primárias, criadas pelas comunas.
- 2) Escolas secundárias, estabelecidas pelas comunas ou mantidas por indivíduos. O artigo 6 definiu-as da seguinte forma: “Qualquer escola estabelecida pelas comunas ou

detida por indivíduos, na qual se ensinarão as línguas latina e francesa, os princípios da geografia, da história e da matemática, será considerada como uma escola secundária”. Essa modalidade deu origem às faculdades comunitárias. Nesse período, não era possível estabelecer uma escola secundária sem a autorização do governo.

3) Liceus e escolas especiais, mantidas a expensas do tesouro público.

Com a execução da Lei do 11º ano floreal X pelo decreto consular do 19º ano Frimaire XI (10 de dezembro de 1802), o plano de ensino foi desenvolvido. Seu primeiro artigo dizia: “Ensinaresmos principalmente nos liceus latim e matemática”. Sendo assim, haveria seis classes para o estudo do latim (incluindo história e geografia como anexos) e seis classes paralelas para o estudo da matemática (incluindo como anexos as ciências físicas e naturais), mas de tal forma que os alunos pudessem participar de duas classes durante um ano.

Já o projeto do liceu napoleônico trouxe também de volta os internatos, extintos juntamente com as Escolas Centrais. Como afirma Barros (2017), a nova conjuntura educacional sagrava o liceu como instituição destinada aos jovens da elite francesa, tendo como principal objetivo a preparação para o ingresso no ensino superior e a formação de profissionais liberais:

Essa organização conferiu ao liceu um *status* nato, a existência das chamadas escolas secundárias, fizeram-no se tornar uma alavanca para o nível superior, pois, dentro de sua organização, o nível superior já era contemplado com professores que pertenciam à cátedra das faculdades de letras e ciências. (BARROS, 2017, p.40)

Ao se tornar imperador, Napoleão decidiu por manter o controle da instrução do país, já que controlava o exército, a administração e explorava o culto pessoal. Essa ação teria por finalidade garantir a integralidade do governo por meio da educação, como ele esperava já haver feito pela religião, e anelava estabelecer um clero educador, uma vez que tinha acabado de criar um clero concordante (BUISSON, 1911).

Segundo Buisson (1911) durante um longo período, Napoleão hesitou em conferir à juventude laica o papel de educar em detrimento do poder dos eclesiásticos já constituído. Entretanto, os eclesiásticos eram melhor preparados para a docência, mas não obedeciam apenas ao imperador. Já os jovens poderiam ser capitaneados segundo a vontade de

Napoleão, o que fez com que ele optasse pela juventude e removesse as antigas agremiações juntamente com seus métodos. Para isso, Napoleão organizou um corpo especial, cujos membros deveriam contrair obrigações civis que momentaneamente os separavam da sociedade e os constituía como uma espécie de congregação laica, cujo encargo da educação era inteiramente investido na França como um todo.

De acordo com Heurdier e Prost (2014), com o Decreto Imperial de 17 de março de 1808, o ensino público em todo o império era integralmente responsabilidade da Universidade Imperial. A lei previa a seguinte hierarquia das instituições educacionais e cursos participantes:

- 1) faculdades – ensino circunstanciado das ciências e colação de grau;
- 2) liceus – ensino das línguas antigas, história, retórica, lógica e elementos de matemática e física;
- 3) colégios, escolas secundárias comunitárias – ensino dos elementos das línguas antigas e princípios de história e ciências;
- 4) pré-escolas (*les petites écoles*) – escolas primárias responsáveis por letramento e alfabetização, bem como pela introdução ao cálculo.

A primeira lei francesa que trata exclusivamente do ensino primário ficou conhecida como Lei Guizot de 28 de junho de 1833. Como retratam Heurdier e Prost (2014, p. 31, tradução nossa), o artigo 4 dessa lei previa a liberdade do ensino primário:

Qualquer indivíduo com 18 anos de idade pode atuar livremente como professor primário, desde que tenha obtido um *brevet* [certificado] de competência, emitido após um exame, e apresentado um atestado de moralidade.

O ensino primário público será integrado dentro da universidade: cada departamento deve manter uma escola de formação de professores. Cada município com mais de trezentos habitantes é obrigado a manter uma escola primária e um professor; o município pode cumprir suas obrigações subsidiando uma escola primária confessional estabelecida em seu território.

O texto da lei foi atacado por católicos, hostis à existência de educação pública, e pela esquerda voltairiana e anticlerical, que lutava contra a liberdade da educação denominacional. O autor da lei, o então ministro da Instrução Pública François Guizot, estava pessoalmente comprometido com a educação primária que incluía educação moral e

religiosa. Todavia, como a lei não estendia o benefício à educação feminina primária, que continuava a escapar da regulamentação, ela foi efetivamente abandonada pelas congregações religiosas.

Contudo, a implementação da Lei Guizot contribuiu significante para o aumento da alfabetização na França: em 1848, dois terços dos conscritos aprenderam a ler, escrever e contar. Em 1870, o analfabetismo foi praticamente vencido, e todos os franceses podiam receber instrução gratuita (HEURDIER; PROST, 2014).

A refundação da República contribuiu para a implementação das leis de Jules Ferry, que garantiam escola gratuita, educação obrigatória e ensino público laico. A Lei Goblet de 30 de outubro de 1886 completou as leis de Jules Ferry, confiando um ensino exclusivamente laico em escolas públicas e substituindo os professores congregacionais. A Lei Goblet se referia apenas ao ensino primário, já a modernização do ensino secundário, segundo Heurdier e Prost (2014), ocorreu apenas em 1924, com o decreto presidencial que previa a inclusão feminina no plano de estudos nos liceus¹⁵. Como explicam Heurdier e Prost (2014), entre 1802 a 1959, o termo “liceu” referia-se a instituições financiadas pelo Estado que cobriam todo o ensino médio longo (da sexta série à *terminale*), em oposição aos “colégios”, que também podiam compreender todo o ciclo secundário longo, porém financiados pelo município.

De 1959 a 1963, todos os colégios e liceus que faziam a cobertura do ensino médio assumiram a denominação de “liceu”. A partir de 1963, o termo toma seu significado atual, e o primeiro ciclo do ensino médio (da sexta a terceira série), gradativamente, transformou-se em “colégio de ensino secundário”.

O modelo liceal francês, como destaca Barros (2017), serviu como modelo para criação de várias instituições de ensino secundário ao longo de século XIX, oferecendo formação humanista – com base de ensino em línguas e em literatura. O colégio Pedro II, fundado em 1837, por exemplo, seguia integralmente o currículo francês. Todavia, o acesso

¹⁵ No período entre 1880 e 1924, o ensino das meninas compreendia as seguintes disciplinas: ensino moral, ensino da língua francesa com leitura em voz alta de ao menos mais uma língua viva, literaturas antigas e modernas, geografia e cosmografia, história nacional e história geral, aritmética, elementos de geometria, química, física e história natural, higiene, economia doméstica, costura, noções de direito, desenho, música e ginástica. Contudo, Heurdier e Prost (2014) explicam que os cursos femininos não preparavam para o bacharelado: o bacharelado era reservado para os meninos.

aos estudos secundários era reservado ao um grupo social muito restrito – “jovens herdeiros das famílias dos industriais, grandes comerciantes, oligarcas agrários, ou seja, os sujeitos com distinção cultural de uma elite, que procurava nas escolas secundárias a preparação para os cursos superiores” (SOUZA, 2008, p. 89). Souza (2008, p. 89-90) assim descreve o fato:

Desvinculada de uma utilidade imediata, em relação ao mundo de trabalho, a formação das classes dirigentes continuou privilegiando a arte da expressão, a erudição linguística, o escrever e o falar bem, o domínio das línguas estrangeiras e a atração pela estética literária.

Os alunos que passaram pelas poucas instituições do ensino secundário durante a Primeira República brasileira receberam uma formação mais literária do que científica. Souza (2008) também explica que a base dessa formação compreendia os estudos de latim, língua portuguesa, línguas modernas, com destaque para francês, inglês e alemão. O estudo das línguas foi complementado pelo estudo de literatura, história, geografia e filosofia. O currículo também abarcava matemática (aritmética, álgebra, geometria e trigonometria), mecânica, astronomia, física, química e história natural, no entanto, apenas em forma de ensino complementar importante, mas não fundamental.

As tendências da modernização da sociedade brasileira levaram, na virada do século XX, à divisão do ensino secundário nos cursos realista e clássico. A principal diferença entre esses cursos, segundo Souza (2008), consistia na existência dos estudos das línguas clássicas. O curso realista, com duração de seis anos, compreendia os estudos de cultura geral, mas sem latim e grego, voltado para filhos das elites dirigentes no campo do comércio e da indústria. Por sua vez, o curso clássico durava sete anos, incluía línguas clássicas em todas as séries e tinha por finalidade a preparação para os cursos superiores. Como aponta Souza (2008, p. 100), a reforma instituída pelo Código Eptácio Pessoa (Decreto n. 3.890 de 1º de janeiro de 1901)¹⁶ formulou o grau de bacharel em Ciências e Letras:

A formação do bacharel em Ciências e Letras compreenderia um curso de seis anos de duração, priorizando o estudo metódico e sistemático da língua portuguesa, além das línguas clássicas e modernas, da literatura, da história e geografia do Brasil.

¹⁶ DECRETO N. 3.890 – DE 1 DE JANEIRO DE 1901: Approva o Código dos Institutos Officiaes de Ensino Superior e Secundário, dependentes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-3890-1-janeiro-1901-521287-publicacaooriginal-1-pe.html> acesso em 22 jul. 2019).

Ao longo da Primeira República, as disciplinas científicas – mecânica, astronomia, física, química e história natural – tiveram suas aulas gradualmente reduzidas e redistribuídas para os anos finais. Por consequência, considerando o razoável número de abandonos antes de finalizar o curso, a educação científica no domínio do ensino secundário era modesta. Dessa forma, podemos concluir que as transformações que caracterizaram esse período ocorreram no âmbito de currículo humanista – em disciplinas como língua portuguesa, literatura, história e geografia.

Além de buscar compreender a gênese do modelo liceal, este estudo também se ocupou em elucidar os percursos da presença e da influência francesa no âmbito da instrução e educação brasileira, como veremos a seguir.

1.2 Educação à francesa

Como vimos anteriormente, a influência francesa no âmbito da educação brasileira vem de longa data. Contudo, antes mesmo do modelo de educação francesa fazer parte do currículo do Colégio Pedro II, a história do ensino secundário “remonta aos seminários e colégios jesuítas fundados no Período Colonial”, momento em que os irmãos da vida comunal religiosa ministravam o ensino das humanidades com base no *modus parisienses*¹⁷, que consistia em um modelo baseado nos colégios de Paris. O modelo se multiplicou em nosso país, uma vez que, nas primeiras décadas do século XIX, figurava como um método moderno de ensino (VIGUERIE, s.d. apud NUNES, 2000).

Souza (2008, p. 95) afirma que, na década de 1830, alguns liceus já podiam ser encontrados:

Na década de 1830 começaram a ser criados os liceus provinciais (O Atheneu do Rio Grande do Norte, em 1835, os Liceus da Bahia e da Paraíba, em 1836, entre outros). O Colégio de Pedro II, criado na Corte em 1837, foi organizado para a organização dos demais estabelecimentos de ensino secundário do país.

¹⁷ Em 1530, os colégios parisienses estão divididos em classes, inventadas pelos Irmãos da Vida Comunal, seus superiores são os “principais”, seus horários e disciplinas estão definidos, e os alunos devem aprender latim e grego e explicar os principais autores. Este conjunto de elementos, denominado *modus parisiensis*, serve de modelo tanto para os colégios jesuítas quanto para os colégios protestantes (NUNES, 2000, p. 37).

Outro marco importante da presença francesa na educação se deu com a Missão Artística Francesa em 1816, que fora articulada pelo Marquês de Marialva, ministro das Relações Exteriores de Portugal e representante do príncipe D. João VI em Paris. Este, influenciado pelo então Conde da Barca, convidou um grupo de artistas e artífices franceses bonapartistas a realizar um projeto de ensino artístico no Brasil tendo como “mola propulsora o desenvolvimento dos ofícios, a profissionalização para empregos públicos, o progresso da agricultura e da mineralogia com interessados no aprimoramento da indústria, do comércio e das artes, fundamentais para as terras portuguesas no continente americano” (DIAS, 2006, p. 304).

Segundo Dias (2006), os franceses foram responsáveis por introduzir o primeiro sistema de ensino superior acadêmico, concretizado com a fundação da Academia de Belas Artes em 1826. Esta foi liderada por Le Breton e contou com subsídios da Coroa Portuguesa. O empreendimento foi concluído dez anos após o projeto inicial e resultou na Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios; sua função foi renovar as artes, rompendo com a tradição barroca e fortalecendo o estilo neoclássico no Reino Unido de Portugal.

A criação da Aliança Francesa em 1896, também está entre as relações que tornam os enlances culturais entre França e Brasil mais consistentes e sistematizados (FERREIRA, 2005, p. 227).

Na dissertação de Barbanti (1977), que trata das origens das Escolas Americanas de Confissão Protestante na Província de São Paulo, abordando um período compreendido entre 1870 a 1900, e da história do Colégio Piracicabano – que, segundo a autora, oferecia estudos diferentes dos demais, sendo esse o principal colégio da cidade de Piracicaba –, foi possível evidenciar a presença francesa, mesmo a instituição sendo de origem norte-americana, no âmbito da educação voltada para o seu público feminino de ensino secundário:

As festividades organizadas na ocasião representavam um “tour-de-force” das vanguardas políticas e culturais da Província ostensivamente reunidas para dar apoio a mais uma iniciativa educacional da Igreja reformada [...]. Amplamente noticiada pela imprensa piracicabana liberal, da cerimônia constou um ato público, religioso, de caráter protestante, durante o qual discursaram os Revdos. J. J. Ranson e George Nash, Francisco Rangel Pestana, Manoel de Moraes Barros e outros, e uma reunião à noite, no Theatro de Piracicaba quando as alunas do Colégio cantaram “La Marseillaise” e Rangel Pestana e Nash Norton fizeram conferências sobre o tema “A educação da mulher”. (BARBANTI, 1977, p. 153)

Segundo Barbanti (1977), Mademoiselle Rennote, que era francesa, figurava como “a cabeça pensante” do Colégio Piracicabano e contava com o apoio de suas compatriotas, as Irmãs de São José. Não adentraremos nessa seara, mas vislumbramos a hipótese de que, talvez, se tratasse de uma estratégia das escolas americanas para se firmarem num território já “dominado” pela cultura francesa, ou uma iniciativa ligada às conquistas do liberalismo republicano francês, deixando esse questionamento em aberto para estudos futuros.

Barbanti (1977) ainda cita a existência de um outro estabelecimento de ensino secundário em Piracicaba, o Colégio Franco-Brasileiro. Embora o nome seja semelhante ao liceu que aqui estudamos, não foi possível localizar nenhuma menção a seu respeito, tampouco alguma relação com a política cultural francesa em meio às fontes arroladas para esta pesquisa.

Outra notável influência francesa na educação brasileira se deu com a chegada dos Irmãos Maristas ao Brasil em 1897; eles trouxeram para o país um método de ensino¹⁸ renovador para a época, que segundo Assis (2014, p. 119-20) tinha como proposta

[...] articular uma rede internacional de missionários na tentativa de manutenção do *status quo* da instituição, ou seja, posicionar a Igreja como um dos “elementos constitutivos da sociedade”, já que vinha perdendo espaço para as doutrinas protestantes. Além disso, enfrentava os sujeitos adeptos da filosofia liberal que propunha a laicização de toda a sociedade, incluindo as escolas. Durante esse período, contou-se com a atuação de congregações que partiram em missões evangelizadoras as quais, guardadas as devidas proporções, saíram em ministérios, num processo parecido ao acontecido no período colonial.

¹⁸ A chegada das congregações europeias, na segunda metade do século XIX, transformou o padrão de ensino que até então era centrado nos livros, nas leituras dos clássicos e na palavra do mestre, na memorização e repetição de palavras e de textos, na maioria das vezes sem sentido para o aluno, para um método sintetizado pela versão científica da pedagogia, segundo a qual o ensino deveria partir do simples para o complexo, do concreto para o abstrato, do particular para o geral, do conhecido para o desconhecido, das coisas para os nomes. Era preciso instruir pelas próprias coisas e não acerca delas, pelo cultivo das faculdades de observação dos objetos concretos, nas suas experimentações, no trato empírico (ASSIS, 2013, p. 24). “[...] Desse modo, a Congregação dos Irmãos Maristas é representante da corrente liberal sem, entretanto, perder de vista que está subordinada à uma Instituição maior que as correntes ideológicas divergentes, está subordinada à Santa Sé e de lá acata as determinações propostas pelo Papa. Assim, se existiu espaço para a construção de um programa pedagógico com tendências voltadas à ideia de modernidade foi porque houve espaço dado, permitindo que a Congregação espalhasse pelo mundo um método que transparecesse essa modernidade.” (ASSIS, 2013, p. 80-1).

Adiante veremos que os Irmãos Maristas serão lembrados pela política cultural francesa como uma congregação com potencial para contribuir para a propaganda cultural no Brasil.

Em 1908, foi criado em Paris o Groupement des Universités et des Grandes Écoles de France pour les Relations avec l'Amérique Latine [Agrupamento de Universidades e Grandes Escolas pelas Relações com a América Latina], que se estabeleceu no Brasil com a vinda de um grupo de professores da Universidade de Paris ligados à Terceira República francesa e que tinha como objetivo promover o intercâmbio universitário de estudantes da América Latina. No que concerne especificamente ao Brasil, essas iniciativas tiveram Georges Dumas¹⁹ como seu principal promotor, sendo posteriormente controladas pelo Ministério de Negócios Estrangeiros da França (FERREIRA, 2005, p. 228).

Vercesi (2010) também afirma que George Dumas foi o intelectual que mais se destacou nas relações entre França e Brasil até a Segunda Guerra Mundial. Sob sua liderança, o Groupement tinha como objetivo a cooperação universitária entre os dois países, bem como a promoção de complementação dos estudos a estudantes latino-americanos e a abertura de um campo de pesquisas aos estudantes vindos da França. A implementação desse projeto foi possível graças a proximidade do professor George Dumas com um ex-aluno de medicina em Sorbonne que morava no Brasil e era próximo de um importante segmento de intelectuais paulistanos (VERCESI, 2010, p.23).

Em 1909, essa associação de intelectuais deu origem a União Escolar Franco Paulista, um tronco do Groupement des Universités et Grandes Écoles de France pour les Relations avec l'Amérique Latine, que, segundo seu estatuto, localizado na Ata de Instalação, seria “destinado a promover a confraternização entre estudantes e cientistas franceses e os da América Latina” (VERCESI, 2010, p. 23).

Da fundação dessa união em diante, já era possível a promoção de intercâmbio entre estudantes franceses, sendo em 1910 enviados os quatro primeiros alunos brasileiros a Paris, que foram recebidos pelo então presidente da República Francesa e pelo ministros da

¹⁹ Psicólogo e professor em Sorbonne enviado à América do Sul em 1908, onde passou a liderar a Missão Cultural Francesa; figurava como promotor da diplomacia da amizade entre França e Brasil. (*Titres et travaux scientifiques*, de George Dumas [Paris: Jouve et Cie, 1926], é uma obra composta de relatos de todas as viagens de Dumas e de seus trabalhos, com anotações escritas por ele mesmo.)

Instrução Pública, oficializando o enlace intelectual entre os dois países (MATTHIEU, 1991 apud VERCESI, 2010, p. 25).

Em 1911, essa cooperação rendeu uma cadeira de Estudos Brasileiros na Universidade de Sorbonne e, em 1912, mais uma capilaridade do agrupamento de George Dumas fora criada, o Comité Central France-Amérique de Paris. Este contava com signatários brasileiros e franceses na diretoria e contribuía com verbas significativas para as ações de aproximação cultural entre os dois países, que passaram a ser categorizadas de acordo com os valores investidos.

A criação de instituições franco-brasileiras cresceu e, em 1916, foi possível verificar o primeiro projeto concreto do Lyceu-Franco Brasileiro de S. Paulo. Essa informação pode ser verificada em uma correspondência datada em 4 de novembro de 1916, de autoria do jurista e professor de Direito Internacional da Faculdade de Direito de Paris Albert de Geouffre de Lapradelle, ministro da Instrução Pública da França na época (LAPRADELLE, 1916).

Em meio ao relato sobre sua viagem pelo Brasil é possível notar a preocupação de Lapradelle referente a presença de escolas fundadas por diversos países em São Paulo, tais como Inglaterra, Itália, Estados Unidos e Alemanha, e nenhuma instituição educacional de ensino francês, o que deixa claro que sua presença no Brasil pode ser considerada como o marco inicial da disputa por um território educacional:

Durante minha missão na América do Sul, naturalmente havia oportunidade para observar em São Paulo, um centro universitário, econômico e político de primeira ordem, a ação exercida sobre a formação intelectual da juventude brasileira por nações inimigas, neutras ou aliadas.

Buscando as razões pelas quais, apesar de incontestáveis e muitas simpatias, a França já não tem o lugar que antigamente era dela, rapidamente me convenci da grave inferioridade em que a ausência de um ensino secundário brasileiro deixou a nossa influência.

Inglaterra, Itália, Estados Unidos e Alemanha possuem faculdades ou ginásios nesta capital. Nenhuma escola secundária representa a França.

A elite intelectual do Estado não esconde, no entanto, que tal lacuna, tão lamentável para nós, seja também para o Brasil, que não pode, sem ajuda externa, elevar o nível de seus estudos secundários, e, assim, extrair de uma prolongada sonolência o seu ensino superior: “Para ter universidades, dignas do nome, precisaríamos”, disse um professor da Escola Politécnica de São Paulo, “estudos clássicos semelhantes aos de França”. (LAPRADELLE, 1916, s.p., tradução nossa)

Além disso, Lapradelle (1916) afirmou que a ausência de um liceu francês não poderia ser justificada em razão do baixo número de imigrantes franceses no Brasil, pois o Colégio Mackenzie, por exemplo, que era uma escola de origem norte-americana, contava com um alunado majoritariamente brasileiro. Ou seja, a partir dessa afirmação, é possível perceber uma transição do interesse da presença francesa no Brasil, que começara com vistas à promoção intelectual e passava a voltar seus esforços à propaganda da cultura francesa no país.

O jornal *Le Brésil*, na edição do dia 27 de outubro de 1918 também tratava a propaganda cultural francesa no Brasil como um tema de suma importância. De acordo com a correspondência que contém a transcrição da notícia publicada nesse periódico²⁰, o autor, que não está identificado, afirmava que “os franceses não conheciam bem o Brasil” e concluía que existia a necessidade de uma organização dos serviços de informação prestados pelos representantes franceses, e que estes deveriam superar os resultados de 1914²¹.

Na publicação do jornal *Le Brésil* que está transcrita em uma das correspondências em meio a nossas fontes, pudemos observar a proposição de que esses serviços deveriam conter um conjunto de meios avançados e poderosos conferidos a especialistas, liderados por homens que tivessem um profundo conhecimento da vida brasileira. Também se sugeria que era preciso uma intensa realização prática desta política por atos de ordem econômica e comercial. Além disso, o documento ainda elencava a sessão de 21 de outubro do Congresso da França que reiterou “um desejo de Georges Dumas, relativo à criação no Brasil de quatro liceus franceses, vinculados à Universidade de Bordeaux, e que esses seriam mantidos pelo governo francês conforme aspirado pelas grandes Câmaras de Comércio de Bordeaux, Lyon, Le Havre e Marselha” (ARTIGO, 27 out. 1918, tradução nossa).

Uma correspondência de 31 de dezembro de 1918 nos permitiu evidenciar que, de fato, o estudo dos projetos de liceus franceses na América Latina ocorreu em consonância com as aspirações do professor Georges Dumas e de seu Groupement des Universités et des Grandes Écoles de France pour les Relations avec l'Amérique Latine. Contudo, esses interesses estavam mais voltados a legislar em favor dos benefícios econômicos da França

²⁰ A correspondência analisada contém a transcrição datilografada da publicação do referido jornal, e não seu exemplar impresso. A data de 27 de outubro de 1918 refere-se a data da publicação do jornal.

²¹ A Primeira Guerra Mundial começou em 28 de julho de 1914.

do que na promoção intelectual no Brasil (COMISSÁRIO GERAL DA INFORMAÇÃO E DA PROPAGANDA, 1918).

Como explica Suppo (2000), a “propaganda intelectual” disseminada pela construção de instituições subsidiadas pela França fora do país fomentou a francofilia²² e foi responsável pela disseminação da formação humanista francesa no Brasil. Na visão de Georges Dumas, essa influência gerava a admiração pela cultura francesa e incentivou o consumo dos produtos franceses, que passaram a ser vistos como símbolos de luxo, “de inteligência e de bom gosto”.

Nesse sentido, a França é um exemplo típico de Estado a serviço de uma expansão cultural e corolário de uma política de prestígio que se tornou o tipo de política externa para a qual a propaganda cultural é um meio de o caminho do sucesso político. A propaganda cultural é usada para acumular um capital fiduciário de renda incalculável, e ele operará sob circunstâncias imprevisíveis. (SUPPO, 2000, p. 311)

Sobre essa ação, Vercesi também apresenta um destaque a partir de Bittencourt (2008 apud VERCESI, 2010, p. 22):

A educação “à francesa” tornava-se uma mercadoria considerada Moderna e necessária para nosso processo civilizatório, um capital cultural a ser apropriado e consumido pela juventude de nossas elites. Era um modo de ser “moderno”.

No início do século XX, o maior destaque da economia brasileira concentrava-se no território paulista, que, sustentado pela exportação do café, era considerado como a locomotiva do país. Tal crescimento chamava a atenção do mundo, que, na iminência de uma guerra, passou a encarar o país como um dos destinos mais acertados – nesse período, o Brasil registrou um grande crescimento na taxa de imigração (TOLEDO, 2015).

São Paulo desfrutava dos “avanços” advindos da expansão demográfica e do crescimento significativo da economia, porém sofria com altos índices de moléstias e analfabetismo. A conjuntura estimula o jornal *O Estado de S.Paulo*²³ a publicar em seus

²² Para Toledo (2015) a cidade de São Paulo, nos primeiros anos do século XX, figurava como uma cópia da cidade de Paris, tanto em sua estrutura urbanística e arquitetônica como no comportamento da população como num todo. Levi Strauss (1955) também faz menção a francofilia paulistana afirmando que o idioma francês, falado por quase todos os habitantes da cidade de São Paulo, de certa forma o fazia sentir-se em casa. Vercesi (2010), afirma que a Livraria Garroux, que era francesa, também figurava como um dos pontos comerciais na cidade de São Paulo nesse período.

²³ “O jornal de Júlio Mesquita, sob seu comando, tinha um desempenho excepcional, mas que não chegava a ser incomum se comparado aos setores de ponta da economia brasileira do período [...]. Comparado à média da produção nacional, *O Estado de S.Paulo* teve um desempenho bem melhor que o do país e infinitamente

editais artigos diversos que abordavam as mudanças e medidas necessárias para a educação, entendida, nesse momento, como a mola propulsora do desenvolvimento do país e de sua civilização:

[...] o jornal atribuiu o “atraso” do país à carência educacional da população, chegando a afirmar ser o ensino a mola propulsora do progresso social e material, a solução permanente e o caminho mais seguro para a sua modernização. Não que a sociedade tradicional deixasse de valorizar a educação, mas em seu ideário, os republicanos tinham-na como a salvação para todos os males sociais. (PARIS, 1980, p. 21 apud LARIZATTI, 1999, p. 41)

Essa fermentação de ideais aspiradas pelos proprietários do jornal e a articulação entre ele e a França têm sua confirmação constatada por meio de uma das correspondências de nossas fontes, que afirma que, em 1921, o periódico adicionaria cinco franceses, “escritores de primeira”, a seu quadro de colaboradores:

Mas entendo que, graças à atividade do professor Dumas (que visitou São Paulo em 1921), o grande jornal *O Estado de S.Paulo*, o mais importante do Brasil, vai anexar cinco colaboradores franceses, escritores da primeira ordem, para garantir cinco crônicas mensais, políticas, literárias, científicas, musicais e artísticas. O professor Dumas ficaria encarregado de encontrar esses porta-vozes do pensamento francês. (LUCCIARDI, 1921, s.p., tradução nossa)

Embora não explicitado, entende-se a valorização do termo “escritores de primeira” como uma referência coadunada ao termo *Intelligentsia*, encontrado nos debates russos ao final do século XIX e início do século XX sobre o papel da elite intelectual e que fora apropriado pelos franceses em favor do termo intelectual (VIEIRA, 2008, p. 70). A palavra *intelligentsia* se associou à ideia de uma elite que se definia pelo grau de formação, de conhecimento erudito e de cultural em geral, em contraste com as elites de sangue ou de posição econômica, bem como vinculou-se à ideia de grupo que, gozando de capacidades superiores de análise e de elaboração de propostas sociais, se constituía como protagonista político privilegiado (VIEIRA, 2008, p. 69). Sendo assim, recrutar escritores dessa nova elite intelectual seria como um investimento em poder de influência. Para Sirinelli (1998, p.274):

melhor que o do maior negócio da região onde era publicado. Esse crescimento explosivo das vendas e dos processos de fabricação nacionais ajuda a entender a dimensão da revolução que Júlio Mesquita implantou no jornalismo – não foi apenas uma questão de máquinas. As técnicas e o processo de produção de um original até virar notícia foram completamente remodelados em seu tempo.” (CALDEIRA, 2015, p. 31)

“O progresso do ritmo de impressão era a evidência do sucesso de Júlio Mesquita como empresário. Ele começou a vida de jornalista profissional em 1888, como secretário em um jornal com 904 assinantes e 3.218 leitores totais. Em 1927, era proprietário de um jornal com 48.638 assinantes, cuja tiragem média era de 75 mil exemplares.” (CALDEIRA, 2015, p. 30)

“[...] essas elites culturais se definem pelo seu poder de influência, isto é, de ressonância e de amplificação, seria também necessário poder avaliar essa influência nas ‘tomadas de decisão’ em matéria cultural”. Apropriaremos-nos aqui dessa conceituação de elite cultural inspirada em Sirinelli, na qual as elites culturais se definem, como noutros meios, pela sua própria imagem, que reflete a sociedade que as rodeia.

O interesse dos integrantes do jornal pelo Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo foi lembrado por Júlio de Mesquita Filho em um discurso datado em 21 de setembro de 1961 sobre o movimento que deu origem a Universidade de São Paulo (PONTES, 2010). Nesse parlatório, Júlio de Mesquita Filho contou sua trajetória e como se deu a concepção do colégio, que para ele era uma instituição que preenchia o que entendia como deficiências do ensino em todos os seus níveis e ajudava na adequação do sistema educacional brasileiro aos moldes europeus de maior destaque. Essas circunstâncias de criação do Lyceu teriam dado, segundo o jornalista, início ao ideário da fundação da Universidade de São Paulo:

[...] Já aí se insinuava em mim a ideia de procurar incutir nos meus colegas – e através das colunas do jornal de meu pai atingir outras esferas – as concepções de ciência e cultura que já nessa altura se haviam desenvolvido na Europa. Ao sair da faculdade e entrar para a redação de *O Estado* iniciei uma propaganda no sentido de se conseguir que o Brasil sacudisse os velhos métodos e as obsoletas concepções de ensino para substituí-los pelos métodos da cultura que vigoravam em todos os países civilizados daquela época. Foi mais ou menos nesta altura que pela primeira vez iniciei um apelo aos professores vindos da França, os quais nos visitavam no afã de aproximar os povos sul-americanos da França. (MESQUITA FILHO, 1961 apud PONTES, 2010, p. 151)

Na sequência, contou que, estando a frente da comissão de planejamento da Universidade de São Paulo, fora aconselhado por Georges Dumas que seria um equívoco começar pela fundação de uma universidade por efeito das lacunas existentes do ensino secundário no Brasil:

[...] Foi então que conheci George Dumas, professor de sociologia de Sorbonne, grande amigo de São Paulo, que quando vinha ao Brasil aqui permanecia por períodos de quinze, vinte dias e até um mês. E o centro de suas atividades era a redação de *O Estado*, na qual travávamos longas palestras. Sempre que podia eu encaminhava a prosa para assuntos relacionados com o ensino universitário. Era um prazer extraordinário discutir com George Dumas sobre este sedutor tema. Era ele de opinião que seria um erro começarmos pela fundação de uma universidade propriamente dita. Estava ele perfeitamente a par das lacunas de nosso ensino secundário que preparasse os alunos de forma a istó-los capazes de adquirir os ensinamentos a lhes serem ministrados na universidade [...]. A

solução seria mandar vir os melhores professores da Europa cuja missão seria a preparação dos rapazes que mais tarde iriam lecionar nos cursos secundários. Ele se entusiasmou pela ideia, e vendo o interesse que tínhamos em procurar resolver o problema do ensino no Brasil se propôs a trabalhar conosco na criação, em São Paulo, de um ginásio, um liceu, em que se pudesse preparar os futuros professores. Foi daí que se originou o Liceu Franco-Brasileiro, hoje Liceu Pasteur. (MESQUITA FILHO, 1961 apud PONTES, 2010, p. 152)

Percebe-se, no discurso de Júlio de Mesquita Filho, que o Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo situa-se, para ele, nesse contexto, entremeio a um projeto de ensino superior e de uma sociedade intelectualizada que se desejava cultivar, fomentada por sujeitos que representavam a elite paulistana e que depositavam nessa futura instituição de ensino secundário a finalidade de inculcar cultura – que acreditavam ser legítima – por meio da contratação de professores vindos da Europa.

Levamos, então, a hipótese de que existia uma certa diferença entre os sujeitos pertencentes a elite paulista e os franceses da elite cultural, no sentido de que, para os brasileiros, o Lyceu representava uma *instância escolar* coadunada a um projeto de promoção intelectual justificado pela força simbólica da consagração cultural francesa. Já para os franceses, a concepção do Lyceu-Franco Brasileiro de S. Paulo estava intimamente associada à propaganda cultural francesa que vislumbrava na conjuntura²⁴ educacional brasileira do período a oportunidade de firmar um mercado de bens simbólicos²⁵.

No *corpus* documental elaborado no bojo da política cultural francesa, podemos evidenciar que tanto Mesquita Filho quanto George Dumas dedicavam seus esforços em diferentes direções no que se refere ao papel das instituições franco-brasileiras. Por um lado, Mesquita Filho defendia que esse enlace corroboraria com a evolução do ensino secundário na cidade de São Paulo, bem como de todo o país. Já as correspondências de Dumas

²⁴ O momento instituinte, como o processo de institucionalização, torna-se objeto científico a partir de óticas epistêmicas particulares, mas sua representação simbólica (quantitativa e qualitativa) e sua hermenêutica ficam mais esclarecidas como base nas análises e narrativas discursivas sobre a genealogia e o processo de formação. A historiografia das instituições é uma condição básica para sua intelecção e na tomada de decisões (MAGALHÃES, 2004, p. 62).

²⁵ O sistema de produção e circulação de bens simbólicos define-se como o sistema de relações objetivas entre diferentes instâncias definidas pela função que cumprem na divisão do trabalho de produção, de reprodução e de difusão de bens simbólicos. O campo de produção propriamente deriva sua estrutura específica da oposição – mais ou menos marcada conforme as esferas da vida intelectual e artística – que se estabelece entre, de um lado, o campo de *produção erudita*, como sistema que produz bens culturais (e os instrumentos de apropriação desses bens) objetivamente destinados (ao menos no curto prazo) a um público de produtores de bens culturais que também produzem para produtores de bens culturais (BOURDIEU, 2015, p. 105).

compreendem estratégias que explicitam suas intenções de coadunar as “lacunas existentes” no ensino secundário brasileiro com o projeto de expansão cultural francesa.

Portanto, a criação do Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo proporcionaria uma dupla finalidade para além de um projeto de instituição educacional ou uma instância escolar, mas também como um elo importante entre a política cultural francesa e a cidade de São Paulo, que nesse período passava por um processo de desenvolvimento econômico e cultural. A conjuntura se configurava, para a França, como um terreno fértil para criação e fortalecimento de instituições dedicadas aos laços diplomáticos com o Brasil.

1.3 As congregações religiosas

Um exemplo de sistematização da produção e da circulação de bens simbólicos pode ser constatado em uma das correspondências de autoria de George Dumas endereçada ao Ministério de Assuntos Estrangeiros francês, datada de 1º de janeiro de 1919, em que ele repassa informações detalhadas acerca dos estabelecimentos de ensino secundário, superior e congregações existentes na cidade, assim como das estratégias de ação que eram elaboradas para garantir a expansão da cultura francesa na elite paulista e em toda a América Latina (DUMAS, 1919). Anexada a essa carta, uma “nota” sobre a possível recorrência às congregações francesas residentes na América Latina com a finalidade de complementar o recrutamento de estudantes de escolas técnicas e universidades francesas, o que já ocorria, contudo, em número reduzido:

[...] Aqui está a nota prometida sobre como usar as congregações francesas no Brasil e competir efetivamente com a ajuda das congregações de ensino da Alemanha e das missões de ensino dos Estados Unidos.

Aguardo sua convocação para a reunião que você estava planejando para as escolas secundárias franco-brasileiras. Como estaríamos diante de uma audiência pequena e segura, vou apresentar os melhores argumentos que nem sempre são fáceis de divulgar em público, especialmente no que diz respeito aos Estados Unidos da América do Sul.

Estou cada vez mais convencido de que, se fizermos o ensino médio – e esperamos que o Brasil o faça –, devemos fazê-lo rapidamente. Eu lhe disse que a assistência financeira do Comitê Brasileiro está nos beneficiando no que diz respeito aos liceus, mas não podemos pedir ajuda financeira como nossas sociedades anônimas, já que os liceus franco-brasileiros não possuem seu capital subscrito. (DUMAS, 1919, s.p., tradução nossa)

Dumas também propôs que os latino-americanos poderiam ir em grande número para as escolas técnicas e universidades da França, pois detinham conhecimento do idioma e “afinidades raciais”, o que mais uma vez remete nossa análise às afirmações de Bourdieu (2005, p. 107) no que diz respeito ao progresso do campo de produção erudita e a busca por sua autonomia:

Pode-se medir o grau de autonomia de um campo de produção erudita com base no poder que se dispõe para definir as normas de sua produção, os critérios de avaliação de seus produtos e, portanto, para retraduzir e reinterpretar todas as determinações externas de acordo com seus princípios próprios de funcionamento. Em outros termos, quanto mais o campo estiver em condições de funcionar como a arena fechada de uma concorrência pela legitimidade cultural, ou seja, pela consagração propriamente cultural e pelo poder propriamente cultural de concedê-la, tanto mais os princípios segundo os quais se realizam demarcações internas aparecem como irredutíveis a todos os princípios externos de divisão [...]. Destarte, constituem-se “sociedades de admiração mútua”, pequenas seitas fechadas em seu esoterismo e, ao mesmo tempo surgem os signos de uma nova solidariedade [...].

De modo a delinear as estratégias de promoção do campo de produção erudita, George Dumas (1919, s.p., tradução nossa) prossegue com suas formulações:

[...] De acordo com informações fornecidas pelo mesmo serviço de propaganda no exterior, havia em 1914 cerca de 130 alunos da América Latina matriculados em nossas escolas técnicas e em nossas universidades, uma média de seis alunos para cada uma das 21 repúblicas da América Latina. Em comparação, vindos só do Brasil, havia mais de quatrocentos estudantes nas universidades da América do Norte e centenas nas universidades alemãs. Se procurarmos as causas que afugentam os latino-americanos de procurar nosso ensino superior, perceberemos que a principal pode ser formulada da seguinte maneira: estamos esperando na França que os latino-americanos venham até nós, enquanto a Alemanha e a América do Norte vão buscar e preparar no local, em faculdades americanas ou alemãs, os futuros alunos de suas universidades.

Dumas (1919, s.p., tradução nossa) continua sua nota expondo a estratégia de utilizar as congregações religiosas francesas, especialmente os Maristas, como foco de irradiação da política educacional que interessava à França:

Para lutar com êxito contra as congregações alemãs e as missões americanas, devemos, além de qualquer preocupação religiosa ou política, usar as congregações francesas que têm no Brasil numerosos e prósperos estabelecimentos secundários. Não parei, nos doze anos em que estive no Brasil por muitas e prolongadas estadias, de defender esta solução. Seria muito fácil conviver com as congregações francesas, especialmente com os Maristas, que têm escolas secundárias em todos os lugares, para preparar os alunos para o bacharelado francês ao mesmo tempo que prepara para os

exames brasileiros; eles poderiam organizar mais facilmente a preparação do nosso bacharelado desde que usem o francês como língua veicular em grande parte do seu ensino, e que, por outro lado, a língua materna do país, o português, seja aceita por dois anos como língua estrangeira para o bacharelado francês. Como teremos graduados franceses nos liceus de São Paulo, Rio e Porto Alegre, será muito fácil organizar jurados de bacharelado no local, que examinarão os candidatos dos Maristas ao mesmo tempo que nossos liceus modelos. Certamente poderíamos, ao fazê-lo, usar todas as nossas forças para garantir o recrutamento de nossas universidades e de nossas escolas técnicas neste país do Brasil

Ele também destaca a possibilidade de fundação de liceus franceses e a urgência de medidas concretas devido à “concorrência” de outros países:

Em toda a América Latina, parece que o momento é particularmente favorável para organizar o recrutamento de nossas universidades e escolas técnicas, seja fundando os liceus franceses ou usando as congregações francesas, seja se dando bem, como no Canadá, com a educação nacional; mas a concorrência dos Estados Unidos da América do Norte está em toda parte ativa e poderosa, a concorrência alemã, momentaneamente desacelerada, será inevitavelmente retomada em breve, e, se quisermos agir, nossa primeira preocupação deve ser fazê-lo imediatamente. (DUMAS, 1919, s.p., tradução nossa)

Sobre George Dumas promover o recrutamento dos Maristas para a questão da propaganda cultural francesa, defendemos a hipótese de que essa não fora uma escolha por obra do acaso, mas sim em razão dos métodos de ensino adotados por essa congregação, que nesse período de disputas por legitimação e reprodução cultural no âmbito educacional era a que mais se aproximava dos métodos aplicados por seus “inimigos” americanos e alemães.

Na busca por informações acerca da quantidade de congregações francesas existentes no país, localizamos um dossiê de Bittencourt (2017) retratando os “empreendimentos” sociais da elite eclesiástica e das congregações religiosas no Brasil. A autora fez o levantamento de agrupamentos religiosos no país, inclusive as congregações francesas existentes no período de nosso recorte temporal, e tabelou as duas maiores congregações de modo a comparar os grupos, seus destinos e o seu numerário.

Tabela 1. Congregações francesas por ano, destino e quantidade registrada

Ano	Localização/ Quantidade
1850	Não há registro (21)
1860	Não há registro
1870	Não há registro
1880	Pará (1), Rio de Janeiro (1)
1890	Rio de Janeiro (1), São Paulo (1)
1900	Minas Gerais (2), São Paulo (2)
1910	Rio de Janeiro (1)
1920	Rio de Janeiro (1), São Paulo (1), Minas Gerais (1)
1930	Não há registro
1940	São Paulo (1), Minas Gerais (1)
1950	Rio de Janeiro (1), São Paulo (1)
1960	Rio de Janeiro (1), São Paulo (1)
1970	Rio de Janeiro (1), São Paulo (1)

Fonte: BITTERCOURT, 2017, p. 50.

Tabela 2. Congregações italianas por ano, destino e quantidade registrada

Ano	Localização/ Quantidade
1850	Não há registro (37)
1860	Não há registro
1870	Não há registro
1880	Não há registro
1890	Rio de Janeiro (1), São Paulo (1)
1900	Minas Gerais (2)
1910	Minas Gerais (1), Paraná (1)
1920	Rio de Janeiro (5), Pará (1)
1930	Rio de Janeiro (2)
1940	São Paulo (3), Rio de Janeiro (2), Bahia (1)
1950	Rio de Janeiro (3), São Paulo (1), Rio Grande do Sul (1), Paraná (1), Minas Gerais (1)
1960	Rio de Janeiro (1), Bahia (1), Paraná (1), Rio Grande do Sul (1)
1970	Não há registro
1980	Não há registro

Fonte: BITTERCOURT, 2017, p. 49.

Segundo Bittencourt (2017, p. 50), essa análise permite evidenciar que

[...] embora houvesse forte concentração de italianos no Rio de Janeiro e eles tivessem uma presença marcada no Sul e no Sudeste, estabeleceram-se também na Bahia, no Pará e no Espírito Santo. As congregações francesas elegeram os centros urbanos mais desenvolvidos, cujas elites, nas primeiras décadas do século XX, almejavam uma educação refinada para seus descendentes, especialmente para suas filhas como demonstram

alguns estudos monográficos sobre colégios monográficos²⁶ [...]. O destino preferencial das francesas foi São Paulo, seguido do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

Com base nessa afirmação, podemos evidenciar que, para além da defesa de que as congregações francesas tivessem como papel oferecer “uma educação refinada para seus descendentes, especialmente para suas filhas”, esses grupos faziam parte de uma sistematização da política cultural francesa direcionada à elite, principalmente a paulistana, e não só de um público feminino.

A colônia francesa no Brasil, no final dos anos 1910, era modesta em comparação com as outras colônias oriundas da Europa. De acordo com Raiberti (1919), o exemplo de quadros comparativos entre a população alemã e francesa em ano 1920 retrata essa situação.

Tabela 3. População alemã no Brasil em 1920

Estado	Número de habitantes
Paraná	50.000
Rio Grande do Sul	50.000
Santa Catarina	40.000

Fonte: MAE – série SERVICE DES OUVRES, subsérie: BRÉSIL, Volume 129 bis, página s/n°. Relatório de Flaminius Raiberti para o exercício do ano 1919. Sem data.

Tabela 4. População francesa no Brasil em 1920

Estado	Número de habitantes
São Paulo	2000 na capital + 3000 no interior
Rio de Janeiro	8000

Fonte: MAE – série SERVICE DES OUVRES, subsérie: BRÉSIL, Volume 129 bis, página s/n°. Relatório de Flaminius Raiberti para o exercício do ano 1919. Sem data.

²⁶ Segundo Bittencourt, os estudos monográficos são de Colombo (2013), Leonardi (2002) e Perosa (2008).

No entanto, de acordo com dados do Recenseamento Geral do Brasil realizado em 1920, a população alemã e francesa no Brasil era diferente, conforme Tabela 5, que relata toda a população estrangeira no território nacional.

Tabela 5. Recenseamento Geral do Brasil realizado em 1920

RECENSEAMENTO REALIZADO EM 1 DE SETEMBRO DE 1920 LXI

POPULAÇÃO POR NACIONALIDADE

O Brasil, considerado em conjunto, não é um país essencialmente imigrante, pois as colônias estrangeiras, embora notáveis em parte da zona meridional, são ainda insignificantes em outras regiões vastíssimas do território nacional. Pelos resultados do censo de 1º de Setembro de 1920, é muito pouco considerável o número de estrangeiros que habitam o Brasil. Toda a população estrangeira, disseminada nos vários Estados, atinge apenas 1.565.961 habitantes, assim distribuídos segundo a nacionalidade :

	Habitantes		Habitantes
Italianos.....	558.405	Uruguayos.....	33.621
Portuguezes.....	433.577	Argentinos.....	22.117
Hespanhóes.....	219.142	Paraguayos.....	17.329
Alemães.....	52.870	Norte-Americanos	3.439
Austriacos.....	26.354	Chilenos.....	445
Francezes.....	11.894	Outros americanos.....	13.200
Inglezes.....	9.637	Turco-arabes.....	50.251
Belgas.....	1.937	Japonezes.....	27.976
Outros europeus.....	77.698	Outras nacionalidades.....	6.069
TOTAL DE ESTRANGEIROS.....		1.565.961	

Fonte: RECENSEAMENTO DO BRASIL, Vol. IV, parte 1. Rio de Janeiro, 1926.

Ainda sobre o início do século XX, a forte presença de congregações alemãs, preferencialmente na região Sul do país, a priorização dos italianos de outras instituições e regiões do Brasil e as missões americanas que juntavam suas forças em torno de cidades importantes do interior do estado de São Paulo, figuravam para a França como uma oportunidade para instalar o Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo e também se estabelecer no âmbito do ensino secundário. Para essa afirmação podemos nos basear em uma carta datada de 23 de maio de 1919 em que os membros da diretoria do Ministério de Negócios Estrangeiros solicitavam ao governo francês o envio de subsídios para a construção de liceus (MAE, 1919).

Um estudo de Lúcio Kreutz (2016), com título *A educação dos imigrantes no Brasil*, aponta para a situação acerca das escolas étnicas no período entre 1820 e 1939. Segundo o

autor, no Brasil, “entre os imigrantes a heterogeneidade foi muito grande, tanto entre as diversas nacionalidades quanto numa mesma, como é o caso dos italianos e alemães” (KREUTZ, 2016, p. 347). De fato, as regiões sul e sudeste vivenciaram a instalação de diversas instituições de ensino criadas por esses núcleos populacionais e que tinham por finalidade a manutenção da tradição cultural que já compreendia a escola como instância importante no processo educacional, bem como preencher a ausência de escolas públicas para os seus descendentes no país (KREUTZ, 2016).

A presença expressiva de alemães e italianos foi destacada no estudo de Kreutz (2016), sendo esses grupos étnicos os primeiros a figurarem nos quadros qualitativo e quantitativo. Segundo o autor (p. 349) “houve um ideal de branqueamento que se aglutinara ao liberalismo político e econômico dos representantes da elite cultural brasileira”. Os alemães foram os primeiros a formar suas correntes institucionais sistematizadas no país, enquanto os italianos chegaram em maior número. Além disso, os alemães figuram no período com o maior número de alfabetizados a aportarem no país.

Um levantamento da Secretaria da Agricultura de São Paulo, feito entre 1908 e 1932, registrou o índice de alfabetização dos imigrantes que entraram pelo porto de Santos. O grau de alfabetização por grupo étnico foi: imigrantes alemães: 91,1%; imigrantes japoneses: 89,9%; imigrantes italianos: 71,3%; imigrantes espanhóis: 46,3%. Esses dados referem-se somente aos imigrantes que entraram pelo porto de Santos e não podem ser tomados como representação completa de cada grupo étnico. (KREUTZ, 2016, p. 353)

Outro dado elencado no estudo acerca da educação de imigrantes no Brasil aponta que, “segundo levantamento das associações de professores, havia, no Rio Grande do Sul em 1920, um total de 787 escolas teuto-brasileiras, sendo 310 católicas, 365 evangélicas e 112 mistas” (KREUTZ, 2016, p. 356). O número significativo de escolas alemãs fomentou uma iniciativa de ação conjunta que promovera a criação de associações de professores, congressos, cursos e estudos, entre outros, voltados para tais agrupamentos, bem como incentivou a produção de materiais didáticos para a comunidade escolar. O sucesso da empreitada alemã acabou por culminar na criação da Associação Brasileira de Professores da Imigração Alemã (KREUTZ, 2016).

Contudo, “nos demais estados o reduzido número de escolas de imigração não favoreceu essas iniciativas de ação conjunta” (KREUTZ, 2016, p. 357), o que nos permite vislumbrar a hipótese de que esse quadro corroborou com a política cultural francesa de tal

modo que esta acabou por dedicar-se mais ao projeto educacional voltado para a cidade de São Paulo, fazendo com que a ideia de construir um liceu em na cidade de Porto Alegre fosse abortada por um tempo.

Sobre as escolas de imigração italiana, o estudo acerca da educação dos imigrantes aponta que essas instituições mudam de acordo com a região, as peculiaridades de seus públicos e os contextos socioeconômicos (KREUTZ, 2016). Entretanto, diferentemente das comunidades alemãs, uma parcela significativa dos imigrantes italianos tinha uma vinculação menor com o processo escolar e atribuíam à Igreja o papel de organização cultural, o que os leva a se interessarem menos pela construção de escolas, tarefa que fica nas mãos do poder público ou das congregações religiosas. Além disso, Kreutz (2016, p. 359) argumenta que “não há indicação de que houvesse uma estrutura de apoio ao processo escolar, como associação de professores, escola normal e produção de material didático”.

Um levantamento promovido pelo Ministério degli Affari Esteri [Ministério dos Assuntos Estrangeiros da Itália], arrolado por Trento (1989) e revisitado por Kreutz (2016), aponta que, no ano de 1913, o número de escolas primárias italianas no Brasil chegou a 396, sendo que, desse montante, 187 escolas estavam localizadas no estado de São Paulo, e entre essas, 121 estavam sediadas na cidade de São Paulo. Ainda, boa parte era subsidiada pelo governo italiano, especialmente o material didático. Tais dados subsidiam a elucidação dos motivos que fomentaram a política cultural francesa a direcionar seus esforços para a cidade de São Paulo, principalmente para o âmbito do ensino secundário.

Com base nesses levantamentos, coadunados com as aspirações francesas relativas ao recrutamento de suas congregações, podemos evidenciar que Dumas mencionava sua preocupação exclusiva em relação às congregações alemãs e às missões americanas, sem mencionar as italianas. Isso porque as congregações alemãs e americanas realmente figurarem como instâncias com forte poder de influência cultural por meio de instituições educacionais, pois as prioridades, bem como a responsabilidade de continuidade das tradições dessas comunidades, eram depositadas na escola, enquanto italianos direcionavam à Igreja tal finalidade (BARBANTI, 1977).

Por fim, a presença de estrangeiros no âmbito da educação de grande importância nesse período, segundo Ritzkat (2016), se dava em razão das preceptoras²⁷ majoritariamente alemãs, que eram mulheres que trabalhavam como educadoras nas casas de famílias brasileiras abastadas de modo a “preparar crianças e jovens para uma vida mais culta e elegante”, sobretudo nos moldes europeus.

De modo a reforçar a elucidação acerca da insistência dos franceses em conduzir a formação das elites, localizamos, nos pareceres contidos em um documento datilografado e de registro oficial datado de 6 de novembro de 1916 escrito por Lapradelle, o planejamento de uma instituição de ensino secundário franco-brasileira com dois bacharelados, o francês e o brasileiro. Além disso, é possível notar uma percepção clara de dupla finalidade para esse liceu: por um lado, o Brasil não poderia, sem ajuda externa, elevar o nível de ensino médio, o que geraria uma relação de dependência em relação aos subsídios oriundos da França, tais como corpo docente e livros didáticos, entre outras matérias; por outro, isso fortaleceria mais ainda a promoção dos estudos clássicos semelhantes ao modelo francês e propiciaria uma maior promoção da cultura francesa voltada para o futuro alunado, o que, no longo prazo, segundo as aspirações da política cultural francesa, os tornaria dependentes do consumo de produtos de natureza diversa vindos da França (LAPRADELLE, 1916).

Contudo, não pretendemos esgotar nesta pesquisa todas as ações que foram realizadas no bojo da política cultural francesa, que, segundo Suppo (1999), abrangeu não só Brasil, mas envolveu também outros países da América Latina, pressupondo um referencial de conjunto instituinte com potencial de instituição educacional. Salvaguardamos este estudo a uma mesoabordagem, de modo a historiar a escola-instituição e compreender essa política como um componente de seu quadro instituinte:

[...] historiar a escola como organização institucional (total), situando cada unidade escolar ou educativa num espaço, num tempo e num sentido evolutivo; atribuindo-lhe um arquivo e uma memória; conferindo-lhe um ideário cultural e pedagógico; buscando singularidade material, organizativa, sociocultural assinalada na mesoabordagem, enfim, divisando os sentidos de transformação e evolução das interações e dos ajustamentos entre os ideários e os públicos. Assim instituída, sendo local e meio total, prolongando-se no tempo e nas identidades dos sujeitos, a

²⁷ A preceptora é por definição, uma mulher que ensina em domicílio, ou uma mulher que habita com uma família para fazer companhia e dar aulas às crianças (RITZKAT, 2016, p. 271). Em São Paulo, muitas dessas preceptoras serviam diversas famílias, tais como a família Prado e Ernesto Ramos, Amaral Souza, Pereira Queiro, entre outras. Bertha Wegner (Redinger de nascimento) foi uma dessas preceptoras e fundou sua própria escola em São Paulo.

escola assume o estatuto de educação-instituição. (MAGALHÃES, 2010, p. 12)

Ainda sobre a primeira aspiração da instituição localizada nos registros de Lapradelle intitulado “Projeto de um Liceu de São Paulo”, sinalizado como “nota confidencial”, podemos verificar todo um ideário de caráter pedagógico para a futura instituição. Esse projeto previa a contratação de professores das universidades francesas e que todos os alunos, depois de três anos, deveriam se apropriar da fluência no idioma francês, sendo que, no sétimo ano, os alunos teriam um exame de duplo bacharelado²⁸. Além disso, o “respeito a crenças”, porém com “culto católico no interior do Liceu”, presumindo que a maioria dos alunos seriam católicos.

Lapradelle ainda sugeria a construção do liceu em Higienópolis, considerado, nesse período, um bairro de elites e “a parte mais saudável da cidade”. Embora a maioria desses elementos seja de caráter pedagógico e, no atual contexto, a citação sobre a localização tida como apropriada para essa construção nos pareça uma simples proposição, o local de instalação de uma instituição nos remete a elucidação de diversos elementos instituintes, pois:

O conhecimento da relação entre as instituições educativas e os contextos geográfico e sociocultural envolventes, sob a modalidade de território, de comunidade, ou de público-alvo, pode reconceitualizar-se no plano histórico, encarando “a escola na sua contribuição para as emergências das estruturas e dos grupos sociais”. (PETTITAT, 1992 apud MAGALHÃES, 2004, p. 125)

Considerando a proposição de Magalhães (2004), recorreremos ao estudo de Antônia Terra (2012) intitulado como *História das cidades brasileiras*, importante referência para melhor compreensão da localização proposta para a instalação do Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo.

Antes das reformas urbanas do início do século XX, as cidades acolhiam em seus antigos espaços uma variedade de classes sociais e funções diversificadas. Conviviam ricos e pobres, fábricas e residências, comércio e serviços. Mas ao longo de um processo de algumas décadas, essa

²⁸ No Brasil, até a reforma Benjamim Constant em 1890, apenas os alunos do Colégio D. Pedro II recebiam o grau de bacharel – a exigência para matrícula no curso superior –, todos os alunos provenientes dos liceus e dos estabelecimentos particulares que desejavam continuar seus estudos eram obrigados a prestar exames junto às Academias de São Paulo, Olinda, Rio de Janeiro e Bahia (OLIVEIRA, 2017). Com o Decreto 981/1890 de Benjamim Constant, que procurou promover a integração do sistema de ensino brasileiro, foi criado o Exame de Madureza, o qual, por meio de provas escritas e orais, garantia grau de bacharel equivalente àquele obtido pelos alunos que frequentavam Colégio D. Pedro II.

proximidade entre a elite e os trabalhadores foi cedendo lugar à organização de bairros com funções diferenciadas. [...] Como nas cidades europeias, a elite brasileira passou a associar certos ambientes à pobreza e as desigualdades sociais a doença, sujeira, promiscuidade e crimes. (TERRA, 2012, p. 40)

O impulso que a cidade de São Paulo tomou, segundo Toledo (2015), deve-se a Antônio Prado, quando este foi prefeito da capital num mandato de quatro anos, e a Adolfo Pinto, seu principal colaborador. Ambos convidaram Victor da Silva Freire para assumir o cargo de engenheiro-chefe da prefeitura. Freire foi responsável pela transformação urbana da cidade, graças a obras de alargamento de vias, retificação e interligação de ruas do centro, desapropriação de casários, substituídos por construções mais “modernas”, e a transformação de chácaras em bairros. Este último é o caso de Higienópolis, ocupado por grandes casarões que abrigavam um dos segmentos mais abastados da elite paulistana. O fato de Higienópolis, um bairro central, ter imóveis caros, submeteu a população mais pobre a deslocar-se para as periferias da capital, fomentando ainda mais as desigualdades sociais e promovendo a associação, por parte das elites, desses ambientes à pobreza e à sujeira, entre outros males (TERRA, 2012). Esses fatos podem dar indícios do porquê da sugestão de Lapradelle pelo bairro de Higienópolis para a construção do liceu, uma vez que a instituição teria a finalidade de formar as elites.

O levantamento de tais informações figura, para esta pesquisa, como uma importante via estruturante de compreensão acerca do projeto institucional, pois:

No âmbito da mesoabordagem²⁹, emerge uma renovação do conhecimento historiográfico sobre as linhas de continuidade e de mudança, no percurso histórico sobre as linhas das instituições educativas – um processo investigativo que, fazendo apelo a uma diversidade de informações, passa pela integração das instituições nas paisagens física e humana e se alarga da estrutura arquitetônica das edificações e dos espaços aos aspectos simbólicos, relações de comunicação e de poder, memórias individuais e memória coletiva, relação educativa. A evolução arquitetônica, a gestão/adaptação dos espaços e das estruturas, os ciclos de procura de instrução, os ciclos de renovação de recursos humanos e materiais, as

²⁹ A complexidade dessa abordagem levanta questões de representatividade, pelo que exige a definição de uma problemática relacional, não linear, fundamentadora, metaproductiva e organizacional, no que se refere às dimensões em análise, e desafia um processo metodológico que permita estruturar e construir um discurso que traduza com significativa aproximação toda a vitalidade de uma instituição educativa.

Que sentido conferir à história de uma instituição educativa elaborada no quadro de um paradigma relacional e de uma mesoabordagem? Esta questão (que remete a preocupações mais profundas no nível da hermenêutica) é insolúvel fora da relação da instituição educativa com a comunidade e com o meio envolvente; não é possível atribuir-lhe uma diacronia e uma identidade histórica apenas com base no conhecimento, na interpretação e na recriação dos regulamentos e dos princípios orientadores no nível de objetivos vocacionais, programáticos ou outros (MAGALHÃES, 2004, p. 126-7).

políticas de habilitação e recrutamento de pessoal docente, as políticas de admissão e de sucesso dos alunos são fatos, acontecimentos e combinatórias, que só não podem ser deixados de fora na preparação do discurso integrador e problematizante da síntese histórica, como são fundamentais enquanto fatores de ação e de informação e como vias de estruturação da investigação. (MAGALHÃES, 2004, p. 126)

Pari passu a expansão urbana da cidade de São Paulo nos primeiros anos do século XX, “a ampliação dos habitantes” (TERRA, 2012), sobretudo fomentada pela chegada de imigrantes em números expressivos (TOLEDO, 2015), transformava-se em problema e

[...] de modo semelhante às cidades europeias, a proposta de intervenção envolvia planejamentos para resolver questões relacionadas às doenças endêmicas e epidemias. Houve estudos, planificações e discursos oficiais e médicos em torno de políticas sanitaristas, que resultaram em reformas e construções urbanas. (TERRA, 2012, p.37)

Concomitante a esse contexto urbano, a cidade de São Paulo era composta cada vez mais por instituições de ensinos que eram concebidas sob uma lógica higienista³⁰, pois “a decisão de instalar escolas encontrava-se visceralmente ligada às condições físicas do lugar em que deveria funcionar, isto é, às condições topográficas, climáticas, sanitárias, atmosféricas, de ventilação, de iluminação, de salubridade, das água e de proximidade ou não das aglomerações urbanas” (GONDRA, 2000, p. 527-8), fato esse que acabava por abranger a concepção do Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo.

Nesse momento, foi possível identificar em nossas fontes uma carta escrita por Philippe Berthelot, em serviço diplomático no exterior, na qual podemos perceber a discordância entre a Subsecretaria de Guerra e apoiadores do projeto de escolas secundárias promovidas por Georges Dumas. Berthelot considerava o comandante Ploton, “novo adido militar no Brasil”, o possível encarregados no que diz respeito a questão da propaganda francesa no Brasil (BERTHELOT, 1918).

A questão da propaganda cultural foi o destaque do periódico *Le Brésil*, na edição publicada no dia 27 de outubro de 1918. De acordo com a correspondência que contém a

³⁰ Na transição para o século XX, a realidade educacional constituía o objeto de análise e de ação de diversificados domínios interdisciplinares do conhecimento que se desenvolveram em diferenciadas circunstâncias, por especialização das áreas do conhecimento existentes, como sucedia, por exemplo, com a medicina escolar, aplicada à higienização e à fadiga escolares. Eram domínios do conhecimento que fundamentavam, estruturavam e normatizavam a formação de mestres e de professores, mas que, à medida que os fenômenos educacionais e escolares se convertiam em fenômenos centrais às sociedades e aos Estados, alargavam a sua influência a outros especialistas e a outros setores sociopolíticos, direta e indiretamente ligados à educação e à escolarização (MAGALHÃES, 2004, p.75).

transcrição do jornal³¹, o seu redator afirma que “os franceses não conheciam bem o Brasil” e que, antes da Guerra, o lugar reservado em jornais para a vida política, econômica e social dos brasileiros era mínima, e ainda frequentemente influenciada por considerações mais interessantes para os brasileiros do que para os franceses. Não especificando a entidade responsável pela propagação da cultura francesa no Brasil, o autor dessa publicação concluiu que era essencial que os franceses aprimorassem seus serviços de informação em relação ao ano de 1914³². A proposta era de que esses serviços contassem com um conjunto de meios avançados e poderosos, nas mãos de especialistas, liderados por homens com profundo conhecimento da vida brasileira; também afirmava que era necessária uma intensa realização prática desta política por atos de ordem econômica e comercial.

O periódico trazia, ainda, a informação de que o Congresso, na sessão de 21 de outubro daquele ano, adotou “desejo de Georges Dumas relativo à criação no Brasil de quatro liceus franceses vinculados à Universidade de Bordeaux, mantidos pelo governo francês e adotados pelas grandes Câmaras de Comércio de Bordeaux, Lyon, Le Havre e Marselha”. Um documento de 31 de dezembro de 1918 aponta que o estudo dos projetos de liceus franceses na América Latina continuou de acordo com a proposta do professor Georges Dumas e do Agrupamento de Universidades para Relações com a América Latina (COMISSÁRIO GERAL DA INFORMAÇÃO E DA PROPAGANDA, 1918).

Dando continuidade ao projeto, no primeiro dia do ano de 1919, Georges Dumas apresentou informações detalhadas sobre os estabelecimentos de ensino secundário, ensino superior e congregações existentes na cidade de São Paulo, assim como as estratégias de ação que eram elaboradas para garantir a expansão da cultura francesa na elite paulista e em toda a América Latina. Dumas destacava a necessidade de vigor na abertura dos liceus franco-brasileiros, levando em consideração a presença de outros países pretendentes no âmbito educacional paulistano, primeiramente os Estados Unidos e a Alemanha. Dumas contava com o apoio incondicional de congregações francesas residentes na América Latina para o recrutamento de estudantes de escolas técnicas e universidades francesas, algo que, até então, ocorria em número muito reduzido. Além disso, ele também reconhecia a

³¹ A correspondência analisada contém a transcrição datilografada da publicação do referido jornal, e não seu exemplar impresso. A data 27 de outubro de 1918 refere-se a data da publicação do artigo.

³² A Primeira Guerra Mundial começou em 28 de julho de 1914.

importância das congregações religiosas, especialmente os Maristas, como foco de irradiação da política educacional que interessava à França (DUMAS, 1919).

Numa carta datada de 29 de janeiro de 1919, o Comissariado Geral de Informação e Propaganda informou o ministro do MAE, Stephen Pichon, sobre o projeto de Georges Dumas acerca da construção de três liceus no território brasileiro – um em São Paulo, um em Porto Alegre e um em Pernambuco –, enfatizando a força da influência francesa no Brasil. O objetivo era diminuir a influência da Alemanha e dos Estados Unidos, países que já tinham suas instituições de ensino estabelecidas no Brasil:

Há de fato um grande número de professores alemães neste país; a guerra não poderia fazê-los desaparecer e, sob o pretexto de congregações religiosas, a maioria deles permanece e mantém todo o seu poder de ação.

O trabalho considerável feito, por outro lado, pelos Estados Unidos (construção de escolas, intercâmbio de estudantes, bolsas de estudo e instalações de todos os tipos concedidas aos jovens brasileiros que desejam concluir seus estudos nos Estados Unidos) é para a nossa cultura um novo perigo. Se não tivermos cuidado, esse trabalho de absorção da juventude da elite brasileira pelos Estados Unidos pode comprometer seriamente a situação de preponderância intelectual que atualmente pertence à França no Brasil. (COMISSARIADO GERAL DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA, 1919, s.p., tradução nossa)

Para os franceses, a ação da França, pensando em abrir escolas em um país amigo, seria interpretada, não só no Brasil, mas em outros países da América Latina, como uma prova de “vitalidade da França, testemunhando o seu compromisso de esforço, expansão e iluminação”³³. Desse modo, a disputa pela legitimidade cultural e a receptividade do Brasil colaboram para a estruturação e o funcionamento da produção erudita. Para melhor elucidar essa questão nos alicerçamos em Bourdieu (2015, p. 108):

Todo ato de produção cultural, implica a afirmação de sua pretensão à legitimidade cultural. Quando os diferentes produtores se defrontam, a competição se desenvolve em nome da pretensão à ortodoxia, ou então,

³³ A questão social da educação foi levantada com grande pertinência pelo Movimento das Luzes. Enquanto Montesquieu buscava o espírito das leis, Rousseau desenvolvia o conceito de contrato social como resultante de uma educação que fortalecesse o amor-próprio dos indivíduos, harmonizados a partir de um Estado forte. Kant, e posteriormente Hegel, acentuaram a profunda relação entre a educação da subjetividade e a subordinação à Razão, ou seja, ética. Um processo progressivo de transformação das consciências individuais culminaria na formação do Estado como Espírito Absoluto. Esse triângulo dialético compreenderia, no plano epistemológico, a lógica, a filosofia da natureza e a filosofia do espírito. Sumariamente, no que se refere à educação fundamental, o significado pedagógico das Luzes compreende três grandes correntes de opinião: uma educação básica (elementar) para todos, como meio de submissão/cidadania; uma educação em consonância com a categoria social; uma educação elementar em consonância com o que a sociedade espera de cada indivíduo (MAGALHAES, 2004, p. 21-2).

para falar nos termos de Weber, ao monopólio da manipulação legítima de uma classe determina de bens simbólicos. E o momento em que esses autores são reconhecidos, o que está se reconhecendo é a sua pretensão à ortodoxia. A melhor prova é o fato de que as oposições e as divergências se expressam espontaneamente na linguagem da excomunhão recíproca. Em outras palavras, embora o campo de produção erudita possa não estar dominado por uma ortodoxia está sempre às voltas com a questão da ortodoxia, ou seja, com a questão de critérios que definem o exercício legítimo de um tipo determinado de prática intelectual ou artística. Em consequência, o grau de autonomia de um campo de produção erudita é medido pelo grau em que se mostra capaz de funcionar como um mercado específico, gerador de um tipo de raridade e de valor irredutíveis à raridade e o valor propriamente culturais.

Sendo assim, nesse período, a concepção dessa instituição educacional cumpre a função de local de circulação desses bens simbólicos, consagrando-os, transmitindo-os e reproduzi-os por quem tem a disposição de consumi-los (BOURDIEU, 2015). Nesse caso, o Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo pode ser considerado como uma “instância de autoridade cultural”.

Em uma outra correspondência, de 31 de janeiro de 1919, enviada pelo Comissariado Geral de Informação e Propaganda a Stephen Pichon, ministro de MAE, a urgência de execução de projeto de Dumas é evidente:

Seguindo a carta que tive a honra de enviar a Vossa Excelência, datada de 29 de janeiro, transmitindo a nota do professor Georges Dumas sobre a criação de liceus franceses no Brasil, acredito que tenho que fazer a Vossa Excelência saber que acabei de receber de Paul Appell, membro do Instituto, presidente do Comitê de Ação do Groupement de universidades e escolas da França para relações com a América Latina, uma carta na qual ele insiste na importância deste projeto para nossa expansão universitária³⁴. O senhor Appell e o Groupement que ele preside consideram a criação dos liceus em questão como capital para a manutenção de nossa influência intelectual no Brasil, onde encontramos, especialmente nos últimos anos, inimigos e adversários belamente organizados e muito ativos no campo da

³⁴ Pontes (2010) menciona a divergência em relação ao desenvolvimento acadêmico no Brasil comparado a outros países da América do Sul. Como a Argentina, que no início do século XX já contava com quatro universidades: a mais antiga em Córdoba, que funcionava desde 1613, a Universidade de Buenos Aires, fundada em 1821, em La Plata em 1905 e em San Miguel de Tucumán em 1915. No Chile, foi criada em Santiago, em 1842, a Universidade de Chile como uma instituição de educação superior de caráter nacional e público; e em Montevidéu, no Uruguai, em 1849, a Universidade da República. No Peru está localizada a mais antiga universidade das Américas: a Universidade Nacional Maior de São Marcos, situada em Lima, a qual funciona sem interrupção desde 1551.

Em terras brasileiras, as discussões sobre a criação de uma universidade têm início no ano de 1823, quando o deputado José Feliciano Fernandes Pinheiro defendia a ideia da universidade brasileira em oposição a opção de que os brasileiros partissem do país com o intuito de estudarem em Portugal. Desde a cogitação da criação da primeira universidade brasileira até a sua fundação, passara-se um século, e então, somente em 7 de setembro de 1920, a antiga Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, através do Decreto do presidente Epitácio Pessoa, recebeu o nome de “Universidade do Rio de Janeiro”.

educação. (COMISSARIADO GERAL DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA, 1919, s.p., tradução nossa)

Posteriormente, encontra-se mencionada a viabilidade do projeto. Os altos custos de execução do projeto seriam compensados com lucratividade dos cursos:

Aproveito esta oportunidade para ressaltar, mais uma vez, a urgência de realizar o projeto. Embora possa parecer custoso, já que se trata de um empréstimo de 1.500.000 francos, é importante considerar que o governo brasileiro nos oferece vantagens muito grandes, concordando com uma despesa igual e oferecendo cursos. Parece indiscutível que as circunstâncias atuais são particularmente favoráveis e que seria muito lamentável não lucrar com elas. (COMISSARIADO GERAL DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA, 1919, s.p., tradução nossa)

Em anexo a carta supramencionada, encontra-se uma convocatória assinada por Paul Appell:

Soube pelo Comitê da América Latina, que o sr. apresentará ao Comitê de Guerra um pedido de 1.500.000 francos de créditos para construir e organizar, no Brasil, três liceus franco-brasileiros, que darão educação mista, em português e francês, de acordo com a fórmula pedagógica adotada pelo Groupement. O Groupement considera a criação dos três liceus em questão como capital para a manutenção de nossa influência intelectual no Brasil, onde nos encontramos, especialmente nos últimos anos, inimigos e opositores belamente organizados e muito ativos no campo da educação. (COMISSARIADO GERAL DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA, 1919, s.p., tradução nossa)

Em 1919, existia um Lyceu Franco-Brasileiro na cidade do Rio de Janeiro que contava com quatrocentos alunos oriundos da elite carioca. Esse estabelecimento, segundo seus criadores, era “um trabalho de interesse geral de primeira ordem, essencial para a manutenção e o desenvolvimento da influência intelectual francesa no Brasil” (DIREÇÃO DOS ASSUNTOS POLÍTICOS E COMERCIAIS, 1919, s.p., tradução nossa). Em três anos de funcionamento, o número de alunos triplicou, o que não passou despercebido para a Direção dos Assuntos Políticos e Comerciais do MAE, que decidiu conceder 100 mil francos para essa instituição. A direção também analisou os projetos de Lapradelle e Dumas sobre a criação de um liceu em São Paulo e sugeriu a concessão de 500 mil francos para esse fim, contando com o apoio do governo do Estado, de industriais e comerciantes:

O momento é oportuno, temos o direito de contar com o apoio de um governo fortemente imbuído de doutrinas filosóficas francesas e de satisfazer as aspirações de uma clientela de industriais e comerciantes muito ativos, para o maior benefício de nossa influência moral e nossa

expansão de negócios. (DIREÇÃO DOS ASSUNTOS POLÍTICOS E COMERCIAIS, 1919, s.p., tradução nossa)

Também foi sugerido um crédito de 200 mil francos para um eventual liceu na cidade de Porto Alegre, “para lidar com a influência dominante alemã”, uma vez que alemães eram tratados como “inimigos”, juntamente com italianos e ingleses³⁵.

O pedido de empréstimo de 800 mil francos para os três liceus foi apresentado para o Parlamento francês com a justificativa de que “[...] a criação de liceus franceses no Brasil destina-se a coroar o trabalho de expansão intelectual francesa pretendido nos últimos anos” (RELATÓRIO DE DIREÇÃO DAS AMÉRICAS, 1919, s.p., tradução nossa).

Em concordância com o reitor da Academia de Paris, foram especificadas as condições sob as quais a alocação de fundos para os liceus poderia ser feita. Segundo os relatórios da política cultural francesa, a Universidade de Paris remeteria 800 mil francos ao Agrupamento de Universidades para Relações com a América Latina, que dessa forma se tornaria o principal acionista de uma “Sociedade Francesa de Lyceus Franco-Brasileiros”, empresa que naquele momento se encontrava em processo de formação, aguardando recursos para sua forma definitiva. Conforme a mensagem da carta, a Sociedade de Lyceus Franco-Brasileiros seria fundada sob o patrocínio da Divisão da América Latina do Comitê França-América, com capital inicial de 1,5 milhão de francos (AGRUPAMENTO DE UNIVERSIDADES PARA RELAÇÕES COM A AMÉRICA LATINA, 1919).

Além do Agrupamento de Universidades, os acionistas que subscreveram os 700 mil francos restantes foram bancos, companhias e casas francesas com interesses no Brasil. Com seus 1,5 milhão de francos em capital, a Sociedade de Lyceus Franco-Brasileiros teria ações de outras sociedades, sediadas no Brasil, que funcionavam de acordo com a lei brasileira, para organizar as escolas. Essas sociedades poderiam ter a autonomia e subvenções do Estado ou dos indivíduos, mas a Sociedade Francesa de Paris sempre seria a principal acionista, com direito a maioria no Conselho de administração e de gestão, de modo que o Agrupamento das Universidades da França, sob a presidência do reitor da Universidade de

³⁵ Na correspondência encontra-se registrada a oração “*Ennemis et concurrentes ont de lycées à Rio de Janeiro et São Paulo (Angleterre, Italie, Allemagne), sauf France*” [Inimigos e concorrentes têm escolas secundárias no Rio de Janeiro e em São Paulo (Inglaterra, Itália, Alemanha), menos a França. Em tradução nossa].

Paris, manteria a direção geral dos Lyceus Franco-Brasileiros (AGRUPAMENTO DE UNIVERSIDADES PARA RELAÇÕES COM A AMÉRICA LATINA, 1919).

1.4 Apoio dos militares

A inferioridade numérica de colônias francesas, segundo Flaminius Raiberti, Ministro da Guerra da França, poderia ser compensada pelo prestígio da França no Brasil e pelas simpatias da “grande República Sul-Americana” pela cultura francesa. Em seu relatório para o exercício do ano 1919, Raiberti reiterava que as missões de “dois destacados representantes da educação francesa” – Georges Dumas e Albert Geouffre de Lapradelle – finalizaram com os projetos de criação de dois novos Lyceus Franco-Brasileiros, em São Paulo e em Porto Alegre, e de propagação do Lyceu do Rio de Janeiro (RAIBERTI, 1919).

Esse relatório de Flaminius Raiberti suscita a seguinte questão: o apoio dos militares aos projetos de Dumas e Lapradelle foi incondicional, ou Raiberti favoreceu os dois professores em seu relatório movido por suas íntimas convicções? Ou essas conclusões apenas seguiram as decisões de Parlamento francês? Como anteriormente destacado, Philippe Berthelot acreditava que os militares, e não Georges Dumas, deveriam se responsabilizar pela disseminação da francofilia no Brasil, e a influência desse eminente diplomata no Ministério das Relações Exteriores era considerável³⁶.

Embora Suppo (1999, p. 107) não explicita uma eventual influência militar francesa, em diversas ocasiões, o autor destaca o engajamento dos militares para reforçar os meios de “penetração econômica” e de “influência intelectual”. Todavia, com apoio do Ministro da Guerra e com a decisão do Parlamento, o caminho para realização do projeto de Dumas tomava corpo e, embora a política cultural francesa e a missão militar estivessem unidas no que diz respeito ao projeto de Dumas, a situação no Brasil no início dos anos 1920 não era conforme o previsto. O crédito inicial de 800 mil francos foi aumentado para 870 mil, contudo, em razão da depreciação da moeda, esse capital inicial perdera a metade de seu valor real. Além disso, o aumento nos custos de vida diminuiu ainda mais essa importância.

³⁶ Fonte <<https://www.britannica.com/biography/Philippe-Berthelot>> acesso em 2 mar. 2019.

Tais imprevistos obrigaram Georges Dumas a abandonar o projeto do Lyceu de Porto Alegre e concentrar os esforços da França no Rio de Janeiro e em São Paulo (MARX, 1920).

A situação ficou ainda mais dificultosa, pois George Dumas não arrecadara capital significativo de bancos e indivíduos franceses, inicialmente estimados em 700 mil francos. O Lyceu do Rio de Janeiro não atendeu suas expectativas, encontrando uma quantia relativamente limitada, cerca de 200 mil francos. Por outro lado, Dumas conseguiu constituir em São Paulo um Comitê composto por indivíduos com grande influência e respeito no estado, do ponto de vista político, econômico e intelectual, e chamou a atenção para a urgência de prosseguir com o projeto do liceu francês na capital:

É inútil recordar aqui o papel vital do estado de São Paulo em todos os pontos de vista. Um florescente colégio estabelecido ali garantiria uma ação direta e profunda sobre a elite do Brasil. Se falharmos nessa tarefa, abandonaremos uma preponderância intelectual que existe há muitos anos e daremos definitivamente lugar aos alemães e aos norte-americanos. (MARX, 1920)

Ainda sobre a carta, com fundos insuficientes, Dumas optou pela ajuda financeira de brasileiros. Sendo assim, a administração do futuro liceu também seria parcialmente brasileira, “reservando os direitos franceses”. Essa decisão, do ponto de vista da política cultural francesa, era necessária, tendo em vista que a colônia francesa era certamente interessada, mas sem condições para legitimar um projeto dessa proporção. A partir desse momento, a ideia de um liceu só francês é abandonada de vez, o que é confirmado em correspondência assinada por Jean Marx.

Destarte, para Suppo (1999, p. 93):

O Lyceu francês em São Paulo é fruto direto da União Franco-Paulista, correspondente brasileiro de Agrupamento de Universidades para Relações com a América Latina, criada por Georges Dumas e seus amigos paulistas em 1909, durante a sua primeira viagem como representante de Agrupamento. A colaboração entre o Agrupamento e a União Escolar Franco-Paulista se concretizou em 1910, com criação de uma Cadeira de Estudos Brasileiros na Sorbonne, e em 1912, com uma Cadeira de Estudos Franceses em São Paulo.

E Vercesi (2010, p. 23) afirma que:

A intenção dos intelectuais e diplomatas da Terceira República Francesa era incentivar, nos países de interesse da França [...] que os intelectuais dos próprios países fundassem, a partir do modelo francês, instituições com características próprias.

Todavia, a correspondência supramencionada aponta que a intenção da diplomacia francesa era de abrir liceus franceses administrados também por franceses, sendo somente o alunado composto por brasileiros. A necessidade de readaptação do projeto institucional elencava os brasileiros como integrantes da administração do futuro Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo e foi apresentada por George Dumas ao Ministro da Instrução Pública e à Instituição de Belas Artes na França durante a Assembleia Geral dos Colegiados das Universidades francesas, ocorrida em 27 de março de 1920 em Paris. Na ocasião, Dumas afirmou que o Lyceu era um novo tipo de instituição de ensino:

Este Lyceu não seria um liceu francês, no sentido que se dá a esta palavra em outros países, em Constantinopla, por exemplo. Ele seria um Lyceu Franco-Brasileiro, onde nossos agregados colaborariam com professores brasileiros para formar alunos concorde cultura nacional, ao mesmo tempo que o método do ensino de francês seguiria a cultura francesa. É um trabalho nacional no qual colaboraremos, e não uma exportação universitária. O nosso Lyceu se encontra em uma situação privilegiada entre os numerosos estabelecimentos de instrução dirigidas por estrangeiros e não pode sequer ser classificado como instituição brasileira, o que irá garantir suas simpatias nacionais e colocá-lo fora de qualquer movimento de xenofobia. O Lyceu prepararia os alunos para o bacharelado francês ao mesmo tempo que para o exame de maturidade brasileiro. (MINISTRO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA E BELAS ARTES, 1920, s.p., tradução nossa)

Para realizar o projeto do novo liceu, era necessário instituir uma sociedade no Brasil de acordo com as leis brasileiras que colaborariam na organização do Lyceu em coordenação com Sociedade Francesa de Lyceus Franco-Brasileiros situada em Paris. Para esse fim, foram concedidos 500 mil francos a Georges Dumas que estimou a abertura da futura instituição em setembro de 1921 (SECÇÃO DE ESCOLAS, SERVIÇOS E OBRAS, 1920).

Embora um passo mais próximo da abertura do Lyceu de São Paulo, existia uma possível decepção para Georges Dumas, na visão de A. R. Conty, o então embaixador da França no Brasil da época. Ele considerava o “professor Dumas muito nobre, mas com base de conhecimento muito precário sobre a vida intelectual e material de um país muito distante da França em todos os aspectos” (CONTY, 1920, s.p., tradução nossa). Quanto à possível decepção de Dumas, o embaixador Conty (1920, s.p., tradução nossa) via a causa entre seus compatriotas:

Não posso esconder as dificuldades que o prof. Dumas encontrará no novo solo do meio intelectual paulista. A colônia francesa não é favorável à sua ideia. Durante minha última viagem a São Paulo, mencionei várias vezes,

em público e também em minhas conversas particulares, a possibilidade de fundar um liceu francês. Devo dizer que dificilmente encontrei um eco entre os franceses. Em uma cidade onde nossos compatriotas ocupam, do ponto de vista comercial, uma situação de primeira ordem, um liceu francês representa um grande elemento de sucesso que está faltando.

No entanto, o embaixador reconhecia que “na presença de uma participação brasileira e espontânea do projeto do ensino médio francês em São Paulo, não se pode recuar na realização”. Essa observação clarifica a arrecadação inferior às expectativas de Georges Dumas para o projeto de Lyceu de São Paulo. Contudo, Conty acreditava no sucesso do projeto, pelas seguintes razões:

São Paulo é, em verdade, um ambiente muito mais intelectual e muito mais favorável para se trabalhar do que o Rio de Janeiro. A cidade paulista apresenta, desse ponto de vista, um aspecto muito mais europeu do que a Capital Federal, cujos habitantes tradicionalmente preservam o torpor intertropical. Mas São Paulo ainda é o Brasil. Será necessário criar em todos os pontos um ambiente escolar que não existe e sem o qual o trabalho intelectual não pode se desenvolver. Um ambiente que possibilitaria encontro de ideias literárias ou científicas, necessárias ao ensino da mesma forma que a troca de produtos é essencial para o desenvolvimento econômico dos dois países. (CONTY, 1920, s.p., tradução nossa)

No começo de agosto de 1920, na reunião do comitê do Lyceu de São Paulo convocada por Georges Dumas, foi decidida que a constituição dessa instituição se daria em consonância com as leis brasileiras, iniciando por fundar uma sociedade anônima limitada subsidiada pela Sociedade de Lyceus Franco-Brasileiros e pelo Ministério de Assuntos Exteriores (MAE). Um montante de 2,4 milhões de francos seria providenciado pelo estado de São Paulo, pelo governo federal e por assinaturas particulares (DUMAS, 1920).

Posteriormente ao processo de institucionalização, Dumas (1920, s.p., tradução nossa) escreveu sobre o tratado:

A lista de assinaturas particulares está aberta; a bolsa “staduale” de São Paulo é prometida; a do Estado é muito provável, porque o Ministro do Interior (Instrução Pública), como pude investigar ontem com Calogeras (o Ministro da Guerra), apoiou muito o projeto e me receberá amanhã com uma delegação de paulistas que vêm pedir oficialmente sua ajuda. Estou muito esperançoso. A participação financeira da França foi muito boa e o caráter semioficial dessa participação foi ainda maior.

Como Dumas já destacara durante a Assembleia Geral dos Colegiados das Universidades Francesas, os membros do comitê que deram origem à Sociedade Anônima Lyceu Franco-Brasileiro pertenciam à elite política industrial do estado, tratava-se, segundo

ele, de “indivíduos com grande influência e respeito”. O que era pouco comum em situações como esta, que reuniam autoridades em grande número para fundar uma escola secundária particular.

No começo dos anos de 1920, o estado de São Paulo contava com 5 milhões de habitantes, “em que o elemento italiano seria representado por quase 2 milhões³⁷”(CONTY, 1921, s.p., tradução nossa). Para tentar assimilar essa situação, foi criada a Lei da Reforma da Educação Pública do Estado de São Paulo, publicada no Diário Oficial em 10 de dezembro de 1920. Em especial, o artigo 5º da lei, regulariza o ensino das línguas, segundo apontava Conty (1921, s.p., tradução nossa):

As escolas gratuitas ou especiais, devem respeitar os feriados nacionais, praticar ensino na língua nacional (exceto ensino de línguas estrangeiras), incluir no currículo ensino de português brasileiro nato ou português nato. Ensinar geografia e história do Brasil, ensinar canções nacionais. É proibido o ensino de línguas estrangeiras a crianças com menos de 10 anos de idade.³⁸

Embora, segundo Conty (1921), dirigida contra escolas italianas, essa legislação poderia comprometer a fundação do Lyceu Franco-Brasileiro de São Paulo projetado por Georges Dumas. No espírito de Dumas, o ensino no Lyceu Franco-Brasileiro deveria ser organizado de forma que os alunos chegassem à terceira série com a mesma fluência na língua francesa que a portuguesa (a ideia que existia ainda no projeto do professor Lapradelle, apresentado em 1916), podendo dessa forma optar entre o programa da universidade francesa e o programa do ensino superior brasileiro. Tal organização dificilmente seria compatível com os termos da nova lei paulista, que proibia o ensino de línguas estrangeiras para crianças com menos de 10 anos de idade.

O andamento do projeto do Lyceu, contudo, continuou, e em agosto de 1921, durante uma reunião do comitê Franco-Paulista, foi decidido estabelecer a pedra fundamental do futuro estabelecimento para outubro do mesmo ano, com encerramento da cerimônia prevista para novembro. Destaca-se aqui a participação do jornal *O Estado de S.Paulo*, que relatou essa sessão e proporcionou um caloroso tributo a Georges Dumas.

³⁷ De acordo com o IBGE, o número dos imigrantes italianos registrados no período entre 1884 e 1923 era de 1.331.158 em território nacional (<https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/imigracao-por-nacionalidade-1884-1933.html> acesso em 23 jul. 2019).

³⁸ LEI N. 1.750, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1920 – Reforma a Instrução Publica do Estado (<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1920/lei-1750-08.12.1920.html> acesso em 23 jul. 2019).

E ainda, para Conty (1921, s.p., tradução nossa),

O futuro Lyceu será uma fundação brasileira, de acordo com as nossas leis e com o currículo adotado em estabelecimentos oficiais do mesmo tipo em nosso país. A contribuição francesa irá assumir a forma de colaboração financeira e intelectual e será limitada ao ensino de francês, grego, latim, bem como as literaturas dessas três línguas, e da filosofia.

Nesse momento, podemos ter a clarificação da preocupação e da desconfiança dos brasileiros no que diz respeito ao controle do futuro Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo, bem como em relação à possibilidade de que a instituição atendesse somente aos interesses franceses caso seu currículo privilegiasse tão somente o ensino de francês. No entanto, a participação do *Estado de S. Paulo*, bem como suas colaborações, foi responsável pela regulação dos interesses de ambos os países graças à proximidade entre Georges Dumas e os Mesquitas, que inclusive culminou na “francesização” da redação do jornal com a inclusão de cinco colaboradores franceses, “para garantir cinco crônicas mensais – políticas, literárias, científicas, musicais e artísticas” (LUCCIARDI, 1922). Nessa ocasião, Dumas (1921, s.p., tradução nossa) escreveu:

O Ministro da Instrução Pública me disse que todos estavam com pressa para ver o Lyceu aberto, e que as melhores famílias estavam reservando vagas para seus filhos [...]. Por outro lado, o mais importante jornal estadual de São Paulo e do Brasil expressou a intenção de *francesizar* sua redação, e para isso vou apresentar, daqui a quinze dias, as propostas de colaboradores que escreverão no jornal. Os nomes dos futuros colaboradores decidiremos depois de algumas entrevistas com interessados.

À medida que analisamos as cartas e os relatórios cronologicamente, temos como hipótese de que ocorreria uma transição no que diz respeito aos interesses direcionados ao Lyceu e a seu papel para a política cultural francesa no Brasil. Em 1908, o enlace entre os dois países no bojo da primeira ação cultural tinha um vínculo direcionado à educação como promoção da intelectualidade; no entanto, essa característica se desenvolveu de modo sistematizado com a finalidade de produção de bens simbólicos que residida na conjuntura de um sáfaro campo educacional no Brasil

Nesse sentido, Vercesi (2010, p. 22) afirma:

As relações culturais entre a França e as camadas sociais dominantes de São Paulo estiveram associadas aos interesses econômicos que se desenvolveriam por meio do tão almejado processo “civilizatório”, do qual

a educação era parte fundamental, e que iriam satisfazer economicamente tanto a França quanto as elites locais.

Destarte, compreendemos que as ações culturais francesas legitimadas por sujeitos de um segmento da elite paulista, em razão da consagração intelectual da França, corroboraram com o processo de institucionalização de um mercado de bens simbólicos em meio a educação brasileira, de modo a criar adeptos da cultura francesa no país que, conseqüentemente, reproduziriam hábitos e consumiriam produtos franceses. Entretanto, diante dessa afirmação, seria correto defender que a política cultural seria genuinamente responsável por promover a intelectualidade brasileira? Nesse sentido, poderia ser considerado intelectual aquele que fora submetido a uma instância que, para Bourdieu, figura como espaços de reprodução cultural?

No próximo capítulo, trataremos da continuidade do processo de institucionalização do Lyceu Franco-Brasileiro de São Paulo, bem como da atuação do jornal *O Estado de S.Paulo*, relacionando relatórios, correspondências e publicações desse periódico, de modo a elucidar qual o papel dessa instituição para os redatores do jornal, bem como identificar quem eram os intelectuais brasileiros envolvidos nesse projeto.

CAPÍTULO II – FRANCOFILIA NO JORNAL O ESTADO DE S.PAULO

2.1 Lançamento da pedra fundamental e a imprensa

Entre os diversos estudos que tem o jornal *O Estado de S.Paulo* como fonte de pesquisas relacionadas à educação, poucos tratam da relação do periódico com o Lyceu Franco-Brasileiro, que figurava para esse periódico como um modelo de ensino secundário para o país. A pesquisa de Larizatti (1999) e a de Vercesi (2010) são exemplos de trabalhos que elencaram o enlace do grupo OESP com o estabelecimento de ensino franco-brasileiro.

De forma sucinta, Larizatti (1999) abordou a questão como parte das políticas educacionais defendidas pelo jornal, que via no Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo um modelo ideal para “remendar os defeitos” do ensino secundário brasileiro (O LYCEU FRANCO-BRASILEIRO “S. PAULO”, 1924, p. 2). Vercesi (2010) também mobilizou o jornal como fonte, sobretudo as publicações de 1925, paulatinamente publicadas com longos artigos em defesa da instituição, em um momento em que ela passava por uma de suas primeiras crises. Entretanto, essas pesquisas não abordaram de forma aprofundada os enlaces entre os interesses da política cultural francesa e a redação do jornal. Tendo essa lacuna como uma de nossas preocupações, arrolamos, para a análise, as publicações que tratam do Lyceu, de modo a compreender como o diário e os intelectuais relacionados a sua redação atuaram em favor das causas francesas no Brasil.

Uma análise preambular permitiu evidenciar que, entre os fundadores do Lyceu estavam os proprietários do jornal, congregados a uma rede de intelectuais atuantes, principalmente em São Paulo, tais como Ruy de Paula Souza, Ramos de Azevedo, Victor da Silva Freire, George Dumas, entre outros, que atuaram no projeto da instituição, entremeio a criação da Universidade de São Paulo.

No acervo virtual do jornal, foi possível localizar diversas modalidades textuais como artigos, lembretes de eventos para alunos, ex-alunos e sociedade em geral, convites para festas e formaturas, anúncios sobre recepções a intelectuais brasileiros e estrangeiros, notícias de movimentos religiosos no interior do colégio, chamamentos para confraternização de ex-alunos, concurso de redação, campeonatos esportivos, conferências, entre outras notas diversas. A busca resultou em 123 ocorrências para o termo “Lyceu Franco-Brasileiro” entre os anos de 1920 e 1942, e 287 ocorrências entre 1942 e 1951 para

o termo “Lyceu Pasteur”³⁹, ou seja, um *corpus* documental significativo que justifica seu uso como uma de nossas fontes.

A primeiras publicações sobre a instituição tratam do lançamento da pedra fundamental do Lyceu Franco-Brasileiro, que aconteceu em 4 de novembro de 1921 e contava com a presença de diversas autoridades, entre elas, o governador do estado de São Paulo, o ministro de Relações Exteriores, o ministro de Guerra e diversas outras personagens da alta sociedade paulista. Encerrada a cerimônia com assinatura da ata de lançamento da pedra fundamental e o depósito desta em uma urna de metal, foram proferidos três discursos: o primeiro por Victor da Silva Freire, seguido pelo cônsul Eugene Pichon e, por fim, Georges Dumas. Este, conforme pudemos observar na correspondência que aborda o evento, causou desconforto ao embaixador francês Conty. De acordo com Conty, para evitar uma eventual “explosão do chauvinismo” brasileiro, Dumas enfatizou fortemente o caráter do novo Lyceu Franco-Brasileiro, cuja qualidade seria uma “escola nacional”, sugerindo aos brasileiros que o futuro colégio paulista seria essencialmente nacional “por causa do ensino, das tradições e da maioria dos professores”. Particularmente, o embaixador Conty não apreciou o discurso de Dumas, nem a “entrega” do Lyceu aos brasileiros, criticando o evento com duras palavras:

O discurso do prof. Dumas, obviamente, não foi destinado para a propaganda em favor do “Lyceu Francês”. Devo achar que esta instituição, apesar de seu título, não corresponde aos esforços exagerados no trabalho de propaganda francesa, razão da fundação da Sociedade dos Lyceus Franco-Brasileiros. (CONTY, 1921, s.p., tradução nossa)

Para compreender a causa da antipatia pelo discurso de Georges Dumas, recorremos a publicação de seu discurso no jornal:

[...] O Lyceu Franco-Brasileiro “São Paulo” almejado pela União Franco-Paulista e que vão ser por ella edificado será um Lyceu brasileiro pelo seu ensino, pelas suas tradições, pelo seu espirito, pela maioria dos seus mestres, pois até a idade de quatorze ou quinze annos, os alumnos alli serão instruídos na língua do seu paiz, com programas nacionaes e por mestres brasileiros. (LYCEU FRANCO-BRASILEIRO LANÇAMENTO DA PEDRA FUNDAMENTAL DO EDIFÍCIO, 1921, p. 5-6)

Sendo assim:

³⁹ O Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo tornou-se “Lyceu Pasteur” em 1941 para obedecer a uma decisão geral das autoridades brasileiras, que proscravam os nomes de instituições educacionais com hifenização. Ministère des Affaires Étrangères – MAE, OEUVRES – BRÉSIL VOL. 70. Carta de Pierrotet, Cônsul Geral da França em São Paulo e Santos, para Service des Oeuvres Françaises à l’Etranger, de 6/6/1941.

Tudo que a União Franco-Paulista pediu à França – e é bastante – foi a cessão, ao Lyceu Franco-Brasileiro “São Paulo” de alguns “agregés” franceses que ensinem, como as ensinam em França, as humanidades greco-latinas, francezas, luso-brasileiras com os methodos usados nos melhores lyceus franceses. (LYCEU FRANCO-BRASILEIRO LANÇAMENTO DA PEDRA FUNDAMENTAL DO EDIFÍCIO, 1921, p. 5-6)

Destarte, considerando que, ao longo da Primeira República, o currículo humanista predominava nas escolas secundárias⁴⁰, temos a elucidação das intenções de Dumas: por meio das humanidades, preparar “os alunos do nosso Lyceu que desejarem uma cultura franceza e um grau universitário francez”.



Figura 1. A área em destaque corresponde ao espaço destinado no jornal à notícia acerca do lançamento da pedra fundamental do Lyceu Franco-Brasileiro. (LYCEU FRANCO-BRASILEIRO LANÇAMENTO DA PEDRA FUNDAMENTAL DO EDIFÍCIO, 1921, p. 5-6)

Concomitantemente, a discussão sobre a verba prometida pelo Estado para construção do Lyceu de São Paulo tramitava na Câmara dos Deputados e, em 23 de

⁴⁰ Abordamos essa questão no Capítulo 1, item “Gênese dos liceus na França”.

dezembro de 1921, o projeto de número 88 de 1921 foi aprovado e enviado para o Senado, com a observação de que a direção do Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo seria feita por quatro franceses e quatro brasileiros, com a cláusula de que o controle da instituição seria brasileiro (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1921a, p. 4). Na ocasião, o jornal *Correio Paulistano* transcreveu integralmente o debate na coluna intitulada “Câmara dos Deputados”. Destacamos os seguintes trechos:

Entra em 1.^a discussão, e sem debate aprovado o PROJETO N. 88, de 1921, autorizando o governo a auxiliar com a quantia de 30:000\$000 nas obras de construção do Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1921b, p. 5)

O sr. Marrey Junior: [...] não ponho em dúvida que nós necessitamos de um intercâmbio de ideias com os grandes países da Europa, e sobretudo com a França, cuja infiltração no nosso meio intelectual é mais do que reconhecida [...] Voto, entretanto, sr. Presidente, contra o projeto, e peço a illustre Câmara que medite um momento sobre elle.

A fundação do Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo não merece a menor censura; ao contrário, merece os mais calorosos applausos de todos que se interessam pelo progresso intellectual de nossa terra.

Mas, o Lyceu Franco-Brasileiro sr. presidente, é positivamente uma sociedade commercial; o Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo não traz nada de novo à nossa terra, de modo a provocar dos poderes públicos nacionaes, representados pelo poder público federal e pelo poder público estadual, o auxílio que nós lhe vamos prestar.

O Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo, sr. presidente, é uma sociedade anonyma, organizada há poucos dias atrás, que tem os seus estatutos registrados e publicados no “Diario Official”, precisamente de hoje [...] Será mantido por meio de ações, com o capital inicial de 200 contos já subscripto⁴¹ [...] Tenho dúvida sr. presidente, sobre o êxito moral para a nossa terra da existência desse Lyceu.

O sr. Paula Sousa: [...] Sr. presidente, a fundação desta sociedade é o resultado dos desejos das sugestões de números de professores dos mais

⁴¹ São sócios do Lyceu Franco-Brasileiro com quota de ações determinada nos estatutos registrados e publicados: Alfredo Pujol (10 ações ou 2 contos), Carlos José de Arruda Botelho (25 ações ou 5 contos), Eugenio Lucciardi, o cônsul francês (500 ações ou 100 contos), José Joaquim da Silva Freire (10 ações ou 2 contos), Companhia Paulista de Estradas de Ferro representada pelo conselheiro Prado (10 ações ou 2 contos), José de Sampaio Moreira (10 ações ou 2 contos), Armando Dumont Villares (20 ações ou 4 contos), Linneu de Paulo Machado (50 ações ou 10 contos), Luiz Betim Paes Leme (10 ações ou 2 contos). Residentes no Rio de Janeiro: Luiz Corrêia Galvão (25 ações ou 5 contos), Lupercio Teixeira de Camargo (5 ações ou 1 conto), Pio de Almeida Prado (10 ações ou 2 contos), Francisco de Paulo Ramos de Azevedo e sua exma. Senhora (200 ações ou 40 contos); Victor da Silva Freire (50 ações ou 10 contos), Ruy de Paula Sousa (10 ações ou 2 contos), José de Almeida Prado Junior (5 ações ou 1 conto), Jorge Tibiriçá (sem ações) e Vicente de Almeida Prado (10 ações ou 2 contos). Cada um concorre.

notáveis estabelecimentos de ensino, principalmente de Ensino Superior, existentes em S. Paulo.

De troca de ideias, durante muitos annos, entre egrégios professores de nossas Academias chegou-se à conclusão de que as deficiências de nosso ensino superior (e nesse ponto estou certo que os meus illustres colegas hão de concordar com elles) são devidas a falhas do ensino secundário.

Essa independência entre os graus de ensino é um facto conhecido: Não pode haver ensino superior digno desse nome sem uma base solida. E esse preparo só pode ser ministrado por um instituto de ensino de humanidades [...] O ensino secundário precisa ser ministrado por uma forma especial e o Lyceu, com o seu internato, vem justamente crear esse sistema.

O sr. Rodrigues Alves: Mas nós temos também gymnasios com internatos.

O sr. Paula Sousa: [...] O que eu disse é que o ensino secundário precisa ser feito hoje por um modo effectivo, continuo e o modo para se obter isso é por meio deum internato⁴², onde o alumno fique constantemente sob as vistas dos professores.

É esse o fito do Lyceu com o seu internato. A administração desse estabelecimento tenciona apparelhar uma organização de uma ordem que o alumno esteja constantemente incitado a estudar.

O sr. Trajano Machado: Si o systema educativo francez é superior ao nosso devemos adopta-lo.

O sr. Julio Prestes: V. exc. Está falando com muito brilhantismo, e pena é que a Camara não precie devidamente os argumentos do nobre deputado.

O sr. Rodrigues Alves: Os apartes provam que a Camara está tomando na devida consideração os argumentos do nobre deputado.

O sr. Paula Sousa: [...] Sr. presidente, o Lyceu vai ter, como “pivot” de sua organização, a assistência constante aos alumnos por professores adjuntos, que, assistindo as aulas, orientem e guiem o trabalho dos moços, estimulando-os de modo a distinguir, comprehender, associar, raciocionar, de modo a assimilar duradouramente.

É isto que constitue precisamente a innovação do Lyceu, é isto que assegura o seu successo, é isto que differencia o internato do Lyceu dos demais internatos existentes entre nós [...] o Lyceu não visa especializações, não é um curso profissional: seu alvo é formar mentalidades, que se possam tornar creadores no futuro.

⁴² O reforço da componente institucional com recurso ao internato e ao curso como estratégias de permanência, sequência e consequência, materializando um estar e um fazer pedagógicos e didáticos por aprofundamento e efetivação do dizer, revela-se uma condição para apropriação educativa, quer no que se refere a aprendizagem dos saberes curriculares, quer na disciplinação e interiorização de normas, atitudes e valores – instrução, socialização, participação, responsabilização, subjetivação, que para constituírem em dimensões estruturantes de uma educação básica carecem de tempo de ação, ou seja, de uma pedagogia do estar, como base do ser (MAGALHÃES, 2004, p. 46-7).

[...] Não temos a visão estreita de ensinar somente “bella língua franceza”, [...] nosso horizonte é mais vasto, nossa aspiração essencialmente nacional: é formar brasileiros dignos de receber a herança da inteligência e da energia dos nossos antepassados para prestar à pátria os serviços de que ella necessita para sua grandeza. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1921b, p. 4)

EMENDA ao projecto N. 88 de 1921, Onde convier⁴³

O governo não se utilizará de autorização si verificar que a sociedade tenha instuítos lucrativos. Reverterá ao Estado a importância que for entregue quando a sociedade anonyma Lyceu Franco-Brasileiro se dissolver. Sala das sessões 23 de dezembro de 1921. – Marrey Junior.

REDACÇÃO do projecto N. 88 de 1921:

A Commissão de Redacção offerece redigido, segundo o vencido nas discussões regimentaes, nesta Camara, o projecto n. 88, de 1921, pe;a forma seguinte:

O Congresso Legislativo do Estado de S. Paulo decreta:

Art. 1º – Fica o governo autorizado a auxiliar com a quantia de trezentos contos de réeis, em prestações de cem contos de réis, as obras da construcção do Lyceu Franco-Brasileiro “S. Paulo”, nesta capital, abrindo para esse fim o crédito necessário.

Parapho único – O governo só se utilizará desta autorização si verificar que o Lyceu Franco-Brasileiro “S. Paulo” não tem intuito lucrativo.

⁴³ Durante a sessão de 24 de dezembro, os deputados que se opunham aos subsídios federais argumentavam comparando o Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo ao Lyceu Francez do Rio de Janeiro. Contudo, Ruy de Paula Sousa, que era seu maior defensor, afirmava que essas duas instituições tinham identidades e finalidades distintas, o que pode ser explicado com base em Gomes (1999 p. 23-5): “Do ponto de vista analítico, a cidade enquanto ‘arena cultural’, é compreendida como um espaço dotado de variados e até contraditórios sentidos sociais, que convivem lado a lado, tendo sido construídos e consolidados ao longo do tempo. Esse espaço é, portanto, produto e produtor das ações dos atores individuais e coletivos que nela vivem. [...] São igualmente conhecidas as interpretações que, mais recentemente, tem procurado tratar das características históricas que marcam a identidade da cidade do Rio de Janeiro, o que teria implicações sólidas no tipo de intelectual e de produção cultural nela desenvolvida. De forma muito esquemática, o que nelas se ressaltou e ficou assentado foi o fato de a condição de ‘capacidade’ ter gerado uma cidade dominada pela forte presença do Estado e das atividades de serviços (comércio e burocracia pública), o que se confronta com o caso da cidade de São Paulo, organizada pela produção (industrial com destaque) e pelo *ethos*, ao mesmo tempo competitivo e articulador do mercado. Tais contextos urbanos, apontando contraditoriamente, um para o espaço público e para a fragmentação da sociedade (tida como rebelde e preguiçosa), e outro para o espaço privado e para a integração social por via econômica, demarcaram duas lógicas de formação e expressão de tipos e grupos intelectuais, o que explicaria uma produção cultural marcada pela presença ou pela ausência de determinadas características. [...] Ou seja, a cidade do Rio de Janeiro tem a presença de um aparato burocrático de governo federal, São Paulo abriga a sede da poderosa burocracia do governo estadual, cujos vínculos políticos e familiares com a intelectualidade são fartamente conhecidos e registrados”.

Art. 2º – Reverterá ao Estado a importância que for entregue quando a sociedade de que trata o art. 1º se dissolver.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das comissões, 23 de dezembro de 1921. – J. Pereira de Mattos, presidente; Gabriel de Andrade Junqueira, Caio Simões. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1921c, p.3)

Em 29 de dezembro do mesmo ano, o Senado aprovou o crédito a favor do Lyceu e o governador do estado na ocasião acabou por sancionar a votação.

Em razão da concretização dos planos da política francesa, com o lançamento da pedra fundamental, o Serviço de Negócios Franceses no Exterior (SOFE), juntamente ao reitor da Academia de Paris e ao ministro da Instrução Pública, recomendou a promoção do professor da Sorbonne Georges Dumas para o posto de oficial na Ordem Nacional da Legião de Honra (NOTA PARA SUBDIREÇÃO DAS AMÉRICAS, 1923). O ministro da Instrução Pública relatou como justificativa para tal ato as feitorias de Dr. Georges Dumas, como apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1. As obras de Georges Dumas

Ano	Cidade	Instituição
1916	Rio de Janeiro	Lyceu Francês do Rio de Janeiro
1921	Buenos Aires	Instituto de Universidade de Paris em Buenos Aires
1921	Santiago de Chile	Instituto Franco-Chileno de Alta Cultura
1921	São Paulo	Lyceu Franco-Brasileiro de São Paulo
1922	Rio de Janeiro	Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura

Fonte: MAE – série AMERIQUE 1918-1940 subsérie DOSSIERS GÉNÉRAUX Vol. 206 página s/nº. Nota para subdireção das Américas. Data: 16/06/1923.

A partir do lançamento da pedra fundamental, o jornal *O Estado de S.Paulo* assumiu o papel de articulador e interlocutor da institucionalização da educação à francesa no âmbito do ensino secundário, o que foi relatado pelo embaixador Conty (1921, s.p., tradução nossa):

A imprensa comentou muito favoravelmente a cerimônia do lançamento da pedra fundamental, proclamando os serviços que o novo estabelecimento ofereceria. Ela aproveita a oportunidade para fazer referências gratuitas ao Prof. Dumas e aos nossos métodos de ensino. Mas ela também está determinada em apoiar o caráter puramente nacional do futuro Lyceu Franco-Brasileiro. É assim que o *Estado de S. Paulo* de 6 de novembro escreveu: “Sem comercialismo, sem preconceitos, sem caráter extranacional das pessoas que não vão concordar conosco, o Lyceu é uma oferta de comunhão da velha cultura francesa com a cultura brasileira nascente. Os jovens brasileiros vão encontrar, sem sair de seu país, sem se desnacionalizar, sem sofrer a marca ou o julgamento de qualquer imperialismo intelectual, o que os métodos de ensino franceses podem nos dar de melhor, ou seja, a disciplina educacional francesa há muito estabelecida”.

De fato, no dia que antecederia o lançamento da pedra fundamental, o jornal já desempenhava o papel de publicar em suas páginas toda a movimentação de George Dumas em preparação à cerimônia que ocorreria na cidade de São Paulo: detalhes sobre o transporte, a hospedagem e outras peculiaridades foram noticiadas em tom louvável.

Larizzatti (1999, p. 92), com base nas publicações do *Estado de S. Paulo*, afirma que, para o “grupo” OESP, o ensino secundário tinha por finalidade “Formar uma elite intelectual ilustrada, média, uniforme, nacional, para os estudos superiores, a fim de ocupar as altas posições sociais e tornar-se classe dirigente”. A autora discute que, embora importantes redatores do grupo OESP, como Fernando de Azevedo e Vivaldo Coaracy, defendessem tanto a formação do povo quanto das elites, sabe-se que os integrantes do jornal “defendiam prioritariamente a educação da elite” (LARIZZATTI, 1999, p. 94). Segundo ela, “ a prioridade da educação popular sobre a elitizada” era uma postura de Amadeu Amaral, enquanto a “supremacia da formação das elites em detrimento da educação do povo” era defendida “pelos integrantes mais importantes do grupo do *Estado*, tais como Júlio de Mesquita Filho, Armando de Salles Oliveira, Fernando de Azevedo e Vivaldo Coaracy” (LARIZZATTI, 1999, p. 95).

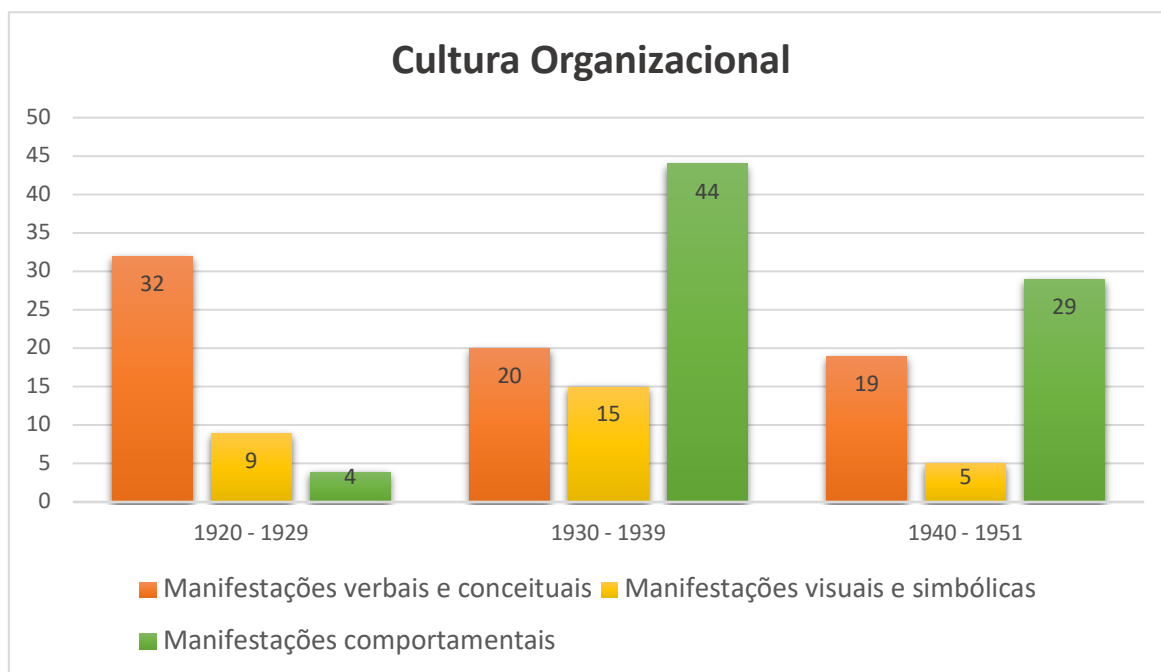
A pesquisa de Larizatti (1999, p. 100) aponta o “Liceu Franco-Brasileiro” como o modelo de ensino secundário defendido pelo jornal, em razão de seu

[...] espírito e método de ensino francês, com educação racional e aquisição de conhecimentos, mediante os estudos clássicos, além de disciplinas ligadas ao meio tais como português, geografia, história do Brasil e ciências naturais; em geral curso metódico e seriado, ao invés do sistema e exames parcelado; estudos clássicos de humanidades/literários, latim e grego, contra o espírito mercantil, prático e utilitário de “americanização

do mundo”, reforma geral para a unificação e posterior bifurcação com preponderância intelectual ou prática.

Em razão da participação do jornal *O Estado de S.Paulo* e sua notável defesa ao ensino secundário baseado na cultura francesa, podemos compreender como se deu a evolução da cultura organizacional⁴⁴ adotada pelo Lyceu. Na Tabela 5, tentamos explicitar a operacionalização da redação do jornal e a sua relação com o Lyceu Franco-Brasileiro de “S. Paulo”. Ela foi construída com base nas proposições de Morel e Barbosa (s.d.) com a finalidade de evidenciar, por meio de seus dispositivos de representação e materialidade⁴⁵, o entusiasmo do periódico em relação à instituição franco-brasileira.

Tabela 6. Os elementos da cultura organizacional nos artigos do jornal *O Estado de S.Paulo* sobre o Lyceu Franco-Brasileiro de São Paulo de acordo com década da publicação



A primeira publicação acerca do Lyceu antecede o lançamento de sua pedra fundamental e contempla a vinda de George Dumas ao Brasil para o evento, que fora amplamente divulgado. Como pudemos observar em nosso levantamento, no dia 4 de

⁴⁴A cultura organizacional é composta por elementos vários, que condicionam tanto sua configuração interna como o estilo de interações que estabelece com a comunidade. Definidos numa perspectiva antropológica, esses elementos integram aspectos de ordem histórica, ideológica, sociológica e psicológica (NÓVOA, 1995, p. 30).

⁴⁵ “[...] trata-se, assim, de analisar o impresso da perspectiva de sua produção e distribuição, como um produto de estratégias editoriais” (CARVALHO, 2005, p. 91).

novembro de 1921, a notícia tomou a página 5 do jornal por completo e dava ênfase ao modelo aspirado para o futuro estabelecimento, descrevendo com detalhes como seria a futura edificação. Além dessas informações, a presença de todas as autoridades brasileiras e francesas, bem como os discursos proferidos na ocasião foram publicados com riqueza de detalhes⁴⁶.

Após o lançamento da pedra fundamental e a aprovação do projeto do Lyceu, é possível notar um “silenciamento” sobre sua institucionalização, tanto nos relatórios da política cultural francesa quanto no jornal *O Estado de S.Paulo*. A condecoração de Dumas foi o único registro relacionado ao Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo encontrado no *corpus* documental do ano de 1923, mesmo tendo ocorrido, nesse ano, a Fundação da Sociedade Anônima Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo, com presidência de Júlio Mesquita.

Conforme Vercesi (2010), o Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo iniciara suas atividades em 1924, mas as aulas foram ministradas em caráter provisório no Lyceu de Artes e Ofícios. Somente em 1926⁴⁷, a sede própria, situada à rua Mayrink, no bairro da Vila Mariana, foi inaugurada. O fato não impediu que a redação do jornal mantivesse suas publicações e propagandas acerca da instituição.

Para o ano de 1924 foi possível localizar quinze resultados para o termo “Lyceu Franco-Brasileiro”, sendo a primeira publicação sobre a abertura de matrículas.

⁴⁶ Segundo o jornal *O Estado de S.Paulo*, a cerimônia do lançamento da pedra fundamental do Lyceu contou com a presença de: Washington Luís, presidente do Estado; major Marcílio Franco, chefe da Casa Militar; Azevedo Marques, ministro do Exterior; Pandiá Calógeras, ministro da Guerra; Alarico Silveira, secretário do Interior, e seu oficial de Gabinete João Silveira; Cardoso Ribeiro, secretário da Justiça, e seu ajudante capitão Marinho Sobrinho; Tito Prates, representante do secretário de Agricultura; Mário Meireles Reis, representante do secretário da Fazenda; Jorge Tibiriçá, presidente do Senado; José de Almeida Prado, vice-presidente da Câmara dos Deputados; Eugênio Luciarde, cônsul francês; Celestino Bastos, chefe do Estado Maior do Exército; Ildefonso de Moraes Castro, comandante da segunda região Militar; Cândido Rondon, acompanhado de suas Casas Militares; general Antonio Norel, chefe da Missão Francesa; coronel Cahusac. Também estavam ali: os deputados Mário Tavares, Ruy de Paula Souza e Campos Vergueiro; o senador Vicente Prado; Guilherme Kulman, diretor da instrução pública; Tibiriçá Filho; Victor da Silva Freire, Ramos de Azevedo; Anhaia Melo; conde Silvio Penteadó; Anibal Mendes Gonçalves; Léo Vaz; Roldão de Barros; Renato Jardim; Domício Pacheco e Silva; Eli Grumbash; Fernando de Azevedo; Emile Pilon; Djalma Forjaz; José Escobar; Deville Neuve; Max Loebe; Ferdinand Pierre; Hermann Levy; e Nestor Rangel Pestana. Suas esposas e diversas outras pessoas.

⁴⁷ Como podemos verificar na Tabela 5, durante fevereiro de 1925, foram publicados diversos anúncios sobre “matrículas na rua Boa Vista 18 e funcionamento no prédio da Rua Mayrink”, o que diverge da afirmação de Vercesi (2010) de que o liceu começou de funcionar no edifício próprio em 1926.

Figura 2. Recorte de jornal com anúncio de matrículas.

parte, os telephones sem fio transmitem os sons da Internacional.
Os serviços funebres começam às nove horas da manhã domingo.

HUNGRIA
DISCURSO DO MINISTRO DO TRABALHO SOBRE A SITUAÇÃO POLITICA — Budapest, 26 L) — Em sessão da Assembléa nacional, durante a discussão do orçamento, o ministro do trabalho, dr. Varr, que substituiu interinamente o presidente thien, ausente no estrangeiro, clamou contra os métodos

LYCEU FRANCO-BRASILEIRO
S. PAULO
Matricula e informações á rua da Boa Vista, 18, das 13 1/2 ás 15 1/2 horas.
Lêr o annuncio na "Secção Livre".

Acompanha o dr. Gallo o subsecretário do Estado do respectivo ministerio.

sacra de Carlos Gomes, que fica em piano inferior ao "Guarany" e a algumas outras operas do eminente artista brasileiro.

domínio de Romeu, e os restos de Rodrigues Alves.
Serviu de juiz o sr. Antero Dutra, que, depois da luta, agredido pelo sr. João Scherer, director de Romeu.
O pugilista carioca Rio Soares desafiou o vencedor e venceu, tendo ambos accedido desafio.
OS CONCURSOS AQUATICOS NO RIO — Rio, 26 — Nos melhores meios esportivos é aguardada com viva ansiedade a realização dos grandes concursos aquaticos, que serão effectuados amanhã, na enseada do Iatago, promovidos pelo Club

O ESTADO DE S. PAULO: PÁGINAS DA EDIÇÃO DE 27 DE JANEIRO DE 1924 - PAG. 1

ocultar

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 27 jan. 1924, acervo digital.

Como se pode observar na imagem, a primeira publicação acerca do Lyceu aparece em destaque, estampada na primeira página do jornal. Embora trate-se de um pequeno anúncio, sua posição⁴⁸, por si só, já denuncia o vínculo entre a instituição e o proprietário d'*O Estado de S. Paulo*: logo abaixo do título do periódico e do nome de seu diretor-presidente, Júlio Mesquita, todos centralizados, como uma mensagem subjetiva, contudo impressionista.

Outra informação que pode passar despercebida em razão do tamanho do anúncio, mas que não deixa de ser importante, diz respeito às matrículas serem realizadas à rua Boa Vista. Uma das proposições para explicar o fato pode estar diretamente relacionada às aspirações do Lyceu no que diz respeito a formação da elite: à época, o bairro da Vila Mariana ainda não gozava do prestígio que tem hoje; enquanto a rua Boa Vista era passagem

⁴⁸ Segundo Bomtempo Jr. (2006, p.128), "Por serem lidas antes da página par e antes da parte inferior da página, tanto a parte superior como as páginas ímpares são espaços considerados 'nobres', tanto por jornalistas como por anunciantes".

obrigatória a quem quisesse acessar o *Triângulo*⁴⁹ e abrigava consultórios médicos, consultórios odontológicos, escritórios de advogados, a Associação do Comércio, o escritório de Ramos de Azevedo e, sobretudo, era onde estava localizada a sede do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Figura 3. Mapa retratando o “Triângulo”.



Fonte: Google Maps

No período aqui estudado, essa região central da cidade era uma das mais importantes (TOLEDO, 2015; CALDEIRA, 2015; OESP, 1924) e tinha a “ambiência socio-político-cultural” (GOMES, 1999) que mais refletia os interesses da instituição franco-brasileira, abrigando um número expressivo de sujeitos relacionados a elite⁵⁰.

⁴⁹ Segundo Toledo (2015), “a região compreendida entre as ruas Quinze de Novembro, Direita e de São Bento. Lá estavam as lojas e os escritórios, as redações dos jornais, os hotéis, os cafés e as confeitarias. Era lá também que se praticava este campeão dos esportes urbanos, no período, que era o *footing*.”

É importante ressaltar que a cidade nesse momento estava sob a administração Antônio Prado, que convidou Victor da Silva Freire para ser engenheiro-chefe da prefeitura. A presença deste na administração municipal como diretor das obras públicas fora marcada por seu caráter técnico, com o qual planejou e urbanizou a cidade. Além disso, Silva Freire fora responsável pelas obras de abastecimento de água e esgoto do interior (TOLEDO, 2015). Concomitantemente, Victor da Silva Freire era diretor do Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo, bem como lecionava na Escola Politécnica de São Paulo e atuava em diversas outras companhias e organizações (disponível em: www.poli.usp.br/institucional, acesso em 25 abr. 2019).

⁵⁰ Para fundamentar nossa proposição, nos baseamos nos estudo de Ângela de Castro Gomes (1999, p. 20) e em sua noção de lugar e sociabilidade, questão fundamental, dado que “De um lado [...] a ideia de ‘rede’ [...]

instituição de ensino “perfeita à educação da mocidade”. Outras publicações⁵¹ no mesmo ano tratavam de exaltar a ação cultural francesa voltada para o âmbito da educação secundária no Brasil.

Sobre a forma de representação⁵², os estudos de Chartier (1991) abordam a pertinência operatória entre o “mundo do texto e o mundo do leitor” e o emprego do impresso ao longo da história cultural de modo a estimular uma determinada apropriação dependendo do público a que se destina, de sua materialidade e localização, entre outros dispositivos. Tais aspectos figuram em nossa análise como ferramenta de compreensão do modo como o periódico de Júlio Mesquita é usado para legitimar as ações culturais francesas no âmbito do ensino secundário brasileiro.

O ano de 1924 foi palco da Grande Revolução Paulista, movimento que também ficou conhecido por “Tenentismo”, em que grupos revolucionários se voltaram contra a política oligárquica instalada desde o fim do século XIX no Brasil (TOLEDO, 2015). Segundo Toledo (2015), durante um período de nove meses, a cidade de São Paulo foi palco de combates armados e bombardeios, que inclusive chegaram a atingir o escritório de Ramos de Azevedo, na rua Boa Vista, sendo que um deles acabou por tirar a vida de um de seus funcionários. Sabe-se, também, que a Associação do Comércio de S. Paulo, que sediava as reuniões da Associação Lyceu Franco-Brasileiro, era uma das responsáveis pelos constantes pedidos de paralização dessa revolta (TOLEDO, 2015). Embora a maioria dos envolvidos com o projeto de institucionalização da escola franco-brasileira fosse filiada ao PRP, um dos alvos diretos do Tenentismo, incluindo membros da redação do OESP, o jornal não deixou de publicar artigos e anúncios da instituição, nem há nenhuma menção sobre qualquer paralização nas obras do liceu.

⁵¹ Um dos locais onde esses artigos apareciam era a seção “Notas e Informações”. Espaço opinativo, diário e de destaque na terceira página do jornal, pelo qual haviam passado intelectuais de renome, a seção atravessou de forma incólume todo o período de reforma do jornal, permanecendo com seu espaço original e mantendo teor e linguagem usuais. A crença dos Mesquita de que o jornal deveria “influenciar pessoas” [...] (BOMTEMPI JR., 2006, p. 128-9).

⁵² Usamos representação, aqui, no sentido que nos dá Chartier (1991, p. 184): “instrumento de conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma imagem, capaz de repô-lo em memória e de ‘pintá-lo’ tal como é”.

Acreditamos que a Revolução Paulista tenha sido uma das razões para que o endereço de matrícula indicado nos primeiros anúncios, à rua Boa Vista, passasse a ser outro a partir do segundo semestre, sendo indicada a sede do Lyceu de Artes e Offícios.

Embora tais publicações dessem centro ar de normalidade aos fatos, no interior da redação do jornal, Júlio Mesquita figurava no centro das negociações de pacificação, em razão de seu “repúdio à solução militar para os problemas políticos”, o que acabou por culminar em sua prisão:

Embora *O Estado* tivesse anteriormente se sensibilizado com o caráter épico da revolta do Forte e concordasse com as críticas dos revolucionários ao governo, Júlio de Mesquita tinha repúdio à solução militar para os problemas políticos, posição que foi comunicada pessoalmente ao general Isidoro Dias Lopes, que o chamara para uma conversa bastante cordial, dada a admiração pessoal que o comandante da revolução nutria sobre Júlio de Mesquita. E só por ter ocorrido esse diálogo o jornal foi tirado de circulação e, juntamente com o prefeito Firmiano, processado pelo governo, acusado de cumplicidade com os rebeldes. Júlio Mesquita foi preso e enviado ao Rio, sendo liberado alguns dias depois. (PONTES, 2010, p. 79)

As correspondências trocadas entre os missionários da política cultural francesa nesse período não carregavam o mesmo entusiasmo e faziam menção ao “nacionalismo” como um empecilho para os planos da propaganda cultural. O que foi possível verificar quando o então embaixador Conty respondeu uma carta do prefeito da cidade de Gironde, em Bordeaux, que planejava se instalar no Brasil, advertindo-o sobre as dificuldades a serem enfrentadas:

Em primeiro lugar, o custo da vida é alto, e o clima pode ser outro obstáculo. Além de Rio de Janeiro e São Paulo, um ex-oficial francês não tem chance de encontrar uma ocupação, especialmente se não conhece a língua portuguesa. Os ganhos que um homem ou uma mulher podem fazer no Rio de Janeiro ou em São Paulo como professores de francês são extremamente incertos, especialmente se a pessoa não conhece o português.

Do ponto de vista da educação das crianças, existe no Rio de Janeiro um estabelecimento chamado Lyceu Franco-Brasileiro. Mas essas são escolas para jovens brasileiros que querem poder, enquanto seguem os cursos de programas locais que são obrigatórios para promover os estudos de francês mais do que em outros lugares⁵³.

⁵³ “Outra característica do Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo [...] era a configuração seriada de seus estudos secundários. Mas, como uma escola seriada não corresponderia as exigências legais brasileiras, o Lyceu

O ambiente para crianças francesas entre 10 e 12 anos deve ser claramente evitado: elas não adquirirão nenhum hábito de trabalho e mal conseguirão manter a mentalidade francesa na atmosfera do nacionalismo local. (CONTY, 1924, s.p., tradução nossa)

As palavras do embaixador Conty reportavam a imagem que tinha do nacionalismo vigente no Brasil durante sua estadia naquele período. Em oposição a essa afirmação, Suppo (1999, p.171) defende:

Finalmente, o nacionalismo: bastante vivo em todos os círculos, mas que afeta menos a França do que outros países. Na igreja, por exemplo, “alguns elementos guardam uma velha desconfiança”, mas no clero brasileiro, os jovens são favoráveis a França. Mesmo os religiosos importantes das nações rivais mostraram uma verdadeira amizade para com a França.

Destarte, podemos acreditar, com Suppo (1999), que, apesar de certo nacionalismo fazer-se presente, ele não foi exacerbado a ponto de prejudicar de todo a política externa francesa. Contudo, existiam exceções, como os ataques a alguns professores franceses de filosofia⁵⁴:

Corrente católica: os professores de francês seguiram as tradições liberais das universidades francesas e manteriam uma posição de neutralidade política. A Faculdade de São Bento é primeiramente de filosofia, e sua doutrina é estritamente tomista no sentido de Louvain, o que explica os repetidos ataques contra a cátedra de filosofia. (SUPPO, 1999, p. 207)

Finalizando seus pareceres, o embaixador Conty termina a carta demonstrando sua aversão à possibilidade da futura administração do Lyceu Franco-Brasileiro do Rio de Janeiro ficar sob os cuidados de um brasileiro, o que pode reiterar as motivações que o levaram a compreender o nacionalismo como um empecilho para a propaganda cultural francesa. Ressaltamos, aqui, que no *corpus* documental francês não fora localizada qualquer menção à Revolução Paulista de 1924.

Para o ano de 1925, também não foram encontrados cartas ou relatórios sobre o Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo. Embora esse silenciamento por parte da França seja notável em nossas fontes, com base na bibliografia revisada, coadunada ao estudo do contexto histórico e à legislação vigente nesse período, é possível afirmar que 1925 foi um

atendeu, nesses primeiros anos, aos costumes da época, oferecendo também um curso mais curto, preparatório dos exames de seleção para as escolas de nível superior.” (VERCESI, 2010, p. 29)

⁵⁴ O exemplo citado é do ano de 1934.

ano emblemático, tanto para a institucionalização de educação/instituição francesa como para os brasileiros no que diz respeito a instituição educacional.

Apesar do silêncio nos documentos franceses, as publicações no jornal *O Estado de S.Paulo* mantinham-se em consonância com interesses franco-brasileiros. Ao todo, localizamos treze resultados para 1925, com características semelhantes ao ano anterior, sobretudo no que diz respeito à exaltação do modelo de ensino oferecido no Lyceu. Destacamos a série de quatro artigos escritos por Júlio Mesquita: sobre o edifício do Lyceu, seu caráter essencialmente brasileiro, da organização de seus estudos e sobre os resultados que eram esperados da instituição.

Conforme Vercesi (2010, p. 45):

O Lyceu iniciou suas aulas em 1924, embora sua sede tenha ficado pronta somente em 1926. Nesse interim, as aulas foram ministradas no Lyceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Durante os anos de 1924 e 1925, Júlio de Mesquita colocou em seu jornal uma série de editais sobre o Lyceu Franco-Brasileiro, exaltando, em cada um, tópicos diferentes a respeito das qualidades daquela escola, em uma clara defesa e propaganda para a futura inauguração no ano seguinte.

Porém, o tom louvável dispensado ao Lyceu nas publicações do jornal durou até o primeiro semestre do ano de 1925, o que tem sua explicação no discurso proferido por Júlio de Mesquita Filho e a criação da Universidade de São Paulo em 1961:

[...] O interesse que tínhamos em procurar resolver o problema do ensino no Brasil [...] foi daí que se originou o Liceu Franco-Brasileiro, hoje Liceu Pasteur [...]. Esta magnífica ideia foi, porém, apenas realizada em parte. Depois de uma luta de vários anos, conseguimos que o governo francês e o governo estadual aceitassem colaborar na criação do futuro Liceu e finalmente foi fundado. Mas aí entrou o nacionalismo, esse mesmo falso nacionalismo que ainda hoje nos desgraça: não foi possível que a sociedade aceitasse a vinda de professores estrangeiros, pois isto constituía uma ofensa aos brios da nacionalidade... E fundou-se apenas mais um ginásio. Mas para que não se perdesse de todo a ideia do novo colégio, conseguimos que mandassem vir alguns professores – que vinham ao Brasil para ensinar os filhos dos franceses radicados aqui. [...] Mas este malogro não nos fez perder as esperanças: continuei a bater-me pela ideia da futura criação de uma universidade. (MESQUITA FILHO, 1961 apud PONTES, 2010, p.152-3)

De fato, fica notório o redirecionamento do jornal acerca dos interesses no que se refere à educação brasileira. A partir do segundo semestre de 1925, as publicações sobre o Lyceu Franco-Brasileiro são nulas. Contudo, no ano seguinte, uma das publicações mais

conhecidas do período vai a público, trata-se do inquérito sobre a instrução pública de 1926 organizado por Fernando de Azevedo a pedido de Mesquita Filho, que “compreendia a importância de reunir opiniões de forma organizada”, e ia de encontro com a reforma de 1925, tachada pelo jornal como “retrógrada”, ou de “volta ao passado” (ALVES SANTOS, 2018).

Ainda sobre o inquérito de 1926, Alves Santos (2018, p. 42) afirma que, para além de “apontar as lacunas do sistema de ensino em vigor”, esse instrumento era “composto por um questionário específico dividido em três partes”. Visto que nossa pesquisa se concentra no ensino secundário, operacionalizamos a análise desse inquérito tal qual o fizera Alves Santos (2018), mobilizando a terceira parte do documento, que trata justamente de assuntos relacionados ao ensino secundário e superior.

A análise das perguntas permitiu evidenciar uma tônica no que se refere ao ensino secundário direcionado para as elites, o que, segundo o jornal, só poderia ser realizado em “escolas de alta cultura” e “baseado nas humanidades clássicas, ou, sem desprezo destas, baseado nas línguas modernas e nas ciências”.

Outro dado importante sobre o inquérito diz respeito aos depoentes da terceira parte: Rui Paula Souza, Mário de Souza Lima, Amadeu Amaral, Ovídio Pires de Campos, Raul Biquet, Teodoro Ramos, Reinaldo Porchat e Arthur Neiva (ALVES SANTOS, 2018, p. 47). Confrontando os nomes dos depoentes do inquérito com a Ata do Conselho administrativo do Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo, pudemos verificar que tanto Reynaldo Porchat quanto Ruy de Paula Souza estavam diretamente ligados ao estabelecimento de ensino secundário franco-brasileiro, o que levanta a hipótese de que tal presença no inquérito possa enfatizar a defesa pelo Lyceu nesse momento.

As publicações acerca do Lyceu foram retomadas no mês de janeiro de 1927, e, segundo Vercesi (2010), o projeto da instituição fora submetido a algumas limitações em razão do contexto nacionalista da época. Teve, portanto, que sofrer algumas adaptações para ser capaz de atender de alguma maneira o objetivo de manter a “supremacia cultural” francesa, utilizando a disseminação da língua como estratégia.

2.2 As primeiras crises no Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo

Segundo Vercesi (2010), o Lyceu fora inaugurado em sede própria no ano de 1926, com uma festividade “à altura dos grandes empreendimentos políticos da época”. Porém, iniciou suas atividades com apenas 21 alunos matriculados. O insucesso dessa marca, segundo a autora, deu-se em razão da migração de seus alunos para o Lyceu Nacional Rio Branco, que acabara de inaugurar e, naquele momento, responderia melhor os anseios da elite tradicional paulista, pois já detinha máquina de impressora própria, o que de certa maneira representava modernidade, e tinha uma cultura institucional mais nos moldes da crença católica.

Medeiros (2004), em seu artigo “Lyceu Nacional Rio Branco ‘Uma obra de cultura e patriotismo’ 1926-1934”, retrata a história dessa instituição de maneira resumida tendo como categoria de análise os intelectuais, e faz alguns levantamentos acerca dos motivos que levaram com que a elite paulista optasse por esse liceu, mesmo com uma diversidade de opções no âmbito do ensino secundário na cidade de São Paulo. Segundo a autora, um dos motivos de seu lugar de destaque em meio a outras instituições de ensino seria a rede de relações no corpo constituinte desse liceu, do qual faziam parte Sampaio Dória, professor Savério Cristófar, Lourenço Filho, Almeida Junior, entre outros intelectuais de destaque. Para ela, essa rede de sociabilidade, somada a “campos magnéticos”⁵⁵, como a Sociedade de Educação de São Paulo, a laços profissionais e pessoais estabelecidos e ao capital simbólico de seus membros, fora responsável pelo sucesso e pela atribuição de prestígio ao Lyceu Nacional Rio Branco (MOREIRA, 2004).

Assim como Vercesi (2010) atribui à Reforma Sampaio Dória de 1920 o infortúnio do Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo, Medeiros (2004, p. 6) afirma que essa mesma razão era a responsável pelo sucesso do Lyceu Nacional Rio Branco:

O mais importante no Lyceu, segundo sua direção, é a aquisição de hábitos e a consciência cívica. A combinação da educação moral, educação cívica e conhecimento das ciências naturais era considerada a mais moderna forma de educar.

⁵⁵ De acordo com Jean-François Sirinelli (1996), todo grupo de intelectuais organiza-se em torno de uma sensibilidade ideológica e cultural comum e de afinidades mais difusas, igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. Dessa maneira, a Sociedade de Educação de São Paulo era um dos “campos magnéticos” que atraía intelectuais de distintas formações e de mesmas afinidades relacionadas a educação.

Embora não tenha sido abordado por nenhuma das autoras, o site⁵⁶ do atual Colégio Rio Branco atribui ao seu fundador, o professor Savério Cristófar, a sua ligação e sua experiência como professor particular responsável pela preparação dos alunos para exames de admissão, bem como a sua reputação profissional, o que levava tantos alunos a seu estabelecimento de ensino.

A localização do edifício de ambas as instituições também não foi comparada pelas autoras. No entanto, podemos propor como hipótese que os endereços de cada uma das instituições tenham tido algum efeito: o Liceu Nacional Rio Branco estava situado no bairro de Higienópolis, enquanto o Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo encontrava-se no estigmatizado bairro da Vila Mariana, compreendido no período como um dos limites da cidade (TOLEDO, 2015). Talvez a ausência na Vila Mariana de elementos que remetessem à ideia de modernidade fosse um dos motivos que levava a elite a debandar para o colégio alocado em um espaço que melhor representava essa mesma modernidade, segundo os parâmetros estabelecidos pela elite paulista naquele momento.

Segundo Toledo (2015), a Vila Mariana era “um descampado retangular limitado por algumas casas em cuja proximidade já surgem alguns palacetes”, ou apenas uma “escala intermediária do trezinho a vapor que levava a Santo Amaro”. Some-se a isso o fato de os intelectuais da época não acharem o local apazível, como relata Toledo (2015) citando Monteiro Lobato “tudo o que fosse vilamarianesco”, “kyrialesco⁵⁷”, “era desprezível”.

Diante disso, compreendemos os esforços do jornal *O Estado de S.Paulo* para melhorar a apresentação do bairro. Uma das poucas publicações sobre a instituição, no dia 8 de janeiro de 1927, recorria a um discurso com ares de renovação: “Lyceu Franco-Brasileiro: uma obra que se realiza em silêncio – Os resultados dos últimos exames – Esperanças que renascem”. O tom de propaganda sobre a instituição é notável, seus métodos e a defesa da reprodução de uma raça, no caso a francesa. O discurso e a localização à página 5 do jornal denotam que muito provavelmente Júlio de Mesquita Filho tenha sido o seu autor. Ao se referir ao liceu como “uma obra que se realiza em silêncio”, pode-se notar que o

⁵⁶ Disponível em <http://www.crb.g12.br/site/colégio/historia.aspx>, acesso em 20 abr. 2019.

⁵⁷ Segundo Toledo (2015, p. 151-3) o termo kyrial refere-se a casa de Freitas Valle, que nesse período tinha 34 anos, era gaúcho e proprietário de uma mansão conhecida como Vila Kyrial, que abrigava banquetes, festejos entre outras comemorações, que culminaram no reconhecimento do local como um dos pontos mais importantes da cidade, ganhando característica de clube ou seita, onde diversos intelectuais brasileiros se reuniam, dentre eles Washington Luís, Carlos de Campos e Oscar Rodrigues Alves.

estabelecimento ainda estava em processo de institucionalização, não tendo sua cultura escolar definida.

A análise do jornal com base nos elementos da cultura organizacional, segundo Nóvoa (1995), permitiu que pudéssemos evidenciar uma tendência de que a maioria das publicações da década de 1920 denotava aspectos de tipo I, ou seja, manifestações relacionadas a fins e objetivos, currículo, linguagem, metáforas, histórias (nesse caso história cultural e intelectual francesa), estruturas, entre outros aspectos. Contudo, ao final dos anos 1920, nota-se uma transição de abordagem de manifestação tipo I para abordagem de manifestação tipo II, a qual foca nos elementos que têm uma forma material, como arquitetura, equipamentos, uniformes ou imagem exterior. Verifica-se que o estabelecimento abrigava multiplicidade de conferências, palestras e festejos de diversas instâncias.

Em meados de 1926, o Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo enfrentava uma considerável crise financeira: a ação judicial sobre a propriedade de suas terras e a dívida hipotecária de mais de 4 milhões de francos com juros muito altos dificultavam ainda mais um possível pagamento (CONTY, 1926). Na documentação disponível, não foi possível descobrir o saldo de receitas e despesas do Lyceu, nem se existia uma eventual contribuição da Sociedade Francesa de Lyceus Franco-Brasileiros para superar tal crise. Nesse ano, a única menção sobre o liceu no jornal o coloca como ponto de referência para venda de um imóvel no bairro da Vila Mariana.

O que se pode observar é uma polarização entre os membros de Conselho do Lyceu que envolvia Ramos de Azevedo, Ruy de Paula Souza e o próprio Georges Dumas. Supostamente, Ramos de Azevedo não parecia contente com a escolha de Ruy de Paula Souza para o posto de diretor do Lyceu e comunicou ao Serviço de Obras Francesas do Exterior este seu desgosto, salientando que para tal escolha Ruy de Paula Souza teve o apoio de Georges Dumas. Em resposta ao Serviço de Obras, Dumas (1927, s.p., tradução nossa) escreveu:

Eu gostaria de dizer agora que há certamente um erro nas lembranças do Sr. Ramos de Azevedo sobre a parte que eu teria na nomeação do Sr. Ruy de Paula Souza como Diretor do Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo.

Tenho mantido boas relações de amizade com Ruy de Paula Souza há vinte anos e o considero um homem muito inteligente. Também tenho muita gratidão pela ajuda que me deu em 1920, quando ele era deputado federal

e eu precisava atuar junto às autoridades públicas brasileiras para interessá-los em nosso projeto de Lyceu. Mas nunca tive a qualidade de designá-lo, muito menos de impô-lo como diretor do Lyceu.

Neste ano de 1920, até onde me lembro, o diretor do projeto Lyceu era o sr. Guthene, amigo de nossos amigos paulistas, atualmente doente na França. Nos anos que se seguiram, os nossos amigos paulistas ouviram dizer que o possível diretor seria Ruy de Paula Souza, e eu certamente daria a minha aprovação se fosse consultado, poderia mesmo fazer uma sugestão discreta, mas não me recordo da conversa com o Sr. Ramos, que teria manifestado as suas objeções e teria encontrado uma forte vontade da minha parte. Estou convencido de que precisamos mais; você pode falar sobre tudo isso com meu velho amigo V. de Silva Freire, que eu sempre encontrava diariamente durante minhas estadas no Brasil.

Em seguida, tentou harmonizar as partes:

De resto, partilho plenamente a sua opinião de que houve erros de ambos os lados. Essa é a regra em histórias desse tipo, e a situação de um associado cheio de competência profissional associada a um diretor que precisa manter intacta sua autoridade moral e oficial é, em si mesma, uma fonte de conflitos.

Esses conflitos só podem ser evitados se houver no lado gerencial muito cuidado e no lado agregado a boa vontade necessária para se apagar ocasionalmente e ficar satisfeito com uma influência discreta.

Este ideal não é impossível de realizar, porque o realizamos em outros lugares e também em São Paulo tivemos casos de colaboração frutífera e cordial. (DUMAS, 1927, s.p., tradução nossa)

Embora a carta não revele o nome do interlocutor de Dumas, intitulado apenas como “Cher Monsieur”, a última frase dessa correspondência revela certa proximidade entre ambos: “Peço-lhe que transmita minha respeitosa homenagem a sua mãe e acredite em mim cordialmente”.

Concomitantemente, uma análise das relações culturais entre França e América Latina feita pelo jornal parisiense *Le Matin* (1928) reportou a crise da escassez de professores devido à falta de condições do Ministério de Instrução Pública de fornecer os licenciados em número suficiente. Existia também a questão da religião na América Latina: “[...] para crenças religiosas que não são de forma alguma combativas, mas generalizadas, as quais, em muitos países, se opõem ao sucesso de escolas francesas”. O Lyceu de São Paulo era, segundo o jornal, a exceção: “Um de nós, Georges Dumas, fundou, com seus amigos brasileiros, a escola de São Paulo, que ainda é um sucesso e acaba de colocar, em Caracas,

a primeira pedra de um Lyceu Descartes, ao qual nós emprestaremos agregados”. Ainda, sobre o secularismo dos lyceus, o jornal *Le Matin* escreveu:

Além disso, quando somos convidados a fundar um Lyceu francês, como fizemos em São Paulo, não é, em geral, o secularismo de nosso ensino que atrai os alunos. O que os atrai são nossos métodos comprovados e o valor de nossos agregados. Entende-se sempre que, se exercemos a direção técnica dos estudos em Paris, não precisamos intervir em questões de educação religiosa, que são resolvidas no ato da maneira mais liberal.

Não podemos julgar a América Latina com nossa perspectiva francesa e nossos critérios habituais. Ela ignora essas classificações rígidas dos partidos, as incompatibilidades políticas e religiosas que a história criou aqui. Ela adotou o ideal de justiça e liberdade da Revolução, permanecendo fiel às crenças que são, na maioria das vezes, a base de sua educação moral. (ARTIGO, 1928)⁵⁸

Essa última observação sobre as crenças serem a base da educação moral nos países da América Latina seria, talvez, a sinalização de que esses liceus deveriam concatenar a religião com seu secularismo? A documentação existente aponta que trabalho de freiras e padres franceses para a manutenção do idioma francês na América Latina era fundamental, e a falta de missionários franceses colocaria em perigo o ensino da língua francesa. O que aconteceria se os mestres franceses congregantes fossem substituídos por professores seculares de francês em liceus criados e mantidos pela França? Para Georges Dumas, as congregações religiosas deveriam ser mantidas:

Sr. Dumas e Lévy-Bruhl têm demonstrado neste jornal que este excelente princípio raramente apresenta uma importante despesa, e que não devemos ser enganados quanto a sua eficácia. Vamos simplesmente observar que os principais propagandistas de nossa língua na América do Sul são nossos compatriotas, membros de congregações religiosas que não custam quase nada a nosso orçamento. A diminuição gradual em seu número, cuja causa é falha de recrutamento na França⁵⁹, inevitavelmente determinam o declínio do francês nestes países em favor da língua de outros países concorrentes e trará a nossa influência em todas as áreas um golpe fatal. (ARTIGO, 1929)⁶⁰

⁵⁸ A correspondência analisada contém a transcrição datilografada da publicação, e não o exemplar impresso. A data, 28 de outubro de 1928, refere-se a data da publicação do jornal.

⁵⁹ Jornal *La Vie Française*, em sua edição de 21 de outubro de 1928, publicou: “Católicos estabelecidos em países católicos não são atacados nem militantes. Agora todas estas congregações estão condenadas a desaparecer em breve, pelo fato de que, desde 1904, já não são autorizadas a ter na França os noviciados que os ajudaram por tanto tempo a prosperar”.

⁶⁰ A correspondência analisada contém a transcrição datilografada da publicação, e não o exemplar impresso. A data, 22 de janeiro de 1929, refere-se a data da publicação do jornal.

Como destacado anteriormente, já existiam entre os líderes da missão militar⁶¹ no Brasil algumas tendências de solidificação de apoio às congregações religiosas em função da propagação da língua francesa. Essas propensões resultaram na criação de um Comitê de Disseminação de Língua Francesa formado em São Paulo, sob o patrocínio da Câmara de Comércio Francês no Brasil. A atividade da comissão consistia, principalmente, na organização de aulas noturnas (DEJEAN, 1929).

A recorrência às congregações católicas, nesse sentido, provavelmente se dava graças à forma da Ação Católica no âmbito educacional no ano de 1928. Seu líder, Alceu Amoroso Lima, defensor das primícias da igreja, entregou uma lista de requerimentos a Gustavo Capanema na esperança de que fossem acatados, entre eles “atenção muito particular com o espírito ainda dominante em certos meios pedagógicos, particularmente em São Paulo”, bem como uma série de outras mudanças, que culminaram em reformas educacionais (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000) que acabaram por influenciar o funcionamento do Lyceu. Trataremos destas no próximo capítulo.

⁶¹ Ver LOUREIRO, Samuel Robes. *L'enseignement d'une élite? a (re)invenção das tradições na Academia Militar Paulista (1931-1944)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC-SP, 2012.

CAPÍTULO III – DOS DESCOMPASOS À RETOMADA DO PODER FRANCÊS NO LICEU

3.1 No contexto do “provisório”

Neste capítulo, iniciaremos a narrativa na década de 1930, um dos momentos mais emblemáticos na história do Lyceu, justamente em razão da “Revolução de 1930” que marcou o governo de Getúlio Vargas. Para isso, recorreremos às bibliografias acerca da conjuntura educacional do período, com a finalidade de compreender as mudanças que o Lyceu Franco-Brasileiro enfrentara, incluindo a mudança do nome para Liceu Pasteur.

Segundo afirma Alves Santos (2018, p. 50), o processo de industrialização levou a uma substituição do modelo agroexportador para um modelo de base industrial e urbana, levando a mudanças sociais importantes:

[...] é importante destacar que, o grupo que veio a se formar em trono do jornal *O Estado de S.Paulo* era representativo dessa fração de classe mais progressista. As sociedades e os projetos que surgiam em seu seio demonstravam a intencionalidade de fomento de uma nova estrutura cultural e social para o Brasil, encabeçado pelo processo de industrialização que vinha se desenvolvendo no Estado.

A administração pedagógica do Lyceu Franco-Brasileiro de São Paulo, no início da década de 1930, com frequência⁶², enviava ao Serviço de Obras Francesas no Exterior (SOFE) os relatórios sobre o andamento dos estudos franceses no Lyceu (BARTHELOT, 1930). Esses estudos deveriam ser mantidos no Lyceu de acordo com os parâmetros franceses, e a finalidade era garantir que a instituição não se transformasse gradualmente em uma escola secundária puramente brasileira, na qual a cultura francesa não ocupasse um lugar de destaque, como acontecia em outras escolas secundárias locais (BARTHELOT, 1930).

De modo geral, o Lyceu não teve o desenvolvimento, não ocupava o espaço na vida brasileira e não alcançou o lugar que almejou para o ensino secundário brasileiro no momento de sua criação. Tal condição não era exclusiva dessa instituição, haja vista o

⁶² O SOFE elaborava trimestralmente, em média, espessos relatórios que englobavam toda a política cultural. Esses relatórios também incluíam os liceus na toda América Latina. Além desses relatórios, as notícias sobre os liceus no Brasil apareciam aleatoriamente, conforme os acontecimentos locais, em média duas vezes por semana para o nosso corte temporal de 1916 a 1951. Todavia, não existe uniformidade.

aspecto da educação brasileira que chegou aos anos 1930 refletindo um cenário de desigualdades e a permanência da seletividade no ensino (BARROS, 2015).

Sobre o caráter seletivo do ensino secundário brasileiro no período, Souza (2008, p. 107-8) afirma:

[...] foi marcante no Brasil no início do século XX. [...] A atuação do governo limitou-se à manutenção do Colégio Pedro II, estabelecimento padrão, e à normatização centrada da organização pedagógica das escolas públicas e privadas do país. Os estados, por sua vez, dedicaram-se prioritariamente ao desenvolvimento da educação popular (escolas primárias e normais). A maioria dos estados da federação manteve em funcionamento até 1930 um único ginásio público instalado nas suas capitais, com exceção de Minas Gerais e São Paulo. Conseqüentemente, o crescimento do número de matrículas nesse nível de ensino deveu-se quase exclusivamente à iniciativa privada. O público escolar do ensino secundário era majoritariamente composto pelo sexo masculino. [...] A educação secundária com função propedêutica para o ensino superior constituía, assim, uma educação para às elites, limitando o acesso às mulheres e excluindo a população negra, indígena e as camadas populares.

A falta de interesse do Estado brasileiro em fomentar a educação secundária pode, em parte, justificar o apoio financeiro concedido pelo governo francês ao Lyceu, inclusive como meio indireto de assistir a Universidade de Paris. No entanto, como encontramos em nossas fontes, embora os resultados dos alunos do Lyceu nos exames fossem bons, ele não atingiu os números almejados.

O Comitê Técnico constatou “os bons resultados normalmente obtidos pelo Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo nos exames de final de ano”. Mas este é apenas um dos objetivos que os fundadores deste estabelecimento tinham em vista. Há outros objetivos importantes que parecem ter sido apenas parcialmente alcançados. De uma maneira geral, o Lyceu não teve o desenvolvimento e não ocupa na vida universitária brasileira o lugar que se esperava no momento de sua criação e que justificaria o apoio financeiro concedido pelo governo francês como assistência técnica dada pela Universidade de Paris. (SOFE, 1930, s.p., tradução nossa)

Isso fez com que o SOFE tomasse providências para investigar melhor onde estariam os erros e como consertá-los:

Depois de ter lido as informações fornecidas por várias pessoas, incluindo alguns professores, como MM Deschamp e Vallery-Radot, indicações dadas pelos consultores técnicos Labouesse e Mouralis, e depois de ter estudado o status da Sociedade Civil Lyceu Franco-Brasileiro S. Paulo, o Comitê Técnico solicitou ao Conselho de Administração da Sociedade dos Lyceus Franco-Brasileiros com sede em Paris, que tome as seguintes resoluções:

- 1) O Conselho de Administração, com dez membros, responsável pela administração do Lyceu deve reunir-se pelo menos uma vez por mês, conforme estipulado nos estatutos.

(SOFE, 1930, s.p., tradução nossa)⁶³

Sendo assim, a Sociedade Francesa dos Lyceus Franco-Brasileiros aproveitou a visita a Paris do professor Mouralis para solicitar que ele retomasse, por pelo menos mais um ano, o seu cargo de conselheiro técnico e de professor no Lyceu de S. Paulo⁶⁴ e aproveitasse para promover uma série de reformas projetadas pelo Comitê Técnico (SOFE, 1930). O SOFE ainda convocou Georges Dumas, bem como os professores Carcopino e Sergent, para organizar novas estratégias e melhorar o quadro da instituição (SOFE, 1930).

De acordo com os levantamentos dos adidos franceses, o Lyceu Franco-Brasileiro de São Paulo estava passando por outra crise que não estava relacionada ao desempenho pedagógico, mas em razão da necessidade de garantir o pagamento do terreno que ocupava. Era esperado que a doação para o pagamento da terra fosse subsidiada pela família de Ramos de Azevedo, contudo, Georges Dumas, aconselhado por Victor da Silva Freire, informou para o MAE que a Sociedade de Lyceus Franco-Brasileiros estaria disposta, se necessário, a garantir a compra do terreno, o que representava um valor máximo de 300 mil francos, como relatado na correspondência de SOFE (1930, v.218, p. 23, tradução nossa) ao embaixador francês:

Recebemos os relatórios [informando] que o Lyceu francês de S. Paulo está atualmente passando por uma crise devida não ao número de estudantes, que continua sendo muito satisfatório, mas à necessidade de garantir o pagamento da terra; nós estávamos esperando que a doação fosse feita pela família de Sr. Azevedo.

O Sr. Georges Dumas informou, portanto, o Sr. Silva Freire que o MAE e a Société des Lycées Franco-Brésiliens estariam dispostos, quando apropriado, a garantir a compra dessas terras, que representam um valor máximo de 300 mil francos, graças a alocações da Comissão de Repartição de Fundos dos Jogos, mas em troca eles exigiriam a nomeação de um diretor de estudos franceses com poder para estabelecer os programas e recrutar o pessoal: o atual diretor brasileiro poderia permanecer como diretor administrativo.

⁶³ A continuação da ata está faltando na comunicação pesquisada.

⁶⁴ Embora a instituição tivesse o nome oficial de Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo, os franceses também tratavam-na nos relatórios como “Lyceu de São Paulo”.

Em troca de um eventual pagamento, portanto, a Sociedade Lyceu Franco-Brasileiro exigia a nomeação de um diretor pedagógico que fosse francês com poder de estabelecer os programas e recrutar todo o pessoal; o então diretor brasileiro poderia permanecer como diretor administrativo. Essa associação também exigiu a contratação de professores franceses para as classes elementares e, possivelmente, para algumas classes das repetições, bem como o direito de professores franceses realizarem as aulas de ciências em francês. Essas medidas trariam melhorias no ensino e estimulariam o fortalecimento do estudo da língua francesa (SOFE, 1930).

A expectativa com as mudanças era reforçada pela reestruturação que a educação brasileira passava, nesse mesmo período, graças à Reforma Francisco Campos. Esta tinha a finalidade de promover algumas transformações, sobretudo no currículo do ensino secundário, que continuaram a dar destaque ao ensino de línguas (BARROS, 2015). Nesse sentido, a Reforma serviria aos interesses da instituição educacional franco-brasileira e resultaria em um novo arranque para os motores da política cultural francesa e seu projeto de educação-instituição⁶⁵.

A Sociedade dos Lyceus Franco-Brasileiros, com sede em Paris, se reuniu com Georges Dumas no Brasil em meados de 1931 com intento de repassar ao governo brasileiro a situação em que se encontrava o estabelecimento e buscar uma resolução à questão relacionada ao terreno. No entanto, a propriedade da terra, que foi dada ao Lyceu, em parte, por Ramos de Azevedo e, por outra parte, vendida pela irmã de Ramos de Azevedo ao Comitê Paulista do Lyceu, foi disputada e reivindicada em uma contestação de herança depois do falecimento do arquiteto, em junho de 1928. A validade de pretensões da família

⁶⁵ “[...] o conceito de educação-instituição utiliza-se para expressar de forma operacional a realidade estrutural, organizada na longa duração, com vista à integração e à informação das gerações mais jovens; nesta acepção, aproxima-se do sistema educativo, podendo este, na sua dupla composição de educação formal e não formal, ser interpretado na sua internalidade ou na relação entre educação e desenvolvimento histórico. A educação é evolução, mudança, com sentido duradouro, consubstanciando-se e aferindo-se no contexto, por referência no contexto e por referência institucional. Processo dinâmico, a educação é construção, capitalização da estabilidade no plano individual, biográfico e antropológico, como no plano sócio-histórico. Daqui decorre que o conceito de *habitus*, na sua complexidade, operacionalidade, flexibilidade, sendo simbolização e praxeologia, numa combinatória biográfica, estrutural, funcional é um constructo educacional. [...] Émile Durkheim (a quem se deve uma das interpretações mais consistentes sobre o que pode ser caracterizado como a longa duração, em história da educação) consagra o princípio funcional da educação como integração, formação/normatização e responsabilização das gerações novas na manutenção da cultura e no rumo da história dos povos, das civilizações e das sociedades e agrupamentos humanos” (MAGALHÃES, 2004, p.60-1 e p.64).

Azevedo foi admitida pelos tribunais brasileiros e a compra do terreno pela Sociedade Francesa dos Lyceus foi abortada (BARTHELOT, 1931).

Embora a conjuntura educacional, de um lado, fosse favorável para a política externa da França, por outro, o agravamento da crise econômica e financeira aumentou ainda mais as dificuldades da instituição. Quando o prédio do Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo estava em fase de construção, o fundo de 3,6 milhões de francos que ela possuía não era suficiente para colocar em prática o projeto de Ricardo Severo da Fonseca e Costa, arquiteto sócio de Ramos de Azevedo responsável pelo projeto e pela obra. As sociedades mantedoras do Lyceu, a brasileira e a francesa, foram obrigadas a emprestar uma quantia considerável da Companhia Iniciadora Predial Paulista, uma empresa de financiamento imobiliário que construía residências de aluguel, financiava a construção de residências particulares e pertencia a Fonseca e Costa em sociedade com Ramos de Azevedo, Frederico Vergueiro Steidel e Arnaldo Vieira de Carvalho. A Sociedade pretendia pagar os custos do empréstimo, por meio de anuidades, com os lucros do Lyceu. No entanto, não conseguiu arcar com os pagamentos, como relatou Philip Berthelot (1931, s.p., tradução nossa), Secretário Geral do Quai d'Orsay⁶⁶:

O colégio inaugurado em 1925 pelo presidente do estado de S. Paulo, senhor de Campos, teve um bom começo e eu pude, desde os primeiros anos, perceber os benefícios esperados.

Mas o período de vacas magras chegou rapidamente com a crise; a administração parece não tê-lo acompanhado mais e, em 1930-1931, a Companhia Iniciadora Paulista, que deixou de ser paga, processou o Lyceu e obteve uma decisão que lhe permitiu colocar sua sede à venda. Ela já teve o direito a penhora.

Berthelot (1931, s.p., tradução nossa) também relatou sobre a ação iniciada pela família de Ramos de Azevedo:

Ao mesmo tempo, outro caso foi trazido por um particular que alegou possuir a terra em que a escola foi construída. Essas terras, que adquiriram grande valor desde a fundação do Lyceu, devido às novas construções e aberturas de bondes ao redor, deveriam pertencer à família Azevedo.

Metade havia sido generosamente dada por Sr. Azevedo, o próprio arquiteto do Lyceu; a outra metade vendida por sua irmã para o Comitê Paulista do ensino médio por 40 contos.

⁶⁶ Quai d'Orsay é metonímia para Ministério das Relações Exteriores da França.

Mas a família Azevedo tinha ilusões sobre seus direitos; de fato, um recente julgamento declarou que essas terras não lhe pertenciam e as atribuiu ao indivíduo que as reivindicou.

O Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo está atualmente enfrentando dois julgamentos, um que atribui seus edifícios para a Companhia Iniciadora, enquanto outro adjudica suas terras para um indivíduo.

A reivindicação da Companhia Iniciadora é muito alta; cerca de 1.800 contos ainda estavam sendo discutidos, mas esses números foram reduzidos e, no momento, o governo de S. Paulo concordaria em expropriar as terras da Companhia Iniciadora por razões de interesse público, à quem devem devolver os edifícios, de uma soma de 1.400 contos, dos quais cada um dos dois credores receberia uma parte, sendo a parte do proprietário de terras avaliada em 120 contos e a da Iniciadora em 1.180.

Diante de tal conjuntura, duas atitudes poderiam ser tomadas. A primeira era renunciar definitivamente a obra, que apresentava discretos erros de cálculo, incorrendo em uma perda de prestígio contrária à aspirada influência francesa, e ainda renunciar definitivamente aos 1,2 milhão de francos já empenhados no empreendimento, além de uma soma substancialmente dupla do lado brasileiro. Outra opção seria esforçar-se para que o Lyceu fosse resgatado com a ajuda do governo local e dos “amigos da França no Brasil”, que não poderiam e não se contentavam em observar passivamente a ruína de uma empresa pela qual lutaram e fizeram grandes sacrifícios.

A Sociedade Francesa dos Lyceus, como acionista majoritária do Lyceu de São Paulo, em negociação com o governo do estado, ofereceu o terreno do estabelecimento de ensino somado a uma parte em dinheiro para a sua aquisição. A Sociedade possuía em Paris fundos que, somados com a devolução do montante indevidamente afetado pela venda de terras pela irmã de Ramos de Azevedo, conseguiria assegurar a continuidade do Lyceu, mas não o pagamento integral do prédio. Georges Dumas escreveu sobre o desenredo dessa situação:

Como seria o posterior *status* do Lyceu? Se o governo brasileiro, federal ou estadual, quisesse arcar com metade da despesa, seria possível suplementar a disponibilidade da Sociedade de Paris através de subsídios ministeriais, o que permitiria à referida Sociedade assumir a outra metade. Analisando as circunstâncias, pode ser preferível que o Lyceu se torne propriedade dos governos francês e brasileiro. Em qualquer caso, a Sociedade dos Lyceus em Paris, que possuía a maioria das ações, garantiria a liquidação da antiga Sociedade Anônima e a troca da administração atual, e um acordo seria alcançado entre os dois governos, que estipulariam o papel do futuro diretor francês, o número, os títulos universitários e os salários dos professores franceses e brasileiros. O atual ministro das

Relações Exteriores, [...] é a favor de qualquer solução que permita que o Lyceu dure, e o de São Paulo quer mais professores de francês do que no passado. A questão é quem fornecerá os 700 Contos, o governo federal ou o governo estadual de São Paulo? (DUMAS apud BARTHELOT, 1931).

Em resposta, o embaixador Kammerer (1931) enviou um telegrama com a seguinte frase: “Atribuo importância ao salvamento do Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo”.

O acordo foi atingido com o governo do estado de São Paulo:

Conseguí concordar com o ministro da Fazenda do Estado de São Paulo o resgate do Lyceu Franco-Brasileiro desta cidade. Haveria dois diretores com direitos iguais, um deles francês. Preciso saber sem demora (porque o governo de São Paulo vai cair) se, como eu espero, o Ministério aprova essas bases. Os dois diretores terão direitos e poderes iguais: a questão delicada de seus relatórios será resolvida por acordo entre os dois governos, de modo a fixar suas atribuições e, assim, evitar conflitos na direção. Em qualquer caso, Sr. Paula Souza terá que ser removido da direção e da administração. (KAMMERER, 1932, s.p., tradução nossa)

Percebe-se a preocupação do embaixador Kammerer com a situação política incerta no estado, “porque o governo de São Paulo vai cair”, recorrendo, por sua parte, à urgência para aprovação de acordo. Diante dessa informação, tem-se a seguinte indagação: por qual motivo o embaixador evidenciava o receio em uma eventual troca de governo? Seria em razão dos fortes laços que a França teria com o governo que supostamente “iria cair”, o que limitaria o espaço de negociação com um novo governo? Contudo, o Ministério dos Assuntos Exteriores aprovou o acordo, e o Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo se reestabeleceu como uma instituição de governança dupla – da França e do Brasil⁶⁷.

Diante de todos esses impasses, o jornal *O Estado de S. Paulo* se limitou a publicar em suas páginas um anúncio nos dias 18, 22 e 25 do mês de janeiro de 1931, às páginas 10, 11 e 17, graficamente semelhante aos que vinha publicando, sobre as matrículas no Lyceu, o que denota um certo distanciamento diante desse contexto, provavelmente em razão da

⁶⁷ Posteriormente, sobre esse acordo, o cônsul francês Maurice Pierrotet (1941, s.p., tradução nossa) escreveu: “Em 1930/31, a crise financeira ameaçava a existência do Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo. Má liderança e um julgamento sobre a terra em que a escola foi construída, me disseram, exigiam medidas de emergência. A solução foi encontrada em uma dupla assistência financeira, do Estado francês e do governo brasileiro, trazendo 700 contos cada, totalizando 1.400 contos. O governo brasileiro promulgou a desapropriação da terra. Mas, em troca, o estado de S. Paulo tornou-se proprietário da terra e do prédio. Quanto ao montante de 700 contos proposto pelo governo francês, não teve contrapartida e não pode ser garantido um direito menos efetivo”.

atuação de Júlio de Mesquita, bem como sua família e redatores nas causas políticas e revolucionárias de São Paulo⁶⁸.

3.2 Em busca de um novo diretor

Com a nova organização do Lyceu, a instituição ficou um tempo sem um diretor. De acordo com professor Garric (professor de Sorbonne, palestrante e futuro professor da Universidade de São Paulo):

O atual estado do Lyceu Franco-Brasileiro de São Paulo chama a uma reforma rápida, “com sua existência ameaçada” e vivenciando a queda efetiva dos alunos (o Lyceu atualmente conta com apenas setenta alunos). A situação poderia ser remediada com a nomeação de um diretor francês muito bem escolhido. O professor Georges Raeders, atualmente professor na Universidade de Coimbra, em Portugal, e encarregado para o ano 1933-1934 da direção da Missão Francesa em Lisboa⁶⁹, poderia ser uma excelente escolha. Ele já ensinou no Brasil, onde deixou profundas recordações e muitas amizades, e conhece a linguagem e o ambiente admiravelmente.

Qualquer outra solução que não seja a do diretor francês bem escolhido seria perfeitamente ineficaz: certamente prejudicaria a própria existência do Lyceu e a nossa influência em São Paulo. (GARRIC apud KAMMERER, 1933, s.p., tradução nossa)

Por iniciativa de Georges Dumas, Garric foi delegado pelo Instituto de Alta Cultura Franco-Brasileiro a visitar o Lyceu de São Paulo. Sobre essa visita ele relatou:

Visitei quatro vezes o Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo, entre julho e outubro, e vi, todas as vezes, todas as classes e quase todos os professores. Duas reuniões do Conselho de Administração ocorreram após essas visitas, na presença do cônsul de São Paulo.

⁶⁸ De acordo com Alves Santos (2018), a biografia de Mesquita Filho indica uma intensificação da atuação política do jornalista, destacando que ele, bem como toda a família Mesquita, estivera diretamente envolvido com a Revolução de 1932. Foi nesse contexto que Julio de Mesquita Filho viajou ao Rio Grande do Sul em busca de parcerias para a questão econômica paulista, figurando como um “interventor civil e paulista”. Ele retomou as reuniões dentro da redação e criou a Frente Única Paulista, como uma demonstração de descontentamento com o governo federal (LIMA, 2008 apud ALVES SANTOS, 2018). Aves Santos (2018) destaca que, em 1932, Júlio de Mesquita fora preso no Rio de Janeiro, por causa de suas ações políticas. Apesar desse intenso envolvimento com questões mais prementes da política nacional, ainda era possível encontrar os mesmos ideais de uma educação brasileira espelhada à francesa, como fica claro em uma das cartas que enviara à esposa Marina sollicitando o envio de livros de sociólogos franceses.

⁶⁹ Conforme Aves Santos (2018), Após sair da prisão, Júlio de Mesquita bem como outros revolucionários foram exilados em Lisboa, Portugal. No mesmo período em que a missão francesa daquele país, articulava a vinda de Raeders para assumir a direção do Lyceu, levantando a dúvida de que JMF possa ter participado desse movimento. Contudo, não encontramos documentos que comprovassem tal hipótese.

A situação no Lyceu é muito precária e exige decisões rápidas. Ele possui apenas 75 alunos, após um período que foi muito mais brilhante.

Há muitas razões para este declínio: a mudança nos currículos e métodos de ensino, os eventos políticos, a incerteza depois da reorganização, uma vez que o impasse com o governo do Estado sobre o terreno só foi resolvido há algum tempo. Outras causas internas foram acrescentadas a estas: a sucessão de diferentes diretores, a coexistência de diretores que não se davam bem, a anarquia disciplinar que reinou há três anos. Hoje, apesar do pequeno número de alunos, existe um pouco de recuperação, no sentido de que a disciplina melhorou muito e de que as classes, que obviamente têm um número muito pequeno, são muitas vezes de excelente qualidade. (CHAFFAULT, 1933, s.p., tradução nossa)

Em seguida, epilogou a principal causa do problema e propôs uma eventual solução:

Basicamente, uma única causa resume todas as outras: a real ausência de um diretor. O presidente do Conselho, Sr. Silva Freire, desempenhou este papel com grande dedicação este ano, mas ele mesmo vê a necessidade de uma liderança eficaz. No último Conselho de Administração, a decisão foi tomada: a nomeação de um diretor francês é solicitada, e esta nomeação não aumentaria as despesas do orçamento francês, porque o professor de francês, Sr. Humbert, não continuará no próximo ano e pode ser substituído no local.

[...] Até onde sei, apenas um possível candidato do nosso lado, o Sr. Georges Raeders, mostrou o interesse por São Paulo e possui quase todas as chances de sucesso: sua estadia prolongada no país, o conhecimento da língua e dos homens, muitas amizades, suas qualidades de caráter e de inteligência. Ele está atualmente em Lisboa, mas a situação é séria o suficiente para que nós em São Paulo façamos sacrifícios suficientes para que a sua contratação seja resolvida breve. (CHAFFAULT, 1933, s.p., tradução nossa)

Em 5 de janeiro de 1935, George Raeders fora aventado para o posto de diretor do Lyceu. Na ocasião, a Agência Havas o entrevistou, ainda em Lisboa. O recrutamento de Raeders não era por mero acaso, mas pelas razões que ele mesmo evidenciou durante sua entrevista, ao lembrar sua trajetória profissional como escritor de diversos livros, jornais e revistas, bem como seu trabalho como professor, inclusive dos filhos de Dom Pedro II. Também mencionou que prestara serviços como redator das publicações do Comitê France-Americaine e que a banca de defesa de sua tese de doutorado contou com a presença de George Dumas.

De acordo com a análise de nosso *corpus* documental, o professor Raeders permaneceu na liderança da instituição por catorze anos, figurando como um dos que ficaram por mais tempo no posto de diretor do Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo.

3.3 Professores da nova universidade – do Lyceu para a USP

Durante os anos de 1934 e 1935, Georges Dumas fez diversas viagens à França e à Itália em busca de professores para nova universidade paulista. A concorrência para cátedras entre italianos e franceses era considerável, o que motivou Dumas a convidar professores de todas as áreas do conhecimento: línguas, literatura, ciências, arte, história, matemática, física. Ainda, com a criação de um Comitê Regional da Aliança Francesa em São Paulo, existia uma ampla demanda por professores franceses. Os créditos para iniciação do Comitê Regional pertenciam a René Bady, professor de francês no Lyceu Franco-Brasileiro de São Paulo⁷⁰.

A cadeira francesa na USP era mais numerosa, mas também mais delicada. De acordo com o professor Arbousse-Bastide, que escreveu sobre o início das aulas do ano letivo de 1934,

As posições francesas são excepcionalmente favoráveis aqui por causa da universidade. Isso não quer dizer que elas sejam indiscutíveis. Espera-se muito de nós, a tarefa é tão mais delicada quanto a cadeira francesa é mais numerosa. É muito provável que os paulistas estejam prontos para fazer os maiores sacrifícios, mas temem muito que a França não os leve a sério e não responda a seus esforços⁷¹.

Sendo assim, quais seriam os benefícios de participação na criação da uma universidade em São Paulo? Para o embaixador da França, Hermite, eram “inúmeras”:

Do ponto de vista intelectual, todos os esforços que o governo francês podem envidar em favor da universidade, mas também, do Lyceu, da Aliança Francesa, dos estabelecimentos religiosos, [eles] darão frutos e nos trarão cem vezes mais. Nossas obras a este respeito estão bem lançadas, é importante apoiá-las ativamente, porque nos asseguram uma situação preponderante, apesar de nossa colônia ser pequena em comparação com outras.

Do ponto de vista econômico, é graças à instalação no local de filiais de nossas fábricas que provavelmente nos manteremos. Já temos algumas fábricas (seda, perfumes, farmácia, por exemplo). A produção nativa de qualidade muito honrosa e preço barato torna a concorrência de importação

⁷⁰ MAE – série SERVICE DES OEUVRES 1932-1940 subsérie DOSSIER GÉNÉRAL BRÉSIL Vol. 441 página s/nº. Correspondência de J. Pingaud, cônsul da França em São Paulo, a subdireção das Américas do MAE. Data: 30/04/1934.

⁷¹ MAE – série SERVICE DES OEUVRES 1932-1940 subsérie DOSSIER GÉNÉRAL BRÉSIL Vol. 443 página s/nº. Carta datilografada assinada por Arbousse-Bastide. Data: 15/09/1934, tradução nossa.

cada vez mais difícil. A perfeição da qualidade perde a maior parte de sua vantagem sobre a concorrência de preços⁷².

Embora os esforços franceses e do jornal *O Estado de S. Paulo* notoriamente orbitassem em torno da Universidade de São Paulo, a ideia dos fundadores do Lyceu de São Paulo era, desde o início, elevar o nível do ensino médio brasileiro sob a influência da educação dada nesse estabelecimento pelos agregados universitários franceses. Com isso, os franceses almejavam consolidar um pequeno centro de influência para as humanidades e a filosofia, que se transformaria, no longo prazo, em uma Faculdade de Letras. A Faculdade, à qual seriam acrescentadas as duas grandes escolas locais já existentes (Politécnica e Medicina), formaria então o pilar da universidade paulista. Dessa maneira, a cultura francesa exerceria imediatamente sua preeminência (PIGAUD, 1934).

A criação da Universidade de São Paulo ganhara destaque tanto no campo intelectual brasileiro quanto na política cultural francesa, o que não impediu que o Lyceu figurasse como uma instituição de considerável importância para ambos. Diante dessa circunstância, a oportunidade de retomar o projeto do bacharelado foi considerada entre os representantes da política cultural francesa:

Uma sessão de bacharelado poderia ser organizada no Brasil a fim de sancionar os estudos franceses realizados em nossas instituições educacionais, em particular nos Lyceus Franco-Brasileiros no Rio de Janeiro e em São Paulo. Eu deveria ser obrigado a estudar com Sr. Le Forestier e Sr. Raeders, bem como com nossos compatriotas destacados para a USP, as condições sob as quais uma preparação para esses exames poderia ser instituída. Assim que você tiver compreendido um projeto específico nesse sentido, informarei ao reitor da Academia de Paris, sob cujo patrocínio esta questão deveria ser colocada, e estudarei com meus colegas de Educação Nacional os meios para alcançar este objetivo. O reconhecimento do bacharelado francês era de grande interesse para o professor Raeders, então diretor do Lyceu Franco-Brasileiro de São Paulo. Em casos muito raros, ocorria a recusa em ingressar na faculdade brasileira com *bachot* francês, por conta da inexistência de pedido de reciprocidade da França desde que o bacharelado brasileiro foi reconhecido em 1935 pelo governo francês. (ARBOUSSE-BASTIDE, 1936, s.p., tradução nossa)

⁷² MAE – série SERVICE DES OEUVRES 1932-1940 subsérie DOSSIER GÉNÉRAL BRÉSIL Vol. 439 página s/nº. Correspondência de L. Hermite, embaixador da França no Brasil, a subdireção das Américas do MAE. Data: 13/10/1934, tradução nossa.

Além disso, as publicações acerca do Lyceu no jornal *O Estado de S. Paulo* passaram a ocupar os mesmos espaços, lado a lado, que as propagandas acerca da Universidade de São Paulo, como na edição de 12 de maio de 1937.

Figura 5. Recorte de jornal com notícias sobre a Universidade de São Paulo e o Lyceu Franco-Brasileiro lado a lado

<p>Paulo um San- enhora de Fa- eloquenté de ara com a do- que vela com todos os lares</p>	<p>meza, Benjamin Leite e Lilla Fernandes, Benedicto Rodrigues de Aguiar Filho e Maria de</p>	<p>rochia de Santa Ephigenia, a favor do revmo. padre Aguiar- do José Gonçalves.</p>	<p>LYCEU FRANCO-BRASILEIRO Um grupo de alumnos do Gr- mio Esportivo do Lyceu Franco- Brasileiro participou das Olympi- das Infantis, organisadas pelo Club Germania desta capital. A propo- sito, o director desse estabelec- mento de ensino recebeu do arbi- tro geral a carta seguinte:</p>
<p>ANTA LUZIA guera, 18) dia da devo- a, haverá, nes- horas e meia, da gloriosa da missa, ve- insigne reli- e reunião das</p>	<p>ANTUNES DE ABREU & CIA. Campeões Absolutos da Sorte - R. 15 de Novembro, 1-B HOJE — FEDERAL. SABBADO — FEDERAL. 200 CONTOS 500 CONTOS</p>		<p>"Pela presente, temos o prazer de vir apresentar a v. s. as nos- sas felicitações pela maneira cor- recta com que os alumnos desse distinto Lyceu compareceram ao desfile da abertura da VI Olympi- ada Infantil, realisada na nossa praça de esportes.</p>
<p>ela, terço, ser- Santissimo Sa- ção da reli- o de lembran- ada cerimonia, na sacristia, m, agua benta Vesse dia, con- nhões desde 6</p>	<p>NOTICIAS DIVERSAS UNIVERSIDADE DE S. PAULO</p>		<p>Ao mesmo tempo, desejamos con- gratular-nos com v. s. pela disci- plina e optimo comportamento que tiveram os jovens atletas desse Lyceu, durante o transcorrer das provas do certamen".</p>
<p>VOTOS PER- PAULO PER- S. B. enidade, rea- na abbadia de a Senhora da capital, a pro- rpetuos de d. astimada de sa-</p>	<p>Realiza-se amanha, no Theatro Municipal, a festa promovida pela Faculdade de Philosophia, Sciencias e Letras, em homenagem a Ruy Barbosa — Col- laboração do Departamento de Cultura e da Radio "Cruzeiro do Sul"</p>		<p>Os exames referentes á pri- meira prova parcial do corrente anno lectivo terão inicio, no Ly- ceu Franco Brasileiro "S. Paulo", a 17 do corrente, segunda-feira, obedecendo a realisação dos mes- mos ao horario affixado no lugar do costume.</p> <p>LYCEU COMAÇÃO DE JESUS Na sessão de-16 de Agosto do anno passado, o Congresso Esta- dual prestou homenagem ao Ly-</p>

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 12 maio 1937, p.11.

Para elucidar tal questão, faz-se necessário revisitar o século XIX, em que dois grupos de bacharelados distinguiram-se na França: os graus de bacharel da educação clássica em literatura e ciência, que estavam sendo preparados em escolas de ensino médio, e os outros três bacharelados, que figuravam como graus intermediários em estudos que levam ao ensino superior. Como explicam Heurdier e Prost (2014), em 1927, os bacharelados da educação clássica foram substituídos pelo bacharelado do ensino médio, cujos testes, no entanto, permaneceram por muito tempo ainda organizados pelas faculdades de letras e ciências humanas e faculdades de ciências.

Entre 1924 e 1930, duas reformas importantes permitiram uma difusão mais ampla do bacharelado. Em 1924, os programas do ensino médio tornaram-se iguais para meninos e meninas, estas se mostraram mais propensas a fazer o exame. Em 1930, foi instituído o

ensino médio gratuito, o que permitiu que mais crianças de origens modestas continuassem sua educação. Apesar de todas essas reformas e de, em particular, um progresso na igualdade de gênero para o acesso ao ensino secundário, o bacharelado na França permanecia reservado a uma elite⁷³.

No Brasil, até a reforma Benjamim Constant em 1890, apenas os alunos do Colégio D. Pedro II recebiam o grau de bacharel –exigência para matrícula no curso superior–; todos os alunos provenientes dos liceus e dos estabelecimentos particulares que desejavam continuar seus estudos eram obrigados a prestar exames junto às Academias de São Paulo, Olinda, Rio de Janeiro e Bahia. Com o Decreto 981/1890, Benjamim Constant, que buscou a promoção da integração do sistema de ensino brasileiro, criou o Exame de Madureza: provas escritas e orais que eram requisito para obtenção do grau de bacharel equivalente ao dos alunos que frequentavam o Colégio D. Pedro II. Todavia, o exame, embora declarado para todos, foi direcionado para a elite cultural que pertencia a um grupo social privilegiado e somente se tornou regular em 1932, com a reforma Francisco Campos⁷⁴ (OLIVEIRA, 2017).

A gestão do Lyceu pelo diretor Raeders era reconhecida pelo Conselho de Administração como “bem-sucedida, devido a histórica reputação do seu ensino”. O número de alunos subiu de 75 a 350 desde seu ingresso. Entretanto, as responsabilidades herdadas da gestão anterior colocaram em xeque a permanência do Lyceu na rua Mayrink, no bairro da Vila Mariana em São Paulo. No âmbito do acordo assinado em 1932 entre o então embaixador da França, Kammerer, e o governo do estado, existia a cláusula de compensação de dívida de 700 contos com o governo se o Lyceu parasse de funcionar no prédio que estava alocado. O novo embaixador da França, d’Ormesson, considerava vantajoso aceitar essa proposta, “que salvaria o Lyceu sem qualquer contribuição real da França”.

O Lyceu estaria livre das dificuldades que atualmente estão questionando sua própria existência. Mas ainda resta colocá-lo em posição de equilibrar seu orçamento anual e fazer os ajustes materiais necessários para levá-lo ao nível das instituições concorrentes. (D’ORMESSON, 1937, s.p., tradução nossa)

⁷³ Segundo Herdier e Prost (2014), em 1945, a taxa de graduados ainda era muito baixa: alunos do ensino médio que se apresentaram no bacharelado representaram apenas 3% em cada geração.

⁷⁴ Decreto 21.241/1932.

Percebe-se que o embaixador d'Ormesson estava ciente que, embora com a migração ao novo estabelecimento fosse resolvida a existência do Lyceu, essa mudança não ia garantir automaticamente a qualidade do ensino como se esperava quando a escola foi instituída.

De 1930 a 1933, não foi possível encontrar qualquer artigo sobre a instituição no jornal *O Estado de S. Paulo*, a não ser anúncios sobre matrículas e notas na seção Esportes acerca dos jogos de campeonatos de basquete para alunos do curso colegial, cujas disputas, segundo o periódico, ocorreriam no endereço do Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo⁷⁵. Entretanto, em 1º de fevereiro de 1934, o jornal retomou suas publicações de tom elogioso: um anúncio contendo uma ilustração de tamanho considerável nos leva à hipótese de que se trata de uma estratégia editorial⁷⁶ com vistas a relacionar o Lyceu com a inauguração⁷⁷ da Universidade de São Paulo.

⁷⁵ OESP 1931, p.5, e 1932, p.8.

⁷⁶ “O conceito de estratégia, tomado a Michael de Certeau, ganha toda pertinência, se referindo as práticas cujo exercício pressupõe um lugar de poder [...] levar em conta o lugar de poder em que se articulam que põe o impresso em circulação implica contextualizar o objeto da análise em uma situação determinada.” (CARVALHO, p. 91, 2005).

⁷⁷ A inauguração da USP aconteceu em 25 de janeiro de 1934 (PONTES, 2010).

Figura 6. Recorte de jornal com anúncio do Lyceu Franco-Brasileiro S. Paulo em destaque

O ESTADO DE S. PAULO — QUINTA-FEIRA, 1 DE FEVEREIRO DE 1934

CÂMARA MUNICIPAL DE PAULISTANAS
PAULISTANAS DE HOJE
PAULISTANAS DE AMANHÃ

EDITAES
ESCOLA DE ENGENHARIA MAEKINZE

ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA
EXAME VESTIBULAR

AMASSADO
GRANDE NEGOCIO PARA QUEM POSSUA MATAS PARA CARVÃO DE LENHA

JOE MARS
MACHINA DE COMPRESSAO

LYCEU NACIONAL RIO BRANCO

ESCOLA NORMAL RIO BRANCO

ESCOLA NORMAL RIO BRANCO

GYMNASIO SAO PAULO

COLLEGIO STAFFORD

MEDICINA

CURSO DE COMERCIO DA ASSOCIACAO CRISTIANAS DE BRASILEIROS

Curso de Madras São Paulo

Collegio Stafford

CONCURSO

BANCO DO BRASIL

ANNUNCIOS

Distrito sob hypotheca

SEGUROS-OPTIMA COLLOCAÇÃO

CHEFE DE VENDEDORES

FACTURISTA - DACTYLOGRAPHO

Auxiliar de escriptorio

Stenographer

AUXILIAR DE ESCRITORIO

Empregados que se programam

CASAL

TECNICO EM LIBRERIAS

Instrumentos e musicas


Atwater - Kent

Casa em Villa Marilena

CASA GRATHICACAO BOBROS

CHAVE

SALAONCENTRO



LYCEU FRANCO-BRASILEIRO "S. PAULO"
SOB INSPECÇÃO FEDERAL

CURSO PRIMARIO - CURSO GYMNASIAL - CURSOS PRE-ACADEMICOS (diurno e nocturno) - Pensionista Academico - Preparação gratuita para os exames de admisso em Fevereiro. - Funcionam em prédio proprio com magnificas installações. - Estão abertas as matriculas para todos os cursos. - Aceitam-se transferencias de outros collegios inspecionados. - Preparação especial para os exames vestibulares. - Corpo docente especializado.

Pensões modicas. - Para informações dirigirse ao Director, **AURELIO ARROBAS MARTINS**
RUA MAYRINCK, 28 (ponto final dos bondes da Villa Mariana) - Phone: 7-1442

As inscricoes para os exames de admisso terao inicio no dia 10 e terminao no dia 15 de corrente. Os exames serao nos dias 25, 27 e 28. Os exames de La época serao nos dias 2, 3 e 3 de Março. Estão abertas as Matriculas para os diversos Cursos.

Fonte: O Estado de S. Paulo, 1º mar. 1934, p. 10.

Figura 7. Detalhe de anúncio ilustrando o prédio do Lyceu à rua Mairinque.

LYCEU FRANCO-BRASILEIRO "S. PAULO"

SOB INSPEÇÃO FEDERAL

CURSO PRIMARIO - CURSO GYMNASIAL - CURSOS PRE-ACADEMICOS (diurno e nocturno) - Pensionato Académico - Preparação gratuita para os exames de admissão em Fevereiro. - Funciona em prédio proprio com magnificas installações. - E' mantido por uma sociedade civil sem intuitos lucrativos. - Estão abertas as matriculas para todos os cursos. - Aceitam-se transferencias de outros collegios inspeccionados - Preparação especial para os exames vestibulares. - Corpo docente especializado.



Pensões modicas. - Para informações dirigir-se ao Director, AURELIO ARROBAS MARTINS

RUA MAYRINCK, 28 (ponto final dos bondes da Villa Mariana) - Phone: 7-1442

As inscrições para os exames de admissão terão início no dia 10 e terminão no dia 15 do corrente. Os exames serão nos dias 26, 27 e 28. Os exames de 2.a época serão nos dias 1, 2 e 3 de Março. - Estão abertas as Matriculas para os diversos Cursos.

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 1º mar 1934, p. 10.

A ilustração retratando o edifício (Figura 7) onde o Lyceu estava instalado tem um tamanho considerável e ocupa quase um quarto da página, o que denota a importância do edifício. Trata-se da adoção de uma prática não discursiva por parte do periódico, mas que é carregada de representação⁷⁸.

Nesse uso, a retomada do conceito de representação coletiva é operação que incorpora os novos saberes do signo que a partir de Saussure descartam a concepção instrumental da linguagem que aprisiona as práticas discursivas de representação no espaço tênue das relações ideais entre pensamento e palavra ou palavra e objeto designado. (CARVALHO; HANSEN, 1994, p. 14)

Nesse sentido, ao evidenciar o edifício do Lyceu, a estratégia editorial implicitamente leva o leitor, por meio da representação, a supervalorizar a edificação. De maneira subliminar, o jornal associa o Lyceu à modernidade, ao nobre, ainda mais considerando-se que, naquele período, “os grandes palácios escolares [...] [elevavam] o espírito do menino e o [educavam] como meio estético” (ATAS E PARECERES DO CONGRESSO DE INSTRUÇÃO DO RIO DE JANEIRO, 1884 apud SOUZA, 2008, p. 122).

Sobre o edifício escolar Souza (2008, p. 123) afirma:

⁷⁸ É principalmente nas práticas de representação do antigo regime, trabalhadas por Norbert Elias e Roger Chartier, que se concretiza a noção que a forma da representação é determinante do sentido do que é representado. Ela evidencia a posição do sujeito que representa, tornando-se aqui representação em sua dupla acepção: algo que aparece estando, portanto, presente, “no lugar de”, e algo que está ausente e que é presentificado como objeto designado (CARVALHO; HANSEN, 1994, p. 14-5).

O edifício-escola deveria exercer, portanto, uma função educativa do meio social. Além disso, estabelecer a correspondência entre a importância da escola e do espaço ocupado. Deveria ser um fator de elevação do prestígio do professor, um meio de dignificar a profissão e provocar a estima dos alunos e dos pais pela escola.

Ao analisar o jornal, podemos perceber uma sistematização de seu discurso em consonância com a conjuntura educacional vigente entre 1930-37, período que abrigava o movimento *tradicionalistas-renovadores* (CARVALHO, 2005, p. 22), ou seja, uma evocação entre o que era considerado moderno coadunado ao que representava o tradicional.

3.4 O Lyceu Franco-Brasileiro no contexto do “Novo”

A conjuntura política de 1937 é marcada pela instauração de um governo ditatorial. Tratava-se de um momento de censura aos meios de comunicação, perseguição aos opositores, repressões e controle rígido a diversas instâncias. Contudo, esse contexto não intimidou as ações culturais no âmbito da educação brasileira, sobretudo o projeto de expansão universitária, como pudemos constatar em nossas fontes, em que também é possível notar uma forte liderança da França sobre as articulações voltadas para o Lyceu⁷⁹.

No decorrer de 1937, Georges Dumas encontrou-se, em duas oportunidades, com o ministro da Educação Gustavo Capanema. Durante os encontros, foram planejadas as colaborações no projeto da Universidade Federal, uma eventual Faculdade de Letras e Ciências na Bahia⁸⁰ e um Centro de Intercâmbio Franco-Bahiano:

Bahia, esse excelente ambiente francófilo, apesar da quase completa ausência do francês. Logo veremos o desenvolvimento de uma Faculdade de Letras e Ciências na Bahia, apesar do fato não poder atualmente ser

⁷⁹ “A 10 de novembro de 1937, o povo ouviu pelo rádio que havia outra ‘Nova Constituição’. Era uma ditadura constitucional. Os poderes dados ao presidente é que o tornavam ditador de fato. O povo ouviu um discurso. E o ditador foi encontrar-se com a mulher, para uma recepção diplomática. Getúlio deu o golpe também porque enxergou que, em vésperas de entregar o poder, tinha chances de continuar. Contra Armando Salles, cunhado de Mesquita Filho, candidato da oposição, havia lançado o paraibano Jose Américo de Almeida. [...] Em vez de eleições, prisões. Armando é detido em sua casa no Rio. Passara dez dias no Fort de Copacabana e será confinado em Morro Velho. Minas. Mais que nunca, Getúlio é inimigo. Doutor Julinho é preso, mandado para o Rio, depois confinado em sua fazenda de Louveira. Volta e meia, há um Mesquita preso” (SEVERIANO, 2012, p.47-8 apud ALVES SANTOS, 2018, p. 62).

⁸⁰ O jornal *O Estado de S. Paulo*, em sua edição do dia 1º de agosto de 1937, publicou a reportagem sobre a viagem de Georges Dumas à Bahia. Nessa publicação, o jornal dedica grande espaço para divulgar uma homenagem da Universidade do Distrito Federal ao professor Dumas e o recebimento do título de doutor “honoris causa”.

afirmado. A Secretaria de Educação certamente deseja, e a Constituição de 34 prevê universidade em cada estado. Mas há dificuldades financeiras e políticas: depois da última mudança, não podemos prever nada.

O que certamente seria possível é a criação de um Centro de Intercâmbio Franco-Bahia e o envio de um missionário, de caráter temporário, que não estaria envolvido durante todo o ano letivo. (DUMAS apud GARRIC, 1937, s.p., tradução nossa)

Na carta que Dumas remeteu para Jean Marx, diretor do SOFE e seu amigo de longa data, além da discussão acerca da educação, constatamos a seguinte frase: “depois da última mudança não podemos prever nada”. Nesse sentido, podemos contar com a hipótese de que Dumas se referia ao novo regime político instaurado por Getúlio Vargas em 1937. Todavia, ele não explicitou sua opinião sobre o então presidente do Brasil, o que pode ter uma justificativa. Desde o começo dos anos 1930, em diversas ocasiões, Dumas notou que suas correspondências estavam sendo abertas, o que comentou em uma das cartas ao “*cher ami*” Marx com as seguintes palavras “o que estão esperando encontrar?” (DUMAS apud GARRIC, 1937, s.p., tradução nossa). Como Dumas era politicamente ativo, a hipótese de ele não se posicionar perante acontecimentos políticos, que certamente mereciam uma opinião, poderia ser explicada pelo fato de um possível ato de espionagem. O risco de comprometer seu trabalho no Brasil seria considerável, caso a abertura de suas cartas fosse feita por um funcionário do governo brasileiro e fossem encontradas críticas a Getúlio Vargas.

O professor Robert Garric considerava que a instauração do novo regime governamental representava uma busca do Brasil por independência do exterior, especialmente dos Estados Unidos, com quem desejava disputar, “sem dizer demais”, o lugar influência sobre a América Latina. Em uma carta a Jean Marx, ele descartou a existência do fascismo dentro do governo brasileiro:

Não há absolutamente nenhum fascismo passível de prejudicar os brasileiros que proporcionam essa confusão: de fato, Vargas iria introduzir uma série de eventos que não são bem compreendidos localmente de uma ideologia que é absolutamente ausente (essa ideologia também está ausente na política brasileira em geral). Ele é decidido mais do que nunca, para não sofrer qualquer impulso externo – que a fundação da política brasileira é a desconfiança sistemática em relação a tudo o que é japonês – finalmente que o único partido que pode ter simpatia pelo sistema fascista, embora seja muito mais perto de Salazar, o partido integralista, não estava na operação e não deu ministros ao novo governo.

Do que se trata? Pode-se discernir no Rio de Janeiro um complexo de sentimentos, o medo do comunismo generalizado, o desejo de um poder unindo estados e evitando mais problemas eleitorais, especialmente um desejo de continuidade, o desejo que todos sabiam do Sr. Vargas de não deixar o poder: os advogados do trabalho não encontraram uma maneira de fazer isso durar legalmente, ele encontrou uma maneira de permanecer no poder, com o apoio do exército e da marinha.

Não confunda uma revolução presidencial americana ou sul-americana com uma revolução de ideias. Se houver uma reação virá de São Paulo, mas parece difícil. (GARRIC, 1937, s.p., tradução nossa)

Adiante, evidenciamos que a situação governamental brasileira obrigava os idealizadores da política cultural francesa a repensar suas estratégias de ação. Garric não descartou a possibilidade de o novo *milieu* político interferir com todos os estrangeiros, todavia o alvo principal eram os Estados Unidos da América do Norte. De fato, as primeiras medidas tomadas no plano financeiro e econômico provocaram uma reação “muito forte” de Washington. Quanto a França, Garric (1937, s.p., tradução nossa) escreveu:

Deveríamos pensar que a recente revolução está mudando o plano de liceus, faculdades e de ação universitária nos quais a França tem tantos interesses envolvidos? Nós não podemos prever com certeza. Mas o fato de o governador de São Paulo ter vinculado partido com o Rio pode salvar a Faculdade de São Paulo, porque não se tentará quebrar um Estado sempre perigoso. Quanto a Faculdade do Rio, é certo que a supressão do Distrito Federal, que a criou, pode impedir seu desenvolvimento, mas não é certo que a supressão do Distrito seja definitiva ou imediata, uma vez que acaba de ser nomeado para o Rio um interventor. Além disso, a supressão poderia pavimentar o caminho para a faculdade federal há muito planejada, e que é, a propósito, a única viável. O Sr. Vargas não lidará diretamente com a universidade: ele sonha apenas com uma universidade técnica⁸¹ e com a organização do trabalho; mas se for abordado por homens em quem confia, não creio que ele se oponha sistematicamente às faculdades e a seus professores franceses.

Como relata Suppo (1999, p. 253-4):

⁸¹ Com a pretensão do então presidente Getúlio Vargas em tornar tecnicista o ensino ofertado nas universidades, qual seria a perspectiva desse liceu e seu currículo humanista, tendo em vista que essa instância escolar estabelecia um elo entre o ensino secundário e o ensino superior? Supõe-se que, para que uma instituição mantenha sua existência, seria primordial a compreensão da sua “razão de ser”. Para isso, mobilizamos o conceito de *Transposição Didática* formulada por Chevallard (1985), que defende que os conteúdos a serem ensinados em sala de aula habitam em uma *noosfera* de três instituições – da escola, onde aplica-se a sistematização didática, ou ação pedagógica, da instituição produtora ou esfera acadêmica do saber ensinado e, por fim, da própria sociedade em convergência entre a escola e a esfera acadêmica. A mobilização da *Transposição Didática* permite afirmar que a escola não é a única responsável pelo “saber ensinado”, e nesse sentido, coloca em xeque a identidade do Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo. Ademais, a sua “razão de ser” se submete à verificação da viabilidade desse projeto educacional, que deposita no biculturalismo o pretexto propedêutico rumo ao ensino superior com os seus fundamentos em Filosofia, Ciências Humanas e Letras.

Apesar da posição privilegiada da França, Robert Garric considera necessário melhorar e intensificar a propaganda, por exemplo, escolhendo rigorosamente os palestrantes enviados ao Brasil, como foi feito em 1937 com o envio de André Siegfried e do professor Sargent. A França não deveria mais “enviar qualquer delegação oficial ou um palestrante, em que não poderiam confiar absolutamente”. Por outro lado, ele sugere a criação em Paris de um centro onde as “coisas do Brasil” seriam acompanhadas de perto: recepção de brasileiros, eventos literários e artísticos, etc. Robert Garric conclui: “Um novo Brasil está nascendo, novas classes assumem sua influência, o novo governo representa com bastante precisão essa tendência de deseducar ex-líderes, nossos alunos chegam até nós cada vez mais dessas classes médias, novas em vida pública do Brasil. Será necessário segui-los e conhecê-los, aplicá-los a essa realidade brasileira, que não tem muito mais relação com os antigos círculos do que a França oficial e literária sabia”.

Suppo (1999) também ressalta que os professores universitários enviados em novas circunstâncias para o Brasil teriam como prioridade uma tarefa “extrauniversitária”, referindo-se a um contexto de guerra de influência ao qual os professores estariam misturados. De acordo com o relatório do SOFE (1933, s.p., tradução nossa), esses professores representavam uma “milícia pronta para servir, mas não usada o suficiente”:

[...] depois de doze anos de atividade, apesar das condições políticas difíceis, podemos trazer uma avaliação séria: trinta institutos franceses constituídos, ao invés de cinco em 1914; vinte liceus franceses, ao invés de seis; escolas novas; professores franceses em duzentas universidades estrangeiras; uma milícia inteira pronta para servir e apenas esperando para ser usada na ação diária por nossos representantes no exterior e por nossos serviços de informação.

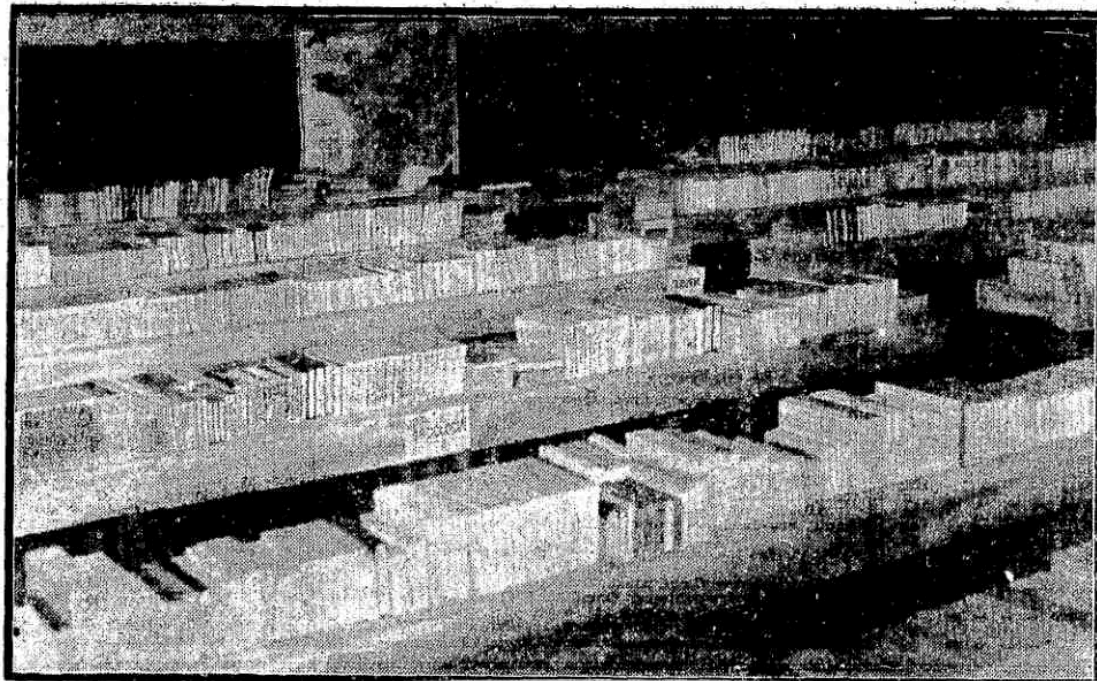
As novas exigências da legislação vigente nesse período reservaram o exercício de diversas profissões apenas para os cidadãos brasileiros. Diante desse novo molde nacional, os imigrantes se viam desafiados a buscar a naturalização para preservar seus sustentos no país. Em contrapartida, a França buscava implementar “medidas especiais para evitar a desnacionalização dos franceses”, agindo sem despertar as suscetibilidades nacionalistas, levando em conta o grande capital moral das simpatias que o país ainda desfrutava.

A década de 1930 foi marcada por uma “mentalidade revolucionária”, o que acabou “caracterizando as principais aspirações do movimento educacional” e culminou numa batalha do “novo contra o velho” (AZEVEDO apud CARVALHO, 2005, p. 19).

Como podemos perceber, por meio dos diálogos entre os membros da política cultural francesa, as novas propostas pedagógicas disseminadas no meio intelectual

brasileiro obrigavam a França a agir estrategicamente na busca pela permanência de sua influência no âmbito da educação.

Figura 8. Livros doados pelo governo francês à biblioteca da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP⁸²



Aspecto parcial dos 5.000 volumes que o governo francez, por intermédio do seu ministerio das Relações Exteriores, doou á bibliotheca da Faculdade de Philosophia, Sciencias e Letras da Unversidade de S. Paulo, e que comprehendem obras literarias, philosophicas, historicas, sociologicas, linguisticas, geographicas, etc.

Fonte: *O Estado de S.Paulo*, 7 set. 1938, p. 6.

As medidas compreendiam a propagação de suas instituições educacionais seculares, doações de livros e filmes científicos, viagens para a França como recompensa para os melhores alunos, maiores investimentos em faculdades religiosas, consideradas “a maior fonte de influência francesa e o maior centro de disseminação da língua francesa”. A finalidade era manter a estabilidade da consagração cultural francesa⁸³. Inclusive, adiante,

⁸² *O Estado de S.Paulo* publicou, no dia 7 de setembro de 1938, reportagem ocupando $\frac{3}{4}$ da página sobre a solenidade da entrega de 5 mil exemplares “de obras que abrangem quase tudo o que o espírito humano vem produzindo desde os tempos da Grécia antiga”.

⁸³ Mas compreender-se-ia que um tal sistema de ensino pudesse subsistir se ele não servisse ainda, pela forma tradicional de comunicação que instaura, às classes ou os grupos dos quais tira a sua autoridade, mesmo quando parece falhar tão completamente quantos às exigências inerentes à realização de sua função própria de indicação? A liberdade que o sistema deixa aos agentes encarregados de inculcação seria tão grande se ela não tivesse por contrapartida as funções de classe que a escola não cessa de cumprir mesmo quando seu rendimento pedagógico tende a se anular? Observou-se frequentemente, de Renan a Durkheim, o que um ensino tão ligado à transmissão de um estilo, isto é, um tipo de relação com a língua e com a cultura, deve à tradição humanista

podemos verificar que essa ação era compreendida pela França como parte de uma estratégia do que chamava de “Missão Intelectual”.

Tais medidas também abarcaram o ensino secundário:

Devemos defender essa influência única, que todos os países invejam, os colégios maristas (influência predominante), o Sagrado Coração, Sião, a Assunção, outras ordens.

No Lyceu francês de São Paulo, enormes progressos foram feitos graças ao diretor Raeders, a Le Forestier e a Boudet no Rio de Janeiro. Devemos fazer tudo para apoiar plenamente nossos dois Lyceus, que conquistaram um bom lugar na educação brasileira e podem, no futuro, formar personalidades interessantes para cargos importantes no país. Para apoiar a situação pessoal dos Srs. Raeders, Le Forestier e Boudet, e permitir que essas escolas se tornem centros da cultura francesa (é isso que acontece com a influência de Sr. Raeders em São Paulo e Sr. Boudet no Rio de Janeiro), deve ser sugerido a todas as organizações da cultura francesa que os Lyceus sejam consultores técnicos e que façam o máximo uso de seus conhecimentos. (MAE, DIREÇÃO DOS ASSUNTOS POLÍTICOS E COMERCIAIS, 1938, s.p., tradução nossa)

A escolha por tais artefatos culturais como estratégia nessa disputa tem sua justificativa em razão da rápida disseminação do cinema em meio a juventude, mídia que, supostamente, era desabonada pelos mais diversos círculos intelectuais (FONTENELLE, 1939). Contudo, segundo Louro (2016, p. 426), nas primeiras décadas do século XX, já se apresentava como “uma das formas culturais mais significativas”

A posição privilegiada que o cinema então gozava permite que ele seja compreendido como uma instância particularmente importante na produção de identidades culturais na sociedade brasileira durante todo o século XX, e de modo muito especial durante o período de 1930 a 1970. Uma instância que participava de um processo pedagógico mais amplo; uma instância que integrava e interferia nas redes sociais de poder.

Louro também ressalta que o Brasil também foi tomado por diversos materiais impressos, tais como, revistas, fotonovelas, filmes quadrinizados, oriundos de Hollywood.

herdada dos colégios jesuítas essa reinterpretação escolar e cristã das exigências mundanas de uma aristocracia que leva o fazer do desinteresse elegante em relação à tarefa profissional a forma acabada da realização de toda a profissão elegante: mas não se compreenderia o valor eminente que o sistema francês outorga à aptidão literária e, mais precisamente, à aptidão de transformar em discurso literário toda a experiência, a começar a viver a vida literária, em suma o que define a maneira francesa de viver a vida literária – e às vezes mesmo científica – como uma vida parisiense, se não vivêssemos que essa tradição intelectual preenche ainda hoje em dia uma função social no funcionamento do sistema de ensino e no equilíbrio de suas relações com a esfera intelectual com as diferentes classes sociais (BOURDIEU, 1975, p. 127).

De acordo com os relatórios franceses, a França também procurou investir em medidas que compreendessem a disseminação do rádio, do teatro, do cinema e de livros e produtos franceses, como relata Alexis Leger (1938, s.p., tradução nossa), o secretário geral do MAE entre 1933 e 1939:

O Departamento recebeu, nos últimos anos, indicações úteis de nossos postos diplomáticos e consulares nos Estados Unidos sobre a “crise” que está atenuando a influência francesa nos países americanos, e os meios a serem considerados para remediá-la. [...] Criamos um questionário em anexo com os seguintes pontos:

1) “*Língua francesa*”:

a) “Medidas para aumentar o prestígio e a difusão da língua francesa”: nas escolas, liceus, desenvolvimento da Aliança Francesa, intercâmbios universitários etc.

b) “Medidas especiais de combate à desnacionalização dos franceses que vivem no estrangeiro”: instalações para filhos de franceses (estudos em França).

2) “*Divulgação do livro francês*”: possível criação de livrarias francesas, estímulo à importação de livros franceses, conclusão de convenções bilaterais sobre encomendas postais ou impressos, publicidade de livros, tradução para espanhol ou português de rascunhos científicos.

3) “*Cinema*”⁸⁴: aumento do número de espectadores, projeção de notícias francesas, empréstimos de filmes educativos.

4) “*Rádio*”

5) “*Conferências*”

6) “*Bibliotecas*”

7) “*Passeios teatrais e musicais*”

8) “*Artes Visuais*”

9) “*Imprensa*”.

Esse questionário, em caráter “confidencial”, foi oferecido aos embaixadores da França no Brasil e na Argentina com a intenção de elaborar uma nova política na região,

⁸⁴ Segundo Bourdieu (2015, p. 302), “Dentre todas as práticas culturais, a frequência ao cinema em sua forma comum é a menos estreitamente vinculada ao nível de instrução (sem dúvida, eis uma das propriedades mais significativas das ‘artes médias’ erroneamente designadas a ‘artes de massa’), ao contrário da frequência a concertos, práticas mais raras que a leitura e a frequência a teatros. Não obstante, o cinema tende a adquirir o poder de *distinção social* reservado até então às artes consagradas, sendo possível perceber tal mutação através da estatística de frequência aos cinemas de arte”.

“enquanto os países da América do Sul [...] ainda oferecem oportunidades para as exportações europeias” (LEGER, 1938, s.p., tradução nossa). Contudo, o custo de transporte desse material por meio de navios fazia com que chegassem em quantidades insuficientes e com preços muito alto, o que dificultava sua venda. Esses eram fatores que iam diretamente de encontro à política cultural francesa.

3.5 Nacionalização da educação

A tendência nacionalista enfatizada por Dr. Mariano Wendel, secretário da Educação interino durante um curto período, foi um fenômeno geral no país e representava, acima de tudo, “uma reação de defesa, provavelmente necessária, contra os abusos de algumas comunidades instaladas no Brasil, como os alemães nos estados do Sul e secundariamente os italianos” (FROMONT; GAGÉ, 1938, s.p., tradução nossa). Wendel distinguiu-se por uma série de discursos violentos a respeito da nacionalização da educação brasileira e sobre a luta contra todas as propensões dos “guardiões” estrangeiros e dissidentes. Os professores franceses Pierre Fromont e Jean Gagé (1938, s.p., tradução nossa) relataram essa situação de ponto de vista da França:

Os franceses estariam ameaçados por último, a sua influência não pode ter um caráter verdadeiramente político ou étnico, o seu pequeno número é, neste aspecto, a sua melhor defesa. Eles podem ser ameaçados, é verdade, por propaganda rival especialmente italiana, apesar das boas relações com os professores italianos. Os professores alemães encontram-se em “situação particular” – são de origem judaica. Eles não recebem, ao que parece, qualquer apoio oficial de seu governo, e, além do mais, atualmente não têm as simpatias do Brasil. Os Estados Unidos estão desenvolvendo cada vez mais sua influência, com base nas doutrinas do pan-americanismo, que os eventos deste ano tornaram muito populares neste continente; um amplo esforço pode ser feito para aproveitar a influência cultural que ainda está nas mãos das nações da Europa.

Em razão da crescente corrente nacionalista, o embaixador da França J. Henry destacou em uma missão especial o professor Roger Gouze para o Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo (HENRY, 1939). Essa medida excepcional justifica-se pela importância de seu papel na defesa dos interesses culturais franceses. De acordo com Suppo (1999, p. 372), era essencial o papel dos propagandistas de professores franceses no Brasil no contexto da guerra:

Além da imprensa e da rádio, a ação francesa no Brasil pode ser utilmente apoiada por um grupo de professores franceses que desfrutam aqui uma situação excelente e que de bom grado colocará suas habilidades e suas relações a serviço da Embaixada.

Com a iminência da Segunda Guerra Mundial, uma parcela de professores seria mobilizada de modo a regressar à França com a finalidade de defender o país. O Quadro 2 apresenta a situação militar de professores franceses destacados para o Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo e para a USP:

Quadro 2. Situação militar de professores franceses

Professor	Disciplina / classe	mobilizável
Pierre Monbeig	Cadeira da Geografia	reformado
Paul Alfred Bonzon	Cadeira da Literatura francesa / 1918	sim
Roger Bastide	Cadeira da Sociologia / 1919	sim, + 2 crianças
Paul Arbousse-Bastide	Sociologia / 1919	sim, + 3 crianças
Paul Frédéric Hugon	Cadeira da Economia Política / 1922	sim
Jean Laure Maugüé	Filosofia / 1924	sim
Jean Gagé	História	Tenente de reserva
Georges Raeders	Diretor do Lyceu, Latim / 1916	sim, + 2 crianças

Fonte: MAE – série B, subsérie RIO DE JANEIRO – FONDS AMBASSADE, vol. 11 p. s/nº. Correspondência de Henry Gueyraud, encarregado de Assuntos da França ao Serviço de Obras da França no Exterior, Data: 29/04/1939.

De acordo com o Conselho de Diretores, Raeders era “indispensável e deveria ser mantido no Lyceu de São Paulo, porque combina as qualidades de um excelente administrador e um líder de estudo perfeito, e não há um colaborador francês capaz de substituí-lo nessa tarefa (GUEYRAUD, 1939)”.

Sobre o sucesso do Lyceu, Victor da Silva Freire escreveu:

O Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo deu-se a missão de demonstrar em nosso país a superioridade dos métodos do ensino secundário francês. As primeiras promoções que surgiram cumpriram totalmente o objetivo, e o Lyceu Franco-Brasileiro começou a gozar de uma reputação privilegiada.

Depois de uma crise, atualmente a recuperação. Agora contamos, pela primeira vez, com quase 500 estudantes (493 exatamente). Se pudermos manter o mesmo regime, devemos atingir a cifra de 700 em dois ou três anos, o que seria a consagração final do acucnosso trabalho, da nossa missão. (FREIRE apud NEUVILLE, 1939).

Com relação às escolas administradas por congregações francesas, deve-se considerar que nenhuma delas era, estritamente falando, francesa. Colocadas sob o controle efetivo do governo federal, seguindo o currículo oficial, essas instituições eram nacionalizadas de fato, e seus religiosos eram cada vez mais obrigados a adquirir a nacionalidade brasileira. Os franceses remanescentes religiosos que responderiam ao apelo da mobilização encontrariam imediatamente, em sua própria congregação, substitutos brasileiros ou de outra nacionalidade, por mais que estivessem imbuídos do espírito francês da casa. O funcionamento dessas instituições não sofreria, portanto, com sua partida (GUEYRAUD, 1939).

Concomitante a essa conjuntura, as publicações d'*O Estado de S.Paulo* enfatizavam a atribuição da classificação do Lyceu como ensino “Excellente”⁸⁵ coadunada à tendência moralizante presente no âmbito educacional desse período: eram comuns publicações que enfatizavam manifestações comportamentais, como atos de bondade dos alunos e a filantropia da instituição, bem como uma multiplicidade de eventos, sobretudo ligados a religião católica, tais como quermesses, cerimônias de primeira comunhão, entre outros (OESP, 1938; 1939). A ampla cobertura de datas comemorativas, a veneração e as solenidades voltadas para figuras da eucaristia, a menção às boas ações dos alunos do liceu, tudo isso tinha por intuito demonstrar à sociedade que a instituição estava em conformidade com a conjuntura educacional, que nesse período está sob forte apelo da educação moral e cívica⁸⁶.

⁸⁵ Para Bordieu (2015), a excelência escolar é um dos fatores principais no momento de escolha de um estabelecimento do ensino secundário. O autor afirma que as instituições consideradas excelentes proporcionavam, do ponto de vista social e cultural, aos inscritos o caminho mais nobre desde o ano de ingresso no ensino secundário até sua recepção nas *Grandes Écoles*.

⁸⁶ A inclusão da civilidade na educação, nomeadamente na educação escolar, mereceu de Erasmo de Roterdã uma atenção muito particular, ficando a dever-se-lhe a organização de um catecismo para a infância contendo as normas básicas de civilidade. Conciliando educação cívica com educação escolar, mediante uma argumentação e uma textualização das normas de civilidade como (in)formação curricular, Erasmo alargou o projeto educacional humanista, laicizando e legitimando a ação escolar como mediatizadora entre público e o privado (MAGALHÃES, 2004, p. 21).

A designação por formação moral e cívica também remete a um período anterior, na gênese da escola republicana, que, segundo Souza (1998, p. 179):

A moral abarcava um manancial de civilidade e bons costumes: hábitos de ordem, comportamento da criança na escola, casa, rua e lugares públicos, deveres para com os pais e superiores, histórias que despertassem o amor pelo bem, deveres das crianças na família – deveres para com os pais e avós, deveres para com os irmãos e irmãs, para com os servidores –, a criança na escola; moral individual, deveres corporais, temperança, prudência, coragem, sinceridade; deveres de justiça e caridade, deveres de família e na vida profissional, deveres cívicos e das Nações entre si.

A finalidade de ensino moral e cívico era a formação de caráter e trazia, segundo Souza (1998), explicitamente as bases de formação de cidadão republicano.

3.6 Uma nova crise financeira no Lyceu

A década de 1940 também figura como um período importante para a instituição de ensino investigada, a começar pela implementação pelo então presidente Getúlio Vargas de uma série de medidas que faziam parte da nacionalização da educação, como apontado anteriormente. Concomitante à conjuntura política brasileira desse período, a França encontrava-se fortemente afetada pela Segunda Guerra, em declínio, sem recursos econômicos, financeiros ou tecnológicos, dividida em duas partes. Essa situação também se refletiu no Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo (SUPPO, 1999).

A crise política teve seu início no Lyceu Franco-Brasileiro do Rio de Janeiro. Sob o pretexto de que não tinha mais condições de organizar seus cursos como se estivesse na França, a professora Anne Marie Bon, esposa do professor Antoine Bon, da Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro, destacada pelo embaixador da França J. Henry em missão especial para o Lyceu de Rio de Janeiro (a mesma missão destacada para o professor Roger Gouze no Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo), pediu demissão. O professor Fortunat Strowski, considerado por Bon o “chefe da Missão Intelectual Francesa” (BON, 1940, s.p., tradução nossa), presenciou sua entrevista com o diretor do Lyceu, Le Foristier:

O Lyceu não está preservado na neutralidade, a França é vista como dominada pela Alemanha. O que me determina a deixar o Lyceu é, em primeiro lugar, a certeza de que a atmosfera não é mais claramente francófila. Meu único desejo é continuar a espalhar essas ideias entre gerações mais jovens e com eles os princípios que fazem a superioridade

da educação francesa. Por essa razão permaneço à disposição do governo, no caso em que consideraria a retomada do trabalho iniciado no Lyceu Franco-Brasileiro como parte de projeto de uma outra instituição ou mesmo em um novo quadro.

Em vista das circunstâncias em que a França se encontrava, todos os subsídios para instituições educacionais que esse país mantinha no Brasil foram reduzidos ao mínimo necessário. A Tabela 7 mostra as propostas de subvenções para o ano de 1941.

Tabela 7. Propostas de subvenções para obras educacionais francesas no Brasil para o ano de 1941

Estabelecimento	Valor da subvenção (fr)
Aliança Francesa Rio de Janeiro	100.000
Lyceu Franco-Brasileiro do Rio de Janeiro	Sem subvenção
Aliança Francesa São Paulo	20.000
Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo	Sem subvenção
Aliança Francesa de Curitiba	4.000
Missionários de São Francisco de Sales	2.000
Orfanato “Pão dos Pobres” Porto Alegre	2.000
Padres Capucines de Savoie	3.000
Internatos da Sagrada Família Pernambuco	10.000
Dominicanos de Conceição de Araguaia	12.000
Padres do Espírito Santo de Teffé	12.000

Fonte: MAE – série B, subsérie RIO DE JANEIRO – FONDS AMBASSADE, vol. 11 p s/nº. Correspondência de M. Gueyraud de Assuntos da França no Brasil ao Serviço de Obras do MAE. Data: 13/12/1940

Observa-se que os Lyceus do Rio de Janeiro e de São Paulo não receberiam os subsídios para o ano de 1941, com pretexto de que essas instituições “eram prósperas e não

necessitavam nenhum crédito”. Por outro lado, os estabelecimentos religiosos em Porto Alegre, Pernambuco e regiões do Norte do Brasil, como “melhores trabalhadores da influência intelectual francesa”, mantiveram os subsídios do ano anterior. Com subvenção de 100 mil francos, a Aliança Francesa era particularmente importante.

Nesse momento, a Sociedade Civil “Lyceu Franco-Brasileiro S. Paulo” passava por uma reestruturação, segundo consta em publicação do jornal *O Estado de S. Paulo* de 23 de março de 1941, adaptando-se às exigências do Decreto-lei 2.627 de 26 de setembro de 1940. Essa lei tinha por finalidade regular o funcionamento das sociedades por ações e, em seus parágrafos 60 e 64, determinava que “as sociedades anônimas ou companhias estrangeiras, qualquer que seja o seu objeto, [...] não poderiam funcionar no país, por si mesmas ou por filiais” (BRASIL, 1940). Dessa maneira, apenas os brasileiros seriam os acionistas da Sociedade Civil “Lyceu Franco-Brasileiro S. Paulo”.

3.7 Intervenção no Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo

De acordo com Decreto-lei n. 383, de 18 de abril de 1938, o novo representante da Sociedade Anônima “Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo”, Plínio Barreto, foi imposto pelo governo. No dia 10 de janeiro de 1941, Henry Gueyraud (1941, s.p., tradução nossa), encarregado para Assuntos da França no Brasil, enviou um telegrama com seguinte teor:

Eu ficaria grato se o Departamento gentilmente intervisse na Sociedade dos Lyceus Franco-Brasileiros e junto ao professor Georges Dumas para que este envie poderes por meio de avião para o Sr. Plínio Barreto, com vistas à adoção do novo Estatuto do Liceu Franco-Brasileiro de São Paulo.

O novo Estatuto do Lyceu Franco-Brasileiro também compreendia o novo nome designado para essa instituição, que, na sugestão de Georges Dumas, passou a chamar-se “Lyceu Pasteur”:

Dumas designa Plínio Barreto para renomear o Lyceu e terá essa designação ratificada pelo Comitê, assim que a reunião dos membros for possível, e considera que o nome de “Pasteur” seria mais adequado para o Lyceu de São Paulo. (ROCHAT, 1941, s.p., tradução nossa)

O Quadro 3 sintetiza a parte do Decreto-lei que atingiu diretamente esse Lyceu.

Quadro 3. Principais artigos do Decreto-lei n. 383 de 18 de abril de 1938 que afetaram o Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo

Decreto-lei n. 383 de 18 de abril de 1938:

Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências

Art. 1º Os estrangeiros fixados no território nacional e os que nele se acham em caráter temporário não podem exercer qualquer atividade de natureza política nem se imiscuir, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do país.

Art. 2º É-lhes vedado especialmente:

1 – Organizar, criar ou manter sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter político, ainda que tenham por fim exclusivo a propaganda ou difusão, entre os seus compatriotas, de ideias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem. A mesma proibição estende-se ao funcionamento de sucursais e filiais, ou de delegados, prepostos, representantes e agentes de sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos dessa natureza que tenham no estrangeiro a sua sede principal ou a sua direção.

Art. 4º As proibições contidas nos artigos anteriores alcançam as escolas e outros estabelecimentos educativos mantidos por estrangeiros ou brasileiros, e por sociedades de qualquer natureza, fim, nacionalidade e domicílio.

Art. 7º As entidades, cujo funcionamento é proibido no art. 2º, ficam dissolvidas na data da publicação desta lei, sendo-lhes concedido o prazo de trinta dias para o encerramento de quaisquer negócios e operações.

Fonte: BRASIL, 1938.

Sendo assim, não só a esfera político-gestionária do Lyceu necessitara conformar o seu *modus operandi* em razão das novas intervenções oriundas do Estado brasileiro, mas também reestruturar sua ação pedagógica. Contudo, verifica-se que esta já estava em consonância com o currículo brasileiro. Como afirma Suppo (1999, p. 617-8), esse estabelecimento de ensino era desconsiderado como uma instituição de caráter distintamente

francês, o que também pode ser confirmado por meio das observações em uma correspondência escrita por Gueyraud (1941, s.p., tradução nossa):

O Lyceu Franco-Brasileiro de São Paulo faz uma contribuição útil a nossa influência intelectual, porque sua administração francesa oferece às famílias garantias relativas, que muitas vezes faltam nas faculdades brasileiras. O ensino do francês é dado com mais cuidado e habilidade, e nossas crianças são educadas por seus mestres na adoração da França. Isto é a tal ponto real que o ministro da Educação, o Sr. Capanema, confiou-lhe o próprio filho.

Nesse sentido, a intervenção no Lyceu é um tanto quanto paradoxal: *pari passu* com o apoio à política cultural francesa por parte do governo brasileiro vinha a reivindicação, via decretos, da preservação do controle sobre a autonomia das instituições educacionais. Para Barroso (1996, p. 9), “O Estado cria o mercado⁸⁷, mas não confia totalmente nele”.

A aplicação do Decreto provocou “nacionalização” de 774 escolas privadas entre 1937 e 1941 nos estados com forte concentração de imigrantes (São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo), e sua substituição por 885 escolas públicas (SUPPO, 1999, p. 612). Entretanto, segundo Suppo (1999, p. 612), o idioma francês permaneceu como a primeira língua estrangeira obrigatória nas escolas secundárias e nas faculdades brasileiras, sendo o inglês ou o alemão a segunda língua obrigatória, dependendo da escolha da própria instituição.

Às vésperas da intervenção governamental no Lyceu de São Paulo e da modificação de seu estatuto, a instituição educacional contava com 589 alunos e apenas 5% destes eram pertencentes à colônia francesa. Ademais, era caracterizado como de “ensino excelente, [e] material escolar, local e propriedade moral do estabelecimento acima de todos os elogios” (PIERROTET, 1941, s.p., tradução nossa). Existia uma seção especial que permitia uma preparação direta para o *baccalauréat* francês. Uma associação de ex-alunos garantia a propaganda falada e mantinha o apego dos ex-alunos e suas famílias com o Lyceu. Nesse sentido, levantamos a hipótese de que a convocação de tais grupos tinha por finalidade a restauração da força reprodutora estabelecida pela passagem desses atores de outrora, que por meio de um ritual cerimonialístico evocariam jogos simbólicos da escolarização e acabariam por sacramentar a cultura organizacional preestabelecida (ESCOLANO, 2017).

⁸⁷ Mercado Educativo que, segundo Barroso (1996), é tratar a escola como uma fábrica em que o aluno é um produto manufaturado.

O diretor Raeders, assistido pela Sra. Raeders, que supervisionava a gestão material do Lyceu, o diretor brasileiro, Dr. Victor da Silva Freire, e professores franceses, com seu desempenho, fizeram dessa instituição de ensino uma “honra a ambos os países”.

O Decreto Legislativo n. 383 de 18 de abril de 1938 figurou como um novo impasse para a política cultural francesa e acenava para a remoção de todo controle francês na administração do Lyceu. De fato, na assembleia geral extraordinária, convocada para o 28 de fevereiro de 1941, a nova constituição do Lyceu foi aprovada sem quórum⁸⁸, “eliminando totalmente qualquer possibilidade real de um controle francês da escola” (PIERROTET, 1941, s.p., tradução nossa)⁸⁹.

De acordo com o estatuto, uma nova empresa, criada em 1941 sob o nome de “Sociedade Civil Liceu Pasteur, sem fins lucrativos”, adquiriu todos os ativos da antiga Sociedade Anônima “Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo”. Também, segundo o estatuto, o prédio foi doado pela França ao estado de São Paulo, com a cobrança de que este deixasse o usufruto ao Lyceu. A parcela do estatuto que apontava que a França tinha perdido o poder decisivo no Lyceu, o cônsul Pierrotet (1941, s.p., tradução nossa) relatou da seguinte forma:

O artigo 14, nº 1, pode levar a crer que o Estado francês tem de esperar algum direito devido a suas grandes contribuições financeiras. Não é assim. As pessoas coletivas estrangeiras, assegura-me Sr. Silva Freire, não podem ser admitidas para votar na assembleia.

E concluiu:

Sr. Silva Freire não podia ou não queria me dizer qual é o capital da Companhia (de fato, a contribuição financeira da França seria muito grande). Mas deixou claro para mim que a contribuição francesa deveria ser considerada como “fundos perdidos” e remunerada “moralmente”. É surpreendente que os atuais membros do Conselho de Administração nunca tenham sido eleitos. Nenhum carrega ações. Concluo que, se o Liceu Pasteur de São Paulo é, no momento, um trabalho útil no plano da amizade intelectual franco-brasileira, seu futuro reserva fortes surpresas contra as quais tenho o dever de avisar o Departamento. (PIERROTET, 1941, s.p., tradução nossa)

⁸⁸ A ausência de um quórum necessária para essa mobilização se deu em razão de muitos de seus acionistas encontrarem-se em exílio, entre eles Júlio de Mesquita Filho (PONTES, 2010).

⁸⁹ A assembleia geral extraordinária foi convocada por Victor da Silva Freire, então presidente do Conselho Administrativo e diretor do Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo. Os nomes dos outros participantes da assembleia não foram encontrados.

Em uma reunião do Conselho de Administração⁹⁰ do Liceu Pasteur ocorrida no dia 12 de setembro de 1941, foi decidida a saída de Júlio de Mesquita Filho, que se encontrava exilado na França, junto com dois franceses, e foi admitida a entrada de Plínio Barreto. O cônsul Pierrotet (1941, s.p., tradução nossa) descreveu a atuação de Victor da Silva Freire como, “embora comprovado amigo da França, exercendo absoluta ditadura sobre todos os assuntos do Liceu, inclusive sobre considerável montante francês”. Todas as ações que estavam em mãos francesas foram transferidas. Com a proibição de subsídios estrangeiros, o Departamento de Obras francês procedeu com nomes anônimos e assumiu o salário do diretor (parcialmente) e de dois professores franceses. Além disso, a França doou 60 mil francos para a construção de uma piscina (SEYRIG, 1942).

Embora os membros franceses do Conselho do Liceu não detivessem mais o direito a voto, era-lhes permitido a participação ativa nas reuniões. Os eminentes professores membros do Conselho, notadamente Arbousse-Bastide, o cônsul Pierrotet, e outros, eram gaullistas e simpatizantes da *France Combattante* (França Livre), com exceção do professor Raeders. Raeders apoiava o marechal Pétain e era hostil à França Livre, o que o distanciou da relação com seus colegas compatriotas. A França, dividida pela guerra, também se dividia no Liceu Pasteur. A intervenção no Liceu deixou sua marca em Raeders, que a carregou até sua saída da instituição. Esse intelectual, doutor da Universidade de Paris e antigo preceptor dos filhos do imperador Pedro II, cada vez mais direcionava o ensino do Liceu para o modelo de ensino brasileiro, procurando seus interesses antes com os brasileiros do que com os franceses e deixando o estabelecimento deslizar para um estado em que as características francesas fossem completamente eliminadas, como relata Henri Seyrig (1942, s.p., tradução nossa), encarregado da Missão Francesa pelo Comitê Nacional francês:

Os cursos do *Baccalauréat* francês, que são “cursos livres”, aos olhos das autoridades brasileiras, são contra o crescimento. Com uma nuance diferente, é a mesma evolução do Lyceu Francês no Rio de Janeiro: um

⁹⁰ O Conselho de Administração do Liceu Pasteur, antigamente Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo, desde sua fundação era composto por dez membros, dos quais cinco eram brasileiros e cinco franceses. A função do presidente como o 11º membro do Conselho pertencia a um brasileiro, de acordo com Estatuto do Lyceu Franco-Brasileiro “S. Paulo” publicado em *Diário Oficial* de 1º de junho de 1923, p. 3974. Todas as decisões acerca do Liceu, inclusive a mudança do seu estatuto, eram propostas pelo Conselho de Administração e precisavam ser aprovadas pelos acionistas, nas sessões de assembleias convocadas pelo presidente do Conselho.

Os presidentes do Conselho entre 1921 e 1951 foram: Jorge Tibyricá (1921-1923), Júlio Mesquita (1924-1927), Victor da Silva Freire (1927-1951). Os membros (em 1950): Alcyr Porchat, Antonio Prado Junior, Georges Vagnon, Jules Ottmann, Plínio Barreto (vice-presidente), Raymond Carrut, René Godin, Roger Bastide, Conde Sylvio Penteado, Victor da Silva Freyre (presidente).

diretor que encontra seus interesses mais com os brasileiros do que com os franceses faz seu estabelecimento deslizar para um estado em que suas qualidades francesas serão completamente eliminadas. O testemunho de todos os nossos professores universitários e do Sr. e Sra. Gouze (os dois professores franceses da escola) são bastante concordantes nesse ponto.

Aqui, novamente, qualquer intervenção direta é impossível. Nós só nos insinuaremos na casa pelos professores que pagamos. Por incrível que pareça, a embaixada de Vichy parece continuar a pagar ao diretor, e ainda assim seu trabalho anti-francês parece inquestionável.

Contudo, o número de alunos do Lyceu Pasteur continuava crescendo e atingiu 650 em 1941. Em parte, sua popularidade se devia aos Mesquita e ao jornal *O Estado de S. Paulo*, que propagava a política cultural francesa desde os anos de 1920, quando Júlio Mesquita “francesizou” o jornal com ajuda de Georges Dumas, o que já foi anteriormente relatado nesta pesquisa. Durante o período de intervenção getulista no jornal⁹¹, o número de artigos sobre a cultura francesa diminuiu, o que já era esperado com Júlio de Mesquita Filho fora da redação. O Quadro 4 é uma representação feita pelo cônsul Pierrotet com todas as publicações sobre a França no período entre 1938 e 1941.

Quadro 4. Publicações n’O Estado de S.Paulo sobre a França entre 1938 e 1941

ano	Número de publicações / observação
1938	44 artigos de autores anônimos / OESP
1939	67 artigos de autores anônimos, 10 artigos sob pseudônimo e 2 artigos assinados / OESP
1940	17 artigos de autores anônimos / OESP; 2 artigos de autores anônimos / Gazetta; Prefácio (em francês – 35 páginas) do livro de Gilberto Freire <i>Um engenheiro francês no Brasil</i> / Editora Olympio
1941	7 sobre Planos para o ginásio ideal / OESP; 5 artigos de autores anônimos / OESP; As ideias sociais e políticas de Bergson / OESP; Jean de Léry e a teoria do bom selvagem / OESP; A instrução e a república / OESP

Fonte: MAE – série GUERRE 1939-1945-VICHY, subsérie OEUVRES – BRÉSIL vol. 70 p, s/nº. Correspondência de Pierrotet, cônsul geral da França ao Serviço de Obras da França no Exterior. Data: 26/03/1942.

⁹¹ Período de intervenção: de 25 de março de 1940 a 6 de dezembro de 1945. O jornal foi tomado de seus proprietários pela Ditadura Vargas e, por isso, o grupo não reconhece o conteúdo produzido nesse período como de sua autoria. Apesar disso, essas edições estão sendo compartilhadas como documento histórico (ACERVO OESP).

A documentação nos arquivos da França sobre o ano de 1943 é escassa, sendo localizados apenas nove documentos, como relatórios sobre os pagamentos de professores, falta de subvenções para Aliança Francesa, França Livre e conflitos políticos dos professores no Brasil e no Uruguai, uns, seguidores de general De Gaulle e outros, de marechal Pétain.

A mesma escassez de informações também pode ser observada no acervo do jornal *O Estado de S.Paulo* para o mesmo ano. Foram encontradas apenas quatro publicações no jornal, entre elas, uma notável, publicada no dia 26 de fevereiro: “Colégio⁹² Pasteur – em breve será assinado decreto pelo presidente da República autorizando esse antigo estabelecimento secundário a funcionar como colégio”, o que acreditamos ser mais um empecilho aos propósitos franceses, como pudemos observar em algumas correspondências.

Em uma nota escrita a lápis, foi registrada a falta de informação generalizada na América Latina. O autor da carta, professor Etiemble (1943, s.p., tradução nossa), “relatou impossibilidade de qualquer tipo de intervenção no Liceu Pasteur” e a necessidade de um adido cultural, “porque, pelo menos nas classes instruídas e na elite paulista, a cultura francesa ainda continuava sendo muito procurada”.

O adido cultural foi dedicado à embaixada da França no Brasil no começo de 1944. Em junho do mesmo ano, ele visitou Liceu Pasteur e enviou o seguinte relatório ao MAE:

A situação no Lyceu Pasteur, diante das inevitáveis dificuldades do nacionalismo brasileiro e da crise de 1940, é tão insatisfatória quanto possível. Constituímos o arquivo, que permitirá afirmar os direitos à construção e ao funcionamento do Lyceu. O atual Conselho de Administração não oferece mais garantias do que as do Rio de Janeiro. Mas devemos provavelmente esperar novamente, antes de retomar ou acentuar o controle necessário. O diretor, o Sr. Raeders, também é ferozmente criticado em muitos lugares, incluindo a Aliança e a Colônia, mas elogiado em alguns círculos brasileiros, aos quais ele parece ter cedido um pouco às exigências nacionalistas. Sua partida será talvez, um dia, em breve, a melhor solução. (WARNIER, 1944, s.p., tradução nossa)

⁹² Sobre os colégios, Magalhães (2004, p. 47) afirma : “[...] No seu cotidiano, os alunos (re)construíram a noção de pertença como um composto entre: integrar um grupo escolar (classe, ano), onde o critério-base era o nível de conhecimento; integrar e participar num grupo de estudo, de estar e de realização de atividades de formação (a divisão), cujo critério integrador era a idade e, ainda, integrar a fila para efeito de circulação e mobilidade, cujo critério integrador era fisiológico – a altura”.

A segunda visita do adido cultural Raymond Warnier foi durante o anúncio da futura Missão Vallery-Radot. Num fragmento de sua carta, o adido cultural direcionou a mensagem a Vallery-Radot:

No que nos diz respeito, estamos contando muito com esta embaixada, com você e como você foi preparado, e com Ronzé, para finalmente resolver a questão dos Liceus, especialmente a do Liceu de São Paulo, cujo atual presidente do Conselho, o Dr. Freire, perdeu definitivamente a nossa confiança, tanto minha como da professora Bonzon, e até mesmo do diretor francês, Sr. Raeders. Nós sinceramente esperamos que o Sr. Ronzé nos traga, com suas instruções em princípio, e as indicações do Sr. Georges Dumas, os elementos de uma solução, agora inevitável antes do próximo ano letivo em março. Eu provavelmente terei que acompanhar o Sr. Ronzé até São Paulo para esse propósito.

Será, de fato, escolher entre uma retomada da nossa influência sobre o atual Conselho, com a remodelação de pessoal, a possível remoção de diretor Raeders, recrutamento, remuneração e novos professores franceses, ou abandono deste estabelecimento, que custou caro à França, mas onde a França preservou muito fracamente os meios para ser ouvida e para oferecer a inúmeros estudantes um mínimo de cultura e educação francesas. (WARNIER, 1944, s.p., tradução nossa)

De acordo com adido cultural Warnier, durante o período de quatro anos de intervenção no Liceu Pasteur, a instituição deteriorou os laços com a França, e o posterior funcionamento do estabelecimento, ou seu eventual abandono, dependeria do sucesso da missão que estava sendo preparada pelos professores Luís Pasteur Vallery-Radot e Raymond Ronzé.

Nesse período, podemos evidenciar discursos antagônicos entre o posicionamento francês e o jornal *O Estado de S.Paulo* acerca da instituição. Como pôde-se analisar, enquanto a França se mostrava insatisfeita com o Liceu, a redação do periódico anunciava que havia limitação de vagas. Inclusive, a abertura do processo de matrículas se deu mais cedo do que de costume, o que talvez seja uma estratégia de divulgação editorial de modo a estabelecer uma bruma sobre a verdadeira situação do Liceu Pasteur.

Figura 9. Anúncio publicado n' *O Estado de S. Paulo* entre dezembro de 1944 e janeiro de 1945



Fonte: ACERVO DIGITAL.

3.8 Missão Pasteur Vallery-Radot

A Missão Pasteur Vallery-Radot foi designada não apenas para solucionar a questão dos liceus franco-brasileiros, mas também tinha no seu escopo a revitalização da cultura francesa, decadente em toda a América Latina em razão da paralização de sua disseminação durante a Segunda Guerra Mundial (SUPPO, 2016). Missões universitárias, professores destacados, faculdades religiosas, liceus franceses e Alianças Francesas continuaram a ensinar a língua francesa, que permanecia aceita como uma das línguas fundamentais do ensino secundário, da mesma forma que o inglês, no entanto, com público reduzido quando comparado com o período antes da guerra (MICROFILME Nº P04369, 1945).

Os professores Vallery-Radot e Raymond Ronzé, pretendiam direcionar seus esforços principalmente na reaproximação intelectual. Na opinião desses adidos, a preponderância dos Estados Unidos na América Latina tinha fins econômicos. A América Latina “pedia ajuda, todas as suas esperanças se voltavam para a França, porque a França era a esperança de todas as expectativas” (MICROFILME Nº P04369, 1945). E quais eram as sugestões de Vallery-Radot para “salvar a América Latina do imperialismo norte-americano”? Em essência, não havia uma diferença entre o plano de Vallery-Radot e o plano para Missão Cultural apresentado por Georges Dumas, quase três décadas antes:

Intensificar o ensino da língua francesa; desenvolver faculdades; modernizar os métodos da Aliança Francesa; nomear professores bem escolhidos e jovens; organizar inspeções frequentes; dar bolsas de estudo para os melhores alunos para permitir que venham para a França. Enviar os melhores trabalhos literários, científicos e técnicos; criar livrarias francesas; fazer serviço gratuito de nossos periódicos às principais bibliotecas. Espalhar filmes franceses; enviar exposições e grupos teatrais; organizar um serviço de imprensa. (MICROFILME N° P04369, 1945, tradução nossa)

Vallery-Radot também apoiava a criação da Casa da França no Rio de Janeiro – um futuro lugar de agrupamento de todas as atividades culturais da França, com biblioteca, sala de conferência e exposições – e da Aliança Francesa. Além disso, estimulava a constituição de um centro de acolhimento para professores e estudantes estrangeiros na França (MICROFILME N° P04369, 1945).

Após um trabalho intensivo durante abril e maio de 1945 e de estudo dos fundamentais problemas colocados pelas relações culturais franco-brasileiras, certificando-se do apoio das competentes autoridades brasileiras, foi desenvolvido um programa de ação no Brasil. O grande esforço seria uma contribuição do Departamento, principalmente, na forma de pessoal e livros (D’ASTIER DE LA VIGERIE, 1945).

O Quadro 5 resume o plano deste programa.

Quadro 5. Plano de ação cultural no Brasil sugerido pelo Vallery-Radot

Plano de ação cultural no Brasil:
1) Universidades.
2) Liceus Franco-Brasileiros.
3) Casa da França no Rio de Janeiro e Casa do Brasil na Cidade Universitária de Paris.
4) Disseminação da literatura e da língua francesa.
a) Aliança Francesa (Associação Franco-Brasileira de Cultura, a ser alocada com parágrafo 1)
b) Desenvolvimento de alianças.

c) Criação de cursos de extensão universitária.
d) Solicitação de docentes e leitores. Criação de cursos de francês, criação de um ensino de rádio.
5) Livros franceses.
a) Traduções.
b) Edições e reedições.
6) Serviço do Adido Cultural.

Fonte: MAE – série RELATIONS CULTURELLES 1945-1959, subsérie ANNÉES 1945-1947. ENSEIGNEMENT. Vol. 146, p. s/nº. Correspondência de François d’Astier de la Vigerie, embaixador da França no Brasil, ao MAE. Data: 24/05/1945

De acordo com os professores Vallery-Radot e Ronzé, para ensinar francês nas aulas brasileiras dos liceus do Rio de Janeiro e de São Paulo, foi arranjado o princípio de concordância de seus líderes brasileiros e do Ministério dos Assuntos Exteriores da França para que, além do horário legal reservado para este ensino, fosse aumentada a parte de exercícios fora do programa (reuniões, jogos grátis em classes pré-escolares e classes primárias) (D’ASTIER DE LA VIGERIE, 1945). No entanto, a secção francesa do Liceu Pasteur seria transferida para a Aliança Francesa, o que, conforme o embaixador D’Astier de la Vigerie (1945, s.p., tradução nossa), “deveria ser feito com caráter de urgência, porquanto o corpo docente francês recusava-se a começar um novo ano no Liceu”. Por outro lado, sem conhecimento dos franceses, o assistente de direção Lima Pontes tornou-se diretor, o que não agradou D’Astier de la Vigerie (1945, s.p., tradução nossa):

Ele não conhece os franceses, e nossos professores de São Paulo sempre encontraram nele uma hostilidade marcante à França. Em presente situação, coloco o Departamento em guarda contra as bem-aventuranças do Sr. Ronzé, que me parece ter sido, segundo a tradição neste caso, o brinquedo de Freire.

3.9 Liceu Pasteur na Missão Vallery-Radot

Como destacado anteriormente, da Missão Vallery-Radot era esperado que fossem apresentadas soluções de longo prazo para os liceus do Rio de Janeiro e de São Paulo. No que diz respeito do Lyceu do Rio de Janeiro, a embaixada estava trabalhando ativamente para restaurar o controle financeiro da França sobre esse estabelecimento. Quando esse objetivo fosse alcançado, a embaixada planejava demitir do liceu o “mediocre” diretor brasileiro Renato Almeida e nomear em seu lugar outro brasileiro, e um associado francês seria colocado como mediador e diretor de educação. As premissas do liceu eram altamente valorizadas. O objetivo da embaixada francesa era evitar uma liquidação que muitos acionistas brasileiros estavam dispostos a provocar e, em segundo lugar, tentar organizar uma educação adequada da língua francesa. Além da retomada do controle financeiro, a embaixada almejava reorganizar os cursos de francês na secção brasileira, oferecer suporte financeiro à secção do bacharelado francês e harmonizar os professores franceses e brasileiros para evitar conflitos de pessoas, estabelecendo o princípio da igualdade de tratamento entre professores franceses e brasileiros, já que o suplemento concedido aos professores franceses pelo Departamento deveria ser apresentado como auxílio de expatriação (AN-AJ16/6960, 1945, p. 273).

A situação do Liceu Pasteur era de tal maneira complexa, que, segundo Raymond Ronzé (1945, p. 304, tradução nossa), “causava sérios problemas à embaixada e ao governo”. Vallery-Radot e Ronzé examinaram os documentos apresentados pelo adido cultural na embaixada, demonstrações financeiras do Liceu, o relatório do deputado Monbeig em função de presidente do Conselho Acadêmico, consultaram o Sr. Bonzon, que era o substituto de Arbousse-Bastide no Conselho do Lyceu, e todos os professores ligados à Universidade de São Paulo (AN-AJ16/6960, 1945, p. 303). Vallery-Radot e Ronzé também “tiveram longas conversas” com Victor da Silva Freire, o presidente do Conselho de Administração Brasileiro e o diretor brasileiro do Liceu, com o Sr. Carrut, membro desse Conselho que, de acordo com Ronzé, era por procuração o verdadeiro administrador da instituição, com o professor Raeders, diretor francês do Liceu durante período de dez anos, e com a senhora Prudente de Moraes, inspetora federal, responsável pela fiscalização do Lyceu (AN-AJ16/6960, 1945, p. 303). Por derradeiro, Vallery-Radot e Ronzé, em companhia da Sra. Moraes, fizeram uma inspeção detalhada da propriedade.

De acordo com o Relatório da Missão, o Lyceu Franco-Brasileiro de São Paulo – que se tornou em 1941 o “Liceu Pasteur” – não era, desde 1923, uma instituição francesa ou franco-brasileira. Interpretações engenhosas da lei brasileira, que o governo francês e sua embaixada no Rio de Janeiro não conseguiram contrariar desde então, levaram o capital da “Sociedade Francesa dos Lyceus Franco-Brasileiros” ao despejo total,

[...] de modo que esta empresa com um capital de 1,2 milhão de francos, que representa o investimento dos fundadores e pessoal associado, apresentou o balanço de 240 mil cruzeiros, atualmente cerca de 600 mil francos, sendo o restante considerado um empréstimo gratuito para a Sociedade Brasileira [Sociedade Civil Lyceu Pasteur]. Como tal, a Sociedade de Paris tem apenas 50 votos de 296, ou seja, não tem nenhuma atuação no Conselho de Administração. (AN-AJ16/6960, 1945, p. 304)

O texto do tratado firmado em 1932 com o governo do estado de São Paulo não deixava aos detentores de direitos franceses, em caso de conflito, a prerrogativa de restituir mais do que um total de 600 mil cruzeiros, embora o edifício valesse, na época, pelo menos dez vezes mais. Como a Sociedade Brasileira era rica, se a Sociedade Parisiense decidisse protestar contra certas medidas muito desfavoráveis à França,

[...] o Conselho de Administração poderia, a qualquer momento, notificá-la para retirar-se. As leis de nacionalização da educação fornecerão todos os pretextos necessários, e a França, que por mais de vinte anos dedicou dinheiro e esforços, seria inteiramente e, de fato, já despossuída. (AN-AJ16/6960, 1945, p. 305)

Do ponto de vista pedagógico, o Liceu era puramente brasileiro: havia mil alunos na seção de bacharelado brasileiro e apenas 23 alunos na seção de bacharelado em francês, sendo esses divididos em duas classes, um sexto ano e um primeiro ano. Não existia, portanto, uma preparação mais coerente para o bacharelado francês.

Os professores franceses estavam em constante conflito com seus colegas brasileiros. Também foram relatadas brigas entre professores e alunos:

Incidentes graves ocorreram. Até um tapa dado em um membro do Conselho por um professor. Esse estabelecimento, portanto, não serve à nossa “propaganda” e à reaproximação franco-brasileira. Nossos amigos brasileiros da universidade, o reitor Jorge Americano, o reitor A. Dreyfus, e outros, também consideram que este Lyceu, no atual estado de coisas, não nos honra. (AN-AJ16/6960, 1945, p. 306)

O Liceu Pasteur de São Paulo era considerado pelos adidos a única escola primária e secundária de São Paulo onde se aprendia bem o francês. Depois da intervenção getulista e

da nacionalização da educação, os alunos mais novos não sabiam mais francês, enquanto os mais velhos falavam fluentemente. De acordo com o relatório da missão, entendia-se que o Liceu precisava de pelo menos seis a oito horas por semana de francês em todas as classes, desde o jardim de infância, e sessões de entretenimento e exercícios de qualquer tipo durante os quais o francês seria a única língua usada. Para os correspondentes franceses, o estabelecimento precisava ser transformado em um centro onde os pedagogos franceses se tornariam conhecidos, pelo menos pelo seu ensino e pelos métodos franceses (AN-AJ16/6960, 1945, p. 306).

Os acordos relativos à Missão Vallery-Radot foram assinados entre Raymond Ronzé e Victor da Silva Freire sem consultar a Comissão Pedagógica tampouco os pais dos alunos. Dessa forma, de acordo com o embaixador D'Astier de la Vigerie (1946, s.p., tradução nossa), muitos pontos importantes foram omitidos, o que diminuiu a autoridade da Comissão Pedagógica, “o único controle pedagógico da França”. Segundo a declaração de Silva Freire (apud D'ASTIER DE LA VIGERIE, 1946, s.p., tradução nossa), “os termos de aplicação dos acordos e suas consequências não foram seriamente examinados”). Sobre a contratação de novos professores, D'Astier de la Vigerie (1946, s.p., tradução nossa) relatou a atuação de Silva Freire:

Freire tem evitado incessantemente a discussão; ele descartou os problemas declarando que não havia provas a serem julgadas, e que as decisões da Sociedade Francesa com a qual ele tinha correspondência foram ignoradas. De fato, a escolha e a designação de professores só pode ser feita no local, sob o controle da Embaixada e em contato direto com o Ministério da Educação Nacional, que é responsável pelo seu pessoal. Com a admissão de cada membro da Comissão Pedagógica, a atividade dos professores esperados será muito limitada.

Segundo D'Astier de la Vigerie (1946, s.p., tradução nossa), Silva Freire não estava mostrando interesse em cumprir a sua parte de acordos oriundos da Missão Vallery-Radot:

Em um depoimento do professor Raeders, em ambas as seções do Liceu Pasteur, o Conselho de Administração e o próprio Sr. Freire formalmente se comprometeram com a missão Vallery-Radot de fazer um esforço especial para promover o ensino de francês. As medidas tomadas pelo Sr. Lima Pontes levaram a reduzir as horas de francês, congestionaram o jardim de infância e causaram a renúncia do professor francês no comando deste jardim.

Os motivos administrativos invocados para justificar essa redução parecem ser apenas um pretexto. Mais uma vez, o interesse educacional é sacrificado para os requisitos administrativos.

Observo, assim, que o Lyceu Pasteur é cada vez mais desviado de sua missão e que, em todo seu testemunho, o professor Raeders destaca o papel deplorável de Sr. Lima Pontes, como referi-lo no meu telegrama T1749⁹³ de 17/12.

[...]

Duvido que, após tal testemunho, alguém ainda possa defender a política seguida pelo Sr. Freire e pelo Sr. Lima Pontes e apoiar a sinceridade de seus sentimentos.

Todavia, Silva Freire garantiu que estava disposto a aplicar inteiramente o acordo com Ronzé, invocando como provas duas cartas que ele teria endereçado à Sociedade Parisiense dos Lyceus Franco-Brasileiros e um telegrama de confirmação, enviado a Ronzé⁹⁴. Em resposta, Etienne De Croy (1946, s.p., tradução nossa), conselheiro na embaixada da França, não corroborou com a credibilidade das declarações de Silva Freire:

Por favor, verifique e me avise com urgência se essas comunicações foram recebidas. Parece-me importante saber por que a Sociedade Parisiense não respondeu e, mais importante, pôr fim a essa correspondência direta que escapa ao nosso controle e constitui um alibi incontrolável para Freire, cujo bom momento não me foi provado [...] Gostaria de acrescentar que a supressão quase completa da secção francesa está a ter o pior efeito em São Paulo e com a nossa colônia, o que me parece ser o primeiro passo de um plano que visa corroer a sua posição moral e financeira, e nos eliminar inteiramente do Lyceu.

Em março de 1946, Silva Freire “convidou o Sr. Raeders a cessar as suas funções no Lyceu Pasteur”. Essa decisão não agradou a embaixada francesa, que “achava difícil de admitir um funcionário francês ver seu destino resolvido de maneira diferente do que previsto por esta embaixada e por instruções do Departamento”. Tendo em vista tal acontecimento, a embaixada sugeriu ao Serviço de Obras não corresponder mais diretamente com Silva Freire. A embaixada se encarregaria de enviar um telegrama a Freire informando-lhe que o “acordo com Ronzé não poderia ser posto em prática por antecipação”, e que os pagamentos dos professores seriam interrompidos (CROY, 1946, s.p., tradução nossa).

⁹³ Referente a Lima Pontes, D’Astier de la Vigerie (1946, s.p., tradução nossa) escreveu: “Referindo-se ao seu próprio telegrama n. 973, de 13 de setembro, observo que o Conselho modificou os termos do acordo restringindo a dois o número de professores planejados para 1946, e em particular, rejeitando a oferta de um jardineiro francês, que deve, no entanto, ser considerado como um dos pontos principais do acordo. Por outro lado, o Sr. Lima Pontes, nomeado pela primeira vez sem nosso conhecimento como assistente de direção, tornou-se diretor. Ele não conhece os franceses e nossos professores de São Paulo sempre encontraram nele uma hostilidade marcante à França. Referindo-me ao seu telegrama n. 1053, agora coloco o Departamento em guarda contra as bem-aventuranças do Sr. Ronzé, que me parece ter sido, segundo a tradição neste caso, o brinquedo de Freire”.

⁹⁴ As referidas cartas enviadas por Silva Freire não foram localizadas na documentação analisada.

De acordo com Suppo (1999, p. 788-9), Victor da Silva Freire “considerou relutante que o governo francês violou seus compromissos assumidos na Missão Vallery-Radot sobre o Liceu, deixando de pagar os professores franceses destacados para essa instituição”. Em particular, Freire (apud SUPPO, p. 788-9) escreveu que “o tempo das escolas franco-brasileiras passou”. A exigência da legislação brasileira obrigou a França de ter duas seções nessas escolas, a brasileira, onde o francês é tratado como o inglês, e sem qualquer preferência, e a francesa, onde participam principalmente os franceses. Segundo Suppo (1999, p. 789), essa obrigação tornou os liceus franco-brasileiros muito caros para sua utilidade real.

Posteriormente a decisão da embaixada da França de romper todos os contatos diretos com Victor da Silva Freire, até o final dos anos de 1940, os documentos encontrados nos arquivos franceses majoritariamente concatenam o Liceu Pasteur com a propaganda cultural Francesa – sendo esta a convergência de todas as ações culturais da França na América Latina. Os documentos também mostram uma demanda por uma investigação a parte sobre as ações do Liceu.

Victor da Silva Freire, no período entre 1947 e 1949, em várias oportunidades, comunicou sua vontade de reestabelecer os contatos com a diplomacia francesa, os “quais foram rompidos pelo governo francês, quando tal governo deixou de pagar os professores franceses destacados para o Liceu” (BAILLOU, 1949, s.p., tradução nossa). Freire inclusive chegou a escrever a Sra. Dumas, esposa de Georges Dumas, informando que “o Lyceu funciona bem e o ensino do francês estava aumentando significativamente” (MARX, 1949). Nesse período, o número de alunos alcançou 1.500 (VALEUR, 1948).

3.10 Reestabelecimento do Liceu

O início da década da 1950 é marcado pela inauguração de monumentos em homenagem a Georges Dumas e Ramos de Azevedo, conforme relatado na documentação francesa. O Boletim n. 1, de janeiro de 1951, do Agrupamento das Universidades da França, publicou:

A cerimônia foi realizada no dia 18 de outubro, sob a presidência do Sr. Adhemar de Barros, governador do Estado de SP. O Sr. Robert Valeur, cônsul geral da França, leu uma mensagem de Sr. Gilbert Arvengas, embaixador da França, sobre o futuro das relações culturais franco-

brasileiras. O Sr. V. da Silva Freire, presidente do Conselho de Administração do Lycée Pasteur – e um de seus fundadores – fez a história desse importante estabelecimento educacional franco-brasileiro. Sr. Ronzé evocou a figura de Georges Dumas, estudioso eminente que dedicou sua vida ao desenvolvimento das relações intelectuais entre a França e a América Latina e foi um grande amigo do Brasil. O evento foi muito emocionante. À noite, o Sr. Ronze, sob a presidência do diretor da Escola Politécnica de SP, deu uma palestra sobre Cultura Geral e Especialização (RONZÉ, 1951, s.p., tradução nossa).

De acordo com Pereira (2014, p. 203) a inauguração dos monumentos de dois cofundadores do Liceu Pasteur era “a estratégia da diplomacia francesa para acentuar o valor de sua presença tradicional e da importância simbólica do Lyceu na diplomacia francesa para relações culturais franco-brasileiras”.

3.11 Novos ares no Liceu Pasteur

Em 1947 o curso francês de preparação para o bacharelado que fora suprimido pelos chamados acordos de Ronzé e Freire, de 1945, foi restaurado. Silva Freire foi contra sua reabertura, particularmente por sua convicção que os acordos da Missão Vallery-Radot foram rompidos pelo governo francês, quando este deixou de pagar os professores franceses destacados para o Liceu. De acordo com Robert Valeur, o cônsul geral da França em São Paulo, “a morte de Freire facilitou as coisas”: para sucessor do Freire foi nomeado Dr. Roberto Moreira, indicado pelo próprio cônsul Valeur e afirmado como o novo diretor pelo governador do estado de São Paulo. Roberto Moreira ofereceu todas as garantias de lealdade à França perdidas sob a administração do Dr. Freire. A amizade de Lima com o governador Garcez, seu ex-colega de Escola Politécnica de São Paulo, garantia sua continuidade no Lyceu (VALEUR, 1951).

O cônsul francês Valeur almejava construir um pavilhão para as aulas separadas do Liceu, mas o Dr. Pontes tinha planejado usar mais de 1 milhão de cruzeiros de fundo de reserva para a construção de uma capela e um salão de festas (total de 4 milhões de cruzeiros). Como era impossível pedir ao governador de São Paulo para subsidiar a construção de um prédio destinado a abrigar um curso dirigido em língua estrangeira para estudantes majoritariamente estrangeiros, Valeur “empregou todos os esforços no sentido da abertura orçamentária da educação pública do Estado” para obter um crédito de 4 milhões de cruzeiros destinados ao financiamento das construções previstas por Dr. Pontes

(VALEUR, 1951, s.p.). Graças à ajuda do Dr. Roberto Moreira, o governador Lucas Nogueira Garcez (que substituiu Adhemar de Barros em janeiro de 1951) e o cardeal Vasconcellos Motta anunciaram a construção da Capela e do Salão de festas no Liceu. O plano de Valeur foi bem-sucedido, e o governo aprovou o crédito dos 4 milhões necessários. De acordo com o cônsul:

Esta decisão é em si uma coisa extraordinária. Esta subvenção, que representa 60 milhões de francos, foi de fato concedida pelo governo do estado a um estabelecimento que, apesar de todas as dificuldades do passado, é o símbolo do estreito relacionamento cultural franco-brasileiro e é também uma sociedade civil privada. Essa doação permitirá que o já muito bem estabelecido Liceu tenha uma capela (a atual capela é temporária por trinta anos) e um salão de festividades de alta classe, mas também aumenta consideravelmente o prestígio da França. Por último, mas não menos importante, esta concessão, evitando que o Liceu utilize o seu fundo de reserva para ajudar a financiar estas novas construções, disponibilizará montantes significativos que podem ser dedicados à construção do pavilhão que abriga o curso de francês. (VALEUR, 1951, s.p., tradução nossa)

Como sustenta Pereira (2014, p. 202), o grande interesse das indústrias francesas de São Paulo para a seção francesa do Liceu Pasteur, cuja existência e sucesso facilitavam consideravelmente o recrutamento de seus funcionários no Brasil e na França, garantia ao cônsul encontrar os fundos necessários que faltavam para a construção. Ainda, segundo Pereira (2014, p. 202), “a decisão do governo do estado de conceder o crédito ao Liceu foi o marco histórico que alterou o rumo dessa instituição de ensino”. Depois de cinco anos de esforços, Robert Valeur afirmou “ter resolvido definitivamente a questão do Liceu Pasteur e em condições que honrem a França” (VALEUR, 1951, s.p., tradução nossa).

A decisão oficial programava o começo de obras no Liceu para novembro de 1951. O projeto preliminar da construção de um pavilhão separado incluía de nove a dez salas de aula para estudantes, um escritório para gerenciamento e uma sala de professores.

3.12 Georges Dumas e Ramos de Azevedo: uma obra de colaboração Franco-Brasileira

Em outubro de 1950 foi impressa a publicação *Georges Dumas e Ramos de Azevedo. Uma obra de colaboração Franco-Brasileira: O Liceu Franco-Brasileiro (1923-1941) e Colégio Pasteur (1941-1950). Tributo do Conselho de Administração da Sociedade Civil*

Liceu Pasteur. Como surgiu a ideia de fundar uma escola francesa em São Paulo? Quem eram seus idealizadores? A publicação trouxe respostas:

Georges Dumas encontrara-se aqui, entretanto com três antigos alunos de escolas superiores francesas, dois médicos como ele, Carlos Botelho e Bittencourt Rodrigues, e um engenheiro. Expuzera-lhes em conversa a missão que lhe fôra confiada pela “Agremiação das Universidades e Grandes Escolas da França para as relações com a America Latina”.

Tinha esse “Groupement” por objetivo “facilitar aos países de lingua espanhola e portugüesa do continente Americano a formação das suas élites, das suas classes dirigentes, fazendo-lhes aproveitar, para tal finalidade, da experiencia francêsa na organização de seu ensino universitário”, ou, para se ser mais preciso, na montagem do seu aparelhamento de cultura geral.

Espontaneamente, se lhe haviam proposto de pronto os três a entrar em campanha para fazer beneficiar SP dessas boas disposições. Dentro em pouco haviam constituído um novo grupo de treze nomes, nos quais se viam representadas as cinco escolas superiores então existentes entre nós. Dessas 5, nada mais natural que a representada por Ramos de Azevedo se destacasse, pois fôra a que tinha aberto caminho no contratar professores europeus, sempre que não encontrára no país profissionais devidamente credenciados. Já lá se podiam ver, no quadro do seu magisterio, os nomes de Hottinger, Usteri e Puttemans.

Do trabalho desse segundo grupo surgira, no ano seguinte, a União Escolar Paulista, sob cujo auspicio tinham sido organizadas visitas, a França, de estudantes nossos, visitas essas retribuidas por estudantes francêses. Tinham sido também organizadas series de conferencias, realizadas, em SP, por prof francêses, (Martinenche, Durieu, Chabaud, ele proprio Dumas), e outras tantas que haviam tido lugar, em Paris, confiadas, sucessivamente, a Oliveira Lima, Arrojado Lisbôa, Rodrigo Otavio e Silvio Romero; e tudo isso tendo resultado a criação, na capital da França, na historica Sorbonne, de uma cadeira de estudos Brasileiros.

Dessa demonstração de vitalidade é que nascera, no espírito de Dumas, a confiança, senão o entusiasmo, com que recebera, após a guerra de 1914-18 (durante a qual ficara inativa a União) a ideia da criação de um Liceu Franco-Brasileiro⁹⁵.

Com base nisso compreendemos que o Liceu fora gestado pela Franca ainda nos primeiros anos de século XX e encontrou nas aspirações de intelectuais brasileiros para o ensino secundário do país o “combustível” ideal entendido por nós como momento instituinte.

⁹⁵ A publicação original não foi localizada nos arquivos da França. A transcrição foi copiada da correspondência supramencionada. Não se trata da tradução, o texto foi escrito como apresentado aqui.

Desde as suas primeiras aspirações, esse Lyceu encontrava-se em uma zona de convergência entre interesses franceses e brasileiros que, embora fomentassem a ideia de amizade entre os dois países, na verdade disputavam o âmbito cultural. De um lado, brasileiros buscavam na civilização da Europa uma inspiração para ascensão das juventudes abastadas, que figuravam como os futuros membros das elites condutoras do país. Por outro, a juventude brasileira era tida como uma massa passível de ser moldada à francesa, com vistas a formar consumidores de produtos culturais.

A instalação dos monumentos no átrio do colégio deixa claro quem simbolicamente vencera a batalha. Ora, de um lado temos o busto do professor Georges Dumas, tido como fundamental para a instalação da política cultural francesa no Brasil. De outro, temos o busto de Ramos de Azevedo. O que nos levanta a seguinte indagação: Por que não o de Júlio de Mesquita Filho? Como hipótese entendemos que mesmo não sendo o arquiteto responsável pelo edifício do Lyceu, a ajuda de Ramos de Azevedo foi fundamental em um momento em que a França não dispunha de subsídios para erguer um edifício, pois fora ele que lhes entregou a terra para que pudessem nela se estabelecer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pudemos evidenciar por meio desta pesquisa, o Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo não fora apenas fruto do entusiasmo liberal que movia os ideais políticos de seus signatários brasileiros, liberalismo esse que marcara os primeiros anos do século XX. Também verificamos que a instituição não mantinha em sua cultura escolar a educação à francesa por questões meramente curriculares. Portanto, revisitar a história desse estabelecimento de ensino demanda um exercício complexo de modo a elencar toda a panóplia da educação e de sua história, o que não teria sido possível sem o apoio das obras de Justino Magalhães, de modo a tecer nexos baseados em um enquadramento de elementos instituintes coadunados a uma dialética entre realidade-objeto a qual o estudo do Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo nos encaminha.

Os relatórios de inspeção franceses e as publicações do jornal *O Estado de S. Paulo*, como fontes, permitiram levantar algumas considerações, entre elas a de que o Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo figurou como um importante estabelecimento, tanto para a política cultural francesa e suas missões culturais, bem como para intelectuais brasileiros ligados ao jornal *O Estado de S. Paulo*, porém com diferentes finalidades.

O *corpus* documental que tratamos aqui é complexo e seu conteúdo trata de elementos relacionados a cultura organizacional (ESCOLANO, 2017). As correspondências passaram a receber timbre e são registradas com a utilização de datilografia, evidenciando o abandono da manuscrita. Inicialmente, o foco dos registros relacionava-se às aspirações do liceu, aos elementos instituintes e às questões referentes a sua institucionalização, majoritariamente sob uma lógica de representação simbólica, trasladando o seu foco para a materialidade na década de 1930 com foco em registros de apropriações e manifestações comportamentais. O que temos como hipótese é que esse movimento trata do percurso do estabelecimento do liceu em busca de sua identidade, até que de fato se tornasse uma instituição de ensino. Tendo em vista que, antes de 1930, o Lyceu passara por crises de todo o tipo que diminuiriam a partir do momento em que torna-se um colégio.

Desde sua idealização, o Lyceu Franco-Brasileiro estava diretamente imbricado com o objetivo de reestabelecer a influência cultural francesa no Brasil, atingida pelas investidas estadunidenses, sobretudo em meio a juventude, principal alvo das ações culturais

da França. Contudo, observando os 25 anos que se passaram após o término da II Guerra, como explicar a procura pelas vagas nos liceus franceses e suas taxas de crescimento constante? Esse fato encoraja a afirmar o contrário? Para responder a essa pergunta, devemos antes de tudo recorrer a distinção entre *presença* e *influência* cultural. Diante desse contexto, o Lyceu trasladava seu *modus operandi* ao longo das décadas em consonância com as exigências político-governamentais do Brasil, demonstrando, desta forma, a prevalência da influência brasileira em sua cultura escolar, contudo culturalmente organizada sob os moldes franceses.

Ademais, podemos verificar que a presença do alunado aumentou de modo significativo durante esse período, mas a influência e a importância francesa na cultura e na sociedade brasileiras diminuíram, bem como concluiu, ainda em 1948 Mell Cavailles, encarregado para Relações Culturais de Ministério de Assuntos Estrangeiros (MAE), no seu relatório sobre influência francesa na América Latina⁹⁶: “O declínio da influência francesa tem principalmente fundamentos econômicos. Os liceus franceses não são os centros mais importantes da influência da cultura francesa na América do Sul”. Devido a sua posição pró-norte-americana durante e depois da Segunda Guerra, o Brasil estava intimamente ligado ao sucesso da política estadunidense na América do Sul, que cada vez mais, com as propagandas bem-sucedidas da Pan Am, da Coca-Cola, da Kibon, entre outras, moldava a nova sociedade brasileira⁹⁷. Como a educação é apenas o reflexo da sociedade, ela será impotente para “restaurar a saúde moral dos indivíduos”, desde que a organização social não seja profundamente modificada.

Todos esses fatores culminavam em novas estratégias por parte dos idealizadores da política cultural francesa para coadunar as reivindicações de sua comunidade e seus interesses às demandas sociais e à conjuntura política brasileira em diferentes esferas e dimensões.

O percurso investigativo em nossas fontes primárias, tais como cartas e relatórios produzidos no bojo da política cultural francesa, bem como nossa fonte secundária,

⁹⁶ MAE – AMERIQUE 1944-1952 subsérie GENERALITES vol. 78 (Microfilme nº PO4370, p. 66). A correspondência de Mell Cavailles escrita a lápis sobre o estado atual da influência francesa na América Latina. Data: 01/12/1948.

⁹⁷ ARQUIVOS P. RIVET, série MS, vol. 1/2555, página s/nº. Carta datilografada de P. Duarte a P. Rivet. Data: 14/06/1949.

constituída pelas publicações do jornal *O Estado de S.Paulo* acerca desse estabelecimento de ensino, oportunizou a descoberta de novas personalidades de diversas nacionalidades, sobretudo francesas, envolvidas nesse projeto e em outros de abrangência micropolítica de caráter cultural, o que acaba por colocar o Lyceu sob uma nova perspectiva de análise.

A busca pela compreensão da ação desses diferentes sujeitos como parte do quadro instituinte do Lyceu, bem como seus interesses na fomentação de políticas educacionais para o país, nos levou a mobilizar instrumentos analíticos capazes de mostrar o papel primordial desses personagens na história da instituição. São esses intelectuais, em razão de sua notória participação coletiva ou individual, sob a ótica do sublime, e suas formas de representações e apropriações que modelam o processo de institucionalização.

Tomados como categorias, os intelectuais na educação deverão ser estudados de modo integrado e consequente, averiguando o que é o modo como representam. [...] Ou seja, em que medida o envolvimento do intelectual na educação não é condição de sobrevivência e alento, dada a relevância que a educação assume na relação com a sociedade e dada a centralidade que o intelectual assume no campo educacional? (MAGALHÃES, 2016, p. 305)

Destarte, como já destacamos anteriormente, a posição do Lyceu, e consequentemente da educação, tinha diferentes representações, para os diferentes sujeitos envolvidos nesse projeto. O que direcionou essa análise sobre diferentes perspectivas, e para isso nos apropriamos de diferentes concepções, tais como “intelectuais *na* educação” e “intelectuais *da* educação”, defendidas por Magalhães:

Nesse sentido, tendo em vista que o Lyceu figurava como um elo entre interesses comuns, no que diz respeito aos intelectuais brasileiros e a educação secundária coadunados à história da política cultural francesa, compreendemos que esses intelectuais por si só merecem uma análise, que teve como principal referência as proposições do historiador Jean-François Sirinelli

A propósito da ciência política e da história política [...] colhem-se a noção de engajamento dos intelectuais e uma estrutura que serve o estudo dos intelectuais na educação. Há intelectuais “produtores de grandes textos”, influenciadores, criadores de movimento – são os grandes, estes inscrevem a ruptura e a inovação na diacronia. Há intelectuais que são cultivadores e organizadores – são os que tornam as ideias programa. Há intelectuais divulgadores, que recriam e prolongam para além do tempo, convivendo com a (re)escrita, o esclarecimento, mas também o ajustamento das ideias

em fase da recomposição de ideias, protocolos, planos, produtos (SIRINELLI 2003 apud MAGALHÃES 2016, p. 305).

De fato, ao longo desta narrativa histórica que concentra sua análise, sobretudo, nas diversas fases do Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo, pudemos observar que diferentes sujeitos estabeleceram diferentes projeções em consonância com o capital simbólico de que eram detentores. Contudo, o engajamento, a participação e o compromisso com a instituição educacional permitem observá-los sobre diferentes perspectivas, seja em tempo sincrônico ou diacrônico, e elucidam por qual razão alguns personagens foram amplamente lembrados, homenageados, premiados e até consagrados, enquanto outros foram “esquecidos”.

Como afirma Magalhães (2016, p. 305), “os intelectuais sobrevivem, em boa parte quando fazendo da educação praça pública” e isso explica, por exemplo, que Júlio de Mesquita Filho, enquanto na liderança do jornal *O Estado de S.Paulo*, seja um dos personagens que rende um número expressivo de pesquisas relacionadas a História da Educação Brasileira. De fato, a perquisição da história do Lyceu nos proporcionou o contato com diversas obras, estudos, artigos, teses, dissertações – como os autores Bruno Bomtempo, José Fagner Alves Santos e Pontes – que enfatizam a redação do diário como um grupo de ampla participação e sublimidade no âmbito educacional. Vale destacar aqui a pesquisa de Doris S. Larizatti, que buscou contemplar o maior número de ações educativas em que os Mesquitas estiveram presentes. Por meio de seu estudo, é possível observar diferentes estruturas de sociabilidade com as quais o jornal estava envolvido, e que, nas palavras de Sirinelli, homologa o termo “redes”.

A maioria dos autores citados anteriormente tratam, sobretudo, da participação do grupo OESP em projetos relacionados à instrução pública no período da Primeira República brasileira ou à criação da Universidade de São Paulo na década de 1930, com ênfase no recrutamento de professores franceses para o âmbito do ensino superior. Contudo, o hiato existente entre a vinda desses subgrupos de personagens da França e a “linguagem” que promoveu a relação destes com o jornal *O Estado de S.Paulo*, também foi uma mola propulsora para esta pesquisa e nos permitiu constatar que o grupo OESP tinha no Lyceu o antídoto para todas as megalas do ensino secundário – considerando que essa etapa de ensino, nesse momento histórico, era privilégio de uma elite, e que esse estabelecimento de ensino seria a ponte para manutenção das elites culturais já existentes, bem como para formar as elites condutoras do país.

Tendo em vista a relação da instituição aqui estudada com o projeto de ensino superior, buscamos, na história da USP, a possibilidade de inventariar os aspectos de solidariedade envolvidas em seu processo de institucionalização e que formassem um elo com o Lyceu, o que nos fez chegar ao professor e psicólogo George Dumas. Sua biografia inclui seu papel imprescindível nas estratégias de aliança entre França e Brasil, o que lhe rendera, como homenagem, a construção de um busto no átrio do Liceu. Este, graças aos esforços de muitos atores, mesmo com características majoritariamente brasileiras, guardava e ainda guarda em sua essência o espírito francês.

Tanto franceses quanto brasileiros apostavam no magiocentrismo francês culturalmente consagrado, um arbitrário cultural. Contudo, como afirmam Suppo (1999) e Ferreira (2005), a ação pedagógica realizada pela maioria dos professores franceses acabou por enveredar na contramão dessa aposta de reprodução cultural à francesa, ensinando aos jovens brasileiro os valores de sua própria cultura, o que também provocou mudanças no Lyceu, além das oriundas da conjuntura política no Brasil, fazendo com que ele se transformasse em colégio, na década de 1930. Foi nessa época, segundo Ferreira (2005), que os professores da USP foram marcados pelo movimento escolanovista, sob a lógica de uma educação racionalizada por novas tecnologias didáticas e sob forte influência de uma pedagogia pedocêntrica majoritariamente ligada aos moldes norte-americanos (MAGALHÃES, 2004).

Com relação a política cultural francesa, um de seus momentos mais emblemáticos ocorreu em 1916. Enquanto a França sangrava nas trincheiras da mais longa batalha da Primeira Guerra Mundial, nos arredores da cidade de Verdun⁹⁸, um dos representantes das universidades e grandes escolas parisienses dirigiu-se ao Brasil com planos de estabelecer um liceu francês em São Paulo. Esse emissário era o professor Albert de Geouffre de Lapradelle, cujo relatório nós abordamos no começo desta pesquisa. A viagem de Lapradelle não foi exclusiva: ao longo desse ano de 1916, muitos professores emissários vieram para o Brasil e para outras destinações na América Latina, como relatado pelo cônsul francês J. Pingaud⁹⁹. Isso levanta a hipótese de que a política cultural da França gozava de autonomia

⁹⁸ Batalha de Verdun, 21 de fevereiro a 18 de dezembro de 1916, foi uma das batalhas mais longas, sangrentas e ferozes da Primeira Guerra Mundial, em que os franceses repeliram uma grande ofensiva alemã.

⁹⁹ De acordo com Suppo (1999), o primeiro Comitê Regional de Aliança Francesa em São Paulo foi criado em 1916, com intenção de difundir o conhecimento do pensamento francês em todas as suas manifestações: língua, literatura, ciência, arte, história, com colaboração dos professores vindos da França.

em relação a sua política externa, que naquela época era voltada à guerra. Nesse sentido, podemos entender que o comandante Ploton desconhecia os planos de Lapradelle e Georges Dumas para o Brasil quando sugeriu que a propaganda da França deveria ser feita sob cuidados dos militares; ele provavelmente não estava ciente da existência de uma política externa diferente daquela de qual fazia parte.

A afirmação dessa hipótese também pode ser constatada em outro momento emblemático da história, durante a Segunda Guerra Mundial. Desde o princípio da guerra e com a capitulação da França, existia uma divisão não apenas territorial, mas também política. De um lado funcionava o governo oficial satélite na cidade de Vichy, com marechal Pétain na liderança, e paralelamente o movimento da resistência sob o comando do general Charles de Gaulle, que proclamava a França Livre. Embora existisse uma forte polarização entre essas duas lideranças e seus seguidores, quando observados sob a questão da política cultural, os professores e estabelecimentos franceses na América do Sul, bem como seus interesses convergiam: o governo Vichy herdou o pagamento de salários dos professores no Liceu Pasteur e da USP, embora esses fossem gaullistas declarados e a USP fosse acusada de disseminação do comunismo¹⁰⁰, assim como também manteve subvenções para a Aliança Francesa e para as diversas instituições religiosas tradicionalmente financiadas pelo governo francês. Vichy não intervinha nas decisões do MAE, que na América Latina seguia os postulados de Georges Dumas estabelecidos no começo do século XX.

A confirmação da nossa hipótese encontramos na definição da política cultural. Como afirma Suppo (1999, p. 20), um ex-funcionário do MAE, Louis Dolot, introduziu, em 1960, um conceito da política da expansão cultural que “incontestavelmente representa um elemento essencial das relações internacionais, que envolvia não apenas as relações entre dois governos, mas também as relações entre os seus povos”. Nesse sentido, a política cultural é definida como “quarta dimensão da política externa, completando três dimensões tradicionais: a política, a econômica e a militar” (SUPPO, 1999, p. 20).

O Liceu Pasteur, segundo Raymond Ronzé representava “o maior estabelecimento francês na América Latina” (1952, s.p., tradução nossa). Entretanto, poderíamos atribuir o sucesso dessa instituição à política cultural da França? O próprio Ronzé, em 1952, escreveu

¹⁰⁰ Em uma das cartas a *Mon Cher Ami*, Georges Dumas (1940) escreveu sobre a conversa de Alceu Amoroso Lima e do professor de Economia Política Paul Hugon com então embaixador da França, tratando a USP de soviético, aplicando este termo ao grupo francês.

que o Liceu Pasteur era um estabelecimento restrito “às crianças das elites” que não alcançou o âmago da sociedade brasileira. Por outro lado, Victor da Silva Freire considerava o Liceu Pasteur “um Colégio com status, acima dos puros interesses dos dois países”. Sendo assim, qualquer que seja a resposta, o fato é que a França continua mantendo os monitores no Liceu, e os seus cônsules e adidos ainda visitam e observam a instituição com frequência, sobretudo, marcando forte presença no colégio em datas comemorativas francesas.

Como proposta de futuras pesquisas, entendemos como de suma importância compreender de forma mais aprofundada como os intelectuais brasileiros operaram em favor da política cultural francesa, bem como explorar todas as instituições instaladas e afetadas por essa política em caráter de abordagem macro analisando sob a ótica de Educação/Instituição e Educação/Ação aplicada pela França no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALVES SANTOS, José Fagner. *Júlio de Mesquita Filho e o projeto do ensino superior paulista: seus escritos, sua atuação (1920-1938)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2018.
- ASSIS, Paula Maria de. *A Educação dos Sentidos nas Escolas Maristas: o Guide des Écoles*. Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.
- BARBANTI, Maria Lucia Spedo Hilsdorf. *Escolas americanas de confissão protestante na província de São Paulo: um estudo de suas origens*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1977.
- BARROS, Fernanda. *O tempo do Lyceu em Goiás: Formação humanista e intelectuais (1906-1960)*. Tese de doutorado. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2012.
- BARROS, Fernanda. *O tempo do Lyceu em Goiás: Formação humanista e intelectuais (1906-1960)*. Jundiá: Paco editorial, 2017.
- BARROSO, José. *O estudo da autonomia da escola: da autonomia decretada à autonomia construída*. Lisboa: Porto editora, 1996.
- BITTENCOURT, Agueda Bernardete. *A era das congregações - pensamento social, educação e catolicismo*. In *Congregações Católicas, Educação e Estado Nacional*. p. 29-59. São Paulo: Proposições, set.-dez. 2017.
- BONTEMPI JÚNIOR, Bruno. *O Jornal O Estado de S. Paulo no processo de americanização: o inquérito de 1914 e o ensino moral e cívico*. In IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. v.1. Goiânia: 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1975.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- BUISSON, Ferdinand Édouard. *Nouveau Dictionnaire de Pédagogie et d'Instruction Primaire*. PARIS: Librairie Hachette, 1911.
- CALDEIRA, Jorge. *Júlio Mesquita e seu tempo*. São Paulo: Mameluco, 2015.
- CARVALHO, Marta M. C. de; HANSEN, João A. *Modelos culturais e representação: uma leitura de Roger Chartier*. Belo Horizonte: Varia História, nº 16, set/96, p7-34, 1996.
- CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. In: *Estudos Avançados*. v.5 n.11, p. 173-191. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1991.
- CHEVALLARD, Yves. *La transposition didactique*. Grenoble: La Pensée Sauvage-Éditions, 1991.
- CRUZ, H; PEIXOTO, M. *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*, in: *Projeto História*. São Paulo, 2007.

- CATANI, Denice Barbara; GODINHO LIMA, Ana Laura. *Vigilância e Controle: Os Anuários do Ensino do Estado de São Paulo e a história do trabalho docente no Brasil (1907 – 1937)*. In: *Educação em Revista: A Imprensa Periódica e a História da Educação*. São Paulo: Escrituras, 1997, p. 155-172.
- DIAS, Elaine. *Correspondências entre Joachim Le Breton e a corte portuguesa na Europa. O nascimento da Missão Artística de 1816*. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, vol.14 no.2. São Paulo: Jul/Dec. 2006.
- ESCOLANO, Agustín Benito. *A Escola como Cultura: experiência, memória e arqueologia*. Campinas: Alínea, 2017.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *Os professores franceses e a redescoberta do Brasil*. Rio de Janeiro: Revista Brasileira, ano XI, n.43, p. 227-246, abr./maio/jun., 2005.
- FONTENELLE, Walter Ribeiro. *Os problemas do Ensino Secundário*. São Paulo: 1939.
- GOMES, Angela de Castro. *Essa Gente do Rio – Os intelectuais cariocas e o modernismo*. CPDOC/FGV. Rio de Janeiro. 1993.
- GONDRA, José G. *Medicina, higiene e educação escolar*. In: *500 anos de Educação no Brasil*. p. 519-550. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- HEURDIER, Lydie; PROST, Antoine. *Les politiques de l'éducation en France*. Paris: La documentacion Française, 2014.
- KREUTZ, Lúcio. *A educação de imigrantes no Brasil*. In: *500 anos de Educação no Brasil*. p. 347-370. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- LARIZZATTI, Dóris Sathler de Souza. *A luz dos olhos de um povo: Os projetos de educação do jornal O estado de s. Paulo (1920-1934)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1999.
- LOURO, Guacira Lopes. *O cinema como pedagogia*. In: *500 anos de Educação no Brasil*. p. 423-446. Belo Horizonte: Autêntica, 2016
- LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY C. B. (Org.) *Fontes Históricas*. p. 111-153. São Paulo: Contexto, 2005.
- MAGALHÃES, Justino. *Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas*. In: SOUSA, Cynthia Pereira de e CATANI, Denice Bárbara (orgs.) *Práticas Educativas, Culturas Escolares, Profissão Docente*. p. 51-68. São Paulo: Escrituras Editora., 1998.
- _____. *Tecendo Nexos. História das Instituições Educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.
- _____. *A História das instituições escolares em perspectiva*. In: GATTI JÚNIOR, Décio e INÁCIO FILHO, Geraldo (Orgs.). *História da Educação em Perspectiva*. p. 156-187. Campinas/SP: Autores Associados, 2005.

- MEDEIROS, Valeria Antonia. *Lyceu Nacional Rio Branco: “Uma obra de cultura e patriotismo” 1926-1934*. III Congresso Brasileiro de História da Educação. Curitiba, 2004.
- _____. *Intelectuais e história da educação em Portugal e Brasil*. Cadernos de História da Educação, v. 15, n.1, p. 299-322, jan.-abr. 2016.
- MOREL, M; BARBOSA, M. *História da Imprensa no Brasil: Metodologia*. Rio de Janeiro: Departamento de História UERJ, 2001.
- NÓVOA, Antônio. *As organizações escolares em análise*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.
- NUNES, Clarice. *O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Educação, nº 14, 2000.
- OLIVEIRA, Kleber R. V. *Examis de madureza em Mato Grosso: 1930-1970*. Dissertação de mestrado. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2017.
- PEREIRA, Marcio Rodrigues. *La Politique Culturelle Française au Brésil de 1945 à 1970: Institutions, Acteurs, Moyens et Enjeux*. Tese de doutorado. Strasbourg: Université de Strasbourg, 2014.
- PONTES, José Alfredo Vidigal. *Júlio de Mesquita Filho*. São Paulo: Massangana, 2010.
- RITZKAT, M. G. Bicalho. *Preceptoras Alemãs no Brasil*. In: *500 anos de Educação no Brasil*. p. 269-290. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- SIRINELLI, Jean François. *Os intelectuais*. In. RÉMOND, René, *Para uma história política*. p. 231-270. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- _____. *Para uma história cultural*. p. 259-279. Lisboa: Estampa, 1998.
- SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Editora unesp, 1999.
- SOUZA, Rosa Fátima de. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX: (ensino primário e secundário no Brasil)*. São Paulo: Cortez, 2008.
- SUPPO, Hugo. *La Politique Culturelle Française au Brésil Entre les Années 1920-1950*. Tese de doutorado. Paris: Université Paris III – Sorbonne Nouvelle, 1999.
- _____. *A Política Cultural da França no Brasil entre 1920 e 1940*. São Paulo: Revista de História nº 142-143, Departamento de História da Universidade de São Paulo, 2000.
- _____. *A “máquina diplomática cultural” da Quarta República Francesa no Brasil (1946-1958)*. Rio de Janeiro: Meridiano 47, 2016.

TERRA, Antônia. *História das cidades brasileiras*. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. *A capital da vertigem: Uma história de São Paulo de 1900 a 1954*. São Paulo: Objetiva, 2015.

VERCESI, Maria Elena de Abreu. *O Lyceu Franco-Brasileiro São Paulo*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: 2010.

Fontes primárias

AGRUPAMENTO de Universidades para Relações com a América Latina. *Comunicado ao Ministro do Exterior da França* (papel timbrado). MAE – série SERVICE DES OUVRES, subsérie: BRÉSIL, Volume 129 bis, página s/nº, 15/09/1919.

AN – série AJ, subsérie 16 (Académie de Paris). Vol. 6960, p. 273. Sem data, ano 1945.

AN – série AJ, subsérie 16 (Académie de Paris). Vol. 6960, p. 303. Sem data, ano 1945.

AN – série AJ, subsérie 16 (Académie de Paris). Vol. 6960, p. 304. Sem data, ano 1945.

AN – série AJ, subsérie 16 (Académie de Paris). Vol. 6960, p. 305. Sem data, ano 1945.

AN – série AJ, subsérie 16 (Académie de Paris). Vol. 6960, p. 306. Sem data, ano 1945.

ARBOUSSE-BASTIDE, Paul. *Nota sobre USP*. MAE – série SERVICE DES OEUVRES 1932-1940 subsérie BRÉSIL. UNIVERSITÉ DE SÃO PAULO Vol. 443 página s/nº, 31/01/1936.

ASTIER DE LA VIGERIE, François de. *Correspondência ao MAE*. MAE – série RELATIONS CULTURELLES 1945-1959, subsérie ANNÉES 1945-1947. ENSEIGNEMENT. Vol. 146, p. s/nº, 24/05/1945.

ASTIER DE LA VIGERIE, François de. *Correspondência ao MAE*. MAE – série RELATIONS CULTURELLES 1945-1959, subsérie ANNÉES 1945-1947. ENSEIGNEMENT. Vol. 146, p. s/nº, 28/05/1945.

ASTIER DE LA VIGERIE, François de. *Correspondência ao Direção das Relações Culturais do MAE*. MAE – série RELATIONS CULTURELLES 1945-1959, subsérie ANNÉES 1945-1947. ENSEIGNEMENT. Vol. 146, p. s/nº, 18/12/1945.

ASTIER DE LA VIGERIE, François de. *Correspondência a Direção Geral das Relações Culturais de MAE*. MAE – série RELAÇÕES CULTURAIS 1945-1959 subsérie ANOS 1945-1947, vol. 149, 07/02/1946.

ARTIGO jornal “*Le Brésil*”, diretor Gaston D’Argollo. MAE – AMERIQUE 1918-1940 subsérie DOSSIERS GÉNÉRAUX vol. 195 página 17, 27/10/1918.

ARTIGO jornal “*Le Matin*”. MAE – série AMERIQUE 1918-1940 subsérie DOSSIERS GÉNÉRAUX Vol. 37 página nº 131, 28/10/1928.

- ARTIGO jornal “*Le Matin*”. MAE – série AMERIQUE 1918-1940 subsérie DOSSIERS GÉNÉRAUX Vol. 37 página nº 131, 22/01/1929.
- BAILLOU, Jean. *Correspondência de Direção Geral das Relações Culturais do MAE, à Embaixada da França no Brasil*. MAE – série AMERIQUE, subsérie BRÉSIL, OEUVRES FRANÇAISES. Vol. 29 (microfilme nº P04917), p. 85, 25/01/1949.
- BERTHELOT, Phillip. *Documento datilografado sem assinatura, com título “Nota por Sr. Berthelot”*. MAE – AMERIQUE 1918-1940 subsérie Brésil vol. 24 página s/nº, 07/09/1918.
- BERTHELOT, Phillip. *Correspondência de Serviço de Obras Francesas no Exterior (SOFE) a Embaixada da França no Brasil*. MAE – série AMERIQUE 1918-1940 subsérie BRÉSIL Vol. 118 página nº 4, 27/02/1930.
- BARTHELOT, Phillip. *Correspondência de Serviço de Obras Francesas no Exterior (SOFE) a Embaixada da França no Brasil*. MAE – série AMERIQUE 1918-1940 subsérie BRÉSIL Vol. 118 página nº 4, 08/12/1931.
- BON, Antoine. *Copia da carta ao Ministério dos Assuntos Exteriores*. MAE – série GUERRE 1939-1945-VICHY, subsérie OEUVRES-BRÉSIL, vol. 70 p. s/nº, 29/11/1940.
- CAMARA DOS DEPUTADOS. *Correio Paulistano*, São Paulo 22 dez. 1921, p. 5.
- CAMARA DOS DEPUTADOS. *Correio Paulistano*, São Paulo 23 dez. 1921, p. 4-5.
- CAMARA DOS DEPUTADOS. *Correio Paulistano*, São Paulo 24 dez. 1921, p. 3.
- CHAFFAULT, J. du. *Correspondência ao Serviço de Obras Francesas no Exterior (SOFE)*. MAE – série AMERIQUE 1918-1940 subsérie BRÉSIL Vol. 442 página s/nº, 21/10/1933.
- COMISSARIADO Geral de Informação e Propaganda. *Carta ao Stephen Pichon*. MAE – série SERVICE DES OUVRES, subsérie: BRÉSIL, Volume 129 bis, página s/nº, 29/01/1919.
- COMISSARIADO Geral de Informação e Propaganda. *Carta ao Ministro dos Assuntos Exteriores*. MAE – série SERVICE DES OUVRES, subsérie: BRÉSIL, Volume 129 bis, página s/nº, 31/01/1919.
- CONTY, A. R. *Correspondência ao Ministério do Exterior da França*. MAE – série SERVICE DES OUVRES, subsérie: BRÉSIL, Volume 129 bis, página s/nº, 16/08/1920.
- CONTY, A. R. *Correspondência para Direção de Assuntos Políticos e Comerciais do MAE*. MAE – série BRÉSIL, subsérie: RIO DE JANEIRO – FONDS AMBASSADE, Volume 1, página s/nº, 09/01/1921.

- CONTY, A. R. *Correspondência ao Ministério do Exterior da França*. MAE – série SERVICE DES OUVRES, subsérie: BRÉSIL, Volume 129 bis, página s/nº, 18/08/1921.
- CONTY, A. R. *Correspondência à subdireção das Américas do MAE*. MAE – série AMERIQUE 1918-1940, subsérie: BRÉSIL, Volume 24, página s/nº, 08/11/1921.
- CONTY, A. R. *Correspondência para o M. Ismard, prefeito da Gironde, Bordeaux*. MAE – série AMERIQUE 1918-1940 subsérie BRÉSIL Vol. 21 página s/nº, 30/08/1924.
- CONTY, A. R. *Correspondência para o Serviço de Obras Francesas no Exterior do MAE*. MAE – série AMERIQUE 1918-1940 subsérie AMÉRIQUE DU SUD. LYCÉES EM AMÉRIQUE LATINE Vol. 137 página s/nº, 26/05/1926.
- CÓPIA de documento “*Confidencial – Comissário Geral da Informação e da Propaganda*”. MAE – Y INTERNATIONALE 1918-1940 vol. 2 página 23. A verdadeira data do documento é entre outubro e novembro de 1918. A data 31/12/1918 foi escrita à mão.
- CROY Etienne de. *Correspondência a Direção Geral das Reações Culturais de MAE*. MAE – série RELAÇÕES CULTURAIS 1945-1959 subsérie ANOS 1945-1947, vol. 149, 14/05/1946.
- CROY Etienne de. *Correspondência a Direção Geral das Relações Culturais de MAE*. MAE – série B subsérie RIO DE JANEIRO – FONDS AMBASSADE, vol. 74, p. s/nº, 29/03/1946.
- DEJEAN, F. *Correspondência para o Serviço de Obras Francesas no Exterior do MAE (SOFÉ)*. MAE – série AMERIQUE 1918-1940 subsérie AMÉRIQUE DU SUD. LYCÉES EM AMÉRIQUE LATINE Vol. 137 página s/nº, 05/12/1929.
- DIREÇÃO dos Assuntos Políticos e Comerciais. *Correspondência ao Stephen Pichon*. MAE – série SERVICE DES OUVRES, subsérie: BRÉSIL, Volume 129 bis, página s/nº, 12/03/1919.
- DIREÇÃO das Américas do MAE. *Relatório de maio de 1919*. MAE – série SERVICE DES OUVRES, subsérie: BRÉSIL, Volume 129 bis, página s/nº, 23/05/1919.
- DIREÇÃO dos Assuntos Políticos e Comerciais do MAE. *Correspondência coletiva “Confidencial” às Embaixada da França no Brasil e na Argentina*. MAE – série SERVICE DES OEUUVRES 1918-1940 subsérie DOSSIER GÉNÉRAUX Vol. 42 página nº 1, 10/02/1938.
- DUMAS, Georges. *Carta escrita a mão*. MAE - série SERVICE DES OUVRES, subsérie: BRÉSIL, Volume 129 bis, página s/nº: 01/01/1919.
- DUMAS, Georges. “*Cher ami*”. MAE – série SERVICE DES OUVRES, subsérie: BRÉSIL, Volume 129 bis, página s/nº, 25/08/1920.
- DUMAS, Georges. “*Mon cher ami*”. MAE – série SERVICE DES OUVRES, subsérie: BRÉSIL, Volume 129 bis, página s/nº, 18/10/1921.

- DUMAS, Georges. “*Cher Monsieur*”. MAE – série BRÉSIL, subsérie: SÃO PAULO, Volume 33, Carta manuscrita, página s/nº, 28/02/1927.
- ETIEMBLE, professor. Anotação escrita com lápis. MAE – série GUERRE 1939-1945, subsérie QUESTIONS MILITAIRES ET MARITIMES. MISSION SEYRIG EM AMERIQUE DU SUD ET AUX USA, vol. 450 (microfilme nº 1774), p. nº 46, 12/03/1943.
- FROMONT, Pierre, GAGÉ, Jean. “*Monsieur le Ministre*”. MAE – série SERVICE DES OEUVRES 1932-1940 subsérie BRÉSIL. UNIVERSITÉ DE SÃO PAULO Vol. 444 página s/nº, 18/11/1938.
- GARRIC, Robert. “*Viagem de 1937*”. (Documento datilografado contem texto escrito em lápis “*Remis par M Garric à Marx 24 Novembre*”). MAE – série SERVICE DES OEUVRES 1932-1940 subsérie BRÉSIL. UNIVERSITÉ DE SÃO PAULO Vol. 444 página s/nº, 25/11/1937.
- GUEYRAUD, Henry. *Correspondência ao Serviço de Obras da França no Exterior (SOFE)*. MAE – série B, subsérie RIO DE JANEIRO – FONDS AMBASSADE, vol. 11 p. s/nº, 29/04/1939.
- GUEYRAUD, Henry. *Correspondência de Assuntos da França no Brasil ao Serviço de Obras do MAE*. MAE – série B, subsérie RIO DE JANEIRO – FONDS AMBASSADE, vol. 11 p. s/nº, 13/12/1940.
- GUEYRAUD, Henry. *Telegrama para MAE, Vichy*. MAE – série GUERRE 1939-1945-VICHY subsérie OEUVRES-BRÉSIL, vol. 70 p. s/nº, 10/01/1941.
- GUEYRAUD, Henry. *Carta nº 7 para Serviço de Obras da França no Exterior (SOFE), Vichy*. MAE – série GUERRE 1939-1945-VICHY subsérie OEUVRES-BRÉSIL, vol. 70 p. s/nº. Data: 10/01/1941.
- HENRY, Jules. *Correspondência ao Serviço de obras da França no Exterior (SOFE)*. MAE – série B subsérie RIO DE JANEIRO – FONDS AMBASSADE Vol. 11 página s/nº, 09/12/1939.
- KAMMERER, Frédéric Albert. *Telegrama em resposta à correspondência de Barthelot*. MAE – série AMERIQUE 1918-1940 subsérie BRÉSIL Vol. 118 página nº 25, 31/12/1931.
- KAMMERER, Frédéric Albert. *Correspondência ao Ministério de Assuntos Exteriores (MAE)*. MAE – série AMERIQUE 1918-1940 subsérie BRÉSIL Vol. 118 página nº 33, 05/02/1932.
- KAMMERER, Frédéric Albert. *Correspondência ao Serviço de Obras Francesas no Exterior (SOFE)*. MAE – série AMERIQUE 1918-1940 subsérie BRÉSIL Vol. 118 página nº 33, 05/08/1933.
- LAPRADELLE, A. de. *Carta datilografada ao Ministro da Instrução Publica da França*. AN – Série B (NANTES), subsérie SÃO PAULO, vol. 33, página s/nº, 04/11/1916.

- LUCCIARDI, Regulus Napoleon Eugène. *Carta n° 1 ao Ministério de Assuntos Estrangeiros*. MAE – série BRÉSIL, subsérie ACTIVITÉ DU POSTE PENDANT L'ANNÉE 1921. Volume 3, 07/01/1922.
- MAE. *Carta datilografada de Direção das Américas ao governo francês*. MAE - série SERVICE DES OUVRES, subsérie BRÉSIL, Vol. 129 bis, nota s/n°, 23/05/1919.
- MARX, Jean. *Nota sobre o Lyceu de São Paulo*. MAE – série SERVICE DES OUVRES, subsérie: BRÉSIL, Volume 129 bis, página s/n°, 30/03/1920.
- MARX, Jean “*Nota para Sr. Touchard*”. MAE – série RELAÇÕES CULTURAIS 1945-1959 subsérie ENSEIGNEMENT 1948-1959 – BRÉSIL, vol. 367, página s/n°, 13/05/1949.
- MESQUITA Júlio. Ensino Secundario. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 06 jul. 1924, p. 2.
- MINISTRO da Instrução Publica e Belas Artes. *Correspondência do ao Presidente de Conselho de Ministério do Exterior da França*. MAE – série SERVICE DES OUVRES, subsérie: BRÉSIL, Volume 129 bis, página s/n°, 22/04/1920.
- NEUVILLE, Emmanuel. *Carta ao Jean Marx*. MAE – série SERVICE DES OEUVRES 1932-1940 subsérie BRÉSIL. UNIVERSITÉ DE SÃO PAULO Vol. 443 página s/n°, 21/10/1939.
- NOTA para subdireção das Américas. MAE – série AMERIQUE 1918-1940 subsérie DOSSIERS GÉNÉRAUX Vol. 206 página s/n°, 16/06/1923.
- NOTICIAS DIVERSAS. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 05 nov. 1921, p. 5-6.
- NOTICIAS DIVERSAS. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 12 mai. 1921, p. 11.
- ORMESSON, André Lefèvre Marquês de. *Correspondência ao Serviço de Obras da França no Brasil*. MAE – série SERVICE DES OEUVRES 1932-1940 subsérie DOSSIER GÉNÉRAL BRÉSIL Vol. 439 página s/n°, 10/09/1937.
- PIERROTET, Maurice. *Correspondência para Serviço de Obras da França no Exterior (SOFE), Vichy*. MAE – série GUERRE 1939-1945-VICHY subsérie OEUVRES-BRÉSIL, vol. 70 p. s/n°, 06/06/1941.
- PIERROTET, Maurice. *Correspondência ao Ministério de Assuntos Exteriores (MAE)*. MAE – série GUERRE 1939-1945-VICHY subsérie OEUVRES-BRÉSIL, vol. 70 p. s/n°, 17/09/1941.
- PIERROTET, Maurice. *Correspondência para o Serviço de Obras da França no Exterior (SOFE)*. MAE – série GUERRE 1939-1945-VICHY, subsérie OEUVRES – BRÉSIL vol. 70 p, s/n°, 26/03/1942.
- PIGAUD, J. *Correspondência ao L. Hermite, embaixador da França no Brasil*. MAE – série B subsérie SÃO PAULO Vol. 33, página s/n°. Data: 25/07/1934.

- PUBLICAÇÃO “Georges Dumas e Ramos de Azevedo. Uma obra de colaboração Franco-Brasileira: O Liceu Franco-Brasileiro (1923-1941) e Colégio Pasteur (1941-1950). Tributo do Conselho de Administração da Sociedade Civil Liceu Pasteur”. MAE – série RELAÇÕES CULTURAIS 1945-1959 subsérie ENSEIGNEMENT 1948-1959 – BRÉSIL, vol. 367. Sem data, ano 1950.
- RAIBERTI, Flaminus. *Relatório para o exercício do ano 1919*. MAE – série SERVICE DES OUVRES, subsérie: BRÉSIL, Volume 129 bis, página s/nº. Sem data.
- ROCHAT, Charles. *Telegrama à embaixada da França no Brasil*. MAE – série GUERRE 1939-1945-VICHY subsérie OEUVRES-BRÉSIL, vol. 70 p. s/nº, 06/03/1941.
- RONZÉ, Raymond. *Boletim nº 1, número de janeiro de 1951 de Agrupamento das Universidades da França*. MAE – AMERIQUE 1944-1952 subsérie GENERALITES vol. 81 (Microfilme nº PO4370, p. 96), 31/01/1951.
- SECÇÃO de Escolas, Serviços e Obras do MAE. *Correspondência da ao Secretário Geral de Ministério do Exterior da França*. MAE – série SERVICE DES OUVRES, subsérie: BRÉSIL, Volume 129 bis, página s/nº, 03/07/1920.
- SECÇÃO LIVRE. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 17 jun. 1924, p. 8.
- SOFÉ. *Correspondência ao Consul da França em São Paulo*. MAE – série BRÉSIL, subsérie: SÃO PAULO, Volume 33, página s/nº, 27/02/1930.
- SOFÉ. *Correspondência a Embaixada da França no Brasil*. MAE – série AMERIQUE 1918-1940 subsérie DOSSIERS GÉNÉRAUX Vol. 218 página nº 23, 06/11/1930.
- TEXTO escrito em lápis, sem assinatura e título. MAE – série AMERIQUE 1944-1952, subsérie GENERALITES. Vol. 77 (microfilme nº P04369), p. 1, 25/02/1945.
- VALEUR, Robert. *Correspondência a MAE*. MAE – série AMERIQUE 1944-1952, subsérie BRÉSIL, AMBASSADE. Vol. 2 (microfilme nº P4910), p. 130, 11/10/1948.
- VALEUR, Robert. *Correspondência a Direção Geral de Relações Culturais*. MAE – AMERIQUE 1944-1952 subsérie BRÉSIL. vol. 29 (Microfilme nº PO4917, p. 148), 22/11/1951.
- WARNIER, Raymond. *Correspondência a direção de Serviços de Obras de MAE*. MAE – série GUERRE 1939-1945 - VICHY, subsérie OEUVRES - BRÉSIL, vol. 70, p. s/nº, 24/06/1944.
- WARNIER, Raymond. *Correspondência a direção de Serviços de Obras de MAE*. MAE – série RELATIONS CULTURELLES 1945-1959, subsérie ANNÉES 1945-1947. ENSEIGNEMENT. Vol. 146, p. s/nº, 22/12/1944.

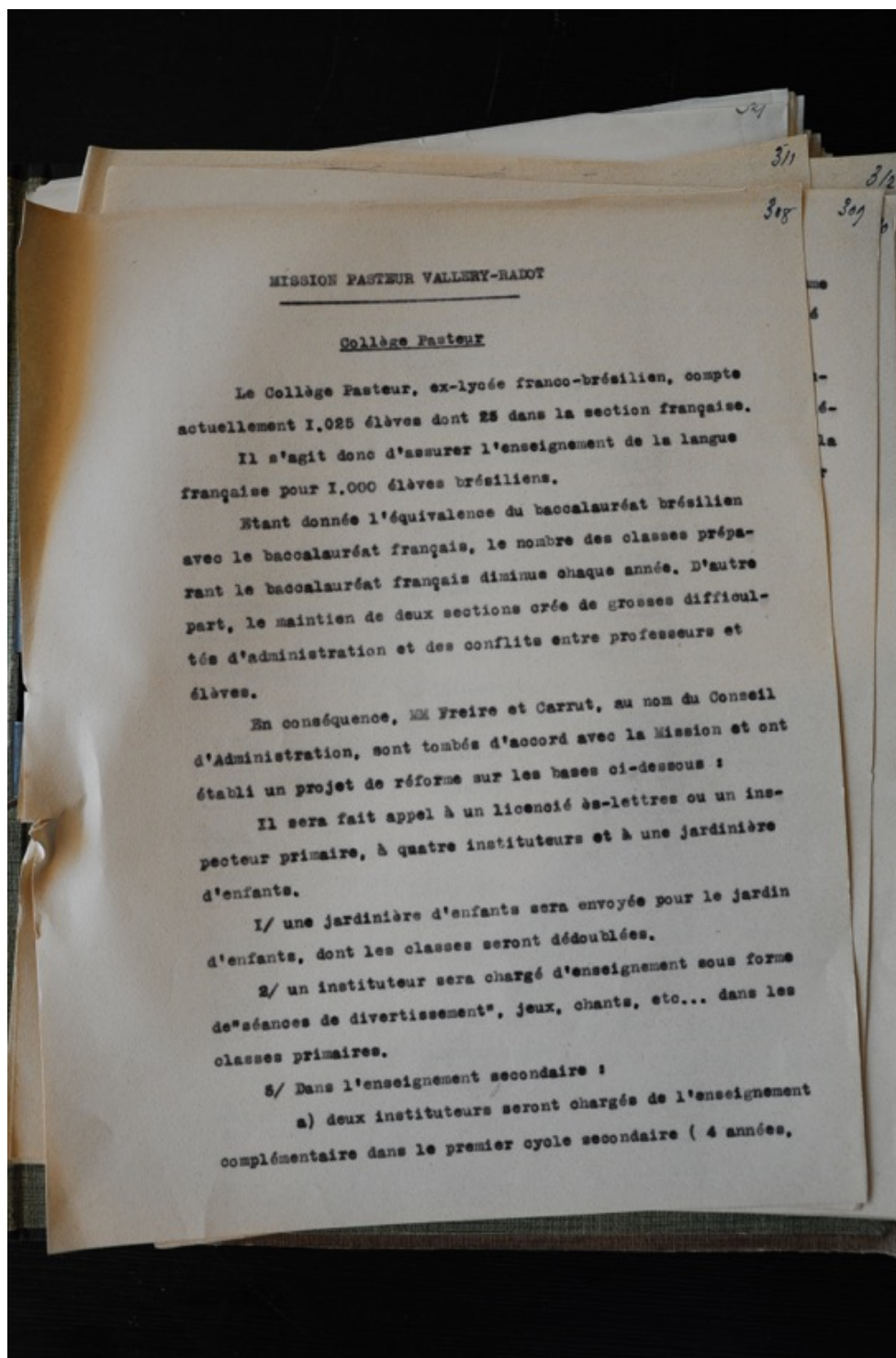
Legislação consultada

- BRASIL. Decreto nº 981, de 8 de Novembro de 1890. Approva o Regulamento da Instrução Primaria e Secundaria do Districto Federal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-981-8-novembro-1890-515376-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 22/07/2019.
- BRASIL. Decreto nº 3.890, de 1º de Janeiro de 1901. Approva o Codigo dos Institutos Officiaes de Ensino Superior e Secundario, dependentes do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-3890-1-janeiro-1901-521287-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 22/07/2019.
- BRASIL. Decreto nº 21.241, de 4 de Abril de 1932. Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21241-4-abril-1932-503517-publicacaooriginal-81464-pe.html> Acesso em 22/07/2019.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 383, de 18 de Abril de 1938. Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 22/07/2019.
- SÃO PAULO (estado). LEI N. 1.750, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1920. Reforma a Instrução Publica do Estado. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1920/lei-1750-08.12.1920.html> Acesso em 22/07/2019.

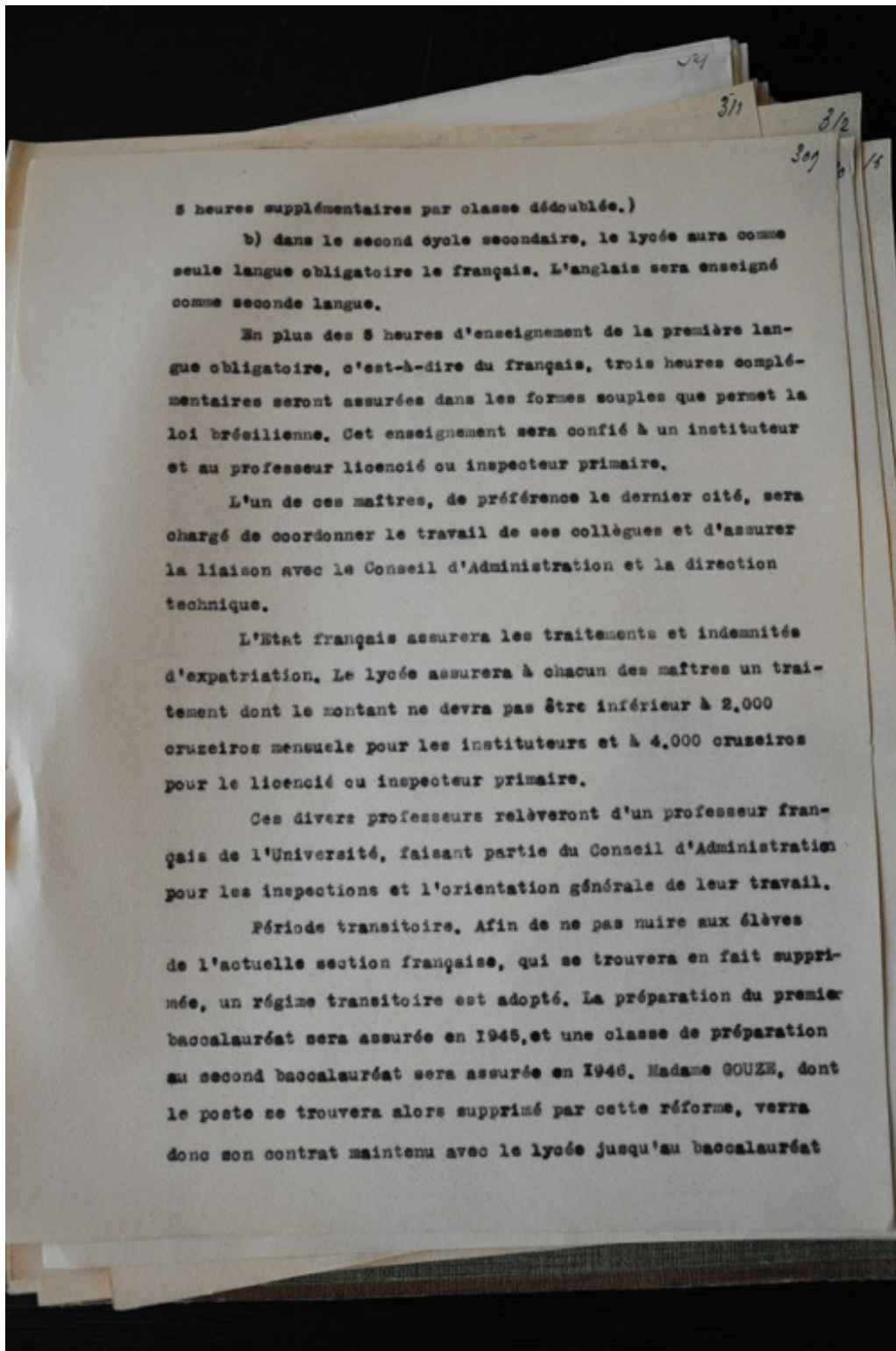
ANEXOS

ANEXO I

Conclusões da Missão Pasteur Vallery-Radot acerca do Liceu Pasteur



Fonte: ARCHIVES NATIONALES – Centre d'accueil et de recherche des Archives nationales (CARAN) – PARIS.



5 heures supplémentaires par classe dédoublée.)

b) dans le second cycle secondaire, le lycée aura comme seule langue obligatoire le français. L'anglais sera enseigné comme seconde langue.

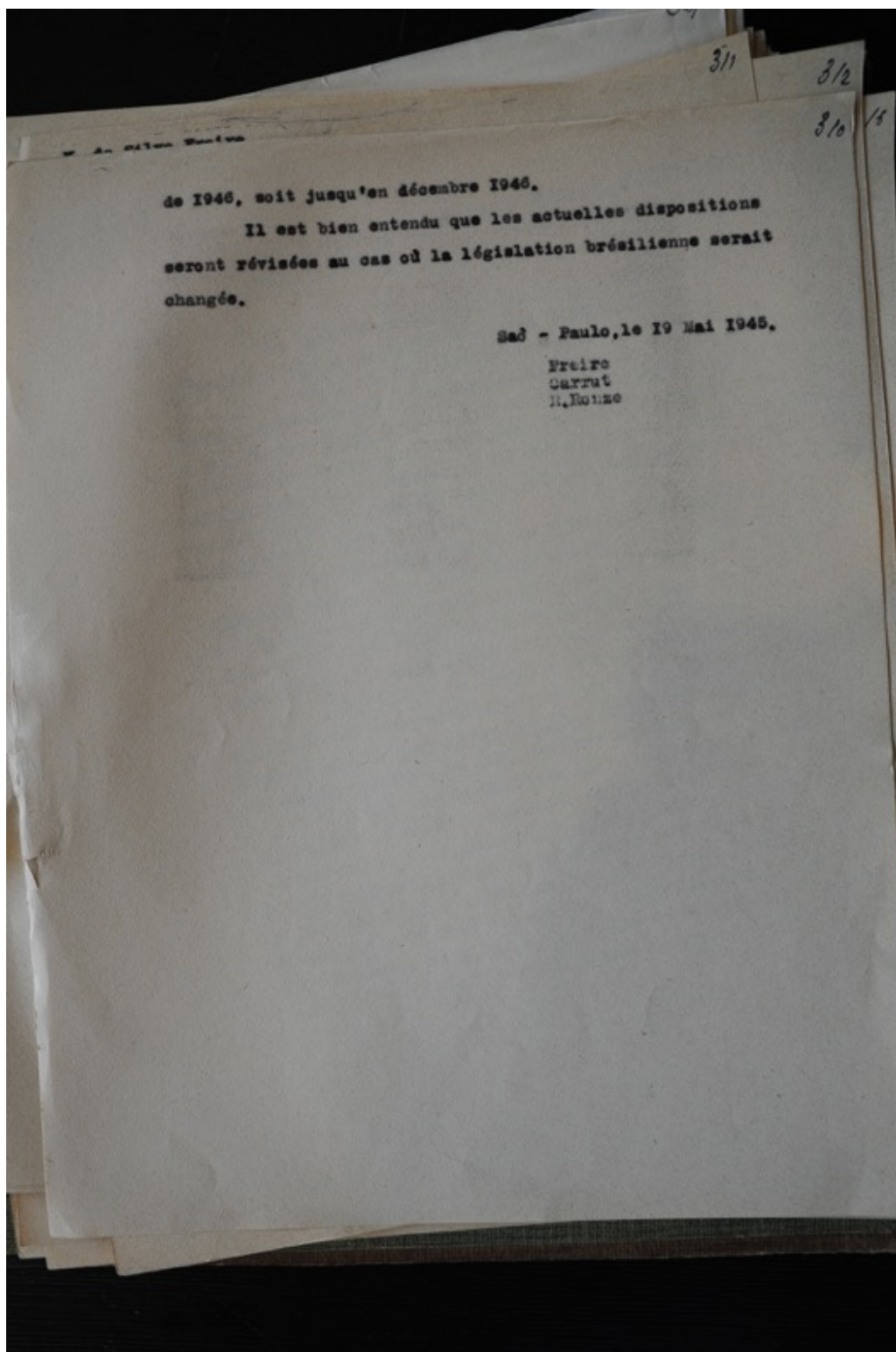
En plus des 5 heures d'enseignement de la première langue obligatoire, c'est-à-dire du français, trois heures complémentaires seront assurées dans les formes souples que permet la loi brésilienne. Cet enseignement sera confié à un instituteur et au professeur licencié ou inspecteur primaire.

L'un de ces maîtres, de préférence le dernier cité, sera chargé de coordonner le travail de ses collègues et d'assurer la liaison avec le Conseil d'Administration et la direction technique.

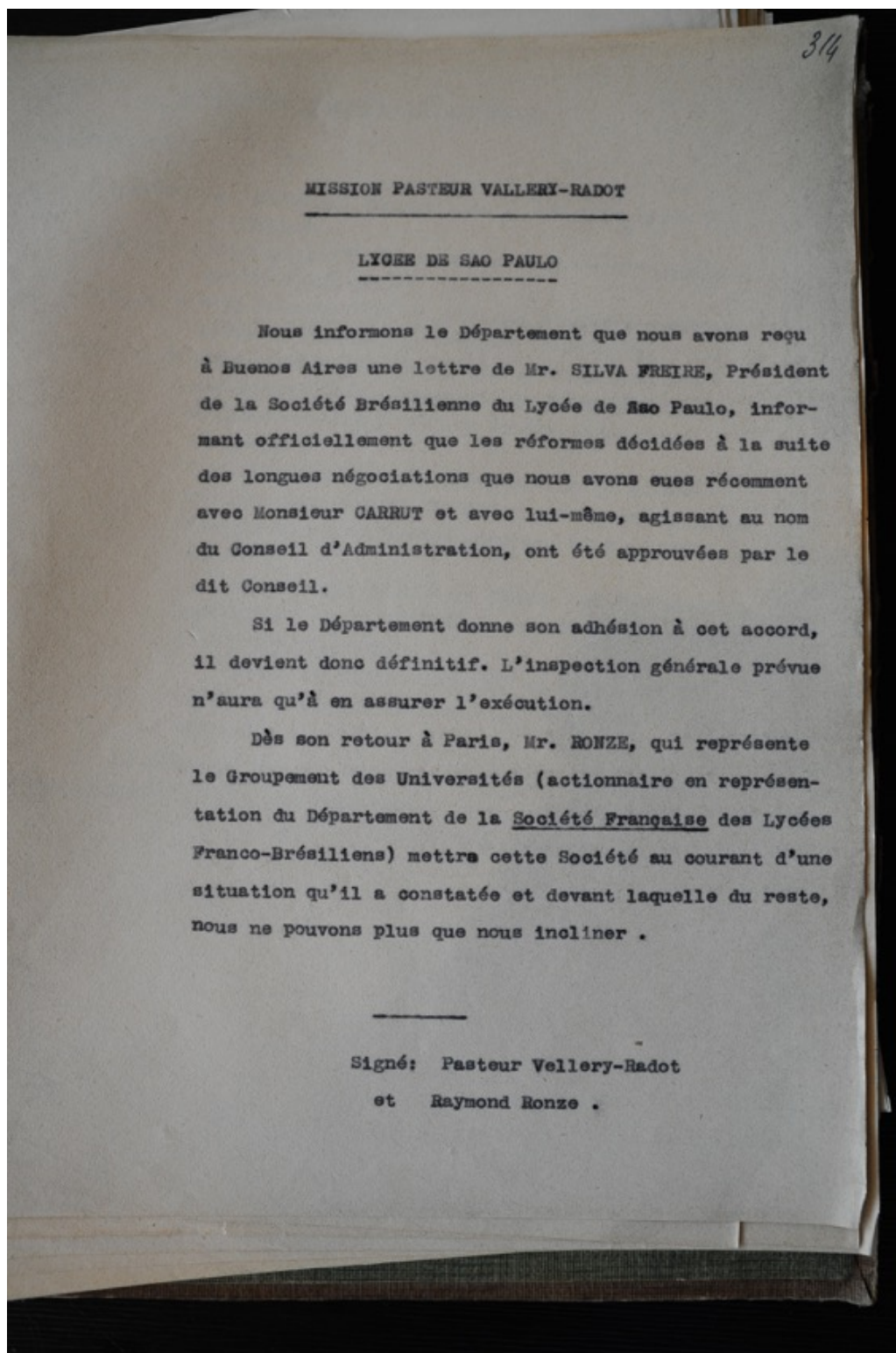
L'Etat français assurera les traitements et indemnités d'expatriation. Le lycée assurera à chacun des maîtres un traitement dont le montant ne devra pas être inférieur à 2.000 cruzeiros mensuels pour les instituteurs et à 4.000 cruzeiros pour le licencié ou inspecteur primaire.

Ces divers professeurs relèveront d'un professeur français de l'Université, faisant partie du Conseil d'Administration pour les inspections et l'orientation générale de leur travail.

Période transitoire. Afin de ne pas nuire aux élèves de l'actuelle section française, qui se trouvera en fait supprimée, un régime transitoire est adopté. La préparation du premier baccalauréat sera assurée en 1945, et une classe de préparation au second baccalauréat sera assurée en 1946. Madame GOUZE, dont le poste se trouvera alors supprimé par cette réforme, verra donc son contrat maintenu avec le lycée jusqu'au baccalauréat



Fonte: ARCHIVES NATIONALES – Centre d'accueil et de recherche des Archives nationales (CARAN) – PARIS.



Fonte: ARCHIVES NATIONALES – Centre d'accueil et de recherche des Archives nationales (CARAN) – PARIS.

ANEXO II

Seções em que aparecem artigos sobre o Lyceu Franco-Brasileiro de São Paulo e os elementos da cultura organizacional com qual se relacionam, por autoria e data

Autor	Data	Seção	Página	Título	Elementos da cultura organizacional 101
OESP	04/11/1921	Notícias diversas	5	Lyceu Franco-Brasileiro Lançamento da pedra fundamental	I + II + III
OESP	05/11/1921	Notícias diversas	5 – 6	Lyceu Franco-Brasileiro Lançamento da pedra fundamental do edifício	I + II + III
OESP	27/01/1924	Primeira página	1	Anúncio sobre matrículas na rua Boa Vista 18	I
OESP	27/01/1924	Secção livre	11	Anúncio sobre organização do futuro externato	I
OESP	01/02/1924	Primeira página	1	Anúncio sobre matrículas na rua Boa Vista 18	I
OESP	13/02/1924	Primeira página	1	Anúncio sobre matrículas na rua Boa Vista 18	I
OESP	07/03/1924	Notícias diversas	5	Lyceu Franco-Brasileiro	I
OESP	06/07/1924	Editorial	2	Ensino secundário – O Lyceu Franco-Brasileiro “S. Paulo” – A formação intellectual	I
Júlio Mesquita 102	17/06/1924	Editorial	4	Ensino secundário – O Lyceu Franco-Brasileiro “S. Paulo”	I + II + III
OESP	17/06/1924	Secção livre	8	Anúncio sobre matrículas para externato, internato e semi-internato feitas no Lyceu de Artes e Offícios	I
Júlio Mesquita	19/06/1924	Editorial	4	O Lyceu Franco-Brasileiro “S. Paulo” O regímen dos estudos	I

¹⁰¹ Basearemos-nos em Nóvoa (1995), tendo em vista os elementos da cultura escolar e organizacional classificados de seguinte forma: I – Manifestações verbais e conceituais (fins e objetivos, currículo, linguagem, metáforas, “histórias”, “heróis”, estruturas etc.); II – Manifestações visuais e simbólicas (arquiteturas e equipamentos, artefatos e logotipos, lemas e divisas, uniformes, imagem exterior etc.); III – Manifestações comportamentais (rituais, cerimônias, ensino e aprendizagem, normas e regulamentos, procedimentos operacionais etc.). Esses elementos estão diretamente coadunados a bases conceituais e pressupostos invisíveis, como valores, crenças e ideologias.

¹⁰² De acordo com Caldeira (2015), embora o lugar de destaque fosse privilégio de Júlio Mesquita, isso não distinguia os textos dele dos demais dos articulistas de OESP. Dessa maneira, os artigos dos dias 17, 19 e 21 de junho e do dia 6 de julho de 1924 não se encontram assinados. Todavia, uma vez feita análise detalhada, concluímos que são de fato de autoria de Mesquita, o qual na época exercia a função de membro de Conselho de Administração do Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo.

OESP	20/06/1924	Primeira página	1	Anúncio sobre matrículas no Lyceu de Artes e Offícios, na av. Tiradentes	I
OESP	21/06/1924	Primeira página	1	Anúncio sobre matrículas no Lyceu de Artes e Offícios, na av. Tiradentes	I
Júlio Mesquita	21/06/1924	Editorial	4	O Lyceu Franco-Brasileiro "S. Paulo" Elite intelectual	I
OESP	25/06/1924	Primeira página	1	Anúncio sobre matrículas no Lyceu de Artes e Offícios, na av. Tiradentes	I
Júlio Mesquita	06/07/1924	Editorial	2	O Lyceu Franco-Brasileiro "S. Paulo" A formação intelectual	I
OESP	19/09/1924	Anúncios	8	Anúncio de venda do palacete com Lyceu Franco-Brasileiro como referência de localização	N/A
OESP	08/10/1924	Notícias Diversas	5	Lyceu Franco-Brasileiro Visita do professor Gustavo Lanson	II
OESP	11/02/1925	Casas de ensino	5	Anúncio sobre matrículas na rua Boa Vista 18 e funcionamento no prédio da rua Mayrink	I
Júlio Mesquita	18/02/1925	Editorial	3	O ensino de humanidades e o Lyceu Franco-Brasileiro de São Paulo – O bom exemplo norte-americano	I
OESP	18/02/1925	Notícias Diversas	5	Anúncio sobre matrículas na rua Boa Vista 18 e funcionamento no prédio da rua Mayrink	I
OESP	24/02/1925	Notícias Diversas	5	Anúncio sobre matrículas na rua Boa Vista 18 e funcionamento no prédio da rua Mayrink	I
OESP	24/02/1925	Secção livre	7	Anúncio sobre matrículas para externato, internato e semi-internato feitas na rua Boa Vista 18	I
OESP	04/03/1925	Instrução pública	7	Anúncio sobre matrículas para externato, internato e semi-internato feitas na rua Boa Vista 18	I
Júlio Mesquita	07/03/1925	Editorial	3	Lyceu Franco-Brasileiro S. Paulo I	II
Júlio Mesquita	08/03/1925	Editorial	2	Lyceu Franco-Brasileiro S. Paulo II O caracter essencialmente brasileiro do Lyceu	I
Júlio Mesquita	10/03/1925	Editorial	4	Lyceu Franco-Brasileiro S. Paulo III A organização dos estudos	I
OESP	11/03/1925	Notícias Diversas	7	Anúncio sobre matrículas para externato, internato e	I

				semi-internato feitas na rua Boa Vista 18	
OESP	14/03/1925	Secção livre	10	Anúncio sobre curso primário e curso secundário na rua Mayrink, com matrículas na rua Boa Vista 18	I
Júlio Mesquita	17/03/1925	Editorial	3	Lyceu Franco-Brasileiro S. Paulo IV Resultados que se esperam desse ensino	I
OESP	25/03/1925	Notícias Diversas	6	Anúncio sobre matrículas para externato, internato e semi-internato feitas na rua Boa Vista 18	I
OESP	02/02/1926	Anúncios	12	Anúncio de venda da casa com Lyceu Franco-Brasileiro como referência de localização	N/A
Júlio de Mesquita	08/01/1927	Notícias Diversas	5	Lyceu Franco-Brasileiro Uma bella obra que se realisa em silencio – os resultados dos últimos exames – esperanças que renascem	I + III
OESP	08/01/1927	Notícias Diversas	6	Anúncio sobre externato, internato e semi-internato e curso ginásial seriado, com matrículas na rua Mayrink 28	I
OESP	13/02/1927	Sociedade	3	Professor Labousse	N/A
OESP	24/06/1927	Notícias do Rio	6	O Lyceu Franco-Brasileiro e o imposto sobre a renda	I
OESP	12/01/1927	Notícias Diversas	6	Anúncio sobre externato, internato e semi-internato e curso ginásial seriado, com matrículas na rua Mayrink 28	I
OESP	06/05/1928	Notícias Diversas	8	Lyceu Franco-Brasileiro Conferência no amphiteatro do eletrotechnica da Escola Polytechnica	II
OESP	03/10/1928	Notícias diversas	7	A semana de educação Conferência do Professor Miguel Couto – As palestras do dia de saúde nas escolas	II
OESP	25/07/1929	Notícias Diversas	8	Frederico Mistral A conferência do sr. Conde Perigny, sob o patrocínio do Lyceu Franco-Brasileiro	II
OESP	31/08/1929	Sociedade	8	Os bondes de Villa Mariana	II
OESP	18/01/1931	Secção livre	11	Anúncio sobre cursos primário e gymnásial, com envio de circular e	I

				prospecto; matrículas na rua Mayrink 28	
OESP	22/01/1931	Secção livre	10	Anúncio sobre cursos primário e ginásial, com envio de circular e prospecto; matrículas na rua Mayrink 28	I
OESP	25/01/1931	Secção livre	17	Anúncio sobre cursos primário e ginásial, com envio de circular e prospecto; matrículas na rua Mayrink 28	I
OESP	14/08/1931	Esportes	5	Bola ao cesto Campeonato collegial	III
OESP	18/01/1932	Secção livre	10	Anúncio – aviso aos pais sobre o novo diretor, Victor da Silva Freire, e novo diretor técnico, G. Ballet; matrículas na rua Mayrink 18	I
OESP	21/01/1932	Secção livre	12	Anúncio – Lyceu Franco-Brasileiro “São Paulo” Fiscalizado pelo governo federal e reconhecido pelo governo da França	II
OESP	23/01/1932	Secção livre	12	Anúncio – Lyceu Franco-Brasileiro “São Paulo” Fiscalizado pelo governo federal e reconhecido pelo governo da França	II
OESP	14/04/1932	Esporte	8	Campeonato collegial (de futebol)	III
OESP	16/10/1932	Anúncio	8	Anúncio de venda da casa com Colégio Franco-Brasileiro como referência de localização	N/A
P.	08/06/1933	Notas e Informações	3	Coisas da cidade ¹⁰³	N/A
OESP	26/10/1933	Notícias Diversas	6	A cruzada contra a syphilis Instituições que prestigiam o movimento	II
OESP	01/02/1934	Anúncios	10	Anúncio – Lyceu Franco-brasileiro “S. Paulo” sob inspeção federal com desenho de prédio próprio “com Magníficas instalações”	I + II
OESP	09/08/1934	Notícias Diversas	6	Lyceu Franco-Brasileiro – Homenagem aos professores franceses	III

¹⁰³ Segundo a reportagem, o Lyceu Franco-Brasileiro foi referenciado como “limite da cidade”, em termos de transporte público. O itinerário de linha de ônibus Villa Mariana – Mercado Central foi estabelecida para atender o Lyceu, negligenciando a existência dos quarteirões remanescentes da Villa Mariana.

OESP	29/09/1934	Notícias Diversas	8	Lyceu Franco Brasileiro – Festa de distribuição dos prêmios	III
OESP	11/12/1934	Notícias do interior	6	Gymnasio S. Luiz – A festa de formatura da 16ª turma	III
Agência Havas	05/01/1935	Segunda página	2	O novo director do Lyceu Franco-Brasileiro de S. Paulo – Entrevista com professor Georges Raeders ¹⁰⁴	I
OESP	26/05/1935	Geral	6	As Relações Franco-Brasileiras – Homenagem a personalidades paulistas recentemente agraciadas pelo governo francez ¹⁰⁵	III
OESP	30/05/1935	Anúncios / Casas de Ensino	15	Anúncio – Lyceu Franco Brasileiro “São Paulo” – Internato modelo para crianças de 6 a 10 anos	I
OESP	02/06/1935	Movimento Religioso	9	Culto catholico – Curia metropolitana	III
OESP	06/06/1935	Anúncios / Casas de Ensino	13	Anúncio – Lyceu Franco Brasileiro “São Paulo” – Internato modelo para crianças de 6 a 10 anos	I
Júlio de Mesquita	09/08/1935	Notas e Informações	3	Chegada de professor Dumas a Santos, a bordo do “Campana”	III
Júlio de Mesquita	13/08/1935	Notas e Informações	3	O professor Georges Dumas, fundador do Lyceu Franco-Brasileiro, visitou essa instituição	III
OESP	22/09/1935	Tribunaes	5	Pode haver mais vantagens? Venda de loteamentos próximo ao edificio do Lyceu Franco-Brasileiro	II
Georges Raeders ¹⁰⁶	06/10/1935	A segunda viagem do imperador Pedro II ao estrangeiro	4	Cartas inéditas de d. Pedro II ao conde de Gobineau	N/A
OESP	29/11/1935	Notícias Diversas	6	Festas de formatura – Colação de grau dos bacharelados do Lyceu Franco-Brasileiro	III
OESP	21/02/1936	Notícias Diversas	7	Lyceu Franco-Brasileiro – Elogiosas referencias de	III

¹⁰⁴ De acordo com reportagem, o professor Georges Raeders, até então director do Lyceu Francez de Lisboa, aceitou o convite de ministro do Exterior da França para assumir a função de director do Lyceu Franco-Brasileiro S. Paulo.

¹⁰⁵ A reportagem, que ocupa 2/3 da página, contém foto tirada durante o almoço promovido pela Câmara Francesa de Comércio de São Paulo.

¹⁰⁶ No jornal consta como autor do texto “Georges Raeders, Director do Lyceu Franco Brasileiro”.

				um colaborador do “Jornal do Comercio”	
OESP	15/04/1936	Anúncios	14	Guy Renaudeau D’Arc – missa com presença do conselho da Administração do Lyceu Franco-Brasileiro	N/A
OESP	16/04/1936	Anúncios	14	Guy Renaudeau D’Arc – missa com presença do conselho da Administração do Lyceu Franco-Brasileiro	N/A
OESP	12/06/1936	Notícias Diversas	7	Anúncio – Inscrição no Grande Concurso Histórico da PRA-5 – Radio São Paulo; Inscrições no Lyceu Franco-Brasileiro	III
OESP	25/08/1936	Notícias Diversas	11	Professores franceses em visita a S. Paulo – Instituto de Hygiene e na Universidade – Recepção no Lyceu Franco-Brasileiro	III
OESP	06/10/1936	Geral	10	Lyceu Franco-Brasileiro – Visita de d. Sebastião Thomaz, bispo de Conceição de Araguaya	III
OESP	10/10/1936	Movimento religioso	6	A colônia francesa catholica	III
OESP	07/01/1937	Notícias Diversas	8	Casas de ensino – Lyceu Franco-Brasileiro	I
OESP	03/02/1937	Anúncios / Professores – aulas	14	Lyceu Franco-Brasileiro “São Paulo” grande estabelecimento livre de ensino secundário officializado com a classificação – EXCELLENTE	I + III
OESP	05/02/1937	Notícias Diversas	9	Casas de ensino – Lyceu Franco-Brasileiro – Comunicado da secretaria sobre abertura de inscrição para aos exames de admissão	I
OESP	05/02/1937	Anúncios / Professores – aulas	13	Lyceu Franco-Brasileiro “São Paulo” grande estabelecimento livre de ensino secundário officializado com a classificação – EXCELLENTE	I + III
OESP	03/03/1937	Anúncios / Professores – aulas	16	Lyceu Franco-Brasileiro “São Paulo” grande estabelecimento livre de ensino secundário officializado com a classificação – EXCELLENTE	I + III

OESP	17/03/1937	Anúncios / Professores – aulas	16	Lyceu Franco-Brasileiro “São Paulo” grande estabelecimento livre de ensino secundário oficializado com a classificação – EXCELLENTE	I + III
OESP	12/05/1937	Notícias Diversas	11	Lyceu Franco-Brasileiro – As Olympiadas Infantis	III
OESP	07/10/1937	Notícias Diversas	9	1º Concurso de robustez da criança escolar – Desfile de saúde ¹⁰⁷	III
OESP	02/12/1937	Anúncios / Professores – aulas	18	Lyceu Franco-Brasileiro S. Paulo – Estabelecimento modelo com inspeção permanente obteve a mais alta classificação – EXCELLENTE	I + III
OESP	09/12/1937	Anúncios / Professores – aulas	12	Lyceu Franco-Brasileiro S. Paulo – Estabelecimento modelo com inspeção permanente obteve a mais alta classificação – EXCELLENTE	I + III
OESP	22/02/1938	Movimento religioso – culto catholico	4	Retiro Mariano no carnaval	III
OESP	09/03/1938	Movimento religioso – culto catholico	2	Os retiros Marianos pelo carnaval de 1938. – A associação dos jornalistas catholicos informa à imprensa nacional	III
OESP	20/03/1938	“Brasil” Companhia de Seguros Geraes	19	Balanço geral em 31 de dezembro de 1937 ¹⁰⁸	I
OESP	09/04/1938	Notícias Diversas	7	Lyceu Franco-Brasileiro – A Sessão solene de hoje em comemoração do centenário da morte de José Bonifacio	III
OESP	08/06/1938	Anúncios / Professores – aulas	10	Anúncio: Lyceu Franco-Brasileiro Installado em prédio construído especialmente e pertencendo ao Estado sem nenhum intuito lucrativo	I + II
OESP	15/06/1938	Anúncios / Professores – aulas	14	Anúncio: Lyceu Franco-Brasileiro Installado em prédio construído	I + II

¹⁰⁷ O “Desfile de Saúde” celebrava o “dia da raça”, com participação de 27 colégios em “Concurso Estadual de Robustez Escolar”, com intenção de promover a infância eugênica. A reportagem ocupou a metade da página.

¹⁰⁸ Bônus do Lyceu Franco Brasileiro 203:100\$800

				especialmente e pertencendo ao Estado sem nenhum intuito lucrativo	
OESP	26/06/1938	Professores. Aulas e cursos – Os melhores estabelecimentos de ensino de São Paulo	24	Anúncio: Lyceu Franco-Brasileiro Installado em prédio construído especialmente e pertencendo ao Estado sem nenhum intuito lucrativo	I + II
OESP	07/09/1938	Coisas da cidade	6	Universidade de São Paulo	III
OESP	08/09/1938	As festas comemorativas da independência brasileira	5	As comemorações nos estabelecimentos particulares	III
OESP	20/10/1938	Movimento religioso – culto catholico	4	Primeira comunhão de alumnos no Lyceu Franco-Brasileiro	III
OESP	05/11/1938	Notícias Diversas	6	Associação dos antigos alunos do Lyceu Franco-Brasileiro	III
OESP	18/11/1938	Notícias Diversas	8	Um jantar de confraternização dos membros da associação dos ex-alumnos do Lyceu Franco-Brasileiro – a nova directoria dessa agremiação	III
OESP	02/12/1938	Esportes	8	Futebol – I campeonato estudantino	III
OESP	12/01/1939	Notícias Diversas	7	Lyceu Franco-Brasileiro – Rua Mayrinck 256 – A Associação dos Antigos Alumnos promove kermesse beneficiário	II + III
OESP	13/01/1939	Notícias Diversas	7	Lyceu Franco-Brasileiro – Rua Mayrinck 256 – A Associação dos Antigos Alumnos promove kermesse beneficiário	II + III
OESP	14/01/1939	Notícias Diversas	7	Lyceu Franco-Brasileiro – Rua Mayrinck 256 – A Associação dos Antigos Alumnos promove kermesse beneficiário	II + III
OESP	15/01/1939	Notícias Diversas	7	Lyceu Franco-Brasileiro – Rua Mayrinck 256 – A Associação dos Antigos Alumnos promove kermesse beneficiário	II + III
OESP	17/01/1939	Notícias Diversas	6	Lyceu Franco-Brasileiro – Rua Mayrinck 256 – A Associação dos Antigos	II + III

				Alunos promove kermesse beneficiário	
OESP	18/01/1939	Notícias Diversas	8	Lyceu Franco-Brasileiro – Rua Mayrinck 256 – A Associação dos Antigos Alunos promove kermesse beneficiário	II + III
OESP	26/02/1939	Notícias Diversas	9	Lyceu Franco-Brasileiro – Os exames da segunda época do curso secundário – curso gymnasial e bacharelado	I
OESP	29/03/1939	Notícias Diversas	6	A paschoa dos menores abandonados – Promovida pelo respectivo departamento da Lia das Senhoras Catholicas	III
OESP	09/04/1939	Notícias Diversas	9	A paschoa dos menores abandonados – O chá infantil no Parque da Liga das Senhoras Catholicas	III
OESP	18/06/1939	Professores. Aulas. Cursos	26	O Lyceu Franco-Brasileiro – Grande estabelecimento de ensino sob inspecção permanente, mantido por Sociedade Civil sem intuito lucrativo	I + II
OESP	12/05/1939	A Sociedade	5	Festivaes – A Associacao dos Antigos Alunos do Lyceu Franco-Brasileiro fará realizar um vesperal dansante.	III
OESP	12/05/1939	A Sociedade	5	Indicador social – vesperal de A. A. Alunos do Lyceu Franco-Brasileiro “São Paulo”, as 16 horas, em seus salões.	III
OESP	01/12/1939	Várias	9	Festas escolares – Lyceu Franco-Brasileiro	III
OESP	27/12/1939	Notícias do interior	2	Ribeirão Vermelho – Em férias alunos do Lyceu Franco-Brasileiro	III
OESP	03/03/1940	Casas de ensino	12	Lyceu Franco-Brasileiro – Encerrar-se-ão amanha as inscripções para os exames de segunda época de acordo com decreto-lei 1.750 de 08/11/1939	I
OESP	08/03/1940	Casas de ensino	7	Lyceu Franco-Brasileiro – As aulas do curso gymnasial reiniciar-se-ão no dia 11 as 8 horas.	III
OESP	10/04/1940	A sociedade	2	Homenagens – Victor da Silva Freire – Lyceu Franco-Brasileiro	III

OESP	27/06/1940	Classificados – Professores, aulas	9	Lyceu Franco-Brasileiro – Internato, externato; cursos: primário, jardim de infância, preparatórios, gymnasial	I
OESP	28/09/1940	A sociedade	4	Homenagens ao dr. Adhemar Pereira de Barros e capitão Sylvio Padilha	III
OESP	11/10/1940	Movimento religioso – culto catholico	5	Cúria metropolitana – Aviso nº 125 – Sem uso de ordens na Archidicese	III
Victor da Silva Freire ¹⁰⁹	29/03/1941	Cortume Franco-Brasileiro S. A.	12	Assembleia geral ordinária – alteração dos estatutos sociaes, adaptando-os as novas exigências do decreto-lei 2627 de 26 de setembro de 1940	III
OESP	11/04/1941	Esporte	7	Faculdade de Philosophia, sciencias e letras – festival futebolístico no campo do Lyceu Franco-Brasileiro	II
OESP	11/07/1941	Notícias Diversas	6	Fraturou o crâneo no Lyceu Franco-Brasileiro	N/A
OESP	20/07/1941	Esporte	13	Liga estudantina de futebol do estado de S. Paulo	III
OESP	30/09/1941	Esporte	9	O Franco-Brasileiro venceu o Rui Barbosa	III
Victor da Silva Freire	20/11/1941	Parte Comercial	11	Cortume Franco-Brasileiro – Relatório da diretoria a ser apresentado à Assembleia Geral Ordinária	I
OESP	07/11/1941	Esporte	12	Liga estudantina de futebol do estado de S. Paulo – Franco-Brasileiro vs. Liceu Acadêmico	III
OESP	27/11/1941	Notícias Diversas	10	Associação dos antigos alunos do liceu Franco-Brasileiro	III
OESP	11/06/1942	Notícias Diversas	3	Conferências – “Em volta do Brasil” prof. Antônio Queiroz Teles, no Liceu Pasteur	III
OESP	22/10/1942	Notícias Diversas	3	Liceu Pasteur – Palestra sobre o tema: “A poesia e o destino da civilização”	III
OESP	26/02/1943	Casas de ensino	5	Colégio Pasteur – em breve será assinado decreto pelo Presidente da República autorizando esse antigo estabelecimento secundário a funcionar como colégio	I

¹⁰⁹ Junto com Freire, assinaram os diretores Jules Ottmann e Orlando A. Toledo

OESP	28/04/1943	Notícias Diversas	5	“Arte francesa contemporânea”	III
OESP	27/06/1943	Geral	6	Recenseamento da população da Capital para fins de racionamento ¹¹⁰	N/A
Victor da Silva Freire	03/08/1943	Secção livre	10	Sociedade Civil Liceu Pasteur de S. Paulo – Assembleia geral ordinária – Segunda convocação	I
OESP	13/09/1944	Notícias Diversas	6	Conferências – “A poesia de Verlaine na música francesa”, pelo prof. Georges Raeders, na faculdade de filosofia “sede sapientiae”	III
OESP	31/12/1944	Geral	15	Colégio Pasteur – Sucessor do Liceu Franco-Brasileiro “São Paulo” – Aviso aos pais sobre a procura de lugares acima da capacidade normal	I
OESP	31/12/1944	Geral	15	Colégio Pasteur – Sucessor do Liceu Franco-Brasileiro “São Paulo” – Aviso aos pais sobre a procura de lugares acima da capacidade normal	I
OESP	07/01/1945	Parte comercial	12	Colégio Pasteur – Sucessor do Liceu Franco-Brasileiro “São Paulo” – Aviso aos pais sobre a procura de lugares acima da capacidade normal	I
OESP	30/11/1945	Relação das zonas, distritos e seções eleitorais do município de S. Paulo	10	Sub-distrito da saúde – Colégio Pasteur	N/A
Victor da Silva Freire	17/08/1946	Declarações	12	Colégio Pasteur – Assembleia Geral Ordinária da “Sociedade Civil Liceu Pasteur de São Paulo”	I
OESP	17/08/1946	Annuncios	12	Casa Terrea Vila Mariana, vende se, de fino acabamento como todo conforto, próximo ao Liceu Franco-Brasileiro	N/A
Victor da Silva Freire	24/08/1947	Declarações	12	Colégio Pasteur – Assembleia Geral Ordinária da “Sociedade	I

¹¹⁰ Liceu Pasteur era um dos 106 postos de recenseamento e distribuição dos cartões de racionamento.

				Civil Liceu Pasteur de São Paulo”	
OESP	04/12/1946	Movimento religioso	7	Cúria Metropolitana – expediente do dia 3 de dezembro	III
OESP	04/12/1946	Notícias Diversas	8	Antigos alunos do Liceu Pasteur – Almoço de confraternização	III
OESP	04/02/1947	Tribunais	6	Apelação de George Raeders, apelada Sociedade Civil Liceu Pasteur	I
OESP	28/02/1947	Geral	10	Prêmios de viagem e bolsas de estudo do colégio Pasteur (Liceu Franco-Brasileiro)	III
Victor da Silva Freire	21/08/1947	Secção livre	11	Colégio Pasteur – Assembleia Geral Ordinária da “Sociedade Civil Liceu Pasteur de São Paulo”	I
Victor da Silva Freire	05/08/1947	Declarações	13	Colégio Pasteur – Assembleia Geral Ordinária da “Sociedade Civil Liceu Pasteur de São Paulo”	I
OESP	15/10/1948	Notícias Diversas	8	Prêmio Júlio Mesquita – Homenagem ao contemplado com o prêmio oferecido pelo Ginásio Pasteur	
OESP	16/10/1948	Notícias Diversas	8	Campanha de combate ao câncer – entrega de prêmios a colégios e estudantes que participaram em aquisição de fundos	III
OESP	14/07/1949	Secção trabalhista	5	Tribunal regional do trabalho – juntas de conciliação e julgamento	I
Victor da Silva Freire	17/08/1949	Declarações	11	Colégio Pasteur – Assembleia Geral Ordinária da “Sociedade Civil Liceu Pasteur de São Paulo”	I
Victor da Silva Freire	24/08/1949	Declarações	13	Colégio Pasteur – Assembleia Geral Ordinária da “Sociedade Civil Liceu Pasteur de São Paulo”	I
OESP	30/08/1949	Notícias Diversas	10	Viagem de estudo à França – Prêmio “Reynaldo Porchat” a antigos alunos do Liceu Pasteur	III
OESP	15/11/1949	Artes e Artistas –	6	Liceu Pasteur – Prêmio anual de viagem a Paris	III

		Cinema – Radio – Palcos e Circos			
OESP	10/05/1950	Movimento Religioso – Culto catholico	4	Falecimento – Agostinho da Costa, funcionário do Liceu Pasteur	N/A
Victor da Silva Freire	17/08/1950	Declarações	15	Colégio Pasteur – Assembleia Geral Ordinária da “Sociedade Civil Liceu Pasteur de São Paulo”	I
Victor da Silva Freire	17/08/1950	Editais	14	Colégio Pasteur – Assembleia Geral Ordinária da “Sociedade Civil Liceu Pasteur de São Paulo”	I
OESP	05/09/1950	Notícias Diversas	8	Bolsas de estudo aos antigos alunos do Liceu Pasteur	I
OESP	14/10/1950	Notícias Diversas	5	Comemoração do 29º aniversario da fundação do Liceu Pasteur com inauguração de estatuas de Georges Dumas e Ramos de Azevedo	II
OESP	17/10/1950	Notícias Diversas	6	Liceu Pasteur – Comemoração do 29º aniversario da sua fundação	II
OESP	18/10/1950	Notícias Diversas	8	Liceu Pasteur – Comemoração do 29º aniversario da sua fundação	II
OESP	19/10/1950	Notícias Diversas	7	29º aniversario do Liceu Pasteur – Inauguração de lapide comemorativa com as efigies de Georges Dumas e Ramos de Azevedo ¹¹¹	II
OESP	06/02/1951	Anúncios fúnebres	7	Falecimento de Prof. Dr. Victor da Silva Freire, presidente de Conselho de Administração do Liceu Pasteur	N/A
OESP	08/03/1951	Geral	5	Embaixador da França – As visitas ontem realizadas pelo ilustre diplomata – O programa de hoje ¹¹²	III

¹¹¹ A reportagem contém uma foto dos convidados nas dependências do Liceu Pasteur, entre eles prof. Reinaldo Porchat, primeiro reitor da Universidade de S. Paulo, Victor da Silva Freire, Raymond Ronzé, Augusto de Lima Pontes e Robert Valeur, cônsul geral da França.

¹¹² A reportagem contém foto de embaixador Arvengas e cônsul geral Robert Valeur, em companhia das esposas, em visita ao Liceu Pasteur.

OESP	09/03/1951	Geral	5	Embaixador da França – foto: Aperitivo oferecido ao embaixador Arvengas, no Liceu Pasteur durante a sua visita àquele estabelecimento ¹¹³	III
OESP	11/05/1951	Artes e Artistas, Cinema, Radio, Palcos e Circos	4	Rádio apresentação: Orfeão do Liceu Pasteur	III
OESP	12/05/1951	Artes e Artistas, Cinema, Radio, Palcos e Circos	4	Rádio apresentação: Orfeão do Liceu Pasteur	III
OESP	13/05/1951	Artes e Artistas, Cinema, Radio, Palcos e Circos	6	Rádio apresentação: Orfeão do Liceu Pasteur	III
OESP	03/08/1951	Serviço telefônico	9	A lista de candidatos à instalação de telefones, já atendidos pela Companhia Telephonica Brasileira nas novas estações	N/A
OESP	10/10/1951	Artes e Artistas, Cinema, Radio, Palcos e Circos	7	Rádio apresentação: Orfeão do Liceu Pasteur	III
OESP	13/10/1951	Geral	8	Visita do ministro da justiça da França a São Paulo ¹¹⁴	III
OESP	28/10/1951	Artes e Artistas, Cinema, Radio, Palcos e Circos	8	Rádio apresentação: Orfeão do Liceu Pasteur	III
OESP	13/11/1951	Notícias Diversas	9	Liceu Pasteur – Inauguração do retrato do dr. Víctor da Silva Freire	III
OESP	14/11/1951	Notícias Diversas	7	Visita do governador do Estado ao Liceu Pasteur	III

¹¹³ A reportagem contém foto com a seguinte legenda: “O embaixador francês, sr. Gilbert Arvegas, em palestra com o reitor da Universidade de São Paulo, prof. Ernesto Leme. Acompanham s. exa. nessa visita o cônsul geral da França e sra. Robert Valeur”.

¹¹⁴ A reportagem contém foto com seguinte legenda: “Flagrante tomado nas escadarias do Liceu Pasteur após a recepção do ministro Edgard Fame, que se vê entre os srs. Robert Valeur, cônsul da França, e Roberto Moreira. À direita, o escritor George Duhamel”.